



Montes Claros (MG), Vol. 4, Num. 02 – jul./dez. 2020 - Semestral

**SOU ASSISTENTE SOCIAL E SUPERVISIONO ESTÁGIO!**

**SERVIÇO SOCIAL E A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM FOCO**

ISSN: 2527-1849

A **Revista Serviço Social em Perspectiva** é uma publicação do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) destinada à publicação de debates e difusão de produção acadêmica resultante de pesquisas científicas, ensaios, experiências profissionais e resenhas. É ao mesmo tempo um espaço para o intercâmbio de ideias produzidas em diversos contextos e áreas de conhecimento. Os artigos e textos publicados nesta edição são responsabilidade de suas/seus autoras/es. Disponível no portal de periódicos da Unimontes: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

## EQUIPE EDITORIAL

### EDITORAS RESPONSÁVEIS

Diego Tabosa da Silva (Unimontes)  
Noêmia de Fátima Silva Lopes  
(Unimontes)

### COMISSÃO EDITORIAL

Amanda Cardoso B. e Silveira (Unimontes)  
Fabíola Francielle de Jesus (Unimontes)  
Geusiani P. Silva e Nascimento  
(Unimontes)  
Leni Maria Silva (Unimontes)  
Luci Helena Silva Martins (Unimontes)  
Viviane B. Gandra Brandão (Unimontes)  
Wesley Helker Felício Silva (Unimontes)

### ASSESSORIA EM OJS

Fernando Soares Gomes

### CONSELHO EDITORIAL

Antoniana Dias Defilippo, (UFF - Rio das Ostras, Brasil)  
Cassimiro Balsa, (UNL, Lisboa, Portugal)  
César Henrique Maranhão, (UFRJ, Brasil)

Cláudia Mônica dos Santos, (UFJF, Brasil)  
Claudilene da Costa Ramalho, (UFJVM, Brasil)  
Fabiana Aparecida de Carvalho (PUC-SP e TJSP, Brasil)  
Fabrício Fontes de Andrade, (UFRB, Brasil)  
Hélia Augusta de Magalhães Correia Bracons, (ULHT, Lisboa, Portugal)  
Janete Luzia Leite, (UFRJ, Brasil)|  
Letícia Barros Palma da Rosa, (UFF, Brasil)  
Luiz Claudio Almeida Teodoro, (CEFET-MG, Brasil)  
Ney Luiz Teixeira de Almeida, (UERJ, Brasil)  
Paula M. Sirelli, (UFF - Rio das Ostras, Brasil)  
Reginaldo Guiraldelli, (UnB, Brasil)  
Romilda Sérgia Oliveira, (UNIMONTES, Brasil)  
Rosana de Matos Silveira, (Universidade de Granada, Espanha)  
Sarah Jane Durães, (UNIMONTES, Brasil)  
Silvia America Mansilla, (Universidad Nacional del Comahue, Neuquén, Argentina)  
Silvia Neves Salazar, (UFES, Brasil)  
Thais Luiz Vargas, (UFRJ, Brasil)  
Valeria Lucília Forti, (UERJ, Brasil)  
Virgínia Alves Carrara, (UFOP, Brasil)

Zaira Rodrigues Vieira, (UNIMONTES, Brasil) Yolanda Guerra, (UFRJ, Brasil)

**PARECERISTAS VOL. 4 – n. 1 e n. 2 (2020)**

Adriana de Andrade Mesquita (UFOP, Brasil)

Bárbara Terezinha Sepúlveda, (Unimontes, Brasil)

Carla Agda Gonçalves (UFG, Brasil)

Fábíola Francielle de Jesus (Unimontes, Brasil)

Geusiani P. Silva e Nascimento (Unimontes, Brasil)

Hélia Augusta de Magalhães Correia Bracons, (ULHT, Lisboa, Portugal)

Lesliane Caputti (UFTM, Brasil)

Luci Helena Silva Martins (Unimontes, Brasil)

Luciana Gonçalves Pereira de Paula (UFJF, Brasil)

Marina Monteiro Castro e Castro (UFJF, Brasil)

Ney Luiz Teixeira de Almeida, (UERJ, Brasil)

Ricardo Silvestre da Silva (UFVJM, Brasil)

Salyanna Souza e Silva (UFES, Brasil)

Tathiane Paraíso (Prefeitura Municipal de Patos de Minas, Brasil)

Thais Luiz Vargas, (UFRJ, Brasil)

Viviane B. Gandra Brandão (Unimontes, Brasil)

Wesley Helker Felício Silva (Unimontes, Brasil)

Zaira Rodrigues Vieira, (UNIMONTES, Brasil)

Yolanda Guerra, (UFRJ, Brasil)



## EDITORIAL

*Diego Tabosa da Silva  
Noêmia de Fátima Silva Lopes*

A atual conjuntura e contexto sócio-político e econômico que vivenciamos de forma avassaladora em tempos de “crise sanitária”, possui como pano de fundo a pandemia causada pela COVID-19. Esta, desnuda o agravamento da questão social e suas expressões, e nos desafia enquanto docentes, discentes e pesquisadores/as das mais diversas áreas do conhecimento, em especial as ciências humanas e sociais.

No decorrer deste momento histórico e de forma ainda mais intensa, o Serviço Social vem sofrendo ataques aos princípios e valores defendidos pelo nosso projeto ético político, o qual se posiciona em contradição ao projeto neoliberal, defendido e implementado paulatinamente enquanto estratégia capitalista de acumulação de riquezas, transformando as políticas sociais públicas, como a política de educação, em mera mercadoria de compra e venda do mercado financeiro internacional.

Contudo, é importante analisar de que forma os elementos dessa relação do atual contexto interferem no trabalho e formação profissional em serviço social, e para isso, nos parece ser necessária a análise do estágio supervisionado em serviço social, cientes de que o estágio é parte constitutiva de uma formação crítica e de qualidade

Diante das evidências desta realidade a Revista Serviço Social em Perspectiva – Montes Claros/MG, em seu segundo número do volume 4, propôs a abordagem do tema: “*Sou assistente social e supervisiono estágio! Serviço social e a supervisão de estágio em foco*”, deste modo, dá continuidade às produções publicadas no primeiro número deste volume. Assim, prestando nossa homenagem à Política Nacional de Estágio (PNE), concluímos o objetivo de dedicar um volume completo ao debate estágio em Serviço Social. Para o título deste número, nos inspiramos na campanha promovida pela Associação Brasileira de Ensino e

Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS no ano de 2017: “Sou assistente social e supervisiono estágio: a supervisão qualifica a formação e o trabalho”, trazendo à baila reflexões que se centram na supervisão do estágio sob as mais diversas perspectivas.

Esta edição da Revista Serviço Social em Perspectiva conta com quatorze trabalhos científicos: dos quais nove estão vinculados à sessão temática, quatro são artigos da sessão livre e um resumo de trabalho de conclusão de curso.

Os artigos que compõem o eixo temático sobre a supervisão de estágio discutem: o estágio supervisionado, os instrumentos normativos e reflexões sobre a formação e o profissional; a importância da coordenação de estágio para a qualificação da supervisão; a supervisão acadêmica; a supervisão de estágio como atribuição privativa profissional. Ainda na sessão temática, apresentamos um artigo que tematiza a supervisão de estágio no espaço da gestão da política pública e por fim, uma análise do serviço social na área socioambiental a partir de experiências de estágio. Textos que contribuem para pensarmos a importância e relevância da supervisão em serviço social para o fortalecimento de um projeto de formação crítico.

Na sessão de temas livres, os artigos analisam a modernidade e sua relação com a radicalidade da pobreza; a relação entre a luta antirracista, o veganismo e a política de assistência social. Nesta sessão apresentamos ainda um texto que apresenta um panorama nacional do serviço social nas residências em saúde. O artigo que encerra os textos de temas livres traz alguns elementos para pensarmos os impactos e as estratégias possíveis no tempo de pandemia, tema este, que será abordado de modo mais amplo no Volume 5 deste periódico.

Finalizando esta edição de nossa revista, apresentamos o resumo do trabalho de conclusão de curso intitulado “Serviço Social na Educação: uma análise da realidade de Uberaba/MG”. Ficamos na expectativa de que leitoras/es interessadas nos temas abordados possam consultar as/os pesquisadoras/es, efetivando uma rede de intercâmbio e parceria entre pesquisadoras/es de diferentes localidades do país.

As/os autoras/es que contribuíram com a publicação deste número estão vinculados/as às Prefeituras do Rio de Janeiro/RJ e Juiz de Fora/MG e às Universidades: da Amazônia (UNAMA), Potiguar (UnP – Campus Mossoró/RN) UniRedentor (Paraíba do Sul/RJ), Estadual de Londrina (UEL), Estadual Paulista

(UNESP – Campus Franca/SP), Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Federal de Juiz de Fora (UFJF), Federal do Amazonas (UFAM), Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Federal Fluminense (UFF-Niterói), e Federal de Pernambuco (UFPE).

A publicação deste número, não seria possível sem uma equipe de trabalho comprometida com um projeto que prima pela pesquisa e pela produção científica crítica. À toda equipe, nossa gratidão por estarem conosco. À nossas autoras/es, pareceristas, equipe do Portal de Periódicos da UNIMONTES, Comissão e Conselho editoriais, assessoria em OJS, por toda dedicação e contribuição singular sem perder de vista a qualidade dos serviços prestados aos prezados/as leitores/as, nosso muito obrigada!

Diante da gravidade do período histórico vivido e de seus efeitos devastadores, de profunda e estruturante desigualdade social, como tem sido a realidade brasileira, é imperativo que permanentemente possamos dialogar e trocar conhecimento. Com isso, reafirmamos que através da pesquisa e da produção científica, temos buscado cumprir este papel, mesmo diante do obscurantismo que nos assola e do negacionismo que se espraia, fortalecendo a perseguição à produção do conhecimento crítico.

Ainda que os tempos sejam áridos, esperamos que as reflexões apresentadas nesta edição, façam florescer em cada leitor, boas ideias. Que em nossos corações brotem rosas da resistência e muita esperança.

Desejamos uma excelente leitura e análise crítica de nosso periódico. Acreditando que só o conhecimento, persistente como uma flor que nasce no asfalto, pode contribuir para que nós, enquanto sociedade, sejamos capazes de encontrar alternativas diferentes de vida, fora do contexto de reificação das relações sociais.

Desejamos uma excelente leitura e análise crítica do nosso periódico. Acreditamos que só o conhecimento, persistente como uma flor que nasce no asfalto, pode contribuir para que nós, enquanto sociedade, sejamos capazes de encontrar alternativas diferentes de vida, fora do contexto de reificação das relações sociais.

Montes Claros, 22 de setembro, primavera de 2020.



## ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL<sup>1</sup>

### SUPERVISED INTERNSHIP IN SOCIAL WORK: REFLECTIONS ON VOCATIONAL TRAINING AND EXERCISE

Diana Cristina Rebouças dos Reis<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo traz um debate sobre a importância do estágio supervisionado para a formação profissional do Assistente Social, analisando os desafios e possibilidades existentes nesta fase, buscando expor seus impactos na construção do profissional em questão. Considera-se a discussão da referida temática de suma importância, visto que a pesquisa, investigação e análise das atividades que envolvem o estágio supervisionado em Serviço Social permitem criar um processo reflexivo e, numa perspectiva emancipatória, fortalecer a possibilidade de fomentar estratégias de intervenções propositivas e comprometidas com a classe trabalhadora. Dessa forma, tendo como compromisso a qualidade dos serviços, o diálogo dessas estratégias objetiva enriquecer o arsenal teórico e criar respostas criativas e eficientes para as demandas que se apresentam para o Serviço Social. A elaboração desse estudo tem suporte em pesquisas bibliográficas e documentais, bem como os aparatos legais que normatizam o estágio supervisionado. Através da análise dos estudos realizados, pôde-se perceber que o estágio possui grande importância no processo de construção das competências profissionais e é fundamental para enriquecer os conhecimentos teórico-práticos, proporcionando a/o estagiário/a o acesso a uma gama de experiências valiosas.

**Palavras-chave:** Estágio. Formação Profissional. Serviço Social. Importância.

**Abstract:** This article discusses the importance of the supervised internship for the professional training of the Social Worker, analyzing the challenges and possibilities that exist at this stage, seeking to expose its impacts on the construction of the professional in question. It is considered the discussion of the aforementioned thematic of paramount importance, since the research, investigation and analysis of

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de pesquisas, estudos teóricos e documentais e reflexões da realidade vigente. Não foi financiado e também não é resultado de dissertação de mestrado ou tese de doutorado.

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Potiguar - UnP, campus Mossoró. E-mail: dianareisicapui@gmail.com

the activities that involve the supervised internship in Social Work allow to create a reflective process and, in an emancipatory perspective, to strengthen the possibility of promoting strategies of propositional interventions and committed to the working class. Thus, having as a commitment the quality of services, the dialogue of these strategies aims to enrich the theoretical arsenal and create creative and efficient responses to the demands that are presented to Social Work. The preparation of this study is supported by bibliographic and documentary research, as well as the legal apparatus that regulate the supervised internship. Through the analysis of the studies carried out, it was possible to perceive that the internship has great importance in the process of building professional skills and is fundamental to enrich the theoretical and practical knowledge, providing the intern with access to a range of valuable experiences.

**Key words:** Internship. Professional qualification. Social service. Importance.

## INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado em Serviço Social traz grandes contribuições no processo de formação do Assistente Social e é capaz de proporcionar ao aluno/a estagiário/a uma série de conhecimentos ricos ao aproximar o mesmo com a ação profissional. Dessa forma, o/a estagiário/a tem acesso às demandas apresentadas e utiliza-se de seu arsenal teórico para analisar com criticidade e responsabilidade os fenômenos e expressões da questão social que surgem no espaço sócio ocupacional em que está inserido/a.

Importa frisar, antes de tudo, que o estágio em Serviço Social pode acontecer em duas modalidades: obrigatório e não obrigatório. Ambos se configuram como um processo didático-pedagógico e exigem supervisão direta. No que tange ao estágio não-obrigatório, está especificado no Parágrafo 1º do Artigo 2º da lei 11.788 de 2008 que “é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”, ou seja, é aquele que o/a aluno/a poderá realizar, se assim for permitido pela Instituição de ensino. Já o estágio obrigatório “é definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma”, então, se o/a discente não cumprir o estágio conforme exigido, é passível de sanções, como ter a disciplina curricular de estágio dependente.

O presente artigo pretende concentrar-se na modalidade estágio obrigatório e



Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional propõe-se a analisar e refletir sobre os processos que o envolvem, destacando sua importância e os desafios e possibilidades existentes nesta importante parte da formação profissional. Explorando os impasses existentes para efetivação dessa atividade, seja nas instituições de ensino ou nos campos de estágio, analisando as condições de trabalho dos/as Assistentes Sociais, este estudo busca realizar um debate sobre essas problemáticas, investigando caminhos para a resolução das mesmas. Além disso, objetiva-se também observar as contribuições que tal processo pode trazer aos/às estagiários/as, aos/às assistentes sociais supervisores/as de campo, e aos/às supervisores acadêmicos, identificando as diversas possibilidades de tornar este processo proveitoso.

A Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE/ABEPSS), de 2010, entende o estágio como atividade curricular obrigatória, sistematicamente supervisionada, configurada a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional para capacitá-lo ao exercício profissional. Supervisão compreendida, em sentido amplo, como “estimular, provocar, acompanhar e contribuir na capacitação de estudantes e/ou profissionais, equipes e executores e/ou formuladores de políticas, programas e/ou projetos a apreender e interpretar, na conjuntura, a particularidade do fenômeno com o qual trabalham”, qualificando a intervenção (GUERRA; BRAGA, 2009, p.05). Sendo assim, trata-se de um componente fundamental para a construção do profissional de Serviço Social.

Além disso, importa destacar que, segundo a PNE (2010), o estágio supervisionado realiza-se com o envolvimento de três atores: o discente, o supervisor acadêmico e o supervisor de campo; e duas instituições: a Unidade de Formação Acadêmica (UFA) e a instituição que recebe o estagiário, ou seja, o campo de estágio. A relação entre as instituições se dá mediante os contratos para estágio, mas, sobretudo, na interação cotidiana entre os atores envolvidos nesse processo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino, organizações que oferecem estágio e o estagiário.

Estudar essa temática é relevante, uma vez que é preciso discutir como tem sido, na contemporaneidade, os moldes e as circunstâncias para a concretização de

Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional  
uma fase tão essencial como é o estágio supervisionado. É importante também problematizar as condições de trabalho em que o profissional se encontra, como isso impacta na supervisão de estágio, discutindo as relações sociais envolvidas na execução dessa atividade. Em vista disso, reconhece-se que o debate sobre as questões compreendidas no estágio supervisionado permite fomentar a criação de possibilidades para intervir com mais qualidade e eficiência nas demandas que surgem.

Além da Introdução, cumpre afirmar que este artigo é composto por mais cinco partes. O tópico dois, Metodologia, que objetiva apresentar os meios utilizados para a construção deste estudo. Em seguida, a Discussão, que pretende exibir um debate sobre a temática abordada. Após isso, os Resultados, em que será exposto os frutos das pesquisas realizadas. Em seguida, temos a Conclusão. E, por fim, as Referências.

## METODOLOGIA

Para a consecução do objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica da temática em foco, sobretudo, através de revistas, artigos e livros que abordam o estágio supervisionado e como ele se dá na formação do/a Assistente Social. Aparatos normativos como a Lei do estágio nº 11.788/2008, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), a Política Nacional de Estágio – PNE (2009), a Lei de Regulamentação da Profissão 8662/93, o Código de Ética do/a Assistente Social (1993) e a Resolução CFESS nº 533/2008 serão aqui também explanados de forma a enriquecer e dar sustentação legal a discussão. Contextualizando com o cenário atual, pretende-se também buscar referências que potencializem a análise da corrente realidade, visando identificar como tem se dado esse processo na cena contemporânea.

## DISCUSSÃO

A formação em Serviço Social busca construir profissionais aptos a apreender

Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional

as dimensões da particularidade e singularidade, atentos a realidade conjuntural e estrutural, prezando, no âmbito da formação acadêmica, pelo estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos. O processo de estágio permite a reflexão e execução dos conhecimentos teóricos, desvelando essas dimensões estudadas no espaço acadêmico, possibilitando intervir na realidade com fundamentação em saberes específicos. Seguindo uma direção ético-política, o/a estagiário/a utiliza-se de seu arsenal teórico e tem a oportunidade de analisar as demandas acessadas, de forma a pensar estratégias de inserção desse conhecimento adquirido em sala de aula. Assim sendo, é inegável a riqueza de conhecimentos que o estágio supervisionado pode trazer aos futuros profissionais de Serviço Social, trata-se de um momento ímpar no processo de graduação.

Dialeticamente, a formação e o exercício profissional constituem os pilares de sustentação do estágio supervisionado e da supervisão acadêmica e de campo. É nesta relação que o estudante percebe o cotidiano do trabalho do/a assistente social e identifica que há, na profissão, um conceito de trabalho transversal, e é, nesta perspectiva, que o projeto profissional se delinea. Supervisor/a e estagiário/a precisam refletir acerca da concepção de trabalho pautada na relação de transformação homem/mulher **versus** natureza, que resulta no fato do/a homem/mulher se tornarem sujeitos a partir do trabalho, o que está imbricado na formação profissional. Ambos precisam, juntos, identificar as mediações do trabalho assalariado do/a assistente social no contexto universal do sistema capitalista (CAPUTI, 2016).

Além disso, Yolanda Guerra (2002) aponta que o estágio supervisionado é onde se constrói a identidade profissional e é marcado por práticas voltadas para o enfrentamento da questão social e suas expressões. Dessa forma, esta atividade curricular deve vislumbrar a formação de profissionais qualificados, capazes de investigar e produzir conhecimentos sobre sua prática dentro de um contexto socioeconômico e político, bem como para compreender e reconstruir o cotidiano. Santana (2012, p.8) explana que “considerando o Serviço Social como uma profissão de caráter interventivo face à realidade, a importância do estágio reflete a compreensão de que é no movimento do real que as práticas são gestadas, as

Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional possibilidades criadas a partir da inserção para/no exercício do processo de trabalho do Serviço Social”.

Buriolla (2001) afirma que o estágio é essencial à formação do acadêmico, enquanto este lhe proporcione momentos específicos de aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes na instituição campo apoiados na supervisão como processo dinâmico e criativo, tendo em vista sempre possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

No processo de estágio supervisionado, muitos desafios e possibilidades se apresentam, tanto na busca por intervir na viabilização do direito do usuário, tanto nas relações existentes entre supervisor acadêmico, supervisor de campo e estagiário. Assis e Rosado (2012) defende que a supervisão, além de se efetivar de forma coletiva, deve ser articulada com os demais componentes da formação profissional, viabilizando assim, a interlocução entre essas instâncias e os atores envolvidos no processo. Isso potencializa a compreensão da realidade pelos sujeitos, que podem vislumbrar propostas de intervenção e a construção dessas, alicerçadas na identificação e discussão das inúmeras possibilidades, e dos desafios que perpassam a profissão. Ademais, tal articulação é um dos princípios para a formação do Assistente Social, conforme está previsto na Resolução n. 533/2008 do Conselho Federal de Serviço Social.

Assis e Rosado (2012) apontam ainda que um dos desafios da supervisão, especialmente a de campo, é o enfrentamento da precarização das condições de trabalho, principalmente no que se refere às intensas e extensas jornadas de trabalho dos/das profissionais. Isso se deve, em grande parte das vezes, ao acúmulo involuntário de carga de trabalho dos/as profissionais de Serviço Social; ao escasso tempo para o aperfeiçoamento intelectual; aos limites institucionais que não concebem o estágio como procedimento didático pedagógico; ao escamoteamento da importância da realização de cursos de capacitação para supervisores/as de campo.

Quanto à supervisão acadêmica, salienta-se que a precarização e mercantilização do ensino atinge diretamente o processo ensino-aprendizagem, pois

Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional o/a professor/a supervisor/a acadêmico, além de sofrer as mazelas do capital por ser um/a trabalhador/a, está submetido/a à política institucional. Ainda, em instituições privadas, muitas vezes, não se disponibilizam recursos para a realização de visitas aos campos de estágio, tampouco a possibilidade do/a docente supervisor/a acadêmico/a manter o imprescindível diálogo com o/a supervisor/a de campo, atividades essenciais para a efetivação das normativas e legislações que regem o Estágio em Serviço Social.

Buriolla (2001) atenta ainda para o fato de que a supervisão é inerente ao exercício profissional e, enquanto a categoria e os cursos de Serviço Social não a consideram significativa e não refletem e a incorporar dentro das preocupações do Serviço Social, a própria formação dos profissionais estará “falha e comprometida”. Ribeiro (2010) ressalta que outra preocupação eminente da formação prática está no descompromisso das instituições, ou seja, dos campos de estágio, que não oferecem condições mínimas para o estudo da prática profissional, desarticulando na maioria das vezes, o verdadeiro sentido do estágio para a formação profissional, causando desestímulo ao discente.

Nesta perspectiva, compreender que o processo de trabalho do Assistente Social é permeado pelas relações capitalistas em todos os âmbitos é muito importante. É fundamental o entendimento da conjuntura e dos desafios que este sistema traz, pois, permeadas de desigualdade e contrariedade, essas relações constituem entraves na efetivação dos direitos sociais. No que tange ao estágio supervisionado, pode-se inferir que grande é a influência existente no mesmo, pois compreende-se que as atividades e relações sociais envolvidas são diretamente atingidas pela ofensiva neoliberal e o capitalismo operante.

Dessa forma, é preciso entender, então, o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, e que para tal, requer uma formação profissional generalista, crítica e de sólida sustentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Afinal, estágio e supervisão, como elementos inerentes da formação e exercício profissional, sofrem conjuntamente os reflexos da crise do capital, da política reducionista de direitos sociais efetuada pelo Estado, da reforma universitária, da mercantilização da educação, dos achatamentos salariais, do

Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional retrocesso ao pensamento conservador e suas sequelas desenfreadas (CAPUTI, 2016).

Para a superação dos desafios existentes no estágio supervisionado, faz-se importante um constante diálogo entre as partes, a fim de estabelecer, com organização, traçados coerentes e responsáveis. Buriolla (2001) comenta que a importância do professor, supervisor de campo e supervisor acadêmico é ímpar, pois a figura deles contribuirá para “direcionar” um novo profissional que, na maioria das vezes, será influenciado pelos mesmos. Devido a isto, espera-se que estes profissionais tenham uma postura ética e compromissada com o desenvolvimento e cidadania dos usuários, buscando a emancipação dos mesmos e o resgate de sua cidadania enquanto sujeitos, rompendo com àquela visão do assistente social burocrático e assistencialista.

Sendo assim, percebemos a relevância do trabalho coletivo e integrado da tríade: supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiário, numa perspectiva afirmativa de desenvolvimento do processo de estágio e formação profissional do aluno. Entre outros aspectos, deve-se ressaltar a importância desse trabalho conjunto na graduação em Serviço Social, pois através do envolvimento desses sujeitos no processo de estágio, poder-se-á contribuir para uma formação integrada, possibilitando ao estagiário a superação da dicotomia entre a teoria e a prática profissional do assistente social (ALMEIDA, 2013).

A partir da análise sobre o processo de formação profissional e o papel do estágio, algumas reflexões se fazem necessárias. É relevante pontuar a necessidade de, desde o início do processo de graduação, entender a importância da capacitação continuada. Netto (1999) sinaliza a importância desse segmento atrelado a uma formação acadêmica qualificada enquanto potências para a materialização do projeto ético. Dessa forma, no processo de supervisão é fundamental que o discente possa ser estimulado pelo supervisor ao exercício de apreender a gênese da questão social com o qual se encontra nos diferentes campos de estágio e se debruçar em pesquisar a realidade social que lhe é apresentada.

## RESULTADOS

O estágio supervisionado em Serviço Social e, com ele, o processo de supervisão, acompanha o movimento sócio histórico, teórico-metodológico e as condições éticas e políticas que envolvem a profissão, desde os seus primórdios na realidade brasileira. O debate sobre a supervisão de estágio no Serviço Social é efervescente nos tempos hodiernos, sobretudo considerando: a maturidade intelectual da categoria; a perspectiva de indissociabilidade entre formação e exercício profissional; as lutas travadas na defesa da educação de qualidade e a resistência com relação à precarização da educação superior e suas ressonâncias no Serviço Social, sobretudo, no que diz respeito à modalidade de Ensino à Distância para graduação; preocupação diante da ofensiva neoliberal; e, enfim, o compromisso com a consolidação do Projeto Ético-Político da Profissão, elementos pelos quais foi delineada em 2008 pelo CFESS a Resolução n.533, responsável pela regulamentação da supervisão direta de estágio, e, em 2010, a Política Nacional de Estágio em Serviço Social/PNE, ABEPSS (CAPUTI, 2016).

A supervisão de estágio, de acordo com Lewgoy (2009, p. 65) “corresponde a uma das atividades mais antigas de ensinar e aprender”, e, no Serviço Social surge quando este ainda tinha caráter de vocação. A supervisão acompanha o movimento da formação e trabalho profissional e se desenvolve dialeticamente com a concepção de educação superior, alinhada à perspectiva teórico-metodológica que embasa a profissão. O processo de supervisão de estágio ascende um campo de reflexões e debates atrelados à formação e ao exercício profissional, entre eles: a questão da educação superior e sua relação intrínseca com o mundo do trabalho; aspectos da luta por uma outra ordem societária e a ofensiva neoliberal; e sobretudo, os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social (CAPUTI, 2016).

Segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 1996, o estágio supervisionado em Serviço Social está inserido no Projeto Político Pedagógico e configura-se como uma atividade curricular

Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional obrigatória, uma vez que é instituído pelas Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, bem como na resolução n.º. 533 de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que trata, especificamente, da supervisão direta. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 4º da referida resolução, a supervisão é compreendida como a “conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno/a no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo e a orientação e avaliação a serem efetivadas pelo/a supervisor vinculado a instituição de ensino”.

De acordo com o CFESS (1993), a instituição campo de estágio deve assegurar espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos. Deve-se ressaltar que a supervisão de campo e acadêmica é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no conselho de sua área de ação. Eles são os responsáveis por acompanhar a inserção, permanência e saída do aluno no espaço sócio ocupacional.

Segundo a ABEPSS (2010), a atribuição do supervisor acadêmico é orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o supervisor de campo, visando à qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio.

O supervisor de campo é responsável pela inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais. Ele pode supervisionar um estagiário a cada dez horas de trabalho; dada a carga horária do assistente social, ele pode ter no máximo três estagiários (ABEPSS, 2010).

O estagiário é o sujeito investigativo, crítico e interventivo. Logo, cabe a este conhecer e compreender a realidade social, no processo de ensino aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a



Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional  
qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na  
ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos e as contradições da  
realidade social (ABEPSS, 2010).

Além disso, a PNE elenca as principais atribuições dos estagiários, entre elas:

- 1 Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio;
- 2 Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio;
- 3 Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;
- 4 Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades; e outras. (ABEPSS, 2010, p. 23-24).

Percebemos, assim, que os atores envolvidos no processo de estágio possuem responsabilidades e deveres a cumprir. Diante disso, faz-se importante ter conhecimento do papel de cada figura nesta atividade, pois o esclarecimento e entendimento destas premissas permitem o desenvolvimento dos indivíduos na perspectiva emancipatória e a libertação de ideias equivocadas, discernindo, assim, as reais atribuições que compete a cada um. Esse esclarecimento possibilita diálogos mais construtivos e inovadores, promovendo um planejamento mais objetivo das ações.

A supervisão de estágio ocorre no espaço e tempo do cotidiano do estágio supervisionado na graduação em Serviço Social. É de competência e atribuição privativa dos/as assistentes sociais, conforme Lei n. 8662/1993, de Regulamentação da Profissão, e toda a sua dinâmica se conecta a processos sócio-políticos, éticos, normativos e jurídicos da categoria, e impera os rebatimentos do contexto da educação superior, do mercado de trabalho, e de processos internos à profissão (CAPUTI, 2016). Envolve, assim, “a complexidade, de que formação e exercício

Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional são imersos em um conjunto de relações sociais, o que faz com que sua compreensão não deva se esgotar em seu sentido estrito do fazer cotidiano”, mas considerá-lo (CFESS, 2014, p. 18).

O processo da trajetória histórica da profissão no Brasil legou uma concepção crítico-dialética hegemônica à formação e ao exercício profissional, concepção esta que, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS/gestão 2011-2014): “incide em especial no entendimento de que o estágio, na formação profissional do assistente social, deve superar uma concepção praticista, dissociada do corpo teórico que lhe dá fundamento, rompendo com a visão voluntarista (ou ainda imediatista) do saber-fazer” (CFESS, 2014, p. 6).

Ainda de acordo com o CFESS (2014) a perspectiva de superação concebe o estágio e a supervisão como indissociáveis, unidades indissolúveis. E, nesta lógica, também a indissociabilidade entre supervisão de campo e supervisão acadêmica. Desse modo, a supervisão que compõe o projeto de formação é igualmente componente de um projeto de profissão que comporta sua orientação teórica e direção ético-política, conforme Guerra e Braga (2009, p. 534): “não pode ser compreendida desvinculada dos seus componentes teórico, ético e político, da compreensão do significado social do Serviço Social na sociedade brasileira, dos valores que privilegia, de um projeto profissional que se conecta (ainda que por meio de muitas mediações) a projetos de sociedade”.

Dessa forma, na concepção de que o estágio e supervisão são elementos intrínsecos da formação e exercício profissional, considera-se a necessidade de um debate constante que seja atual e pertinente à categoria profissional na perspectiva de fortalecimento das lutas e resistências profissionais. A supervisão de estágio é momento ímpar de análise concreta de situações concretas e relevantes para se compreender as dimensões constitutivas das questões específicas que se põem no campo de estágio, como também para a instrumentalização do/a estagiário/a. Configura-se como espaço para se equacionar o significado e o lugar do instrumental técnico, para se criar e recriar possibilidades políticas para a ação profissional; para se desenvolver valores éticos, e é, sem dúvida, momento privilegiado para se superar o nível de uma racionalidade imediata que é própria da

## CONCLUSÃO

Com base no estudo apresentado sobre o estágio supervisionado na formação do Assistente Social, permitiu-se perceber que trata-se um elemento essencial para a articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa. Lewgoy (2009) sintetiza isso ao afirmar que, no que se refere à supervisão e sua construção no processo de formação acadêmica, pode-se concluir que é no chão da prática e no cotidiano que se constrói essa possibilidade, tendo em vista que essa construção deverá ser sustentada pela tríade aluno, supervisor de campo e supervisor acadêmico. No entanto, essa relação só poderá se consolidar na medida em que os três sujeitos envolvidos possam compreender e desenvolver essa atitude.

Depreende-se que o estágio supervisionado é um espaço que capacita o acadêmico a uma postura crítica e reflexiva, constituindo um momento único para a formação profissional. Ele proporciona ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando entrar em contato com uma realidade concreta e contraditória. Constitui um espaço de extrema importância para capacitar os discentes na intervenção social (ALMEIDA, 2013). Iamamoto (2003) ainda nos traz que no que tange à formação profissional, os campos para realização de estágios se constituem importantes espaços para a reflexão. De acordo com a autora é preciso enfatizar a relevância das bases teórico-metodológicas da profissão, que se constituem recursos essenciais para que o Assistente Social as acione no exercício de seu trabalho, pois “contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam”. Dessa forma, grande é a importância do estágio supervisionado em Serviço Social, visto contribuir em tantas dimensões no processo de formação do Assistente Social.

Conquanto, é possível constatar que a mobilização da discussão a cerca do estágio supervisionado em Serviço Social é capaz de envolver os sujeitos no intuito de fortalecer as relações sociais existentes. Em virtude dos inúmeros desafios que

Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional se apresentam no cotidiano profissional, debater sobre o sistema econômico vigente, entendendo a conjuntura e analisar os possíveis caminhos a serem seguidos para uma intervenção qualificada é essencial. Infere-se que esses caminhos podem ser encontrados através da realização de pesquisas, buscando fundamentação teórica, com embasamento alicerçados em potentes referências. A busca dessas premissas, desde o período de estágio, constituem de fundamental relevância para a construção de um profissional comprometido em dar respostas qualificadas à questão social, pois é o momento em que o/a estagiário/a desenvolve suas competências e habilidades.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: [cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigida.pdf](http://cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf). Acesso em 28 abri. 2020.

ALMEIDA, Suênya Thatiane Souza de. A importância do Estágio Supervisionado na formação do profissional do Assistente Social. Artigo em Serviço Social. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Disponível em: <https://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/A%20IMPORTÂNCIA%20DO%20ESTÁGIO%20SUPE RVISIONADO%20NA%20FORMAÇÃO%20PROFISSIONAL%20DO%20ASSISTEN TE%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2020.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. Acesso em: 15 mai. 2020.

CAPUTI, Lesliane. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. Artigo em Serviço Social. Rev. katálysis vol.19 no.3 Florianópolis out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00009>. Acesso em: 29 abri. 2020.

CFESS. Código de Ética do Assistente Social. 1993. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1993.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf). Acesso em: 29 abri. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Legislação e Resoluções sobre o Trabalho do/a Assistente Social. Resolução CFESS 533/2008. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br). Acesso em 27 abri. 2020.

GUERRA, I.; BRAGA, M.E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS, Serviço Social: Direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: [www.cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf](http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf). Acesso em 28 abri. 2020.

REIS, D. C. R.

Estágio supervisionado em Serviço Social: reflexões sobre formação e exercício profissional

GUERRA, Yolanda. O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate. 2002. Acesso em 15 mai. 2020.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. Acesso em 18 mai. 2020.

LEWGOY, A.M.B. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009. Acesso em: 29 abri. 2020.

\_\_\_\_\_. Meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIO-SUPERVISIONADO.pdf). Acesso em 28 abri. 2020.

NETTO, J.P. A construção do Projeto ético-Político Profissional. 1999.

SANTANA, Necilda de Moura. O Processo de Supervisão na Formação Profissional do Assistente Social. Disponível em: <http://www.castelobranco.br/sistema/novo enfoque/files/07/03.pdf>. Acesso em 28 abri. 2020.



## **A SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO E OS INSTRUMENTOS NORMATIVOS: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL**

### **DIRECT STAGE SUPERVISION AND NORMATIVE INSTRUMENTS: REFLECTIONS ON TRAINING AND PROFESSIONAL EXERCISE IN SOCIAL WORK**

Greice dos Reis Santos<sup>1</sup>

Marina Valéria Delage Vicente Mancini<sup>2</sup>

Victoria Sabatine de Paiva Neves<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo em tela tem como propósito refletir sobre o estágio supervisionado em Serviço Social, com ênfase na supervisão de campo. Para cumprir o objetivo proposto, na primeira parte, abordamos a relação entre teoria e prática, buscando explicitar a sua indissociabilidade e a sua relevância no processo de formação dos/as futuros/as assistentes sociais. Na sequência, resgatamos o debate sobre o arcabouço jurídico-normativo que incide diretamente sobre o estágio supervisionado em Serviço Social, cujo objetivo é regulamentar essa etapa da formação e assegurar a sua qualidade. Por último, com base em vivências profissionais e estudos acumulados, elencamos os desafios atuais que estão sendo colocados à supervisão de campo, procurando pensar como a precarização do trabalho, na sociabilidade capitalista, impacta a formação e o exercício profissional. O artigo em questão, apesar de apresentar de modo sintético e aberto as contribuições que foram possíveis colecionar nesta oportunidade, é, por certo, um convite ao debate.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado. Serviço Social. Supervisão de campo. Teoria e Prática. Instrumentos Normativos.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre e Graduada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: greice.grs90@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista Doutorado Nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Mestre e Graduada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: mary\_mancini\_jf@hotmail.com

<sup>3</sup> Assistente Social na Prefeitura de Juiz de Fora/MG. Docente no curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Doutoranda em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre e Graduada pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: vicsabatine@hotmail.com

**Abstract:** The article in question aims to reflect on the supervised internship in Social Work, with an emphasis on field supervision. In order to fulfill the proposed objective, in the first part, we approach the relationship between theory and practice, seeking to make explicit its inseparability and relevance in the process of training future social workers. Following, we recover the debate on the legal-normative framework that directly affects the supervised internship in Social Work, whose objective is to regulate this stage of training and ensure its quality. Finally, based on professional experiences and accumulated studies, we list the current challenges that are being placed on field supervision, trying to think about how precarious work, in capitalist sociability, impacts training and professional practice. The article in question, despite presenting in a synthetic and open way the contributions that were possible to collect on this opportunity, is certainly an invitation to debate.

**Key words:** Supervised Internship. Social Service. Field Supervision. Theory and Practice. Normative Instruments.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, por meio de problematizações teóricas e relatos a partir do acúmulo e das inquietações enquanto supervisores de campo e acadêmica, tem como objeto de discussão o estágio supervisionado em Serviço Social, especialmente a supervisão de campo.

A proposta, de maneira geral, é analisar a articulação entre formação e exercício profissional a partir da concepção de estágio supervisionado, elegendo os seus instrumentos normativos, no âmbito acadêmico e no profissional, para que dessa forma possamos reafirmar a defesa da formação de qualidade. Neste percurso analítico, apresentamos o arcabouço jurídico-normativo que norteia o estágio supervisionado em Serviço Social, a saber as Diretrizes Curriculares (DC) de 1996, a Resolução nº 533 de 2008, promulgada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), e a Política Nacional de Estágio - PNE (ABEPSS, 2010)<sup>4</sup>. Apontamos também a intrínseca relação entre teoria e prática e a necessária defesa de sua indissociabilidade.

---

<sup>4</sup> Elaborada em abril de 2009 pelo GT PNE da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Por fim, apresentamos os limites e as possibilidades do estágio supervisionado no campo, problematizando como a precarização do trabalho na sociabilidade capitalista impacta também na formação profissional, apresentando situações vividas em sua concretude no exercício profissional enquanto assistentes sociais e docentes.

Para balizar nossas considerações, utilizamos as reflexões de Santos et al. (2016), que tratam também das dificuldades enfrentadas por supervisores de campo e acadêmicos nesse desafio que consiste o ensino teórico-prático nos tempos atuais. Buscamos, ao final deste item, traçar algumas estratégias de enfrentamento que podem contribuir para qualificar a formação profissional e o próprio trabalho do assistente social supervisor.

## A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Primeiramente, devemos ter clareza que, para analisar o estágio supervisionado, é essencial pensarmos no processo de formação profissional dos/as futuros/as assistentes sociais, uma vez que o espaço do estágio é um local que podemos considerar privilegiado para o processo de formação de profissionais competentes e qualificados. Para tanto, se faz necessário refletir acerca do ensino teórico associado ao ensino da prática no Serviço Social, entendendo que esses são elementos indissociáveis.

Em que pese a unidade que deve existir entre teoria e prática, é preciso lembrar que unidade não é sinônimo de identidade. Unidade é um vínculo intenso e profundo entre diferentes; assim, apesar de formarem uma unidade, há uma diferença entre ambas, a qual vai determinar o âmbito de cada uma delas. (SANTOS, 2013, p. 30)



De acordo com Forti e Guerra (2009), a intervenção e a formação dos Assistentes Sociais encontram-se marcadas por diversos dilemas da contemporaneidade. Portanto, é fundamental segundo as autoras, uma percepção da realidade social que possibilite uma atuação profissional responsável e crítica. Tal fato, nos permite reiterar a relevância do estágio supervisionado como lócus privilegiado para a formação profissional de qualidade, apta a enxergar os processos sociais enquanto totalidades.

Mais ainda, faz-se necessária uma teoria que nos permita perceber como os principais dilemas contemporâneos se traduzem nas peculiaridades do Serviço Social e se expressam nas requisições e competências socioprofissionais e na cultura profissional. Aqui subjaz a premissa de que a complexidade da realidade exige profissionais do Serviço Social que não pretendam apenas responder de modo tradicional e imediatista às demandas que lhes são dirigidas, mas que entendam que respostas profissionais pressupõem compreensão dos significados sociais de tais demandas e intervenções que lhes possam atribuir outros. (FORTI; GUERRA, 2009, p. 1-2)

Quando falamos sobre prática profissional, temos que ter claro que o Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo, ou seja, é na prática que a profissão deixa evidente a sua finalidade. Logo, o que o/a assistente social realiza/demonstra no processo de intervenção profissional reflete em boa medida o seu processo formativo.

Posto isso, pensarmos acerca da formação profissional em Serviço Social inclui pensar na construção de práticas que estejam alinhadas à realidade social, ou seja, sendo o Serviço Social uma profissão de cunho interventivo, é fundamental analisarmos o ensino teórico-prático ao longo do processo formativo. Isso implica refletir sobre como tem sido tal ensino, se ele tem ficado apenas restrito ao espaço do estágio supervisionado ou se ele tem perpassado as diversas disciplinas teóricas, evitando, assim, o equívoco dicotômico entre teoria e prática por parcela de profissionais e de estudantes de Serviço Social. Para tanto, é fundamental que disciplinas de conteúdos técnico-operativos caminhem lado a lado com disciplinas

de conteúdos históricos e teórico-metodológicos, uma vez que teoria e prática além de constituírem o fazer profissional encontram-se imbricadas intrinsecamente.

É fundamental esclarecermos que a noção equivocada de que “na prática a teoria é outra” possui alicerce na concepção de que a teoria possui capacidade de dar respostas imediatas, sendo considerada como um conjunto de procedimentos, receitas e modelos. “É como se a validade da teoria repousasse na dócil submissão à necessidade de respostas práticas imediatas para os problemas”. (FORTI; GUERRA, 2009, p.3)

De acordo com Santos (2013, p. 31),

O que caracteriza a prática é ser uma ação direcionada a um objeto com a finalidade de transformá-lo em algo inicialmente previsto - mesmo que não se tenha consciência dessa finalidade -, ou seja, já se tem um resultado ideal ou uma finalidade, porém o resultado final é um produto efetivo, real, que nem sempre é aquele idealizado. Assim, a prática implica, necessariamente, objetivação.

No que tange à teoria, a autora evidencia que

O âmbito da teoria, por sua vez, no materialismo histórico-dialético, é o âmbito da produção de conhecimentos, da antecipação ideal, da possibilidade, o futuro. É um desencadeador de finalidades ou de resultados ideais para a ação. O âmbito da teoria então se circunscreve em propiciar o conhecimento da realidade que é objeto da transformação; o conhecimento dos meios e de sua utilização com os quais se efetiva essa transformação; o conhecimento da prática acumulada em forma de teoria; a finalidade ou a antecipação dos resultados objetivos que se pretende atingir; e, no decorrer do processo prático, um atendimento às necessidades que irão surgindo com a resistência da matéria a ser transformada, o que vai acarretando resultados imprevisíveis. (SANTOS, 2013, p. 32-33)

Frente ao exposto, podemos afirmar que a competência teórica é fundamental para uma formação profissional com qualidade, porém, ela sozinha não habilita para a intervenção. Como bem coloca Santos (2013), sem uma formação teórica

suficiente, a intervenção profissional ficará prejudicada, uma vez que é a teoria que possibilita o significado social da ação bem como seus impactos e rebatimentos nas ações do outro, rompendo assim com uma visão de neutralidade dos instrumentos e das técnicas e indo além do senso comum. No entanto, devemos destacar, que a teoria se encontra no patamar da possibilidade, ou seja, podemos ter clareza teórica e metodológica, porém isso não significa imediatamente clareza do ponto de vista operativo.

Logo, para que os profissionais não se limitem a atender/responder apenas os requisitos do mercado de trabalho, precisam de uma sólida formação teórica e metodológica, que proporcione uma formação qualificada tanto em conhecimentos teóricos quanto em possibilidades interventivas (FORTI; GUERRA, 2009).

No intuito de atingirmos a passagem da teoria à prática, precisamos ter claras as finalidades e os meios/formas para alcançá-la, tendo clareza também das dimensões ético-política e técnico-operativa, que respaldam tal caminho.

É importante ressaltarmos que o estágio supervisionado é um espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática, uma vez que, esse espaço permite o desenvolvimento de todas as dimensões da profissão bem como, a articulação delas ao redor de um perfil profissional qualificado, “que detenha competência técnica, teórica, política, aportado em valores que se confrontam com a sociabilidade burguesa, com aptidão para a pesquisa e para a produção de conhecimento crítico”. (GUERRA, 2016, p. 101)

O espaço do estágio permite que os marcos históricos da formação socioeconômica, ideopolítica e cultural brasileira, aprendidos como conteúdos teóricos na academia, sejam percebidos como mediações que configuram os processos sociais na atualidade e que se expressam no cotidiano profissional. (GUERRA, 2016, p. 107)

Podemos destacar que refletir sobre o ensino teórico-prático em Serviço Social nos permite visualizar a relevância que tal temática possui para além do local privilegiado do estágio supervisionado, ou seja, pensar uma formação de qualidade em Serviço Social implica pensar em um ensino em que teoria e prática sejam

indissociáveis e perpassem todo o processo formativo, preparando profissionais aptos e críticos para identificarem e lidarem com obstáculos e situações imprevisíveis, dinâmicas, históricas e contraditórias que pertencem ao cotidiano do estágio e do próprio exercício profissional.

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS

Nesta seção, a fim de pensar os desafios e as possibilidades relacionados à supervisão de estágio, tomaremos como referência os principais instrumentos normativos destinados a regulamentar o estágio supervisionado em Serviço Social. Consideramos pertinente apontar e problematizar esses instrumentos para que seja possível compreender em que medida eles conseguem assegurar determinada qualidade à formação profissional, assim como garantir a indissociabilidade entre teoria e prática.

Nesse sentido, indicamos as Diretrizes Curriculares de 1996; a Resolução nº 533 de 2008 e a PNE (ABEPSS, 2010). Em concordância com Santos e Abreu (2012), estamos convencidas de que os documentos selecionados expressam, essencialmente, o horizonte de formação que almejamos. Embora estejamos imersos em um contexto adverso, circunscrito aos limites determinados pela lógica de acumulação do capital e suas ofensivas, os instrumentos em voga nos permitem formular, coletivamente, estratégias de enfrentamento e respostas concretas de defesa intransigente do ensino de qualidade, que se propõe crítico e competente.

Sabemos que a cotidianidade, seja no âmbito da formação ou da intervenção, apresenta uma série de requisições, rotineiras e burocratizadas, que tendem a ofuscar o exercício de pensar a realidade, tornando-a alienante e alienadora. Frente ao cotidiano, Guerra (2012) esclarece que a prioridade é responder aos fenômenos, não importa como, disso resultando um conjunto de respostas rápidas, ligeiras e irrefletidas. Se nem sempre nos perguntamos sobre as implicações éticas e políticas dessas respostas, como podemos assegurar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, por meio do estágio supervisionado? Eis a questão!

Em primeiro lugar, a partir das experiências acumuladas até aqui - na docência e no campo - reafirmamos a necessidade de superarmos dialeticamente as características e os procedimentos do cotidiano, via dimensão investigativa que, de acordo com Guerra (2012), exige a pesquisa concreta de situações concretas.

Ademais, como sinalizado anteriormente, lançar mão dos instrumentos normativos é ponto fundamental, uma vez que eles cumprem, além de uma função técnica e operacional, também função teórico-metodológica e ético-política.

Nesta trilha de reflexão, ao abordar os instrumentos normativos profissionais no processo de formação, Lewgoy (2013) destaca que a concepção de unidade teoria-prática é determinante como pressuposto à problematização do estágio supervisionado. Nesse espaço teórico-prático, a abordagem crítico-dialética tem se apresentado como premissa que orienta a formação desde os anos 1990.

Nessa década, mais especificamente entre 1994 e 1997, as Diretrizes Curriculares da área de Serviço Social (1996) foram desenhadas coletivamente pela categoria profissional, com promulgação em 2002 pelo Ministério da Educação (MEC). No entanto, segundo Lewgoy (2013), na publicação do MEC, partes cruciais do texto elaborado pela Comissão de Especialista da ABEPSS foram retiradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). No texto, por exemplo, o estágio supervisionado não consta como atividade essencial e integradora do currículo. No que diz respeito ao processo formativo, esse tipo de redação autorizou a simplificação dos projetos de novos cursos, ocasionando a flexibilização da formação profissional. Ou seja, um projeto que conflita com a proposta de formação pensada e defendida pela categoria do Serviço Social<sup>5</sup>.

A concepção de estágio proposta pela DC apresenta a indissociabilidade entre supervisão acadêmica e profissional, entendendo-a como um dos princípios

---

<sup>5</sup> O projeto de formação defendido pelo amplo conjunto da categoria dos/as assistente sociais é, essencialmente, distinto do projeto de educação e formação proposto pelo neoliberalismo que, pautado na estabilização monetária, abertura comercial e privatização, reduz e limita cada vez mais as possibilidades de ampliação e aprofundamento de direitos, além de impactar diretamente a educação superior no Brasil.

que fundamentam a formação profissional (ABEPSS, 1996). De forma precisa, as diretrizes curriculares determinam que o estágio supervisionado:

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócioinstitucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABEPSS, 1996, p.19)

Conforme apontado por Lewgoy (2013), a proposta de estágio tem uma lógica curricular, haja vista que prevê a superação da fragmentação do processo de ensino e aprendizagem, de modo a possibilitar a convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. A autora explica que construir um espaço para investigar, pensar o crítico, a dúvida e buscar soluções, ao mesmo tempo, constitui uma exigência ética e um desafio político. Para isso, é fundamental convergir a análise da indissociabilidade entre supervisão e estágio, formação e exercício profissional, princípios que orientam as Diretrizes Curriculares.

Em um contexto de agravamento da precarização da formação e, conseqüentemente, do estágio, tendo base a disseminação da Educação a Distância (EAD), cujos requisitos indispensáveis não são cumpridos, é promulgada em 2008, pelo CFESS, a Resolução nº 533, responsável por regulamentar a SUPERVISÃO DIRETA de estágio no Serviço Social (LEWGOY, 2013).

Em concordância com a concepção de estágio apresentada pelas Diretrizes Curriculares, a Resolução nº 533 explicita, em seu artigo 2º, que a supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do(a) assistente social - conforme determinado no artigo 5º da Lei 8662 de 1993 - devidamente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) de sua área de abrangência, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de

estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino. No artigo 2º, parágrafo único, da Resolução nº 533, fica determinado que o campo de estágio deve garantir requisitos básicos para receber o aluno, a saber:

[...] espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

A Resolução define também, no artigo 3º § único, o número de estagiários a serem supervisionados, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho. Além da carga horária especificada, é necessário levar em consideração as particularidades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais.

Ainda, em relação à Resolução nº 533, não podemos deixar de mencionar o artigo 8º, que delimita a responsabilidade ética e técnica da supervisão direta, sendo ela tanto do supervisor de campo, quanto do supervisor acadêmico, cabendo a ambos o dever de planejar, acordar e avaliar as atividades intrínsecas ao estágio.

A PNE é um outro instrumento determinante para que possamos assegurar o fortalecimento e a defesa das condições pedagógicas do estágio. Tal política, enquanto demanda historicamente colocada, tem como finalidade construir parâmetros orientadores para a integralização da formação profissional do(a) assistente social, no horizonte do projeto ético-político profissional do Serviço Social. Segundo a PNE,

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao(a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital. (ABEPSS, 2010, p.14)

Como podemos constatar, a concepção de estágio apresentada fundamenta-se na indissociabilidade entre as dimensões constitutivas do fazer profissional. Para Santos (2003), a relação entre elas se coloca no exercício profissional da seguinte maneira: a teoria funciona como instrumento de apreensão do real (dimensão teórico-metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa) comprometidas com um determinado projeto de profissão (dimensão ético-política).

Conforme apontado na política em questão, o estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABEPSS, 2010, p.13), materializando um dos princípios das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Caracteriza-se, ainda, pela atividade teórico-prática, encaminhada por intermédio da inserção do(a) estudante nos espaços ocupacionais nos quais atuam os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional (ABEPSS, 2010, p.14).

Deve-se destacar que os princípios que orientam a PNE são de extrema importância no estágio supervisionado. Esses dividem-se em princípios afinados àqueles especificados no Código de Ética profissional (1993) e em princípios de preservação do processo formativo. Tanto um quanto o outro constituem-se como valores norteadores do projeto profissional, que necessitam concretizar-se no cotidiano profissional (LEWGOY, 2013).

No que diz respeito aos princípios elencados no Código de Ética, destacam-se: reconhecimento da liberdade como valor ético central; defesa intransigente dos direitos humanos; ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia; posicionamento em favor da equidade e justiça social; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; garantia do pluralismo; opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção



de uma nova ordem societária; compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, etc.

Em relação aos princípios formativos, são eles: indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; garantia da ética como elemento transversal à formação do(a) assistente social; articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 2010).

Portanto, para conceber o estágio como locus privilegiado de síntese do processo de formação, não podemos negligenciar tais princípios - postulados não só na PNE, mas também nas diretrizes curriculares e na Resolução nº 533 de 2008. Em outras palavras, para qualificar a formação e o trabalho, o estágio supervisionado não pode ser reduzido à mera reprodução, mecânica e burocratizada, de tarefas. Além do mais, precisamos romper com a visão formalista do currículo que reduz o estágio à matéria ou disciplina; fazer frente à visão dicotômica entre supervisão de campo e acadêmica, reforçando o papel de cada ator e suas responsabilidades coletivas; e desconstruir a compreensão de que “na prática a teoria é outra”.

## A SUPERVISÃO DE CAMPO E SEUS DESAFIOS NO CENÁRIO ATUAL

Para explicitarmos de maneira objetiva a supervisão de campo, buscaremos tecer a partir desse item uma problematização acerca da mesma. Optamos metodologicamente por apresentarmos os desafios e as possibilidades da supervisão de estágio pautados no acúmulo profissional e nas inquietações oriundas da condição de supervisoras acadêmicas e de campo. Também foram utilizadas bibliografias que fazem alusão ao tema com vistas a elucidar como ocorre na realidade a supervisão de campo frente à precarização das políticas públicas e

sociais e seus rebatimentos no exercício profissional do assistente social e, por conseguinte, na formação profissional.

Tendo em vista que consideramos aqui o caráter indissociável entre teoria e prática, conforme já mencionado, nosso intuito é refletir como a supervisão direta de estágio pode fomentar determinado perfil profissional (GUERRA, 2016) a partir da problematização de como ela ocorre nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais.

Ressalta-se também que não há intencionalidade de indicarmos um “passo a passo” ou uma “receita” de como ela deve acontecer, mas há intencionalidade em apontar questionamentos e problematizações que contribuam para sua operacionalização e a formação de um perfil profissional crítico, propositivo, criativo e competente.

Inicialmente, abordaremos a supervisão de campo, que se constitui do momento em que supervisor e estagiário estarão juntos para discussão e problematização acerca do cotidiano, como um elemento fundamental, conforme Santos et al. (2016). Todavia, Santos (et al. 2016) apresenta relatos de profissionais que afirmam o não cumprimento dessa prática tão cara à formação do estagiário, que deve ocorrer de forma sistemática/periódica como consubstanciado na própria PNE, com a finalidade de reflexão crítica sobre a vivência até o momento no campo entre ambas as partes.

Santos (et al. 2016, p. 234) aponta que “o acompanhamento ao estudante durante sua estadia na instituição não deve substituir nem ser confundido com o momento determinado para supervisão, quando estagiário e supervisor devem analisar, avaliar as atividades desenvolvidas e planejar ações”.

Inclusive, é importante mencionar que, no plano de atividades preenchidos por supervisores, é exigido apontar dias e horários em que ocorrerão essa supervisão do estagiário no campo. Esse momento é capaz de se constituir como um espaço pedagógico de questionamento e elucidação para o estagiário de atendimentos; requisições dos demais profissionais, da instituição e dos próprios

usuários; explicitação do uso de determinados instrumentos técnico-operativos; grupo de estudo, em que o estagiário pode compartilhar bibliografias que está utilizando na academia e o supervisor, por sua vez, pode indicar a leitura conjunta de materiais específicos do campo; dentre outros.

Contudo, pode-se apontar diversos entraves que dificultam a realização desse momento entre estagiário e supervisor trazidos na pesquisa de Santos (et al. 2016) com supervisores de campo, que corroboram também a vivência das próprias autoras, como: sobrecarga de trabalho, que impacta na falta de tempo hábil para exercer essa função com qualidade; na própria precarização das condições e relações de trabalho do profissional em que profissionais são contratados com cargas horárias baixas, impossibilitando o dispêndio de tempo para efetuar essa atividade devido à demanda da instituição, dos usuários e da equipe. Ademais, como indicado anteriormente, há a dificuldade de compreensão da distinção entre o acompanhamento no campo de estágio - que já é obrigatório, conforme a PNE - e a separação de um momento em particular, isolado da equipe e dos usuários, para discussão entre estagiário e supervisor de campo (SANTOS et al. 2016). Somado a isso, a própria desvalorização desse momento pode ser percebida em alguns profissionais, que não o compreendem como inerente ao papel de supervisor. O adoecimento profissional também é fator a ser ponderado, pois a desmotivação, o stress, o cansaço físico e psíquico são constantes no cenário atual e impactam na operacionalização da supervisão de estágio que demanda, em certa medida, apreço, interesse e motivação pelo exercício profissional e identificação com a própria profissão.

A dificuldade em realizar a supervisão de campo deve ser compreendida também a partir da própria condição de mercantilização da força de trabalho e do assalariamento do profissional que, conforme Guerra (2016, p. 119), atua sob condições de trabalho não dignas e:

[...] pode não ter a real capacitação para desenvolver essa atribuição (já que a graduação em Serviço Social nem sempre lhe fornece), nem mesmo a qualificação para o desempenho dessa atribuição. O supervisor pode,

também, não ter a percepção da importância da sua intervenção na formação do estagiário, em que pese ser, efetivamente, um sujeito central na formação, posto que é sempre tomado como exemplo pelo estudante. (GUERRA, 2016, p. 119)

Posto isto, o supervisor de campo representa para o estagiário modelo no que se refere às atividades prático-institucionais e referência de competência técnica e ética, por isso sua responsabilidade e importância no processo que é a formação profissional, como expõe a própria PNE.

Outras atribuições do supervisor de campo, com base na PNE, que serão destacadas aqui, são a leitura e a discussão das documentações relativas ao campo e dos estudos que façam alusão àquela temática. É a partir da apropriação de legislações, pesquisas, artigos e estudos que tratem especificamente do campo em que se atua que é possível realizar a mediação entre a teoria e a prática. Entretanto, é possível verificar que em determinados espaços ocupacionais o supervisor não detém conhecimento aprofundado seja sobre a instituição em si, políticas e regulamentações pertinentes a ela, seja sobre o trabalho que é possível ser executado pelo Assistente Social ali. Alguns fatores já conhecidos podem ser causas disso, como falta de capacitação teórica e técnica, como as especializações, má qualidade do curso de graduação - vide a flexibilização, a precarização e a privatização do ensino superior -, o que apresentará como consequência mais contundente a fragilização da supervisão de estágio no campo e, por conseguinte, a constituição de um perfil profissional (GUERRA, 2016) ético e técnico frágil.

A PNE também apresenta a participação em reuniões, encontros, seminários, fóruns de supervisão desenvolvidos pela Coordenação de Estágio, dentre outros, como competência do supervisor de campo. No entanto, é possível elencar diversas dificuldades de estar presente nesses momentos, como a não liberação pelas chefias para participação, as quais podem não compreender a importância desses espaços; a indisponibilidade de horário devido à sobrecarga de trabalho e os múltiplos vínculos trabalhistas acumulados pelo mesmo profissional.

Dessa forma, mesmo constituída enquanto uma competência e uma necessidade, inclusive, para a formação continuada e a qualificação da supervisão, muitos profissionais não participam desses eventos por não serem autorizados, não possuírem tempo disponível devido ao contingente de demandas, não receberem nenhum tipo de incentivo financeiro ou mesmo moral para estarem presentes nesses espaços que, em diversas situações, são desvalorizados por chefias e gestores. O assalariamento, mais uma vez mencionado aqui, impacta na autonomia profissional, a qual será sempre relativa e tensionada, variando em conformidade com as forças em disputas.

Ao mesmo tempo, Santos et. al (2016) assinalam em seus estudos que supervisores de campo elegem como uma das dificuldades a inexistência de capacitação para os supervisores se aprimorarem. Ou seja, a relativa autonomia associada à falta de capacitação podem e vão impactar diretamente na formação do perfil profissional crítico (GUERRA, 2016).

Destacamos aqui o ainda existente hiato entre academia e campo associada a falácia de que na prática a teoria é outra (SANTOS, 2013). Apesar de possuírem funções distintas, a PNE aponta a extrema relevância entre a articulação do supervisor acadêmico com o de campo, como dimensões constituintes do processo de supervisão. No entanto, o cotidiano em alguns momentos dificulta o diálogo entre ambos diante do cenário da agenda neoliberal que impacta nas políticas sociais - lócus privilegiado de atuação profissional - restringindo recursos e na mesma medida aumentando o número de usuários e demandas (ORTIZ, 2013). Santos et. al (2016, p. 238) oferecem argumentos sobre essa temática:

Esse distanciamento pode ser explicado por diversas questões [...]: o enorme volume de trabalho dos supervisores acadêmicos de campo; o número excessivo de estagiários por supervisor acadêmico; a distância geográfica dos campos; a não compreensão de que essa relação é fundamental; a resistência dos supervisores de campo e acadêmico em estabelecer essa relação [...].

Por fim, acrescentamos também a essencial ampliação da incorporação no cenário acadêmico dos supervisores de campo para participar de atividades que tratam de temáticas correspondentes à sua área de atuação.

Nessa perspectiva, é fundamental lembrar a análise de Iamamoto (2009), que aborda a necessária incorporação e o reconhecimento pelo Assistente Social da tensão entre Projeto Ético-Político do Serviço Social e condição de alienação no trabalho assalariado. Ou seja, dominando esse debate e compreendendo-o, o profissional conseguirá realizar a mediação entre seus limites e também suas possibilidades de atuação frente ao contexto social e histórico em que atua. Somente assim ele não incorrerá no fatalismo nem no messianismo/voluntarismo/militantismo. Ao mesmo tempo em que esbarra nos entraves postos pela sociabilidade burguesa e as políticas neoliberais, buscará tecer novas formas de enfrentamento e de trabalho possível em determinado momento sócio-histórico. Não se trata aqui de minimizar o poder do capital nem de supervalorizá-lo, mas sim de compreender que a história já nos mostrou possibilidades de enfrentamento através da luta coletiva.

Portanto, em conjunto supervisores acadêmicos e de campo aliados aos estagiários podem buscar traçar caminhos que apontem para a valorização e proteção dessa etapa única e fundamental do curso de graduação, defendendo momentos imprescindíveis para esses três sujeitos estarem juntos presencialmente.

Para Ortiz (2013), a oferta de cursos de capacitação para os supervisores de campo pode se constituir numa estratégia que possibilitará além de sua supervisão mais qualificada, aprimoramento da sua competência técnica e ética, cujos impactos serão substantivos na própria formação profissional e no trabalho do assistente social.

A reflexão e o questionamento sobre quando e como tais atividades devem acontecer também é ponto importante de discussão entre quem irá ofertar e o público alvo, ao passo que a viabilidade de participar em horário de trabalho ou não deve ser avaliada em conjunto.

A aproximação entre supervisores de campo e acadêmico também constitui estratégia para assegurar um processo de supervisão com rigor teórico-metodológico e científico. É possível minimizar a distância a partir de encontros periódicos, em campo ou na unidade acadêmica, dependendo da possibilidade de cada um, entre os três entes participantes desse processo. Santos et al. (2016) destacam o papel das supervisões integradas e as oficinas temáticas que podem ocorrer como forma de aproximação desses sujeitos:

As supervisões integradas são uma modalidade de supervisão em que estão presentes os três sujeitos envolvidos no processo, quais sejam: o supervisor acadêmico, os supervisores de campo e os estudantes. Já as oficinas temáticas consistem em espaços de reflexão sobre um tema de interesse de todos/as supervisores/as. (SANTOS et al., 2016, p. 238)

Nessa esteira, é mister destacar que o estágio supervisionado é um importante espaço de aproximação com a realidade e a possibilidade de operacionalização da teoria, então é locus essencial de “síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos, já que permite desenvolver todas as dimensões da profissão e articulá-las em torno de um perfil profissional crítico [...]” (GUERRA, 2016, p. 101).

Sendo assim, como assegurar um perfil profissional crítico diante da ofensiva neoliberal que assola o Brasil e rebate diretamente no ensino superior público e em sua mercantilização tal como nos espaços sócio ocupacionais desses profissionais, precarizando suas condições e relações de trabalho? Foi justamente isso que tentamos problematizar aqui.

Sabe-se que com a expansão do ensino superior privado sob a tutela do Estado e, principalmente, na modalidade de ensino à distância, ocorre uma certificação em massa que não é capaz de assegurar nem qualidade nem competências técnica, teórica e crítica (PEREIRA, 2013). Essa condição também impacta no mercado de trabalho na medida em que aumenta a oferta de

profissionais, rebaixando suas remunerações. Tem-se, assim, a precarização do ensino e da formação profissional e também do próprio trabalho do assistente social.

Nessa perspectiva, corroborando Guerra (2016), é imprescindível pensar que o estágio supervisionado sofrerá com as mesmas condições que afetam o exercício profissional dos/as assistentes sociais. A tensão entre Projeto Profissional e estatuto assalariado, como buscamos expor, vai incidir sobre a formação profissional e, especificamente, sobre o estágio supervisionado.

## CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, o esforço realizado neste estudo propôs analisar a relação teoria e prática e a defesa de sua indissociabilidade no âmbito da formação e do exercício profissional dos assistentes sociais, considerando aquela relação enquanto fomentadora de um fazer profissional competente, crítico e qualificado.

Traçamos também um panorama sobre o arcabouço normativo-jurídico que incide diretamente sobre o estágio supervisionado em Serviço Social, cujo objetivo é o de regulamentar essa etapa da formação e também assegurar determinada qualidade na sua realização. Contudo, sabemos que a existência dessas legislações não significa o seu cumprimento pelas próprias unidades de ensino e variadas possibilidades de graduação (presencial, semi-presencial e ensino a distância).

Além disso, as transformações societárias e seus impactos no mundo do trabalho e nos Estados nacionais apresentam novos e diversos desafios para a classe trabalhadora, aviltando suas condições de vidas e de trabalho, o que repercute diretamente no locus privilegiado de atuação dos assistentes sociais: as políticas sociais. Nessa conjuntura, a formação profissional e o exercício profissional são também afetados e sofrerão os impactos das desregulações das legislações trabalhistas; das flexibilizações; das terceirizações; da privatização e do repasse para o Terceiro Setor de atividades que deveriam ser desenvolvidas pela esfera estatal, dentre elas, a própria educação. Portanto, buscamos apresentar em nossa discussão que o estágio e sua supervisão ocorrem em um contexto que não é



ideal, mas é real e contemporâneo. E, sendo assim, levantamos indagações de como podemos garantir condições de realização deles em tempos tão adversos.

É pertinente expressar que a presença do estágio nos espaços ocupacionais é uma forma de oxigenação e, por isso, de qualificação do exercício profissional. O estagiário fomenta no supervisor reflexões e questionamentos inéditos, pois apresenta uma visão distinta e extramuros institucionais, além de expressar de forma ainda mais concreta a essencial unidade entre teoria e prática.

O ir e vir dos estagiários, afinal o estágio possui um período de vigência com início e fim, são algumas das premissas que fomentam no supervisor de campo e acadêmico indagações sobre a própria atuação, sobre os procedimentos operacionais, sobre a rotina institucional, ao passo que por diversas vezes os profissionais são esmagados pelo cotidiano e impedidos de realizar reflexões críticas e mais aprofundadas. Ou seja, a presença do estágio em determinado campo irá refletir diretamente no supervisor, pois não basta ele realizar determinada ação ou utilizar instrumentos técnicos-operativos, ele terá que justificar e ensinar para o estagiário porque, como, quando e para quem utiliza; quais objetivos, metas e resultados espera; qual sua responsabilidade ética nessas intervenções e na emissão de determinados documentos; por que intercede dessa forma e não de outra; e por aí em diante. O papel do estagiário, para além de aprender, - mesmo que ele não saiba - será o de fomentar novas interpelações sobre o fazer profissional. Daí o desafio da supervisão de estágio e da capacidade de ensinar e ao mesmo tempo aprender.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social - Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, Novembro de 1996. Disponível em:

SANTOS, G. R; MANCINI, M. V. D. V; NEVES, V. S. P  
A Supervisão direta de estágio e os instrumentos normativos: reflexões sobre a formação e o  
exercício profissional no Serviço Social

[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf).

Acesso em: 23 de abr. de 2020.

ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e  
Pesquisa em Serviço Social - Abepss, maio 2010. Disponível em:

[http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigida.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf). Acesso em: 24 de  
abr. de 2020.

BRASIL. Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de  
Assistente Social e dá outras providências, 1993. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm). Acesso em: 24 de abr. de 2020.

BRASIL. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993,  
que dispõe sobre a regulamentação da profissão. – 10ª edição revisada e atual.

Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 18 de maio de 2020.

CFESS. Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a  
SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Brasília: CFESS, 2008.  
Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 23 de  
abr. de 2020.

FORTI, V. e GUERRA, Y. D. *Na prática a teoria é outra?* In: Serviço Social: Temas,  
Textos e Contextos. Orgs: Valeria Forti e Yolanda Guerra, Rio de Janeiro, Lumen  
Juris, 2009.

GUERRA, Y D. *A Dimensão Técnico-operativa do exercício profissional*. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

GUERRA, Y. D. *O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa*. In: A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios. Cláudia Mônica dos Santos, Alzira Maria Baptista Lewgoy, Maria Helena Elpídio Abreu, organizadoras da coletânea; Valeria Forti e Yolanda Guerra, coordenadoras da série. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na cena contemporânea*. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LEWGOY, A. M. B. *O Estágio Supervisionado em Serviço Social*. In: Temporalis, Brasília (DF), ano 13, n.25, p.63-90, jan./jun.2013.

ORTIZ, F. G. *Desafios contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social*. In: Serviço Social: temas, textos e contextos. Valéria Forti, Yolanda Guerra, organizadoras. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

PEREIRA, L. D. *Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional*. In: Serviço Social e Educação. Orgs.: Larissa Dahmer Pereira e Ney Luiz Teixeira de Almeida. Coordenação: Valeria Forti e Yolanda Guerra. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SANTOS, C. M. *As Dimensões da Prática Profissional do Serviço Social*. In: Revista Libertas - Faculdade de Serviço Social - UFJF, v. 2 jul/dez/2002. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

SANTOS, C. M; ABREU, M. H. E. *Desafios do Estágio supervisionado na atualidade*. In: Serviço Social e Educação. Orgs.: Larissa Dahmer Pereira e Ney Luiz Teixeira de Almeida. Coordenação: Valeria Forti e Yolanda Guerra. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SANTOS, C. M. *Na Prática a Teoria é Outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, C. M. et al. *Supervisão de estágio em serviço social: desafios e estratégias para sua operacionalização*. In: A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios. Cláudia Mônica dos Santos, Alzira Maria Baptista Lewgoy, Maria Helena Elpídio Abreu, organizadoras da coletânea; Valeria Forti e Yolanda Guerra, coordenadoras da série. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.



## SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: ENFOQUE DAS NORMATIVAS E LEGISLAÇÕES

### MONITORING THE INTERNSHIP IN SOCIAL WORK: FOCUS ON NORMATIVES AND LEGISLATION

Maicow Lucas Santos Walhers<sup>1</sup>

Laura Cristina Gomes Lima<sup>2</sup>

Gabrielle Stéphaney Nascimento Sgarbi<sup>3</sup>

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira<sup>4</sup>

**RESUMO:** O artigo situa a formação profissional em Serviço Social, com recorte na supervisão de estágio a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, aprovadas em 1996 e da PNE - Política Nacional de Estágio em 2009. Numa pesquisa bibliográfica, o estágio supervisionado constituiu-se no eixo central do estudo realizado, analisando e problematizando esta atividade curricular e o seu processo de supervisão; seu lugar

<sup>1</sup> Doutorando em Serviço Social pelo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP – Campus de Franca. Graduado e Mestre em Serviço Social pela UNESP – Campus de Franca. Especialista em Gestão de Organização Pública de Saúde – CEAD/UNIRIO. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social - GEFORMSS e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social – GEDUCAS. Bolsista CAPES/DS. E-mail: [maicow.walhers@unesp.br](mailto:maicow.walhers@unesp.br).

<sup>2</sup> Doutoranda em Serviço Social pelo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP – Campus de Franca. Graduada e Mestre em Serviço Social pela UNESP – Campus de Franca. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Franca. Membro pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social - GEFORMSS da UNESP. E-mail: [laura.ssgomes@yahoo.com.br](mailto:laura.ssgomes@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Doutoranda em Serviço Social pelo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP – Campus de Franca. Graduada e Mestre em Serviço Social pela UNESP – Campus de Franca. Membro pesquisadora do GEFORMSS - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social. E-mail: [gabriellesgarbi@gmail.com](mailto:gabriellesgarbi@gmail.com).

<sup>4</sup> Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP – Campus de Franca e docente visitante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI-Teresina. Líder do GEFORMSS - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social. E-mail: [cirleneoliveira@terra.com.br](mailto:cirleneoliveira@terra.com.br).

na formação profissional do assistente social e os elementos significativos no debate contemporâneo do Serviço Social. O objetivo principal do estudo, ora apresentado neste artigo, foi analisar e avaliar a formação profissional na área de Serviço Social, com ênfase na supervisão de estágio a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, da atual legislação e normativas – tanto federal como específica da área – , e da implantação da Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Resultante de estudos sobre a supervisão de estágio em Serviço Social, realizados pelos autores e nucleados no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social - GEFORMSS, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP, Campus de Franca, este artigo apresenta alguns elementos centrais da supervisão de estágio em Serviço Social, com destaque para: o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos científicos e o trabalho profissional, a partir das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, compreendendo o estágio como elemento síntese da relação teoria-prática, através do processo de supervisão acadêmica e profissional.

**Palavras-chave:** Formação Profissional em Serviço Social. Diretrizes Curriculares. Política Nacional de Estágio. Supervisão de Estágio. Legislações.

**Abstract:** The article deals with vocational training in social work, with an emphasis on internship supervision based on the curriculum guidelines of the ABEPSS - Brazilian Association for Teaching and Research in Social Work, approved in 1996, and the PNE - National Internship Policy in 2009 . In a bibliographical survey, the supervised internship formed the central axis of the study carried out, which analyzed and problematized this curriculum activity and its supervision process; its place in the professional training of social workers and the essential elements in the current debate on social work. The main objective of the study, now presented in this article, was to analyze and evaluate vocational training in the social work field, with an emphasis on internship supervision based on ABEPSS curriculum guidelines, current laws and regulations - both federal and as well as at the country level - lag - and the implementation of the ABEPSS National Internship Policy. The result of studies on the supervision of internships in social work, carried out by the authors and in the group of studies and researches on vocational training in social work - GEFORMSS, associated with the graduate program in social work at UNESP, Campus de Franca, The article presents some central elements of the monitoring of internships in social work with a focus on: the establishment of mediation relationships between scientific knowledge and professional work from the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operational dimension, including the Internship as a synthesis element of the theory-practice relationship through the academic and professional supervision process.

**keywords:** Vocational training in social work. Curriculum guidelines. National Internship Policy. Supervision of the internship. Legislation.

## INTRODUÇÃO

O texto aborda os avanços e desafios para a efetivação da supervisão de estágio em Serviço Social e é resultante de estudo bibliográfico acerca das normativas e legislações do estágio supervisionado em Serviço Social. Numa análise teórico-crítica busca compreender o significado do estágio supervisionado em Serviço Social, a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, que o situa como uma das atividades integradoras do currículo, e também da PNE - Política Nacional de Estágio, compreendida como estratégia de fortalecimento para esta atividade curricular.

O aparato legal e normativo que subsidiou o estudo da supervisão de estágio em Serviço Social baseou-se no Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273 de 1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993), nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS (1996) e na Política Nacional de Estágio (2009); tais legislações e normativas direcionam e dão materialidade ao Projeto Político Profissional do Serviço Social que vislumbra o compromisso com a classe trabalhadora, a qualidade dos serviços prestados a esta população e a luta pela educação pública, laica e qualificada.

A construção coletiva das normativas contribuiu para a organização do estágio supervisionado de forma estratégica frente aos ataques que o ensino superior tem sofrido com a mercantilização, privatização, aligeiramento e, em especial, ao Ensino à Distância (EaD), num contexto que visa atender à lógica do mercado, esvaziando o sentido do processo formativo, que tem em seu escopo um perfil profissional bem delineado e um projeto profissional que

[...] envolve um conjunto de componentes articulados, como valores, saberes e escolhas teóricas, práticas e ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos político-organizativos, processos de debate, investigações, interlocução crítica com o movimento da sociedade da qual é parte e expressão. (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 23).

Os resultados aqui apresentados são decorrentes do estudo bibliográfico que constituiu a primeira etapa da pesquisa de natureza qualitativa, em conformidade com o que é apresentado por Minayo:

ela (a pesquisa qualitativa) se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis". (1999, p. 21-22)

Os procedimentos metodológicos para a realização deste estudo, numa perspectiva crítica, partiram da compreensão de que *“a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos [...], atento ao objeto de estudo e, que por isso, não pode ser aleatório.”* (LIMA; MIOTO, 2007, p.38)

Baseado nesta compreensão, foi realizado estudo da produção acadêmico-científica (teses/ dissertações, artigos publicados) e dos livros (fontes bibliográficas) acerca da temática, com o objetivo de investigar e aprofundar os estudos sobre as principais questões que fomentam o debate sobre formação profissional em Serviço Social no Brasil, com recorte na temática da supervisão de estágio, suas legislações e normativas.

## LEGISLAÇÕES E NORMATIVAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: AVANÇOS EM DEFESA DA QUALIDADE DA SUPERVISÃO

As legislações, tanto federais como as específicas da área, e as normativas do estágio supervisionado em Serviço Social, ressaltadas por Oliveira (2000), contribuem para a realização dessa atividade curricular conforme preconizado pelas entidades da categoria profissional, sobretudo a ABEPSS. Num compromisso ético-político-profissional, coletivo e permanente, busca-se qualificar o processo formativo, especificamente o estágio enquanto atividade curricular, obrigatória ou não.



No conjunto de legislações e normativas que norteiam o processo de ensino-aprendizagem em Serviço Social, encontra-se todo o aparato ético-político e legal construído historicamente pela categoria na defesa da formação e do exercício profissional; destacam-se a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei Federal n. 8.662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, e a Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993, que traz o Código de Ética Profissional do Assistente Social.

No que se refere a formação profissional em Serviço Social, destacamos as Diretrizes Curriculares, aprovadas pela ABEPSS em 1996, como a base para a elaboração das outras normativas que direcionam e dão materialidade ao processo formativo em Serviço Social. As Diretrizes Curriculares trazem uma nova lógica curricular, procurando superar a fragmentação dos currículos, em especial a visão do currículo mínimo; preconizam a instituição de parâmetros, diretrizes e princípios que perpassam toda a lógica curricular, num novo paradigma na forma de conceber e construir os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social no país.

É importante reforçar que as Diretrizes Curriculares caracterizam-se numa construção coletiva da categoria profissional a partir da mobilização dos seus órgãos representativos em âmbito nacional. E, é a partir das Diretrizes Curriculares que o estágio toma uma nova dimensão na formação profissional, ao ser compreendido com um dos momentos centrais para a efetivação da relação teoria-prática, a partir da inserção do estágio supervisionado em Serviço Social como atividade curricular obrigatória, articulada à outros componentes curriculares.

Assim, podemos afirmar que estágio supervisionado em Serviço Social adquire maior visibilidade no debate da categoria a partir das Diretrizes Curriculares de 1996. A formação profissional apontou neste contexto a exigência de um profissional que apreendesse de forma crítica a realidade social em que atuava e a partir dela criasse estratégias e alternativas de intervenção de forma crítica, propositiva e criativa nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Com base nessa compreensão é conferido ao estágio supervisionado um novo estatuto na formação, no processo de capacitação para o exercício da profissão. Conforme nos adverte Oliveira (2000, p. 103-104), acerca do velho paradigma em torno do estágio na formação profissional em Serviço Social:

[...] pode-se afirmar que o desafio presente nesta forma de conceber o estágio supervisionado é romper com o paradigma de uma atividade direcionada majoritariamente para a informação teórica e a prestação de serviços por meio do exercício profissional. O estágio, além dessa prerrogativa, deve centrar-se no estudo dos elementos históricos e conceituais ministrados no curso de Serviço Social, aproximando-se de situações reais e experiências cotidianas, na tentativa de compreendê-las em suas múltiplas determinações e, dentro da realidade político-institucional, apresentar criativamente propostas de enfrentamento das expressões da questão social.

A nova lógica curricular orientada pelas Diretrizes Curriculares está estruturada em núcleos de fundamentação, em que o processo de ensino-aprendizagem está voltado para a apreensão da dinâmica da realidade social. Os núcleos de fundamentação se articulam entre si, procurando evitar a pulverização e fragmentação de conteúdos, buscando uma formação totalizadora e qualificada.

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdo (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2007, p. 74).

Apesar de caracterizar um avanço para a formação profissional em Serviço Social por garantir um patamar único no processo formativo em âmbito nacional, percebemos que sua efetivação ainda se configura como um grande desafio para a profissão. As diretrizes curriculares aprovadas pela equipe de especialistas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com alterações em relação às competências e habilidades propostas pelas diretrizes aprovadas pela ABEPSS, fragilizaram a perspectiva teórico-metodológica adotada pela categoria. Assim, as Diretrizes Curriculares conforme nos coloca lamamoto (2008, p. 22) sofreram:

[...] uma forte descaracterização tanto na sua direção social quanto na base dos conhecimentos e habilidades, considerados essenciais ao desempenho profissional do assistente social [...] Na definição das competências e habilidades, a definição do direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise dos processos sociais e da sociedade brasileira foram suprimidos.

Ocorreu um reducionismo em relação às Diretrizes Curriculares propostas e aprovadas pela ABEPSS e as aprovadas pelo MEC, que fragilizaram a formação profissional ao descaracterizar as competências exigidas pela categoria, frente aos desafios postos pela complexidade da realidade social. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS apresentam competências e habilidades que devem ser apropriadas durante a formação profissional em Serviço Social e compreendidas de forma crítica pelos sujeitos envolvidos nesse processo, diante do seu caráter político.

O conteúdo das Diretrizes Curriculares apresenta habilidades e competências, atentas de forma crítica as exigências do mercado de trabalho profissional: busca capacitar o estudante a apreender criticamente o processo histórico como totalidade, criando estratégias de intervenção condizentes com os objetivos ético-políticos da profissão. As Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) podem optar entre as diretrizes preconizadas pela ABEPSS e as aprovadas pelo MEC; constata-se que tal fato implica em prejuízos para a formação profissional em Serviço Social, sobretudo diante do reducionismo elucidado anteriormente.

A Política Nacional de Estágio – PNE, elaborada em 2009, é resultante de ampla articulação da profissão, tendo a ABEPSS como protagonista desse processo coletivo, a partir da avaliação dos dez anos de implantação das Diretrizes Curriculares. Emerge de um debate profícuo em defesa da formação e do estágio supervisionado de qualidade, diante de um contexto histórico marcado pela mercantilização do ensino superior, pela crescente expansão das modalidades de ensino à distância e, contraditoriamente, do sucateamento do ensino superior público. Cenário político relacionado com os desafios apresentados para a efetivação do estágio supervisionado de qualidade:

[...] ampliação do EaD e suas implicações na qualidade da formação profissional do (a) assistente social, notadamente, na realização do estágio supervisionado curricular obrigatório, processo no qual temos constatado descumprimento ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com destaque para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores (as) acadêmicos e de campo e problemas relacionados a carga horária prevista para essa atividade. De outro, a aprovação da lei 11.788, de 25/09/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências; considere-se também, e especialmente, a resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2010, p. 3).

A esses desafios, a PNE configura-se como estratégia política da categoria na defesa da qualidade da formação profissional e do estágio supervisionado frente à precarização da política educacional brasileira, às exigências do mercado de trabalho, à mercantilização e expansão do ensino à distância, dentre outros.

Face à um cenário tão adverso, tornou-se necessária a construção coletiva de uma normativa que orientasse a realização do estágio supervisionado em Serviço Social, procurando superar desafios históricos da profissão, tais como: o distanciamento entre o campo de estágio e as Unidades de Formação Acadêmica (UFA's), a necessidade de parâmetros e de definições de atribuições para a realização da supervisão de campo e acadêmicas.

A PNE é lançada no ano de 2009, ao mesmo tempo em que emergem novos desafios frente à aprovação da Lei n. 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, a preservação da supervisão acadêmica nas modalidades de ensino à distância e da supervisão direta de estágio, o estágio obrigatório e o não-obrigatório entre outros.

Além de dispor sobre os desafios colocados para a realização do estágio supervisionado e as configurações deste nas UFA's e nas legislações do MEC, como o estágio obrigatório e não-obrigatório, a PNE trata sobre a necessidade de preservação da supervisão direta de estágio e a defesa da Resolução CFESS n. 533 de 29/09/2008. Abramides (2004) problematiza a tensão existente entre a exigência pedagógica da formação profissional pelo Serviço Social, de uma formação mais generalista, crítica, propositiva, e alicerçada em valores emancipatórios, e as exigências do mercado de trabalho, que colocam a necessidade de uma formação tecnicista e de mão-de-obra barata.

Um dos principais problemas a ser enfrentado na materialização do estágio como processo formativo e da instituição social como possibilitadora desse exercício acadêmico-pedagógico encontra-se no conflito e tensão existentes entre a exigência pedagógica e a determinação do mercado que amplia sua tendência em substituir o processo pedagógico de ensino e aprendizagem concebido como diretriz na formação profissional pelas unidades de ensino, através da solicitação de alunos de 1º e 2º anos letivos para o estágio, sem terem ainda adquirido os conhecimentos teóricos, as habilidades para essa inserção. Essa demanda do mercado não pode sucumbir o projeto formativo de responsabilidade das unidades de ensino, tornando-o refém dos ditames

do mercado que impõe a mão-de-obra-barata, e a desqualificação (de)formativa ao aluno em sua condição de estudante-trabalhador. (ABRAMIDES, 2004, p. 14).

Procurando criar estratégias frente a esta conjuntura, a PNE propõe diretrizes para a realização do estágio supervisionado para as UFA's; definindo parâmetros para a sua realização, bem como explicitando os princípios e as atribuições para os sujeitos envolvidos no processo de supervisão. Estudos já realizados nesta primeira década de aprovação da PNE consideram esta política nacional um importante avanço, sobretudo ao contribuir para maior clareza das atribuições e competências dos (as) supervisores (as) de campo, acadêmicos (as) e estagiários (as), provocando uma maior aproximação e relação entre esses sujeitos.

Conforme definido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, os princípios norteadores procuram uma articulação do estágio supervisionado com os princípios ético-políticos, materializados no Código de Ética Profissional. São estes que orientam a formação e o exercício profissional na direção social construída historicamente a partir do compromisso firmado com a classe trabalhadora e que sinaliza a busca de superação com a identidade atribuída na gênese da profissão. Nota-se que os princípios do Código de Ética da profissão marcam a superação da dicotomia entre teoria e prática a partir da maior aproximação entre os sujeitos envolvidos no estágio supervisionado: entre as UFA's e o campo de estágio e na relação do conhecimento apreendido nas atividades acadêmico-científicas no curso e no campo de estágio.

Assim é colocado enquanto princípios norteadores: a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Em síntese, estes princípios procuram fundamentar as dimensões investigativa e interventiva do trabalho profissional do Serviço Social; procuram a concretização da relação entre o conhecimento crítico, embasado na teoria social crítica de Marx e os complexos sociais estruturais e conjunturais que se expressam

no cotidiano profissional e se particularizam no campo de estágio, tornando-se concreto pensado.

Outro salto qualitativo da PNE está na definição das atribuições dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, o que confere maior clareza dos papéis a serem desenvolvidos e um norte para a realização da supervisão de campo e acadêmica. A supervisão é colocada como um dos princípios das Diretrizes Curriculares que fundamentam a formação profissional, sendo necessário um olhar atento da categoria para a forma como é operacionalizada nos campos de estágio e nas UFA's, destacada a importância da sua articulação no processo de supervisão. Estas modalidades de supervisão são colocadas como duas dimensões do mesmo processo, envolvendo os sujeitos inseridos no processo de supervisão e os demais profissionais inseridos nos espaços sócio-ocupacionais.

A supervisão de estágio na formação em Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica que caracteriza a prática docente e, portanto, sob responsabilidade do(a) professor(a)-supervisor(a) no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades prático-institucionais da(o) estudante pelo(a) assistente social, nos campos de estágio. Estas dimensões devem estar diretamente articuladas em todo processo de supervisão. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2010, p. 19).

O debate contemporâneo tem apontado o estágio e a supervisão como um processo educativo ao propiciar uma vivência significativa para o estagiário, na qual ele possa desenvolver as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional, sobretudo considerando-se a dimensão pedagógica do estágio supervisionado.

A supervisão de estágio é uma atribuição ético-profissional do assistente social segundo o Código de Ética de 1993; e, o estágio tem uma dimensão educativa na formação profissional, ao trazer contribuições para a construção da identidade profissional do estudante de Serviço Social a partir do compromisso e da responsabilidade assumida no desenvolvimento dessa atividade curricular.

Para a melhor efetivação do estágio, os supervisores de estágio, acadêmico e de campo, devem buscar preparação para o desenvolvimento dessa atividade

curricular. Neste aspecto, é necessário que as UFA's criem estratégias, como os fóruns de supervisão e/ou outras atividades acadêmicas, para aproximar esses sujeitos, promovendo debates qualificados sobre o estágio supervisionado, ancorados na perspectiva da formação permanente em Serviço Social.

A defesa da qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social é uma pauta do debate contemporâneo da categoria, sobretudo diante da precarização das políticas sociais e, principalmente, da educação brasileira. A lógica mercantilista da educação, norteadada pelo ideário neoliberal, coloca como parâmetro para a formação profissional a necessidade de um perfil tecnicista, em detrimento da formação crítica e competente, procurando atender as demandas do mercado.

Nesse sentido, a política educacional cada vez mais voltada para os interesses do capital torna-se aligeirada, procurando aumentar o número de profissionais formados, atendendo as exigências tanto do capitalista quanto da classe trabalhadora em um processo contraditório de reprodução social: a classe trabalhadora passa a exigir do Estado o acesso à educação enquanto direito e como forma de qualificação para o mercado de trabalho.

Contraditoriamente, o Estado voltado para os interesses do capital em consonância com o capital internacional, orientado pelo ideário neoliberal, transfere essa responsabilidade para o mercado, garantindo a mercantilização da educação, atendendo aos interesses de acumulação do capital. A educação, tanto pública como privada, está cada vez mais inserida dentro dessa lógica, diante do direcionamento da política de educação aos acordos internacionais com o FMI, Banco Mundial e demais agências internacionais.

Diante desse direcionamento da educação na política educacional brasileira, é fundamental defender a qualidade do estágio supervisionado em Serviço Social enquanto espaço de legitimação do compromisso ético-político profissional, de construção da identidade profissional e de competências e habilidades alicerçadas no Código de Ética e na lei de regulamentação da profissão.

Um perfil profissional elucidado pelas Diretrizes Curriculares de 1996, que coloca um novo patamar na formação profissional: crítico e competente, capaz de intervir na realidade social a partir do desvelamento de suas contradições, propondo

respostas em consonância com o compromisso assumido historicamente com a qualidade dos serviços prestados e com a luta da classe trabalhadora.

## SUPERVISÃO DE ESTÁGIO COMO ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Como já abordado, o estágio supervisionado em Serviço Social é uma atividade de ensino e aprendizagem, sendo considerado um componente curricular fundamental da formação profissional, pois compõe a carga horária e a grade curricular do curso; nesse sentido, sua realização é uma exigência para a conclusão do curso de graduação.

Desse modo, faz-se imprescindível compreender como ocorre o estágio supervisionado, os papéis dos sujeitos envolvidos e seus desdobramentos na contemporaneidade.

O início do estágio se caracteriza pela inserção do discente na instituição de campo com o intuito de capacitá-lo para o futuro exercício profissional. O estagiário deve realizar as atividades presentes no plano de estágio com compromisso ético, de acordo com as legislações e normativas que norteiam a profissão.

A experiência oriunda do estágio supervisionado propicia ao discente a construção da dimensão técnica e operativa do trabalho, do fazer profissional e também se torna possível o desenvolvimento das dimensões teórico-metodológica e ético-política, compreendendo que essas fazem parte do cotidiano de atuação profissional do (a) assistente social. No decorrer do estágio, o (a) discente poderá se aproximar e compreender como se dá a materialidade da ação interventiva do assistente social, num dado espaço sócio-ocupacional, por meio de formulação de planos, projetos, ações e intervenções, com o devido embasamento teórico e postura ética-política, mediante seu compromisso com a população usuária dos serviços.

Conforme explicitado anteriormente, a supervisão de estágio em Serviço Social envolve duas dimensões: a supervisão de campo (trabalho profissional do campo de estágio, exercido pelo assistente social que atua no espaço institucional);



e a supervisão acadêmica (realizada pelo assistente social no exercício da docência no curso de Serviço Social)<sup>5</sup>.

Um dos princípios norteadores das Diretrizes Curriculares é a supervisão direta. Ainda, segundo a ABEPSS (2010, p. 13) “O estágio pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, direta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do (a) estudante”. O (A) supervisor (a) de campo e o (a) supervisor (a) acadêmico (a) devem estar articulados, em consenso acerca das ações desenvolvidas pelo discente no campo de estágio.

A supervisão realizada conjuntamente pelo supervisor acadêmico e de campo deve ser exercida articuladamente: um supervisor deve conhecer o outro e os respectivos processos institucionais que abarcam o processo de estágio. Assim conforme preconiza o projeto ético-político, é indicativa a realização de encontros periódicos sistemáticos entre supervisores. (CAPUTI, 2014, p. 164).

As duas dimensões da supervisão de estágio são distintas, mas se relacionam dado que a supervisão de campo e a acadêmica possuem suas especificidades e ambas são atividades privativas do assistente social, conforme o artigo 2º da Resolução CFESS 533/2008: “A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação. ”

Diante das especificidades da supervisão, ressalta-se que a mesma é inerente ao exercício profissional do assistente social; dessa forma, a categoria profissional deve refletir e repensar a relevância deste processo buscando agregar qualidade para a formação profissional.

Durante o processo de supervisão, o (a) supervisor (a) de campo deverá orientar as atividades desenvolvidas pelo estagiário, em consonância com o Código de Ética do (a) assistente social e com as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas da profissão. As atividades desenvolvidas e

---

<sup>5</sup> O espaço da docência é um espaço de trabalho, considerado como um trabalho assalariado, alienado-estranhado, que se realiza no âmbito da reprodução social, prestando um serviço na esfera da educação estatal ou privada (BENATTI, 2014).

acompanhadas pelo (a) supervisor (a) de campo na instituição auxiliarão as reflexões e orientações realizadas pelo (a) assistente social no exercício da docência durante o processo de supervisão acadêmica.

A supervisão acadêmica compreende ações voltadas para identificar os desafios e as possibilidades das ações profissionais desenvolvidas nas instituições de campo; analisar, refletir e discutir em grupos reduzidos<sup>6</sup> com os (as) discentes acerca da realidade dos campos de estágio, dos elementos constitutivos do projeto profissional nos espaços sócio-ocupacionais e sua relação com o projeto ético-político do Serviço Social, orientar e avaliar o (a) estagiário (a).

A supervisão acadêmica pode intercalar atendimento individual e coletivo, a supervisão individual é oferecida com intuito de dar relevância à individualização do ensino e aprendizagem e a supervisão grupal proporciona ao estagiário vivenciar discussões críticas, de modo coletivo, com investimento permanente no debate, questionamentos, reflexão e diálogo entre as diferenças que permeiam os integrantes de cada grupo e as especificidades dos campos de estágio. A supervisão ocorre em sala de aula específica destinada pela instituição de ensino. (LIPORONI, 2017, p.125)

Salienta-se algumas atribuições do supervisor acadêmico de acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2010, p. 20):

O(a) Supervisor(a) Acadêmico(a) deve orientar os(as) supervisores(as) de campo e estagiários(as) sobre a política de estágio da instituição inserindo o debate atual do estágio supervisionado e seus desdobramentos no processo de formação profissional. Orientar os(as) estagiários(as) na elaboração do Plano de Estágio, conjuntamente com os(as) supervisores de campo, de acordo com os objetivos acadêmicos, em consonância com o projeto pedagógico e com as demandas específicas do campo de estágio. Auxiliar o(a) estagiário(a) no processo de sistematização do conhecimento, orientando e revisando suas produções teóricas, como também contribuindo no processo pedagógico de análise do trabalho profissional.

---

<sup>6</sup> De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2010, p. 34) “A supervisão acadêmica não deve ultrapassar o limite de 15 estudantes por turma, tendo em vista as especificidades da disciplina de estágio. Indica-se que as turmas sejam sub-divididas por áreas de atuação/conhecimento do Serviço Social (políticas sociais, fundamentos, trabalho, questão urbana e rural, questão geracional, etc), organizados conforme realidade dos campos de estágio.”

Outro aspecto relevante é que o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPPC) busca desenvolver as políticas acadêmicas que constituem o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Ademais, cada instituição de ensino deve possuir a sua própria política de estágio e uma coordenação de estágio, que devem fazer parte do PPI em consonância com as legislações vigentes acerca do estágio, almejando que a referida atividade possua qualidade em todos os âmbitos.

Cabe as instituições de ensino desenvolverem uma Política de Estágio, com objetivos e estratégias que contemplem a articulação e o relacionamento institucional com os campos de estágios, com as entidades de representação da categoria e aproximação entre supervisores e estudantes. Desse modo, essa Política deverá ser fortalecida com a realização de ações que envolvam a formação, capacitação permanente de supervisores, a articulação de fóruns de estágio, a avaliação permanente, o aperfeiçoamento da preparação de novos campos e estagiários, a realização de Seminários Integrados com demais disciplinas e com temas transversais que perpassam diferentes campos e temáticas, seminários e atividades preparatórias para estudantes que antecedam a inserção nos campos de estágio, o fluxo permanente com as demais atividades do curso e da Universidade/ Faculdade por meio do ensino, pesquisa e extensão, bem como o fortalecimento dos vínculos do curso com os CRESS, dentre outras ações pertinentes às diferentes realidades. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2010, p. 35)

Porém, diante da mercantilização, sucateamento, aligeiramento do ensino superior e precarização do trabalho docente, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) não possuem e/ou desenvolvem uma política de estágio em consonância com as legislações vigentes. A partir dos estudos realizados, destacam-se os limites mais evidenciados e que perpassam as condições de trabalho docente: dupla jornada de trabalho, cobranças exacerbadas para produzir (produtivismo acadêmico), forma de avaliar o docente nas IES, cobranças para realização de atividades burocráticas, resistência para a ampliação do quadro de docentes nas universidades refletindo diretamente na supervisão acadêmica e no desenvolvimento do estágio.

O trabalho docente se perfaz hoje em um sentido mercadológico, no qual os trabalhadores são submetidos à exigência do produtivismo exacerbado, produzindo, muitas vezes de forma mecanizada, com a cobrança de se preencher os currículos lattes. Além do mais, principalmente nas instituições públicas, há a necessidade de ocupar vários espaços, o que muitas vezes não é valorizado pelos órgãos de fomento. Em certos casos, essa lógica

produtivista consome o trabalhador, que passa a não se reconhecer mais nos processos de trabalho. (PEREIRA, 2018, p.77)

O (A) supervisor (a) de campo também enfrenta desafios em seu cotidiano que rebatem no desenvolvimento e na qualidade da supervisão, tais como: dificuldade de articulação entre as IES e as instituições campo; ausência de conhecimento acerca das legislações e das diferentes atribuições dos sujeitos partícipes do estágio; vasta demanda para poucos profissionais; instituições com instalações físicas inadequadas; hierarquização e/ou ausência de autonomia profissional do (a) supervisor (a) de campo e acadêmico (a); cobranças para a realização de ações que não são atribuição do (a) assistente social e de tarefas burocráticas que não possuem uma perspectiva crítica; escassez de campos de estágios; estágio considerado como trabalho e estagiários como mão de obra barata; entre outros.

O avanço do ideário neoliberal e a constante precarização do mundo do trabalho impõe desafios para atuação profissional do assistente social, inclusive para os (as) supervisores (as) de estágio, tanto acadêmico(a)s como de campo, comprometendo a qualidade das ações, e concomitantemente estes desafios rebatem diretamente no desenvolvimento e qualidade da supervisão de estágio, na formação profissional e, por conseguinte na futura atuação profissional do (a) discente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo da supervisão de estágio é fundamental a compreensão das normativas e legislações que explicitam o significado, o objetivo e o conjunto das exigências pertinentes ao desenvolvimento do estágio supervisionado curricular. A base inicial para a sua compreensão fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, elaboradas coletivamente pela ABEPSS e aprovadas em Assembléia Geral da entidade no ano de 1996, que apresentam como um de seus princípios a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

É importante também destacar que a supervisão de estágio, enquanto atividade privativa do assistente social e pelo seu significado no processo de formação profissional em Serviço Social, tem na Resolução CFESS nº 533 uma regulamentação necessária para sua efetivação.

A partir da aprovação e implementação das Diretrizes Curriculares e, posteriormente, da Política Nacional de Estágio-PNE em 2009, o debate acadêmico-científico do estágio supervisionado curricular adquiriu particular tensionamento. A legislação que normaliza o estágio supervisionado curricular em Serviço Social busca a garantia de condições para uma formação profissional de qualidade e coerente com o projeto ético-político profissional. Tanto a legislação específica do Serviço Social, como a federal, objetivam que o estagiário tenha um preparo efetivo para o exercício profissional, através de uma aproximação à realidade social, supervisionado por assistentes sociais devidamente qualificados, que oportunizem uma reflexão crítica acerca dos seus conhecimentos e a relação com a atividade desenvolvida no estágio. A referida legislação procura sistematizar esta atividade e “proteger” o estagiário para a garantia de um estágio que atenda as exigências inerentes ao seu aprendizado.

O processo de formação profissional em Serviço Social e, particularmente, o estágio supervisionado, deve garantir a apreensão do significado sócio-histórico do Serviço Social, das condições de trabalho dos assistentes sociais, do universo dos trabalhadores usuários dos diversos serviços e das políticas sociais. Neste aspecto, exige conhecimentos alicerçados numa fundamentação teórica e saberes práticos, com suas devidas mediações, em consonância com o projeto profissional que traz a direção social da profissão.

Para finalizar, podemos afirmar que a supervisão de estágio em Serviço Social apresenta avanços, de acordo com as diretrizes curriculares vigentes. Mas, ainda constata-se um longo caminho à percorrer na estruturação de uma política de estágio supervisionado que possa superar dificuldades apresentadas no cotidiano institucional – tanto da universidade, como dos campos de estágio – associada à discussão transversal das questões pertinentes ao processo de formação

profissional, que perpassa os diferentes conteúdos programáticos, priorizando as dimensões investigativa e interventiva do trabalho profissional, como princípios formativos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C.. **O ensino do trabalho profissional: o estágio na formação profissional.** Palestra proferida pela Profª Maria Beatriz Costa Abramides – Vice Presidente da ABEPSS – Região Sul II – Gestão 2003-2004. Florianópolis, 2004. Disponível em:

<<http://d.yimg.com/kq/groups/14216906/896963811/name/Palestra+Prof+Bia+Abramides+Est%C3%A1gio.doc>>. Acesso em: 23 maio 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS.** Brasília, DF, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social – ABEPSS. In: CRESS 9ª REGIÃO (Org.). **Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos, e regulamentos para a instrumentação da(o) assistente social.** 3. ed. rev., atual., até dez. 2007. São Paulo, 2007.

BENATTI, L. P. dos S. **Trabalho docente em tempos de mundialização do capital – um estudo no âmbito do Serviço Social:** microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II – 2012/2014. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm). Acesso em: 30 jan. 2019.

CAPUTI, L.. **Supervisão de estágio em Serviço Social: tempo de mundialização do capital – desafios cotidianos e (re) significados!** 2014. 228f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2018.

IAMAMOTO, M. V.. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIPORONI, A. A. R. C.. **Estágio Supervisionado em Serviço Social**: fundamentos, significados e perspectivas. LIPORONI, A. A. R. C, OLIVEIRA, C. A. H, LIMA, M. J. O (Organizadoras) – Curitiba, PR: CRV, 2017 – Coedição: São Paulo, SP. Cultura Acadêmica Editora, 2017.

LIMA, T. C.S.; MIOTO, R. C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**: Florianópolis. v.10, n. esp. pp.37-45, 2007.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 11. ed. Petrópolis- RJ:Vozes, 1999.

OLIVEIRA, C. A. H. S. Estágio supervisionado curricular em serviço social: elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 99-110, jan./jun. 2000.

PEREIRA, L. T. **A expansão dos cursos de serviço social e os desafios enfrentados pelas assistentes sociais docentes**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

YAZBEK, M. C.; MARTINELLI, M.; RAICHELIS, R. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 95, 2008.



## AS CONTRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO PARA A QUALIFICAÇÃO DA SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL

### THE INTERNSHIP COORDINATION CONTRIBUTIONS FOR THE SOCIAL WORK SUPERVISION IMPROVEMENT

Júlia Aparecia Soares de Paula<sup>1</sup>  
Paula dos Santos Kropf<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta um debate construído centrado na compreensão acerca da Coordenação de Estágio como um agente de potencialização da articulação dos sujeitos envolvidos na supervisão e no processo de formação em Serviço Social. O objetivo desta proposta é o de contribuir com a discussão a respeito das ações para a experiência do estágio na contemporaneidade, na busca de construção de vivências qualificadas para a formação profissional. Para isso, na pesquisa se recorreu às fontes bibliográficas e documentais, à sistematização das ações e pesquisas realizadas, bem como à experiência profissional como docentes da disciplina de supervisão acadêmica e à frente da gestão, desde agosto de 2019, da Coordenação de Estágio da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. As reflexões estão organizadas a partir da apresentação da histórica construção das conquistas da categoria na valorização do estágio para a formação, e elenca alguns desafios enfrentados por estudantes e profissionais supervisores - acadêmicos e de campo, gestores e técnicos assistentes sociais. Finalizando, realiza a análise de ações que podem nortear a intervenção para qualificar a gestão e, conseqüentemente, a experiência da supervisão de estagiários nos espaços de formação. Nesse sentido, incita um diálogo a partir do entendimento de que uma perspectiva crítica deve ser capaz de estimular uma reflexão teórica dos papéis de cada sujeito no processo de estágio, possibilitando estratégias de enfrentamento

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Graduação, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói). Coordenadora de Estágio e do Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Sociabilidade na Contemporaneidade (GETSC). E-mail: depaula.julia@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Assistente Social. Graduação, Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói). Vice-Coordenadora de Estágio e coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa Cultura na Sociabilidade Contemporânea. E-mail: paulakropf@gmail.com



consistentes e novas proposições para transformar a realidade da formação profissional.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado; Serviço Social; Coordenação de Estágio; Política Nacional de Estágio.

**Abstract:** The paper discusses about the internship coordination as an agent to strengthen the articulation of the subjects involved in the supervision and training process in Social Work. As a methodological choices, it been used bibliographic and documentary sources, as well as the systematization of professional experience in front of the UFA internship coordination management, since August 2019. The ideas are organised from the historical construction of the achievements of the category, regarding to the valorization of the internship for training and lists some challenges faced by students and professional academic and field supervisors, managers and social workers. Finally, in order to contribute to an analysis of actions that can guide an intervention to improve a management and, consequently, the experience of supervising. In this sense, inciting a dialogue from the understanding of a critical perspective must be able to stimulate a theoretical reflection of the roles of each subject in the internship process, which allows for consistent coping strategies and new proposals to transform the reality of professional training.

**Keywords:** Supervised internship; Social service; Internship coordination; Internship National Politic.

## ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: POR ONDE COMEÇAR A PENSAR?

A escrita de um artigo pressupõe a exposição de um raciocínio construído por meio do desenvolvimento de ideias, articulação de saberes e vínculo com os desafios postos pela realidade. Tais saberes, além daqueles em elaboração, também correspondem ao que anteriormente foi produzido nas distintas áreas de conhecimento correlatas, sendo fruto das ações e trajetórias historicamente percorridas pelos sujeitos coletivamente antes do presente.

Por esse caminho, pensamos que, para falar sobre a experiência atual da supervisão e suas possibilidades no tocante ao lugar da Coordenação de Estágio, é indispensável elucidar alguns pontos de partida. O primeiro deles pode ser provocado pela afirmação de Guerra (*apud* LEWGOY, 2010, p. 45) de que “[...] só o estágio permite a análise concreta de situações concretas”. Este fio será retomado

em alguns momentos da exposição, ajudando a concatenar algumas reflexões sobre esse espaço fundamental do processo de formação profissional.

Como parte importante de compreensão da supervisão de estágio em Serviço Social, está sua história e seu significado ao longo da formação profissional. A análise do desenvolvimento atual do debate é resultado da construção enquanto categoria desde os primórdios, com a existência das primeiras escolas e as reflexões a respeito da condução no processo educacional. Os desafios pedagógicos hoje, também resultam de um enfrentamento ao conservadorismo e o tecnicismo empregado na experiências do ensino e aprendizagem e nas formas de supervisão de estágio, na busca por avançar constantemente na construção de uma formação de qualidade, sem perder de vista a natureza interventiva do Serviço Social.

Enquanto reflexão, cabe localizar histórica, política, econômica e culturalmente, a realidade da qual falamos. Nesse sentido, a sistematização da experiência profissional parte de vivência como docentes da disciplina de supervisão acadêmica e, atualmente, à frente da gestão<sup>3</sup> na Coordenação de Estágio da Escola de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense (ESS/Niterói). Entende-se que o momento é marcado pelo acirramento da disputa em torno da busca pela educação pública, laica e de qualidade contra o corte de verbas, a precarização das condições de trabalho e do acesso ao direito à educação, avançando na decadência do discurso elitista e o conservador, que tem ganhado cada vez mais espaço no Governo de Jair Bolsonaro. Destaca-se, portanto, a reconfiguração do Estado diante da crise capitalista, as formas regressivas de respostas às expressões da questão social e os impactos para o trabalho profissional.

Docentes e estudantes se colocam na defesa de uma educação de qualidade e dos valores em consonância ao projeto ético-político do Serviço Social, na busca de uma razão crítica e comprometida, da função pública e coletiva do acesso aos direitos, participando da construção de respostas para a superação dessa sociedade tão desigual. Mas há, portanto, grandes desafios para a garantir a formação de

---

<sup>3</sup> Gestão iniciada em agosto de 2019 e com duração de quatro anos, tendo o seu término previsto para 2023.

assistentes sociais comprometidos com um projeto profissional que se contrapõe a qualquer forma de injustiça, na defesa da liberdade, igualdade, ampliação e consolidação da cidadania, equidade e justiça social, eliminação de todas as formas de preconceito, dentre outros princípios norteadores da profissão. No bojo deste agravamento da experiência da vida social na atualidade, está constituído o terreno para os primeiros contatos com a prática profissional para estudantes ao fazerem parte dos espaços socio ocupacionais através do estágio.

Afinal, estágio e supervisão, como elementos inerentes da formação e exercício profissional, sofrem conjuntamente os reflexos da crise do capital, da política reducionista de direitos sociais efetuada pelo Estado, da reforma universitária, da mercantilização da educação, dos achatamentos salariais, do retrocesso ao pensamento conservador e suas sequelas desenfreadas. (CAPUTI, 2016, p. 391)

No que se refere às especificidades desta etapa do processo formativo, identifica-se o impacto na intensificação da precarização das condições de vida dos estagiários, fazendo com que muitos tenham que dividir seu tempo de estudo e atividades no campo com as disciplinas, trabalho, fazeres domiciliares, busca por sobrevivência e conclusão do curso, como demonstrado na pesquisa realizada pelas assistentes sociais da Coordenação de Estágio (SILVA; COIMBRA, 2019). Mas, também, a complexa realidade vivenciada pelos assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais, tendo que lidar com demandas institucionais, dos usuários e lutar por melhores condições de trabalho, sendo agente de formação, por meio da supervisão direta dos estudantes. O que demonstra a impossibilidade de pensar o estágio supervisionado, sem considerar a indissociabilidade entre trabalho e formação profissional, como no argumento de Ferri (2020).

Desta forma, parte-se da defesa de que a supervisão direta envolve três sujeitos - estudante, supervisor de campo e supervisor acadêmico – que possuem diferentes atribuições. Estes devem, de modo geral, assegurar que a supervisão ocorra de forma concomitante e que a inserção do estudante no espaço socio ocupacional ocorra preconizando o entendimento de que é uma atividade integrante da formação profissional, portanto, de ensino e aprendizagem. Mas destacamos que, nesta construção, também estão elencadas na Política Nacional de Estágio

(PNE), as atribuições da Coordenação de Estágio, entendida como “esfera de organização e gestão da política de estágio” (ABEPSS, 2010, p. 24) e trazemos para o debate a oportunidade, nesse espaço, de realizar atividades conjuntas com os diferentes sujeitos, como estratégias de fortalecimento e qualificação da supervisão de estágio em Serviço Social.

Assim, a partir da apropriação de autores reconhecidos pela temática, documentos produzidos pela categoria profissional, pela Coordenação de Estágio da ESS/Niterói e, na participação em espaços de troca com outras UFAs e, com entidades da categoria profissional, como encontros da ABEPSS e da Comissão e Formação do CRESS/RJ, é realizada a reflexão a respeito da intervenção profissional para qualificação da formação frente às demandas colocadas pelo estágio supervisionado. Entendemos as ações aqui apresentadas como potencializadoras para a articulação dos sujeitos, abarcando possibilidades de atuação profissional no âmbito da gestão para a implementação da Política Nacional de Estágio, sem a pretensão de esgotar o debate no espaço educacional.

## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL - HISTÓRIA E SIGNIFICADO

Falar sobre a supervisão em sua dimensão histórica faz remissão ao fato de que esta é, segundo Lewgoy (2010), uma das ações mais antigas concernentes ao processo de ensino e aprendizagem, em termos gerais, com registros de ocorrência desde a Grécia Antiga. Com relação ao Serviço Social, inicialmente, esta surge como um processo de treinamento para execução das ações de caridade no sentido de alinhá-los às instituições provedoras. Antes de sua profissionalização, a supervisão estava mais vinculada ao campo do trabalho e o estágio, por sua vez, entendido como um treinamento vocacional, distante de qualquer perspectiva de articulação com um sentido formativo. Além disso, havia também a percepção de que o estágio proporcionava o aprendizado de fato, pois oportunizava a experiência na prática. Neste momento, o supervisor desempenhava função “de natureza mais administrativa do que pedagógica”.

Somente na segunda década do século XX onde, dentre as influências se destaca a obra de Mary Richmond, *O Diagnóstico Social*, é que o processo de supervisão vai absorver uma aproximação com o ensino, tomando aquele como um “orientador da metodologia”. É procedente observar que, aqui, assim como a profissão atendia às exigências socialmente colocadas, especialmente vinculadas ao impulso modernizador – de urbanização e industrialização – também a supervisão deveria corresponder às insígnias daquele tempo. Não havia ainda um posicionamento de contestação da ordem vigente e tampouco das requisições dela decorrentes.

No Brasil, com o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social em diante, situada em meados da década de 30, aos poucos a formação profissional vai se constituindo como parte, e se desdobra em processos de aprendizagem diversos. Estes acompanham o cenário social, em que as transformações do Estado de modo a atender à promessa de crescimento incutida no projeto desenvolvimentista passam a exigir maior qualificação dos profissionais, no sentido de adequação às mudanças em curso. Assim, corroborando para a elevação do Serviço Social a um patamar de institucionalidade, se distanciando, em parte, de sua vinculação inicial à religião. Neste período, se registra uma maior aproximação às influências do Serviço Social norte-americano.

Com o Movimento de Reconceituação temos um intenso processo de mudanças no que tange à profissão e seus elementos norteadores, cuja perspectiva de busca por uma ruptura e refutação ao Serviço Social tradicional adquire destaque. Entretanto, segundo Lewgoy (2010), a renovação demandou grande esforço de construir novas bases para o estatuto da profissão. Este notadamente promoveu avanços no campo teórico, contudo, análises posteriores indicam que naquele momento ficou faltando maior atenção à ação profissional e, conseqüentemente, também à supervisão.

Os próximos passos da trilha no sentido da recusa do projeto modernizador que se colocava no período, foram amplamente descritos e difundidos por grandes obras de referência da área. De modo geral, as mudanças, ao adquirirem fôlego, vão paulatinamente contemplando o Serviço Social em sua totalidade – da expansão de uma produção teórica, ao início e subsequente ampliação dos cursos de pós-

graduação, à reformulação do currículo e do código de ética, passando pela expressiva organização da categoria ao longo da década de 1980. Todo esse impulso de negação das bases tradicionais da profissão, somadas à elaboração de uma leitura crítica da realidade, vão atingir sua maturidade, segundo Netto (2006), nos anos 1990.

A complexa relação de construção e efetivação no cotidiano, por parte da categoria, de um projeto profissional contra hegemônico, coloca o desafio de que a materialidade palpável não se dá transmutada em um documento específico, uma cartilha de como fazer, nem com a repetição de frases que definam os princípios e valores da profissão. O projeto profissional, em sua definição, segundo Netto (2006, p. 4), é de âmbito coletivo e

envolve uma série de componentes distintos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc. São várias, portanto, as dimensões de um projeto profissional, que deve articulá-las coerentemente.

Se observa, portanto, não se tratar de algo como uma carta de recomendações, mas, de um conjunto de elementos que indicam certa projeção coletiva do Serviço Social sobre sua constituição e efetivação socialmente. Entretanto, seu processo de consolidação é marcado pela existência dos documentos estruturantes, ainda que neles não se esgote. Assim, as bases normativas são representadas no Código de Ética e a Lei de Regulamentação da profissão (Lei n. 8.662, de 7 de junho), ambos de 1993, e as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, da ABEPSS, de 1996. É a partir de seus eixos fundamentais que trataremos a seguir sobre o lugar do estágio na formação profissional e o papel e relevância da supervisão, pontuando os marcos expressivos.

Nos interessa aqui destacar que, de modo geral, estes marcos normativos expressam o acúmulo que a profissão realiza durante as décadas de 1970 e 1980 e estão alinhados a uma interpretação crítica da realidade, de negação da lógica capitalista, e defesa de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipada. Valores esses que vão permear e provocar alterações em muitos aspectos relacionados à

profissão – aqui nos concentraremos com mais ênfase na formação profissional e, especialmente, na questão da supervisão de estágio.

Para isso, parece procedente avançarmos para as contribuições das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), como um marco da orientação para a formação em Serviço Social, trazendo novos elementos para pensar na formação a partir da necessária relação ética, teórica e prática. No referido documento, é válido ressaltar, primeiramente, que fica explícito em que bases se fundamentam o profissional que o Serviço Social pretende formar, em consonância com os princípios do Código de Ética da profissão. A formação está orientada então no sentido de promover o requisito para a prática profissional de aprofundado conhecimento crítico sobre a realidade social, considerando as particularidades da formação socio histórica do Brasil, sob a perspectiva da totalidade. Assim, garantindo condições de que o exercício profissional esteja pautado pela indissociabilidade das dimensões constitutivas de sua prática: técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política.

O estágio está presente nas Diretrizes Curriculares como *atividade indispensável integradora do currículo*, tendo assegurada a imprescindibilidade da supervisão em seus princípios, a partir da *“Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional”* (ABEPSS, 1996, p. 7). Segue abaixo a definição de estágio supervisionado contida no documento:

Estágio Supervisionado: É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABEPSS, 1996, p. 19)

Não são poucos os desafios para a materialização no cotidiano de formação e prática profissional sintonizadas com o projeto ético-político, e estes em geral perpassam a superação de experiências vinculadas ao exercício profissional cujos aspectos centrais do Serviço Social tradicional - a herança do conservadorismo, o pragmatismo e a ideia de uma neutralidade – ainda ressoem. Nesse sentido, pode-

se afirmar que não é possível realizar um debate da supervisão em serviço social, sem destacar a articulação necessária entre conhecimentos acadêmicos e a orientação profissional no campo. Como defendido por Ferri (2020, p. 234):

entende-se que o estágio é o espaço privilegiado da formação profissional e deve ocupar lugar de destaque na formação por ter a profissão uma natureza interventiva, tem as condições de propiciar a síntese entre o trabalho e a formação profissional, mas as condições de realização da supervisão dependem das condições de realização do trabalho profissional e das condições sob as quais a formação se realiza.

O reconhecimento de que esta realidade requer estratégias e respostas profissionais que ampliem a identificação da legitimidade da perspectiva crítica, faz com que este movimento se traduza em sistematizações teóricas e normativas. É neste sentido que, em 2010, após um longo empreendimento de mobilização, debates e construção coletiva da categoria, é publicada a Política Nacional de Estágio (PNE), pela ABEPSS.

## COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO: LIMITES E POSSIBILIDADES DE AÇÃO

É importante assinalar o traço paradoxal que marca a trajetória da profissão, propriamente nos idos subsequentes aos anos 1990 e o amadurecimento do projeto ético-político da profissão. Enquanto o Serviço Social avança no campo teórico e na elaboração de parâmetros normativos que contribuíssem para a construção de um direcionamento que legitimasse os princípios do projeto profissional, o contexto social é de retrocessos se olharmos pela perspectiva dos direitos sociais.

O agravamento das mudanças no mundo do trabalho, os impactos da retração crescente do Estado, incidem diretamente nas condições de vida dos indivíduos sociais. Ao mesmo tempo que estimulam o enfrentamento da desigualdade social em suas múltiplas manifestações, a busca de estratégias cotidianas de respostas é um desafio cada vez mais acentuado. É nesse contexto que se dá o esforço coletivo de elaboração da PNE, centrada na constatação acerca da “urgência na defesa de um projeto profissional vinculado a um projeto de



sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos, na direção da emancipação humana” (ABEPSS, 2010, p. 1).

Fatores como a precarização do ensino superior, a ampliação do ensino à distância, impactam diretamente tanto na qualidade da formação profissional quanto na realização do estágio supervisionado, o que vinha implicando em situações que apresentavam violação às recomendações expressas nas Diretrizes Curriculares. Assim, o documento está organizado de modo inicial pela contextualização do panorama social que impulsionou a mobilização da categoria profissional e seus órgãos representativos para debates e elaboração do documento; seguido pelos princípios norteadores de sua realização e da concepção de estágio supervisionado; e, por fim, das atribuições dos sujeitos e instâncias envolvidas no estágio supervisionado e as estratégias de operacionalização.

Pelos limites próprios de um artigo, colocaremos o foco sobre a questão da Coordenação de Estágio, responsável pela organização e gestão da política de estágio na Unidade de Formação em Serviço Social e, uma vez que essa coordenação não exista, caberá à Coordenação de Curso o desenvolvimento da função. Mas, defendemos que, segundo a PNE (2010), deve-se entender a valorização do estágio como processo fundamental para a qualificação da formação profissional, o que exige uma estrutura de gestão e autonomia nas decisões, organizacional e de pessoal.

Apresentada as condições básicas para que a coordenação desenvolva suas ações, há potencialidade dos sujeitos envolvidos realizarem uma intervenção capaz de qualificar a supervisão de estágio. Sendo de suma importância a contribuição que a Coordenação pode dar para a compreensão do estágio como esfera privilegiada no processo de formação, na busca por uma experiência qualificada dos estudantes e no diálogo com as assistentes sociais de campo, a respeito do avanço e concretização das conquistas históricas da profissão. Ou seja,

Compreender o significado da profissão na sociedade capitalista e a relação teoria e prática é fundamental para garantir uma formação e um exercício profissional que não reproduzam equívocos e posturas fatalistas ou messiânicos quanto às possibilidades de materialização de nosso projeto ético-político no cotidiano. A tarefa que se coloca para todos nós assistentes sociais é acionar as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e

ético-política no cotidiano da formação e trabalho profissional (FERRI, 2020, p. 237).

Desta maneira, as ações da Coordenação de Estágio são apresentadas como potencialidade para ampliar a qualificação da formação, pois dependem de um conjunto de fatores e sujeitos envolvidos na sua implementação. Dentre esses, destacam-se: autonomia para atuação, espaço físico e equipamentos - sala de atendimento; carro para visitas institucionais, telefone etc.; equipe permanente (com docente responsável, assistente social e secretária); e a importante atuação de outros sujeitos no processo de Estágio, como a Coordenação de Curso e Departamento, Entidades Representativas da Categoria Profissional e da Formação em Serviço Social (CFESS; CRESS; ABEPSS; ENESSO); Instituições conveniadas; assistente social supervisor de campo; professores supervisores e estudantes.

Com a função de articular o processo de fortalecimento da tríade dos sujeitos envolvidos na supervisão do estágio; segundo Lewgoy (2009, p.33), constituída por supervisor pedagógico, assistente social de campo e aluno. Defendemos que a gestão da Coordenação de estágio, além da adoção de um direcionamento democrático na condução das ações, também pode e deve participar da intervenção, juntamente com os supervisores (acadêmicos e campo) que estão diretamente em contato com o estagiário, por meio de atividades que preparem a entrada no campo, contando com a participação das entidades representativas da categoria e de formação nos espaços de troca desenvolvidos, e acompanhamento do atendimento desses estudantes.

Nesse sentido, a articulação dos sujeitos responsáveis pela supervisão abarca um leque de possibilidades de atuação profissional na gestão e implementação da Política Nacional de Estágio (2010). Entretanto, mesmo que identificadas como norteadoras, essas ações não possuem a pretensão de esgotar o debate da intervenção profissional no espaço da coordenação de estágio, pois outras formas de atuação podem ser desenvolvidas, e também é necessária a compreensão de que nem todos os espaços de formação profissional possuem as mesmas condições para a implementação.

Com o entendimento de que a condição ideal é uma suposição sem fundamento para implementação das ações na realidade, cabe à gestão o papel de

buscar o melhor resultado diante dos desafios (internos e externos) apresentados, lidando com os recursos existentes e conquistados. Em outras palavras, pensar em como a Coordenação de Estágio, diante do limite de tempo e autonomia da gestão, dos recursos físicos e humanos das universidades, pode contribuir na articulação dos sujeitos envolvidos no processo de supervisão, tendo em vista o atendimento ao objetivo de qualificação da formação.

## OS DESAFIOS DE GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

A gestão da Coordenação de estágio, responsável pelo planejamento e implementação dos princípios e diretrizes da PNE (2010), deve buscar a articulação de profissionais, estudantes e entidades da categoria para uma participação ativa na formulação e operacionalização dos projetos, orientada pelo aprimoramento do processo de supervisão do estágio, o atendimento aos estagiários e a interação com o assistentes sociais de campo. Entretanto, muitos desafios são apresentados para a gestão, com diferentes sujeitos e necessidades colocadas, com demandas a serem solucionadas, diante de um cenário de recrudescimento dos direitos e valores democráticos.

O primeiro desafio é a própria função de planejamento, de elaborar propostas de normas e diretrizes gerais para a operacionalização da política de estágio, condizente com os critérios e objetivos para defender e assegurar uma formação profissional alicerçada na teoria social crítica, em consonância com os princípios do projeto ético-político e alinhado a um projeto societário que visa a emancipação humana. Sendo primordial realizar a gestão com a participação de docentes, discentes e supervisores de campo, num processo de democratização das decisões a respeito das atividades a serem realizadas, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do Estágio.

Segundo Teixeira (2009, p. 3-4), as atuais exigências de democratização do espaço público, possibilitam decisões cunhadas no âmbito da gestão e, embora entendamos essa autonomia como relativa, tende a deixar de ser cada vez mais centralizada. A dificuldade encontrada na atividade de planejar está tanto na função de direção e de organização que cabe à gestão - diante da complexa relação

institucional, de autonomia e recursos necessários para definir ações futuras desejadas - quanto de agregar os sujeitos envolvidos para participação e responsabilização para a realização. “Cabe, entretanto, a gestores e técnicos, processar teórica, política e eticamente as demandas sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando a sua formatação e execução.”, sem perder de vista a necessidade de que sejam “materializadas por meio de um cuidadoso processo de planejamento institucional, com alcance capilar, indicando desde concepções globais até ações (na ponta), de execução de políticas públicas”.

Ou seja, para a realização dos objetivos, faz-se necessário definir e detalhar o trabalho a ser realizado, etapas a serem construídas coletivamente, também devendo existir as condições para a mobilização de recursos e uma implementação participativa. Como entendido por Teixeira (2009, p.6), “o planejamento contemporâneo põe, claramente, no âmago de sua reflexão, o papel da estratégia no processo de tomada de decisões compartilhadas”, sem perder de vista a necessidade de avaliações continuadas, na busca pela qualidade dos resultados das ações planejadas.

Quando tratamos, portanto, de questões como recursos e disponibilidade de tempo para participação, vê-se que o primeiro depende diretamente das condições de cada UFA e, o segundo, acaba limitado na hora da operacionalização. As precárias condições dos equipamentos, a ausência de profissionais, carros para visitas institucionais e até mesmo telefone, são alguns dos fatores que influenciam no desenvolvimento do trabalho. Mas também, as exaustivas horas em múltiplas funções, tanto do docente (sala de aula, gestão, orientações, pesquisa, extensão), quanto do assistente social de campo com diferentes vínculos de trabalho. O que se intensifica com as particularidades das demandas institucionais como, por exemplo, a necessidade de respostas imediatas dos usuários, e o rodízio de docentes nas disciplinas de supervisão acadêmica, dificultando o envolvimento mais contínuo com as propostas previamente planejadas.

Nesse sentido, mais do nunca, faz-se de suma importância, o fortalecimento dos espaços de debate internos e externos das UFAs junto às entidades representativas e os sujeitos diretamente envolvidos na supervisão, no intuito de

buscar saídas coletivas para enfrentar os desafios quanto ao aperfeiçoamento da experiência do estágio. Sendo a redução do distanciamento com a instituição de estágio e assistente social supervisor de campo um importante passo nesse processo, na busca por diálogo para acompanhamento do estudante, participação nas atividades e cursos realizados pela unidade de formação.

Um outro grande desafio para a qualificação da experiência do estágio está na condição de existência vivenciada pelos estudantes, sua vida e a necessidade de recursos para permanência no curso. Ao entender essa realidade, a Coordenação de Estágio pode buscar encaminhamentos, juntamente com a Coordenação e Curso e os profissionais da gestão, para tentativa de atendimento das demandas e uma melhor experiência do estágio. Entretanto, é necessário pontuarmos que as limitações decorrentes da desigualdade inerente à lógica social vigente muitas vezes extrapolam o campo de possibilidades e recursos disponíveis, persistindo, em alguma medida, como obstáculos à plena experiência de formação.

No estágio, há a intensificação de questões como tempo e gastos, pois traz a exigência de maiores recursos para passagem e alimentação, dificultando a permanência ou disponibilidade de horário para conseguir emprego. Nesse período, há também a complexa relação de atuação conjunta com um assistente social, agregando o conhecimento de funções e ação profissional, ou seja, a entrada no campo como uma nova descoberta do fazer profissional e das possibilidades e limites da intervenção social.

A inserção no campo possibilita a conexão do que aprende em sala de aula com o processo do fazer profissional, mas pode trazer de forma mais aguçada o dilema das relações sociais e busca por sua transformação. Se no primeiro momento, de entrada no curso de Serviço Social, ao iniciar um processo de formação que busca desvelar a sociedade capitalista em toda sua essência, criando um pensamento contra-hegemônico, o estudante se depara com a desconstrução de toda uma vida de ações estimuladas pelas relações sociais reificadas. Esses estudantes, indivíduos reais, ao adentram na experiência do estágio, com um novo pensamento e as condições materiais (muitas vezes) parecidas com a dos usuários dos serviços, se deparam com o anseio de transformação, mas encontram o limite da intervenção para conseguir modificar essa realidade.

Mesmo a questão não sendo individual, pois se trata de um projeto societário que nenhuma ação profissional, ou projeto de uma categoria, conseguirá enfrentar isoladamente (NETTO, 2006), o descontentamento, até com uma intervenção qualificada da profissional de campo, pode existir. Observamos nos atendimentos realizados, na coordenação de estágio, um grande número de estudantes que solicitam encaminhamento para acompanhamento psicológico, e nas disciplinas de supervisão acadêmica<sup>4</sup>, a palavra frustração ser utilizada usualmente para definição da experiência no campo.

Algumas das dificuldades apresentadas para a realização do estágio com qualidade, como o pouco tempo dedicado para as leituras e a sistematização da prática, para a elaboração de documentos como diário de campo e relatórios, são frequentes. Apresenta-se, nesse momento, a necessidade de planejamento de ações que tragam a reflexão a respeito do princípio defendido na PNE (2010), da indissociabilidade entre as dimensões constitutivas da profissão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Veja-se:

Além dos valores ético-políticos profissionais, outros princípios devem nortear a realização do estágio no Serviço Social, na perspectiva de preservar importantes dimensões do processo formativo. Um desses princípios refere-se à indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que deve ser garantida na experiência de estágio, evitando a tendência de autonomização da dimensão operativa em detrimento das demais, especialmente quando se trata da vivência no campo ou da supervisão de campo. (PNE, 2010)

Também cabe pensar que há uma demanda colocada ao curso, referente ao atendimento dos estudantes olhando-os em sua totalidade – condições físicas, subjetivas e sociais -, com a compreensão de que o acesso e a permanência como direito no âmbito educacional, requerem uma articulação com outras políticas sociais. Como demonstra a pesquisa realizada pelas assistentes sociais da Coordenação de Estágio da ESS/UFF - Niterói, Giselle Silva e Lenilse Coimbra

---

<sup>4</sup> Enquanto docentes na supervisão acadêmica, tais relatos aparecem nos espaços de discussão e reflexão em sala de aula, bem como nos registros escritos apresentados como parte da disciplina.

(2019), o quantitativo de estudantes que estavam em condições curriculares<sup>5</sup> de realização do estágio mas não ingressaram em campo e se encontravam represados no curso por esse motivo quase triplicou de 2007 até 2017, passando de 24 para 69.

O estudo foi realizado com aplicação de questionário direcionado para identificar os fatores que dificultaram o ingresso dos estudantes no estágio, obtendo 18 respostas, apresentando o perfil: “15 mulheres e 3 homens; 16 inscritos no curso - 2 com matrícula trancada; 9 empregados e 9 desempregados; 11 apresentavam disponibilidade para estágio somente nos fins de semana.” (SILVA; COIMBRA, 2019, p.04). Os dados reforçam o perfil de estudantes que ingressam no curso de Serviço Social, e destacam a questão da remuneração com um fator importante para subsistência dos estudantes. Com isso, exigindo ações que respondam à necessidade de abertura de campos para atender à demanda dos estagiários trabalhadores. Com os encaminhamentos realizados pelas profissionais, a partir das situações apontadas nas respostas dos estudantes ao questionário, como abertura de novos campos e orientações para acesso às bolsas de assistência da universidade, foi identificada que a intervenção foi exitosa.

Nesse sentido, os serviços e bolsas podem ser ofertados pela universidade ou não, com acesso limitado a um pequeno número ou restrito quanto às possibilidades, se fazendo necessária a articulação intersetorial para a tentativa de atendimento das demandas. Pois, diante da necessidade de sobrevivência, da imposição de decisão sobre a disposição de dinheiro para transporte e ir à aula ou se alimentar, da incerteza quanto à procura de emprego ou realização de estágio não remunerado, a produção da vida material será a primeira opção, pois trata-se de uma significação concreta e real.

temos de começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer

---

<sup>5</sup> De acordo com o currículo atualmente em vigor na ESS/UFF – Niterói, para ingressar no *Estágio Supervisionado e na Supervisão Acadêmica I*, o estudante deve ter cursado e obtido aprovação nas disciplinas de *Ética e Serviço Social e Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III*, o que acontece, se cursadas regularmente, ao quinto período.

história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidade, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2009, p. 40)

Assim, a coordenação de estágio, deve contribuir para a qualificação de uma formação com potencial crítico, contestador e também realista, diante da condição objetiva da atividade humana e dos limites existentes. Mas também, atuar para que o acesso e permanência com qualidade na política educacional, mesmo diante das condições precárias de existência, o desemprego estrutural e a refração das políticas sociais, sejam possíveis. O que reforça a urgência de aproximação com o campo de estágio, de articulação para o acesso dos estudantes à rede de serviços, da busca por ampliação de estágios com bolsas e horários possíveis de conciliar com o emprego.

Importante dizer que as questões apresentadas se referem ao estágio obrigatório e não obrigatório, talvez vivenciada de forma diferenciada pelos estudantes, podendo o estagiário ter bolsa no segundo caso, mas enfrentando outras dificuldades, como a de ser considerado mão de obra a baixo custo. Por isso, sublinhamos a necessidade de compreensão do estagiário como estudante em formação, e mesmo tendo cumprido o estágio curricular obrigatório, deve ser acompanhado pela Coordenação de Estágio e inserido na disciplina de supervisão acadêmica. Assim, o estágio supervisionado, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, deve ser compreendido em seu processo didático-pedagógico consubstanciado pela “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABESS-CEDEPSS, 1997, p.62).

Destaca-se, portanto, que são grandes os obstáculos diante das demandas e dos recursos existentes, mas todo processo de transformação da realidade exige novas formas de intervenção e, no Serviço Social, podemos identificar um movimento constate de busca por saídas coletivas para os desafios impostos à formação e o fazer profissional. Em relação ao trabalho atualmente realizado, algumas ações estão se mostrando profícuas e o debate a seguir visa contribuir com a reflexão a respeito da potencialidade do trabalho da Coordenação de Estágio para



o desenvolvimento da qualificação da experiência do estágio para os estudantes em formação.

## AÇÕES PARA QUALIFICAÇÃO DA SUPERVISÃO

O processo de supervisão de estágio é uma tarefa que, dentre as inúmeras atribuições da Coordenação de Estágio, de acordo com a PNE, não é estritamente uma responsabilidade desta, pois deve atuar “diretamente articulada às coordenações de curso ou departamentos, de modo a viabilizar as novas demandas de qualificação do Estágio como elemento central da formação profissional” (ABEPSS, 2010, p. 24). Entendemos, assim, que a atribuição da gestão, se ampliada nessa reflexão, ao defendermos que há o desenvolvimento de atividades para fortalecimento da política educacional, via trabalho conjunto e intersetorial, podem se dar direcionadas para o atendimento do estudante em sua totalidade.

A defesa de atuação conjunta, para busca de estratégias no enfrentamento dos desafios elencados no ponto anterior, abarca também a relação de aproximação de diferentes sujeitos, já anteriormente mencionados, como: Estudantes; Supervisores Acadêmicos e de Campo; Entidades representativas da categoria. Pensada como uma parceria para garantir o diálogo em torno das orientações, planejamento e avaliação do desenvolvimento da supervisão, uma proposta interessante pode ser a criação coletiva de um plano de trabalho e sua implementação.

Nesse sentido, a Coordenação de Estágio, como indicado pela PNE (2010), pode criar e acompanhar a formação de uma Comissão de Estágio, composta por representantes de: supervisores(as) acadêmicos(as), supervisores(as) de campo e estagiários(as), com o objetivo de evitar centralização e propiciar a participação democrática e coletiva. A Comissão, a partir dos encontros, contribuiria para a elaboração do plano de trabalho, implementação - por meio da distribuição de tarefas para cada sujeito envolvido, ou grupos responsáveis, acompanhamento e avaliação permanentemente do processo de supervisão.

Na ESS/UFF – Niterói, há – já anteriormente ao início da presente gestão, um grupo de trabalho de estágio, e este se encontra periodicamente para discutir,

deliberar e construir espaços de troca sobre a temática – seja por meio dos fóruns de supervisão e demais eventos que reúnam os sujeitos envolvidos em torno dos desafios concretos do estágio supervisionado. Em geral, as discussões e encaminhamentos tem desenhado positivamente as alternativas definidas, e trazido contribuições relevantes para a construção da situação do estágio na UFA. A proposta, então, é que sejam pensadas ações que contribuam para encontro e diálogo, como o Fórum de Supervisão de Estágio - que visem articular os diferentes sujeitos inseridos na construção e no acompanhamento do estágio-, oficinas e eventos comemorativos, mas também deem visibilidade a outras atividades possíveis de serem incluídas na elaboração de um plano de trabalho da Comissão de Estágio.

Entendemos que, para o desenvolvimento do processo de estágio, ao estudante se faz necessário cumprir algumas etapas de conhecimento, o que cabe aos demais sujeitos contribuírem na condução dessa jornada de aprendizados. Por isso, as ações podem ser divididas em duas etapas: preparação para entrada no campo e a permanência no estágio; contando com a participação dos diferentes sujeitos já indicados como participantes do processo. Destes, em especial os estudantes, devem tanto participar das atividades e dos processos seletivos, apresentar as demandas específicas para realização do estágio, quanto contribuir enquanto estagiários.

Algumas ações da primeira etapa, de preparação do estudante para a entrada no campo, podem ser pensadas no intuito de apresentação dos campos de estágio, política setorial e instituições conveniadas, os critérios para realização do estágio, legislação e documentos exigidos. De acordo com a experiência já vivenciada na UFA, bem como as ações planejadas para posterior realização, a indicação de duas atividades possíveis de serem promovidas pela Coordenação de Estágio. Ambas contribuem para aproximação do estudante aos campos, a socialização da experiência do estágio, e valorizam o trabalho desenvolvido por estagiários e assistentes sociais, consideradas importantes para conhecimento dos futuros ingressantes e também para manutenção de vínculo e permanência dos processos em curso.

A primeira é a preparação de evento que vise a articulação com profissionais assistentes sociais e estagiários, para apresentação na UFA, do trabalho realizado no espaço sócio-ocupacional, contando com as supervisoras acadêmicas e os estudantes na organização e implementação. A segunda, a realização de encontro de estudantes da disciplina de Ética, para debate a respeito da supervisão de estágio, o processo de entrada no campo e as demandas que podem dificultar a fase inicial, com a participação de representantes de entidades representativas da categoria, estagiários, assistentes sociais de campo. Entendemos que, tanto a atividade de apresentação dos campos quanto a realização de seminários de experiências profissionais auxiliariam a escolha dos estudos, em relação à política setorial e à instituição, democratizariam a experiência do estágio, mas também contribuiriam para a sistematização do trabalho profissional, como recomenda a PNE (ABEPSS, 2010, p. 25).

Além dessas atividades, podemos mencionar também: a pesquisa de levantamento de perfil e demandas, para acompanhamento de estudantes que não iniciaram estágio já tendo cumprido pré-requisitos; contatos com as instituições campos de estágio e assistentes sociais, para levantamento de vagas e divulgação do processo seletivo, semestralmente, seguindo os critérios de abertura, ampliação e/ ou manutenção das vagas de estágio; acompanhamento na elaboração do Termo de Estágio; articulação institucional; análise de projeto e visita institucional para abertura oficial do campo de estágio e acompanhamento; dentre outras.

Para a denominada segunda etapa, uma vez já inseridos, o objetivo se torna a permanência no campo e as intervenções necessárias para garantia do direito ao desenvolvimento do estágio com qualidade. Cabe pensarmos como a articulação com as instituições contribui para oferecer melhores condições no processo de estágio, somadas ao atendimento de estudantes e à permanência dos professores nas disciplinas de supervisão. Ou seja, ações que visem o fortalecimento de vínculo institucional, da qualificação profissional e dos espaços de supervisão.

Como atribuição da gestão e do supervisor acadêmico, o contato permanente com o campo se faz como uma forma de acompanhamento a realização do estágio em seus diferentes aspectos, as condições de trabalho profissional e, conseqüentemente, da supervisão direta, mas também abre o diálogo a respeito da

necessidade de tempo para qualificação. Uma vez que, como regulamenta a Resolução CFESS N° 533, dentre as condições adequadas no campo, há requisitos básicos:

Parágrafo único. Para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social” (CFESS, 2008).

O contato permanente com assistente social de campo, a oferta de atividades para qualificação, com ênfase na supervisão de estágio, são ações estratégicas. Sendo o profissional que, por meio do acompanhamento do estagiário, será capaz de apresentar a política setorial, o trabalho desenvolvido no espaço sócio-ocupacional e as condições técnicas, políticas e éticas, realizando reflexões críticas a respeito das potencialidades e limites da atuação. Se faz necessário pensar as ações do campo com as atividades propostas pela supervisora acadêmica e a garantia de eventos e espaços de debate a respeito do trabalho profissional, como as sugestões elencadas na primeira etapa, e a capacitação continuada.

Dentre as atividades a serem realizadas, em articulação com o supervisor de campo, pode-se promover com a Comissão de Estágio oficinas, cursos e fóruns, em caráter permanente, participação de convidados externos como palestrantes e/ou ouvintes nas disciplinas de supervisão e outras. Podemos somar ao acompanhamento contínuo e avaliação do estágio na UFA, como forma de garantir “a operacionalização de uma política de estágio condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação de docentes, discentes e supervisores de campo” (ABEPSS, 2010, p. 24); toda a organização da documentação referente – desde a criação de modelos até a conferência e arquivamento dos mesmos, possibilitando o registro do aproveitamento do estudante dos respectivos vínculos. Como destaca Caputi (2016, p.392),

Supervisão de campo e acadêmica enquanto faces de uma mesma atividade curricular, dialeticamente demandam, por

exemplo, respostas e reflexões próprias do arcabouço teórico-prático que constituem formação e trabalho profissional. Cujas respostas estão nas mediações construídas conjuntamente pelos seus atores: supervisores e estagiários no processo da supervisão, no espaço do fazer profissional, na análise institucional que se faz do trabalho profissional. Ambas as supervisões (de campo e acadêmica), tem suas particularidades. São momentos distintos que constituem intrinsecamente o mesmo processo, que é o estágio supervisionado. Logo, ambos/as supervisores/as devem dialogar e identificar as particularidades de suas respectivas proposições.

Cabe também buscar, no Estágio, a efetivação do princípio defendido na PNE (ABEPSS, 2010, p. 14), da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na realização da relação entre universidade e os diversos espaços de intervenção profissional, uma perspectiva de totalidade. E, no Fórum de Supervisão, uma estratégia política de fortalecimento e permanência do debate sobre a temática e vínculos entre docentes, profissionais e estudantes, bem como a garantia de construção de alternativas comuns à qualificação do estágio em Serviço Social.

O supervisor acadêmico, ao conduzir a disciplina de Estágio, tendo em vista o desenvolvimento das dimensões constitutivas da profissão (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) e canais de comunicação com supervisor de campo - via contato constante por e-mail, telefone, visitas institucionais -, para acompanhamento dos estudantes, realiza a participação no processo de supervisão. Nesse movimento, de aproximação junto à assistente social de campo, e com a troca realizada em sala, na produção de documentos (Plano de Estágio, Diários de Campo, Relatórios de Avaliação, etc.) com os estudantes, consegue vislumbrar as condições de trabalho profissional e o desempenho no estágio.

Por isso, ressaltamos que a discussão das questões referentes ao estágio - troca de informações e experiências, a busca de unidade no encaminhamento dos conteúdos, articulação do processo de estágio com a proposta curricular e o acompanhamento do estudante no campo, o debate sobre o limite quantitativo de estudantes nas turmas (até 15), a garantia de disciplina para estágio não-obrigatório, a permanência dos professores na supervisão acadêmica, são aspectos a serem

realizado com Coordenação de Curso e Departamento, no intuito de defesa da qualidade da formação.

Uma atividade que abarca essa demanda, e que tem sido regularmente realizada na ESS/UFF – Niterói, é a realização de encontros periódicos entre Coordenação e supervisores acadêmicos, para a elaboração de um cronograma de reuniões de acompanhamento de estudantes, exposição de dificuldades enfrentadas, organização de visitas aos campos, preparação de eventos, etc. Essa ação pode ser fortalecida com a participação de novos sujeitos, como docentes das disciplinas de Técnicas Interventivas, por exemplo.

Destacamos como uma importante ação, para o acompanhamento de estudantes, o atendimento social, juntamente com a necessidade de pensar a criação e manutenção de uma rede de serviços que atenda às demandas e fortaleçam o acesso aos direitos em busca de melhores condições de realização e permanência. Como aponta Brant Carvalho (2012, p.46), a gestão pública, na formulação e implementação de políticas sociais, deve inovar arranjos com “políticas e programas desenhados pelo prisma da intersectorialidade, reduzindo a ênfase nos tradicionais recortes setoriais e especializações estanques”.

O que traz o entendimento de que a Coordenação de Estágio não deve restringir a atuação por meio de ações pontuais para o desenvolvimento do estágio, mas reconhecer a necessidade de contribuir de forma consistente na ampliação do acesso de estudantes a outras políticas sociais. Numa “gestão intersectorial capaz de integrar e re-totalizar a política social pública” (BRANT CARVALHO, 2012, p. 53), com respostas assertivas e combinadas na busca pelo direito a uma melhor qualidade de vida e condições de uma formação de qualidade.

## CONCLUSÃO

Defende-se o estágio supervisionado em Serviço Social como central no processo de formação, sendo um lócus privilegiado de articulação das dimensões constitutivas da profissão. A partir dessa indissociabilidade do trabalho e formação profissional, faz-se fundamental o desenvolvimento de ações que visem contínua

melhoria da experiência de estudantes no estágio, mas também contribuir com o processo de supervisão de assistentes sociais acadêmicos e de campo.

Os desafios estruturais, resultantes de uma sociedade desigual, e seu rebatimento direto na vida de estudantes e profissionais, trazem como exigência ações estratégicas que rompam com o fatalismo e messianismo. Desta forma, identifica-se grande potencialidade no trabalho da Coordenação de Estágio como um agente articulador dos sujeitos, tendo como horizonte a qualificação da formação em Serviço Social, em associação às ações para responder às demandas dos estudantes na realização do estágio e conclusão do curso.

Questiona-se, portanto, o motivo pelo qual, embora a orientação seja para a existência da instância da Coordenação de Estágio, ainda é frequente Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) em que a Coordenação de Curso responde integralmente pelas questões relacionadas ao estágio. Esse fator implica no acompanhamento do desenvolvimento do estágio, a partir da aproximação contínua com os sujeitos envolvidos, bem como com as instituições que são espaços de atuação profissional do Serviço Social, somadas às atribuições e responsabilidades já existentes do curso. Entretanto, o que pode ser pensado, com relação a algumas instituições, é em certa desvalorização dos conteúdos teórico-práticos na formação, “até mesmo pela concepção de estágio e supervisão, ainda como secundários à formação e exercício profissional” (CAPUTI, 2016, p. 392), e a necessidade de avançarmos no debate e esforço pela contínua qualificação do estágio supervisionado em Serviço Social.

Assim, destacamos que as funções relativas à Coordenação de Estágio devem se centrar no estabelecimento de uma relação que proporcione a inserção de estudantes nos campos de estágio, acompanhando as ações desenvolvidas, a viabilidade de abertura e ampliação de vagas, sempre observando a qualidade do estágio e as condições vivenciadas pelos estagiários dentro e fora do campo. Também buscar fomentar a realização de atividades e fortalecimento da interação mais estreita entre os sujeitos envolvidos, com foco na capacitação dos supervisores de campo, relação que deve se dar respeitando os princípios da PNE (2010), bem como da política de estágio da UFA.

Neste artigo, compartilhamos parte das reflexões que tem se desenhado a partir da experiência prática na Coordenação de Estágio, expondo as contradições e os tensionamentos que atravessam os desafios que preenchem tal cotidiano. O debate em torno das potencialidades desta parcela da construção do estágio supervisionado em Serviço Social embora implique no enriquecimento do conhecimento e, conseqüentemente da atuação, ainda é significativamente escasso. Portanto, trazemos aqui questionamentos que se perpassam entre relatos do que temos experimentado na realidade da UFA, mas que se somam à uma dimensão de planejamento que pode se desdobrar em sugestões indicativas para a ampliação da discussão acerca deste espaço tão significativo para a promoção de uma formação profissional sintonizada ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Por fim, entendemos que as possibilidades de atividades de organização administrativa e pedagógica do estágio na UFA, que podem ser implementadas tendo em vista a articulação dos sujeitos, são diversas. Mas, é necessário compreender que o processo de ensino-aprendizagem no estágio supervisionado deve responder pelo imperativo de construir atividades acadêmicas que permitam aos discentes uma formação profissional crítica e propositiva, sem perder de vista a direção social estratégica da profissão. Tendo o incremento da capacidade investigativa no processo formativo de assistentes sociais, como conteúdo transversal das disciplinas e dos demais componentes curriculares, perpassando toda a formação de discentes, potencializando condições para uma intervenção competente e que capacite para atuação no movimento coletivo de transformação da realidade social.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em:

[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Estágio*. 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss\\_maio2010\\_corrigena.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigena.pdf)



BRANT CARVALHO, Maria do Carmo. Gestão social e políticas públicas: uma questão ainda em debate no Século XXI. In: JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates [et al.] (orgs). *Gestão Social Mobilizações e Conexões*. São Paulo LCTE Editora, 2012.

BRASIL. *Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993*. Regulamentação da profissão de Assistente Social. Diário [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 jul. 1993.

CAPUTI, Lesliane. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. In: *R. Katál.*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, out./dez. 2016

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf) Acesso: 14/08/2018.

\_\_\_\_\_. *Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008*. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>

ESS/UFF. Política de Estágio. 2013

FERRI, Mônica Freitas. Estágio Supervisionado em Serviço Social: a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional. In: Revista Temporalis, ABEPSS: v. 20 n. 39. Serviço Social e a Assistência Social: trajetórias e tendências. Brasília, 2020.

LEWGOY, Alzira Maria. *Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete; BRAVO, Maria Inês Souza; UCHÔA, Roberta et al. (Orgs.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Giselle; COIMBRA, Lenilse. Estágio Supervisionado em Serviço Social, determinantes estruturais e formação profissional: a experiência das assistentes sociais da coordenação e estágio da ESS/UFF no enfrentamento à evasão estudantil. 16º Congresso de Brasileiro de Assistentes Sociais. Distrito Federal/DF, 2019.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2009.



## ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: A SUPERVISÃO ACADÊMICA EM DESTAQUE

### INTERNSHIP IN SOCIAL WORK: ACADEMIC SUPERVISION FEATURED

Eliana Bolorino Canteiro Martins<sup>1</sup>

Maria José de Oliveira Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo pretende apresentar e refletir sobre a efetivação do estágio supervisionado, a partir de pesquisa bibliográfica sobre a temática e pesquisa documental referente a implementação da supervisão acadêmica no Curso de Serviço Social – UNESP/Campus de Franca/SP, tendo como referência as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e as legislações que tratam especificamente do Estágio Supervisionado em Serviço Social (Resolução 533 CFESS; Política Nacional de Estágio – 2010 entre outros). A construção, implementação e avaliação do processo de formação profissional pela atividade de estágio supervisionado e da supervisão acadêmica, objeto de estudo e reflexão desse artigo, evidencia a importância da contribuição de todas as representações da comunidade acadêmica (docentes, discentes/estagiários, supervisores de campo e supervisores acadêmicos) na efetivação de uma formação profissional de qualidade, na direção do projeto ético-político profissional e reafirma a extrema contribuição do estágio supervisionado, de forma específica da supervisão acadêmica, para atingir este objetivo da formação. Diante dos estudos e avaliações realizadas durante o período de 2017 a 2020, reafirma-se a necessidade constante de reflexões e avaliações sobre a realidade do estágio supervisionado nos cursos de Serviço Social, haja vista, os grandes desafios impostos pelas Instituições de Ensino Superior, pelas

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Graduada em Serviço Social na Instituição Toledo de Ensino/Bauru/SP. Mestre em Serviço Social na UNESP/Campus de Franca/SP. Doutora em Serviço Social PUC/São Paulo. Docente do Depto. de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UNESP/Campus de Franca/SP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE) e Bolsista Produtividade em pesquisa do CNPq - nível 2. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP/Franca; Mestre e Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca. Docente/pesquisadora lotada no Departamento de Serviço Social, professora da graduação e Pós-graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Franca. Líder do Grupo de Pesquisas sobre a Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social - GESTA. E-mail: mj.oliveiralima@yahoo.com

Instituições Campos de Estágio e pelo acirramento do processo de precarização da educação superior no Brasil.

**Palavras Chave:** Serviço Social; Estágio Supervisionado, Supervisão Acadêmica.

**Abstract:** The article intends to present and reflect on the effectiveness of the supervised internship, from the implementation of academic supervision in the Social Service Course - UNESP / Campus de Franca / SP, having as reference the ABEPSS Curricular Guidelines (1996) and the legislation that specifically deal with the Supervised Internship in Social Work (Resolution 533 CFESS; National Internship Policy - 2010 among others). The construction, implementation and evaluation of the professional training process by the supervised internship and academic supervision activity, object of study and reflection of this article, shows the importance of the contribution of all the representations of the academic community (teachers, students / interns, supervisors of field and academic supervisors) in the realization of quality professional training, in the direction of the professional ethical-political project and reaffirms the extreme contribution of the supervised internship, in a specific form of academic supervision, to achieve this training objective. In view of the studies and evaluations carried out during the period from 2017 to 2020, the constant need for reflections and evaluations on the reality of the supervised internship in Social Work courses is reaffirmed, considering the great challenges imposed by Higher Education Institutions, by Institutions Internships fields and the intensification of the process of precarious education and higher education in Brazil.

**Keywords:** Social Work; Supervised Internship, Academic Supervision.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo expressa o resultado de um amplo e sistemático processo de reflexão teórica e organização prática para a implementação da atividade de supervisão acadêmica no curso de graduação em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Trata-se de um extenso período de estudos bibliográficos sobre a temática formação profissional com ênfase no estágio supervisionado e realização de pesquisa documental sobre o processo de implementação da supervisão acadêmica na referida Unidade de Formação Acadêmica – UFA. Em uma perspectiva dialética, fizeram parte do percurso metodológico a inclusão dos resultados das trocas de experiências, elaborações e aplicações de propostas pedagógicas sistematizadas durante os anos de 2016 a 2020. As diversas atividades realizadas contaram com a participação e contribuições de docentes, discentes e profissionais dos campos de estágios,

superiores de campo. Esse envolvimento ocorreu através de reuniões de trabalho de docentes, participação em grupos de estudos teóricos sobre a concepção de educação, formação e trabalho profissional, reuniões pedagógicas para elaborar, organizar e avaliar propostas de efetivação da supervisão acadêmica. A efetivação das propostas no transcorrer do tempo culminou com realização de “Seminários de avaliação da implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social” proposto pelo Conselho de Curso, envolvendo docentes, discentes, estagiários, supervisores acadêmicos e de campo, realizado durante o ano de 2019. A partir da dinâmica deste processo, que se organizou a atual proposta de supervisão acadêmica e, que será objeto de reflexão nos limites deste artigo.

O Curso de Serviço Social da UNESP/Campus de Franca (SP), por longo tempo, foi o único curso estadual de natureza pública do Estado de São Paulo, implantado em 1976, através da Lei Estadual nº 952, de 30 de janeiro de 1976, que cria a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Somente recentemente, em 2009, a Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, implantou o Curso de Graduação em Serviço Social, sediada em Santos (SP). Desde a inauguração, os docentes do Curso de Serviço Social da UNESP, sempre estiveram sintonizados ao debate da categoria profissional sobre a formação profissional em Serviço Social e, assim, o corpo docente, juntamente com o Conselho de Curso e Departamento de Serviço Social (instâncias colegiadas formadas com a participação de docentes e representantes discentes/graduandos em Serviço Social) realiza avaliações e revisões curriculares acompanhando as mudanças societárias e o próprio amadurecimento da profissão, expressos nas discussões e documentos fomentados e mobilizados pela antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), hoje denominada ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), que expressa a maturidade intelectual da profissão nas últimas décadas.

De acordo com Fagundes (2006), compreender o projeto político pedagógico na perspectiva crítica é compreendê-lo como elemento que traduz

[...] as relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas expressas na sociedade. [...] como totalidade concreta, e, portanto, não como algo que tem existência em si, mas somente a partir da produção social de seus sujeitos,

ou seja, do diálogo entre professores, alunos, funcionários, pais, direção e comunidade. [...] nessa visão de totalidade, o projeto político-pedagógico evidencia sua perspectiva ontológica ao colocar seus sujeitos concretos, que, por suas práxis objetivas, produzem a realidade enquanto sujeitos histórico-sociais de seu tempo. (FAGUNDES, 2006, p. 2-3.)

Seguindo essa perspectiva, o projeto político pedagógico é fundamentado em uma concepção de educação, tem uma intencionalidade, constitui-se a partir de um movimento dinâmico, dialético que traduz a realidade social e institucional. Neste sentido, marca a trajetória histórica do Curso de Serviço Social em questão, as seguintes revisões curriculares: Resolução 09/1978; Resolução 33/1983; Resolução 19/1991; Resolução 16/1992; Resolução 29/2000 e, por fim, a Resolução 04/2015. (GIOMETTI; LIMA; GUIMARAES, 2017).

A implantação do atual projeto político pedagógico (2015) foi acompanhada pelo Conselho de Curso de graduação em Serviço Social (com representações docentes e discentes) através de um processo contínuo de avaliação, de forma particular em relação à implementação do Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS) e, especificamente, da supervisão acadêmica.

Justamente nesta direção o presente artigo pretende trazer algumas contribuições oferecendo subsídios teóricos e empíricos para refletir sobre o processo de formação profissional, a partir da supervisão de campo, e de forma especial a supervisão acadêmica. Visa também, de modo específico, contribuir na produção do conhecimento científico sobre a supervisão de estágio em Serviço Social socializando experiências e estratégias metodológicas para a supervisão acadêmica que podem ser adotadas no processo de formação profissional de outras Unidades de Formação Acadêmicas em Serviço Social.

O objeto de estudo em foco, refere-se a supervisão acadêmica e de campo no processo de estágio supervisionado dos cursos de graduação em Serviço Social, em conformidade com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social no Brasil, elaboradas e aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, em 1996. Também considerando as Normativas do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, principalmente, a resolução 533/2008, a Política Nacional de Estágio em Serviço Social – PNE, de 2010, o Código de Ética Profissional de 1993 e da Lei de Regulamentação da Profissão no

Brasil de nº 8.662/1993 e pelo Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNESP-Franca.

A partir de uma construção sócio-histórica e de uma perspectiva teórico-metodológica crítica, a condução dos estudos bibliográficos e documentais, dos debates e discussões, das proposições e avaliações foram desenvolvidas, atendendo e respeitando os princípios e valores éticos da profissão, traçando um horizonte ético-político comprometido com a qualidade da formação profissional e com o ensino presencial, laico e público.

#### REFLETINDO SOBRE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL Á PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO (PNE, ABEPSS, 2010).

O estágio supervisionado em Serviço Social, por oportunizar aproximações sucessivas à realidade social, possui significado expressivo no processo de formação profissional do estudante, contribuindo para a necessária compreensão da complexidade das relações sociais e a identificação do papel da profissão.

O estágio curricular, no curso de Serviço Social, tem como premissa propiciar ao discente o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teóricos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício profissional, bem como o reconhecimento da articulação da prática do Serviço Social e o contexto político-econômico-cultural das relações sociais.

O processo de formação profissional qualificada, na atual conjuntura educacional, deve de constituir num dos focos de atenção do debate das unidades de ensino superior, bem como das entidades representativas da profissão, destacando-se que a luta pela garantia da formação profissional deve ser parte constituinte das ações da categoria.

Na realidade brasileira, a complexidade do sistema universitário e as especificidades inerentes ao ensino superior refletem diretamente no processo de formação profissional, tanto em sua natureza, como no seu conteúdo. Como em outras profissões, o ensino do Serviço Social caracteriza-se pelas particularidades institucionais e também pela diversidade de paradigmas relacionados à natureza de seus conceitos, teorias e métodos de investigação e intervenção na realidade social.

Enquanto processo que se inicia no curso de graduação, o estágio supervisionado tem relevância significativa no ensino e aprendizagem profissional. A base inicial para a sua compreensão fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, elaboradas coletivamente pela ABEPSS e aprovadas em Assembleia Geral da entidade no ano de 1996. As diretrizes indicam como um de seus princípios, a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Resultante de ampla discussão sobre o estágio supervisionado em Serviço Social, realizada através de Oficinas Regionais que ocorreram em todo o país no ano de 2009, a Política Nacional de Estágio (PNE) que foi aprovada no ano de 2010. Compreendida como uma reafirmação do compromisso da ABEPSS e das suas atribuições como entidade de natureza acadêmico-científica, a PNE está voltada ao fortalecimento e qualificação da formação profissional em Serviço Social.

Elaborada a partir de demandas apontadas em pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares, a PNE reflete a direção mais abrangente para o estágio supervisionado em Serviço Social, considerando a diversidade de propostas das unidades de ensino de todo Brasil; configurando-se como uma estratégia de resistência e enfrentamento à precarização do ensino superior no país.

Fundamentada na defesa do estágio supervisionado, qualificado como elemento central da formação profissional de acordo com as Diretrizes Curriculares, e atenta aos aspectos legais e normativos do estágio de estudantes, tanto em âmbito geral como específico da profissão, explicitados na Lei Federal n. 11788/2008 e na Resolução do CFESS n. 533/2008, que regulamenta a supervisão direta no Serviço Social, a PNE apresenta como princípios norteadores para a realização do estágio: consonância com os princípios ético-políticos, do Código de Ética de 1993; indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Enquanto atividade curricular obrigatória, o estágio pressupõe o acompanhamento e a orientação profissional, através do processo de supervisão acadêmica e de campo:

O estágio é concebido como processo de qualificação e treinamento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do aluno, inserido no campo profissional, em que realiza sua experiência de aprendizagem sob a supervisão direta de um assistente social, que assume a função de supervisor de campo. O acompanhamento acadêmico do estágio é uma atividade realizada por um (a) professor (a) de Serviço Social [...] que assume o papel de supervisor acadêmico. (IAMAMOTO, 1998, p. 290)

A supervisão de estágio em Serviço Social envolve duas dimensões de acompanhamento e orientação profissional: a supervisão acadêmica compreendida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade de docentes integrantes do quadro funcional do curso de Serviço Social da unidade de ensino superior; e a supervisão de campo, que compreende a supervisão direta realizada pelo assistente social das atividades desenvolvidas pelo estagiário, no contexto da instituição conveniada como campo de estágio.

No que se refere ao supervisor acadêmico, o docente é responsável pela reflexão teórico-metodológica das questões pertinentes ao exercício profissional cotidiano, emergentes da realidade social e seus desdobramentos. Dentre as competências do supervisor acadêmico destacam-se: acompanhar o desempenho do estagiário de acordo com o plano de estágio; identificar carências teórico-metodológicas e técnico-operativas do estagiário e contribuir para sua superação, desenvolvendo ações reflexivas junto aos estagiários, nos encontros de supervisão e nas visitas às instituições campos de estágio (PNE, 2010).

O estágio supervisionado como atividade que agrega formação e exercício profissional necessita contemplar todas as dimensões do fazer profissional, sendo: teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa. Dessa forma, o estudo e a problematização do estágio supervisionado, buscando compreender seu significado no processo de formação profissional do Serviço Social, alicerçado no projeto político pedagógico do curso é tarefa premente no debate contemporâneo da profissão.



## TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA IMPLEMENTAÇÃO DA SUPERVISÃO ACADÊMICA Á PARTIR DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE 2015 – UNESP/CAMPUS DE FRANCA/SP.

O Projeto Político Pedagógico de 2015, fruto de vários Seminários de Reestruturação Curricular envolvendo o corpo docente e com representatividade de discentes, prevê a criação do Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS), que se constitui em uma “instância pedagógica que integra ensino, pesquisa, extensão, responsabilizando-se academicamente pela organização e efetivação de diferentes ações inerentes ao estágio supervisionado” (Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social/UNESP, 2015, p. 40). É a partir desta instância que se propõe a implementação da Supervisão Acadêmica.

Em setembro de 2014 foi criado o Núcleo de Estágio em Serviço Social (NESS), conforme previsto no Projeto Político Pedagógico do Curso, que automaticamente substitui a antiga Comissão de Estágio e o Setor de Estágio em Serviço Social. Essa organização do Núcleo de Estágio foi de grande importância para o curso, uma vez que é constituído por coordenadores, supervisores acadêmicos e outros membros representando o corpo docente e discente do curso, que ficam responsáveis pela regulamentação e fiscalização dos estágios se certificando que todas as instituições denominadas campo de estágio cumpram os requisitos necessários para o desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado. (GUIOMETTI; LIMA; GUIMARAES, 2017, P.46)

O NESS está subordinado ao Conselho de Curso de Graduação em Serviço Social com a responsabilidade de promover e coordenar todas as atividades de estágio supervisionado dos estudantes do Curso. Nesse formato o estágio se realiza a partir da articulação do supervisor de campo, supervisor acadêmico e estagiários.

Para a implementação da atividade de Supervisão Acadêmica no Curso de graduação em Serviço Social foi necessário criar uma disciplina obrigatória, identificada como Processo Educativo em Serviço Social - PESS, com carga horária de 120 horas distribuídas no 5º, 6º, 7º e 8º períodos do curso, visando materializar a supervisão acadêmica. Essa disciplina, PESS, em cada semestre do curso recebe uma denominação: no 5º termo, Introdução ao estágio supervisionado; no 6º Aproximação com o exercício profissional; na 7º problematização do exercício

profissional e no 8º As dimensões do exercício profissional; cada uma com 30 horas aulas, nas quais são efetivadas a supervisão acadêmica.

Salientamos que após a aprovação do “novo” projeto político pedagógico que passou a vigor no ano de 2015, foi organizada duas propostas de supervisão acadêmica implementada no período de 2017 a 2019, que foram avaliadas pela comunidade acadêmica envolvida neste processo, analisando as condições objetivas pertinentes e a relação quantidade de supervisor e supervisionados; as questões pedagógicas; a interação supervisão acadêmica e de campo, e a necessidade de aprimoramento da proposta metodológica, que foi reorganizada para implantação no ano de 2020.

Considerando a relevância da temática e importância da efetividade da supervisão acadêmica na formação profissional de qualidade, apresentamos de forma sucinta, a organização desta proposta, lembrando que este processo é dialético, contínuo e retroalimentado pelo movimento do real e as avaliações dos envolvidos.

## A ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A SUPERVISÃO ACADÊMICA

A supervisão acadêmica consiste na realização de um conjunto de atividades pedagógicas a partir do desenvolvimento de uma disciplina - Processo Educativo em Serviço Social - PESS, visando contribuir no processo de ensino aprendizagem, por meio de metodologia pedagógica que promova a relação teoria e prática. Esse processo deve envolver um movimento em forma espiral e horizontal entre os estudantes, os supervisores acadêmicos e supervisores de campo. Caracteriza-se pela relação de troca entre esses sujeitos envolvidos no processo de estágio, a partir do estudo e da compreensão da realidade do campo de estágio, das expressões da questão social apresentadas nesse campo de estágio, das políticas sociais para o enfrentamento das demandas sociais e do trabalho profissional desenvolvido pelo assistente social.

A estrutura da supervisão acadêmica ficou organizada com a atuação de dois docentes/assistentes sociais – supervisores acadêmicos, para acompanhar os discentes do 3º e 4º ano do curso de Serviço Social, no período diurno e, três

docentes/assistentes sociais – supervisores acadêmicos, para o período noturno, considerando o número de discentes em cada turma consideraram as definições da PNE/ABPESS, 2010, que prevê um docente para cada conjunto de no máximo quinze estagiários. Ressaltando que cada estagiário concretiza na supervisão acadêmica uma carga horária de 30 horas semestrais, sendo encontros quinzenais.

Os conteúdos necessários e que faz parte da atividade de supervisão acadêmica, nos períodos distribuídos ao longo do terceiro e quarto anos do curso, estão presentes no conjunto de disciplinas, conforme organização curricular do curso de Serviço Social além das atividades complementares que coadunam na mesma direção. É notório que a educação superior na universidade pública contempla o tripé: ensino, pesquisa e extensão propiciando aos estudantes uma gama de aprendizagens que contribuem significativamente no processo de formação profissional coerente com os princípios propostos nas Diretrizes Curriculares da ABPESS (1996).

Os componentes teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do conjunto de disciplinas devem estar sintonizados sistematicamente com as atividades de supervisão acadêmica.

Para concretizar os objetivos da formação profissional a partir da inserção do estudante na atividade de estágio supervisionado, torna-se imprescindível a organização de um conjunto de conhecimentos teóricos definidos por conteúdo teórico-prático para ser desenvolvido na supervisão acadêmica em cada período ou semestre do curso de graduação, nos quais a realização do estágio supervisionado é obrigatória.

Nesse sentido, a disciplina PESS (espaço pedagógico para realização da atividade de supervisão acadêmica) precisa nortear os seguintes conteúdos durante o 5º e 6º períodos do curso (3º ano do Curso de Serviço Social):

a) Conhecimento sobre a Instituição, campo de estágio:

Esse conteúdo programático deverá ser aprofundado para o alcance dos objetivos da formação profissional na etapa do estágio supervisionado, para os discentes matriculados no primeiro semestre do 3º ano do curso, ou seja, 5º período. O conhecimento da Instituição tem como objetivo principal aprofundar a busca de informações sobre a trajetória sócio-histórica da

Instituição, espaço socioocupacional do Serviço Social e campo de estágio supervisionado, levando em consideração que no conjunto de disciplinas do Curso de Serviço Social, o estudante também terá subsídios teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que propiciará a fundamentação necessária para possibilitar à relação teoria-prática.

Dessa forma, será necessário ter como referência os seguintes aspectos: o movimento e dinâmica institucional, ou seja, história, fatores e contextos políticos, sociais, cultural e econômico; a Política Social específica em execução, analisando a estrutura, organização, segmentos, legislações, normatizações e o Projeto Profissional do Serviço Social na presente instituição, destacando os objetivos institucionais e profissionais.

- b) Conhecimento sobre o perfil da população usuária dos serviços e as demandas apresentadas à instituição são essenciais.

O conteúdo sobre o perfil da população usuária e das demandas apresentadas à instituição e ao Serviço Social remete a compreensão e reflexões dos estudantes sobre qual é a população atendida, seu perfil, suas características, questões que envolvem as relações desse público tais como: raça-etnia, sexo, classe social, relações de gênero e outros. A partir dessas informações faz-se necessário relacioná-la com os indicadores sociais que tratam sobre aquela específica população no território brasileiro, estadual e municipal.

Durante o 7º e 8º períodos do curso, os conteúdos estão definidos como:

- a) Demandas/requisições profissionais apresentadas ao Serviço Social, incluindo conteúdos que indicam todas as necessidades objetivas/concretas e subjetivas do público atendido, incluindo também a análise interpretativa das demandas não atendidas por questões de ausência de recursos (materiais, financeiros, humanos, equipamentos, conhecimentos) referentes as políticas sociais e a própria política institucional, seja das instituições públicas, governamentais ou não-governamentais, e as privadas com fins mercantis.
- b) Outro conhecimento essencial refere-se às dimensões do trabalho do assistente social na Instituição, tendo como referência o Projeto Profissional

do Serviço Social, que compreende os conteúdos sobre a proposta da profissão na instituição, seus objetivos, metas, ações, metodologias, princípios e valores da profissão independente do projeto da instituição: missão, visão, objetivos, princípios e valores institucionais. Nesse conteúdo envolve o conhecimento do Código de ética e do Projeto Ético-político profissional.

- c) Também nesse período do curso necessário o conhecimento sobre o trabalho do Assistente Social inserido no trabalho coletivo da instituição, espaço socioocupacional do Serviço Social.

Compreendendo essa dinâmica, seguem os conteúdos propostos e que devem ser ampliados de acordo com as experiências que emergem nos debates com os estagiários, sendo: projetos de intervenção do Serviço Social; respostas profissionais às demandas institucionais e da população usuária; problematização dessas respostas profissionais; ações desenvolvidas e Instrumentais utilizados pelo Serviço Social, repensando a instrumentalidade na profissão; identificação e compreensão dos valores e princípios éticos da profissão de Assistente Social no cotidiano de trabalho do profissional na instituição; os desafios e as possibilidades de efetividade do projeto ético-político profissional do Serviço Social apesar das adversidades da conjuntura atual, das políticas sociais que repercutem nos espaços socioocupacionais do Serviço Social.

Ressalta-se que os conteúdos abordados no processo de supervisão acadêmica estão interligados a nova lógica curricular proposta nas Diretrizes Curriculares da ABPESS (1996), sustentada no tripé dos conhecimentos constituídos em três núcleos de fundamentação da formação profissional, sendo: Núcleo Fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo Fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

A proposta pedagógica da atividade de supervisão acadêmica remete a adoção de uma metodologia de ação participativa dos sujeitos envolvidos no processo de estágio, respeitando o saber e as experiências acumuladas dos

profissionais envolvidos e, também, a importância da relação dialógica que permite reflexões e novas propostas de ação profissional.

Nesse sentido, entende-se que a supervisão acadêmica, deverá constituir-se por orientações e reflexões teóricas e práticas, por meio da exposição e diálogos sobre os conteúdos articulados entre sala de aula e campo de estágio, favorecendo a participação dos estagiários a partir de suas experiências e vivências. Assim, concretizando a práxis, relação teórico-prática, à partir das trocas realizadas entre estagiários e supervisores acadêmicos.

O processo envolve a ação dos supervisores de campo que devem orientar e supervisionar os estagiários na realização das atividades do estágio, explicando e contribuindo para a compreensão deste espaço educativo, de formação profissional, em uma perspectiva de totalidade, sempre acompanhando os conteúdos da atividade em sala de aula, a partir da supervisão acadêmica. Esses profissionais devem supervisionar, acompanhar, monitorar, orientar e problematizar as ações dos estagiários, estimulando a criatividade e capacidade propositiva dos mesmos em todas as ações desenvolvidas no âmbito do estágio supervisionado.

Por essa razão, a participação dos supervisores de campo na vida acadêmica dos estagiários torna-se fundamental. Esses profissionais são convidados para todas as atividades pedagógicas no processo de formação profissional, pois, somente dessa forma, será possível responder as exigências da formação a partir das propostas do Projeto Político Pedagógico do Curso de graduação, em consonância com as diretrizes da ABPESS.

Os estagiários devem ser orientados em relação as suas atividades de estágios pelos supervisores acadêmicos e de campo. As atividades que os estagiários devem desenvolver são aquelas próprias e específicas de cada campo de estágio, contudo, também devem recorrer as sugestões aqui indicadas.

Uma consiste em leituras do estatuto e do regimento interno da instituição, documentos institucionais, atas de reunião da diretoria e de equipe técnica, projetos da instituição e do Serviço Social, das legislações pertinentes a política social específica, e livros e artigos científicos indicados pelos supervisores de campo e acadêmicos.

Outra sugestão é a prática da observação da rotina institucional, dos procedimentos internos da organização, das relações internas e externas, das relações sociais desenvolvidas no âmbito organizacional e com a população atendida: étnico-racial, de gênero, sexual e outros.

Também as atividades de buscas e consultas em sites sobre a instituição; sobre a política social específica torna-se essencial para ampliar o conhecimento das instituições e suas relações políticas, econômicas, culturais e sociais influenciando na gestão das políticas sociais.

A sistematização do conhecimento consiste em atividade muito importante, pois permite o registro, a reflexão e a organização das ações realizadas no cotidiano; possibilita a utilização do diário de campo como instrumento no processo de estágio supervisionado. O diário de campo consiste em instrumento profissional e contribui na organização e elaboração da construção reflexiva do fazer profissional.

De acordo com Lima et. al (2007),

[...] O detalhamento da intervenção no diário de campo permite observar e analisar criticamente como se planejam e se executam as ações profissionais, e ainda perceber as dificuldades e limitações do profissional frente ao serviço, como também as limitações do serviço frente às demandas concretas dos usuários. O registro e o detalhamento dos encaminhamentos no diário de campo propiciam um constante revisitar dos dados, o que contribui para ampliar as ações de modo a aproximá-las da resolutividade da demanda. [...] o diário de campo, este pode conter reflexões cotidianas que, quando relidas teoricamente, podem traduzir-se em avanços tanto na intervenção (estabelecimento de novas prioridades, por exemplo), quanto na teoria (alimentando-a com novos dados sobre a realidade, problematizando novas abordagens e ações). (LIMA, et all, 2007, p. 103)

Complementar ao entendimento da importância da documentação para o Serviço Social, especificamente o diário de campo, destaca-se a contribuição do processo de sistematização para o trabalho profissional do assistente social e do estagiário. Segundo de Almeida (1997), a sistematização

[...] constitui uma dimensão importante do trabalho profissional que favorece uma reflexão contínua de suas respostas socioinstitucionais em suas relações de determinação com a dinâmica do ser social. Trata-se de um recurso que permite imprimir ao cotidiano, assim

como a empiria que dele emerge nos procedimentos típicos da ação profissional, a possibilidade de serem compreendidos a partir das relações sociais que lhes dão concretude e significado; alçando a condição de um movimento de apreensão da dinâmica social a partir de uma inserção real e efetiva e da necessidade de se construir alternativas profissionais, determinadas no âmbito de um trabalho coletivo, na trama institucional onde se materializam dimensões constitutivas da dinâmica da sociedade entre produção e reprodução social (ALMEIDA, 1997, pp. 08-09).

Na supervisão acadêmica os estagiários devem apresentar as experiências de estágios por meio de relatos sobre levantamentos realizados conforme orientação dos supervisores acadêmicos e de campo. Também devem apresentar relatos e problematização das observações realizadas, das experiências vivenciadas, dos desafios e dificuldades encontrados, das sugestões e propostas elaboradas. Esses relatos devem estar escritos e detalhados, no diário de campo.

Também devem levar para o momento da supervisão os resultados dos levantamentos realizados no campo de estágio, por meio de estudos de documentos e/ou aplicação de questionários, para a compreensão do perfil da população e demandas profissionais e institucionais. Destaca-se aqui o caráter investigativo, educativo e interventivo do trabalho profissional. A necessidade constante da pesquisa no cotidiano de trabalho do assistente social, subsidiada pela intervenção socioeducativa que possibilita ao estagiário a oportunidade de compreender a instrumentalidade no Serviço Social. O diálogo constante com a supervisora de campo torna-se essencial nesse processo, principalmente, para conhecer e compreender sobre as demandas apresentadas à instituição e as respectivas respostas profissionais.

A observação sistemática sobre a rotina institucional, sobre as formas de gestão e os tipos de lideranças, sobre as necessidades e características da população, sobre as dificuldades e limites da intervenção profissional, também deve ser realizada diariamente, sobretudo, com os direcionamentos e orientações dos supervisores acadêmicos e de campo.

Várias outras atividades realizadas no âmbito do estágio são indispensáveis para os estagiários identificarem as expressões da questão social apresentadas no



espaço institucional, as competências e atribuições do Assistente Social, objeto de reflexão, em sala de aula, na atividade de supervisão acadêmica.

Os supervisores acadêmicos devem desenvolver as atividades junto aos supervisores de campo e estagiários, podendo organizar momentos conjuntos para as discussões e reflexões teórico-prática apresentadas pelos estagiários abordando e aprofundando todos os elementos teóricos vivenciados pelos estudantes no campo de estágio. Essas ações podem contribuir para a construção e avaliação de ações e instrumentais utilizados pelo Serviço Social nos diversos campos de estágio.

O envolvimento e participação dos profissionais do campo nas atividades acadêmicas são oportunizadas pelas atividades organizadas e realizadas pelo Núcleo de Estágio em Serviço Social – NESS, que, atualmente, está constituído pelos docentes supervisores acadêmicos e com um universo de aproximadamente 79 supervisores de campo, atuando nas 70 instituições conveniadas como campo de estágio.

As principais ações do NESS desdobram-se em reuniões mensais para o acompanhamento da realização dos estágios, cursos e oficinas visando a capacitação continuada dos supervisores acadêmicos e de campo, podendo ter a participação dos estagiários, Fórum de Estágio em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, e outras ações/participações em diversos eventos científicos que se concretizam no espaço universitário da UNESP/Franca.

A metodologia de supervisão acadêmica exposta neste artigo, encontra-se em implementação e se constitui em ações pulsantes, ou seja, alvo constante de avaliações, em um movimento contínuo, dialético, participativo, de construção-reconstrução com intuito de viabilizar os objetivos previstos na PNE/ABEPSS, 2010.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O estágio supervisionado consiste em uma atividade curricular obrigatória presente na proposta pedagógica dos cursos de Serviço Social no Brasil que se concretiza a partir da inserção do estudante no espaço institucional sob a supervisão de um profissional de Serviço Social. A supervisão de estágio consiste em atribuição

privativa do assistente social, em conformidade com artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993, sendo que, o estágio e a supervisão devem ser norteados pelos princípios éticos-políticos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional.

Acompanhando a trajetória histórica da formação profissional do assistente social no Brasil verifica-se a presença do estágio supervisionado no processo de graduação desde as primeiras escolas de Serviço Social. Esse fato indica que o estágio sempre ocupou espaço na formação profissional, contudo, carregado de desafios, dificuldades, mas também, possibilidades e avanços.

A professora Dra. Marilda Vilela Iamamoto (UERJ), em suas reflexões sobre a formação profissional do Serviço Social, na década de 1990, explica que o estágio apesar de importante sempre foi considerado o “primo pobre” no Serviço Social. Isso significa que o estágio tem uma função imprescindível no processo de formação do assistente social, considerando o caráter interventivo da profissão, mas durante algumas décadas o estágio não fazia parte das preocupações centrais do ensino e nem se destacou como atividade que carecia de normatizações, fundamentação teórico-metodológica das agências formadoras.

A história conta que, considerando a realidade social, a partir dos vários movimentos, a profissão busca sua renovação através de processos reflexivos mobilizados pelos órgãos representativos desta categoria e envolvendo os estudantes e assistentes sociais, sendo possível alterar e construir coletivamente uma “nova direção social” para a profissão e que está explicitada em vários documentos tais como: o Código de Ética profissional; a Lei que regulamenta a profissão entre outras resoluções. Neste contexto, especificamente em relação a formação profissional dos futuros assistentes sociais, os processos de avaliação e construção de novas propostas curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil, percebe-se vários questionamentos e reflexões em torno do estágio supervisionado. A partir da aprovação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social no Brasil de 1996, o estágio ganha maior expressão.

[...] pressupostos, princípios e diretrizes para nortear o projeto pedagógico de cada unidade de formação profissional e tratam o estágio supervisionado como um momento ímpar do processo

ensino-aprendizagem, elemento síntese da relação teoria-prática, da articulação entre pesquisa e intervenção profissional, e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do/a aluno/a nos diferentes espaços ocupacionais das esferas pública e privada. (CFESS, 2014, p. 11). Com objetivo de defender e preservar a formação profissional

A ABEPSS, já no final da década de 1990, se organiza em processos de reflexões, discussões e debates durante várias gestões e, por todas as regionais e sub-regiões, culminando na construção e elaboração da Política Nacional de Estágio (2010). Essa Política representa um avanço no processo de formação e coloca o estágio como elemento de destaque. Nesse sentido, as Unidades de Formação Acadêmicas são forçadas a repensarem suas políticas de estágio e organizarem novos encaminhamentos para a adequação às diretrizes nacionais contidas na PNE/2010.

O Curso de Serviço Social da Unesp/Franca/SP, respeitando essas normativas insere em seu Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação um novo modelo para a supervisão de estágio, criando a supervisão acadêmica como atividade importante e necessária, envolvendo uma nova proposta de relação horizontal entre estudantes, profissionais do campo e docentes do curso de Serviço Social.

Essa lógica da supervisão acadêmica implementada a partir do ano de 2017, possibilita maior aproximação da UFA com os campos de estágios, com os supervisores de campo, envolvendo os estagiários na construção e avaliação constante desse processo, que não termina, sempre renovando diante dos limites, desafios, tensões e avanços.

Nessa oportunidade, o presente artigo trouxe uma contribuição para o repensar constante do processo de formação profissional e, principalmente, sobre o estágio supervisionado, na perspectiva de uma formação crítica, propositiva, generalista e de qualidade. O Serviço Social é uma profissão interventiva que atua diretamente com as diversas expressões da questão social, que se apresenta em diferentes níveis e formas nos espaços de trabalho do assistente social. Diante da dinâmica da realidade social, as Unidades de Formação Acadêmica são obrigadas a estar constantemente sintonizadas com as questões estruturais da sociedade

capitalista que refletem diretamente nas instituições de atendimento das demandas sociais. Tais modificações no contexto social, político, cultural e econômico da sociedade, exigem novos conhecimentos teóricos e práticos, mas também metodologias pedagógicas exequíveis.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N.L.T. **Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social.** Revista Em Pauta, UERJ, n. 10, 1997

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.** ABEPSS, 1996

BRASIL. **Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social,** CFESS, 1993.

BRASIL. **Código de Ética profissional do Assistente Social,** CFESS, 1993.

BRASIL. Resolução N. 533, CFESS, 2008

BRASIL. Política Nacional de Estágio, CFESS, 2010

CONSELHO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social.** Franca: Unesp/Franca. Disponível em [https://www.franca.unesp.br/Home/Graduacao37/servico-social\\_unesp-franca\\_projeto-pedagogico-2015.pdf](https://www.franca.unesp.br/Home/Graduacao37/servico-social_unesp-franca_projeto-pedagogico-2015.pdf)

FAGUNDES, M.C. V. **A totalidade como categoria fundamental na construção de um projeto político-pedagógico.** In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 13, 2006, Recife. Painel. Recife: UFP, 2006.

GIOMETTI, A. B. R.; LIMA, M. J. O. ; GUIMARAES, O. M. **40 Anos do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp Câmpus de Franca: Trajetória, Experiências e Conquistas.** Franca: FCHS/Unesp/Franca, 2017.

GUERRA, Y. **Em defesa da qualidade, da formação e do trabalho profissional: materialização do projeto ético-político profissional em tempos de barbárie.** Revista Conexões Geraes – CRESS/MG, n. 5, 2014

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, T.C.S et. all. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do Diário de Campo.** Revista Textos e Contextos, Porto Alegre, v.6, n. 1, 2007

SAMPAIO, S.S; OLIVEIRA R. **Análise Institucional ontem e hoje: indicações pertinentes ao fazer profissional.** Revista Sociedade em Debate, 20 (2), 2014



## AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## COMPETENCES AND PRIVATIVE ATTRIBUTIONS OF THE SOCIAL WORKER: REFLECTIONS FROM INTERNSHIP EXPERIENCES AT THE SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTER

Sílvia Emanuely da Silva<sup>1</sup>  
Tatiana de Lima Souza<sup>2</sup>

**Resumo:** O Centro de Referência de Assistência Social é um espaço onde se insere o Serviço Social, o qual na atual conjuntura passa por um processo de precarização e perda de direitos, rebatendo no cumprimento das atribuições privativas e competências inerentes ao exercício profissional. Durante o estágio obrigatório observou-se que a área da Assistência Social ainda é permeada pelo conservadorismo e o Serviço Social desenvolve um trabalho que busca reafirmar e viabilizar os direitos daqueles que necessitam. Esse trabalho objetiva analisar o exercício das competências e atribuições privativas do Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social. A metodologia consistiu de estudo bibliográfico e observação participante. Os resultados revelaram que as contradições existentes como, baixos salários, condições de trabalho insalubres e a existência de correlação de forças rebatem diretamente no cotidiano da atuação profissional. Em virtude disso, o Assistente Social enfrenta alguns limites no exercício das competências e atribuições que o norteiam, chegando a se distanciar dos valores defendidos bem como de outros documentos que balizam a profissão. Portanto, constatamos que alguns profissionais que trabalham nos Centro de Referência desconhecem quais são seus deveres e acabam desempenhando atividades que não dizem respeito à profissão. Esse cenário contribui para que não ocorra a qualificação das demandas, reflexões acerca da sua prática e da realidade dos usuários.

**Palavras-chave:** Centro de Referência de Assistência Social. Formação profissional. Competências profissionais. Atribuições privativas. Assistência Social.

**Abstract:** The Social Assistance Reference Center is a place where is inserted the Social Work, which in the current conjuncture goes through a precariousness and rights loss process, contradicting the accomplishment of the competences and private attributions inherent to the professional performance. During the mandatory internship it was observed that the Social Assistance area is still permeated by the conservatorism and the Social Work develops a job that seeks to reafirm and make

---

<sup>1</sup> Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Em andamento Pós-graduação em Política e Gestão em Segurança Pública na Universidade Estácio de Sá/RN. E-mail: <[s.emanuely@hotmail.com](mailto:s.emanuely@hotmail.com)>

<sup>2</sup> Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Mestrado em andamento em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS da UFRN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social. E-mail: <[tatiana.souza56@yahoo.com.br](mailto:tatiana.souza56@yahoo.com.br)>

feasable the rights of those in need. This paper aims to analyse the performance of the competences and private attributions of the social worker at the Social Assistance Reference Center. The methodology consisted of bibliographic study and participant observation. The results revealed that existing contradictions such as low wages, unhealthy working conditions and the existence of a correlation of forces directly contradict the daily routine of professional performance. In view of that, the Social Worker faces some limits in the exercise of competences and attributions that guide him, even distancing himself from the defended values as well as from other documents that mark the profession. Therefore, we have seen that some professionals who work at the Reference Center are unaware of their duties and end up performing activities that do not concern to the profession. This scenario contributes to the lack of qualification of demands, reflections about their practice and the reality of users.

**Keywords:** Social Assistance Reference Center. Professional formation. Professional competences. Private attributions. Social Work.

## INTRODUÇÃO

Inicialmente pensa-se ser importante pontuar que após a implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos diversos municípios brasileiros foi possibilitado, também, à ampliação do quantitativo de Assistentes Sociais para o atendimento do público que solicita os serviços existentes nesse órgão e de modo mais abrangente na rede socioassistencial.

Dessa forma, decidimos pesquisar sobre essa temática por que, conforme vivência dos estágios curricular obrigatório na área da Assistência Social<sup>3</sup>, atualmente é um dos espaços ocupacionais que vivencia processos de precarização e que em determinados momentos do estágio visualizamos o abandono ou dificuldades por parte dos Assistentes Sociais para a materialização das normativas inerentes à profissão de Serviço Social.

Uma das tendências identificadas é que a atuação do Assistente Social no CRAS pode ser caracterizada, em alguns casos, por ações pragmáticas, rotineiras e imediatistas. Não possibilitando que haja o comprometimento ético-político e uma

---

<sup>3</sup> As autoras do presente trabalho realizaram os seus estágios obrigatórios em dois CRAS situados em localidades distintas da Região do Mato Grande localizada no estado do Rio Grande do Norte - RN, entretanto apresentaram elementos que impulsionaram a elaboração desse artigo.

escuta qualificada acerca das demandas que chegam a esse equipamento social tampouco abordagens e reflexões críticas sobre elas (GUERRA, 2012).

Ou seja, na conjuntura acima citada, ao Assistente Social torna-se difícil ir para além do que se mostra na realidade que intervém, tendo em vista que, geralmente os profissionais que estão trabalhando nos CRAS – que não param de chegar demandas de diferentes sujeitos e instituições – são pressionados a dar uma resposta, não importando de que forma, àquele problema que foi relatado pelo usuário (GUERRA, 2012).

Entretanto, como os Assistentes Sociais passam por processos formativos diversos, ressalta-se que existem também aqueles profissionais que lutam para vencer as adversidades existentes e persistentes no processo de efetivação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), buscando reunir todas as estratégias que dispõem para atender qualitativamente aos usuários da Assistência Social e materializar no cotidiano de sua prática os princípios e os valores do Código de Ética de 1993.

Após essa breve apresentação, importa apontar que o objetivo do trabalho foi analisar o exercício das competências e atribuições privativas do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social considerando para isso duas realidades de estágio supervisionado distintas. Para o alcance de tal objetivo utilizamos a pesquisa bibliográfica e a observação participante, bem como as reflexões feitas a partir da atuação das Assistentes Sociais e do diálogo com os usuários dos CRAS que tivemos a oportunidade de conhecer.

O método utilizado na pesquisa para a análise do material coletado foi o materialismo histórico dialético, o qual nos auxilia na compreensão da totalidade dos processos sociais, chegando à essência do objeto, ultrapassando assim, o plano da aparência e do senso comum. “A escolha do método pressupõe valores, mas o método escolhido aporta do mesmo modo valores; na verdade, importa reconhecer a centralidade dos valores, que dão sentido às investigações e práticas” (PRATES, 2012, p.118).



Com isso, pretendemos trazer com esse estudo apontamentos sobre as competências e atribuições privativas, almejando que contribua no processo de reflexão e prática dos Assistentes Sociais e estudantes de graduação do curso de Serviço Social, principalmente aqueles que já estão no estágio curricular obrigatório, inseridos em órgãos vinculados a área da Assistência Social.

A relevância social da pesquisa foi de trazer tanto para a formação acadêmica quanto para a atuação profissional, uma análise crítica dessa experiência e os principais aspectos apresentados no dia a dia do Assistente Social no CRAS, bem como as possíveis estratégias e formas de enfrentamento às limitações apresentadas nesse espaço sócio ocupacional.

Evidentemente que, algumas questões destacadas no decorrer do trabalho podem já ter sido elucidadas em outras produções da categoria. Entretanto, ressaltamos a importância de sistematizar e socializar as experiências de estágio curricular obrigatório, principalmente para os usuários dos serviços que integram a PNAS para que auxilie no processo de fortalecimento dos seus interesses, conforme aponta o documento do CFESS (2009).

## APONTAMENTOS SOBRE A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

Sabemos que, a implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos municípios brasileiros está diretamente relacionada com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ocorrida no ano de 2004,

[...] que realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. [...] (BRASIL, 2004, p.33).

Sendo assim, a inserção de Assistentes Sociais nos Centros de Referência de Assistência Social teve seu início também no ano de 2004. Mas, sabemos que ainda é uma entrada que se efetiva de modo precarizado. Apesar de que, “[...] A

Assistência Social desde os primórdios do Serviço Social tem sido um importante campo de trabalho de muitos (as) assistentes sociais” (CFESS, 2009, p.10). Mesmo sendo uma área importante de atuação, não se verifica a respectiva valorização e capacitação permanente dos diversos profissionais que trabalham nesse equipamento social.

Dito isso, pensamos ser relevante pontuarmos nesse trabalho que, o Assistente Social é um trabalhador assalariado, um intelectual orgânico, inscrito na divisão sócio técnica do trabalho e nas relações contraditórias da sociedade capitalista. Atua atendendo tanto as demandas do capital quanto do trabalho, configurando-se em um tipo de especialização do trabalho coletivo, dividindo geralmente seu espaço de trabalho com outros profissionais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013).

A entrada dos Assistentes Sociais no CRAS, de forma geral é motivada pelo forte domínio que ele tem sobre o objeto institucional (no caso, a assistência social e mais especificamente o fortalecimento de vínculos). Podendo ser considerado, dependendo da forma como está organizada a Instituição, conforme Bisneto (2011, p.92) um agente privilegiado, pois “[...] Têm saber pleno quanto ao objeto institucional e a partir deste saber uma posição fundamental em relação à ação institucional”.

Sobre o processo de aproximação dos profissionais de Serviço Social com a Assistência Social, os Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na PNAS indicam que:

Os/as assistentes sociais foram os primeiros a se mobilizar em defesa da assistência social como direito. E essa luta não se deu de forma isolada. Desde sempre, esses profissionais se articulam aos movimentos da classe trabalhadora, dentre os quais, os usuários da assistência social. Essa articulação se deu e se dá desde o estímulo à organização dos usuários, passando pela sua mobilização como sujeitos individuais e coletivos até a construção e fortalecimento de espaços de representação e controle democrático, onde possam ter voz e ação (CFESS, 2009, p.32).

O Serviço Social, enquanto uma das profissões que possui presença marcante e atuante na defesa dos direitos dos trabalhadores passa a ocupar esse espaço, perpassado por inúmeros desafios, limites, conflitos e contradições. Esses elementos implicam no fazer profissional do assistente social. Devido a essas

contradições alguns profissionais de Serviço Social, na tentativa de agilizar o encaminhamento de respostas às demandas institucionais e dos usuários se distanciam de alguns dos valores defendidos, bem como dos outros documentos que balizam a profissão, a exemplo das atribuições privativas e competências profissionais.

Sabemos que, para atuarmos em qualquer espaço sócio ocupacional, torna-se necessário uma formação profissional completa, ou seja, que o discente possa participar de projetos de ensino, pesquisa e extensão. E tendo em vista o crescimento dos cursos de serviço social, principalmente na modalidade a distância, muitos Assistentes Sociais realizam suas graduações em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, dada a ampla oferta de vagas. Essas IES na maioria das vezes visam apenas o lucro e não uma formação laica, presencial, de qualidade e conforme os documentos que normatizam a profissão (CFESS, 2014).

Nesse sentido, os estudantes dessa modalidade de ensino, infelizmente, terminam a graduação e não tem acesso a todo o aporte teórico e metodológico crítico, o qual é necessário para que haja uma formação profissional comprometida com os interesses da classe trabalhadora. “É fundamental ressaltar ainda que a precarização do processo formativo não atinge somente os/as graduandos/as em Serviço Social na modalidade de EaD, mas também aqueles/as que cursam a formação presencial [...]” (CFESS, 2014, p.11).

Alguns desses novos profissionais saem da faculdade com uma noção equivocada do que realmente seja a profissão, e isso terá rebatimentos grandiosos no momento em que estiverem trabalhando, por exemplo, no CRAS, realizando atendimentos, visitas e acompanhamentos dos usuários, bem como elaborando os documentos necessários para viabilizar os direitos da população demandante.

Cabe aqui destacar que de modo algum culpabiliza-se esses estudantes, como salienta o conjunto CFESS/CRESS, mais a lógica perversa do mercado que tem adentrado a educação superior, repercutindo em retrocessos para a formação profissional em Serviço Social.

Um processo formativo desqualificado relaciona-se com a desvalorização profissional e conseqüente reconfiguração do perfil profissional, na medida em que um graduando em serviço social, formado com frágil embasamento teórico-metodológico, técnico-interventivo e ético-político, não tem possibilidades efetivas de se contrapor, por meio de estratégias profissionais cotidianas, ao perfil contemporâneo da política social brasileira [...] (CFESS, 2014, p.34).

Uma formação fragmentada do Assistente Social influencia para que no exercício profissional, também atue de maneira descomprometida com o público alvo da instituição. Sendo conseqüências diretas, o desconhecimento, o não repasse das informações e de orientações precisas que possibilitem o acesso dos usuários aos serviços, programas, projetos e benefícios que são oferecidos pelo CRAS e outros órgãos que devem garantir os direitos dos sujeitos.

[...]. A socialização das informações nos termos expostos, envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos (e serviços a eles correspondentes) sem ofuscar os distintos papéis que desenvolvem na relação [...], procura-se tornar transparente ao sujeito que busca os serviços as reais implicações de suas demandas – para além das aparências e dos dados imediatos -, assim como os meios e condições de ter acesso aos direitos [...] (IAMAMOTO, 2009, p.19).

Nesse cenário, o que percebemos é que principalmente no âmbito dos CRAS, alguns profissionais tendem a “marginalizar” ou “desvalorizar” tal espaço e ainda os usuários dos serviços. Isso porque, o público-alvo é composto majoritariamente por pessoas pobres, em situação de pobreza e extrema pobreza<sup>4</sup> e a estrutura física dos equipamentos não condizem com o que consta na legislação referente ao CRAS. Questões preocupantes, mas, que de modo algum devem ser utilizadas pela equipe de referência como justificativa para o exercício da profissão de qualquer forma, posto que, é preciso que se compreenda a importância do trabalho na área da Assistência Social e o significado dele para as pessoas que necessitam e, que recorrem a esse Centro de Referência.

Esse direcionamento apresentado por alguns profissionais tem Intensificado aquela velha frase presente na Política de Assistência, de que “para os pobres qualquer coisa serve” (Yazbek, 2012). Uma perspectiva que deve necessariamente ser combatida por aqueles comprometidos com a materialização da PNAS.

---

<sup>4</sup> No Brasil, historicamente a Assistência social tem sido solicitada principalmente pelas pessoas pobres e extremamente pobres, que tiveram e continuam tendo precário acesso a saúde, educação, habitação e outros direitos sociais básicos.

## O SERVIÇO SOCIAL E AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS NO ÂMBITO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tem-se observado que nos CRAS a maioria dos assistentes sociais são jovens e possuem outro emprego<sup>5</sup> para poderem assim complementar a renda. Em relação ao vínculo, geralmente é temporário não possuindo estabilidade e outros direitos trabalhistas garantidos (CFESS, 2009).

Nos Centros de Referência nos quais ocorreram os estágios obrigatórios, as Assistentes Sociais possuíam acima de vinte e cinco anos, e realmente apontaram ter outra ocupação, pois havia se inserido no CRAS por intermédio de contrato temporário. Não sabendo o tempo que trabalhariam no Centro de Referência. Verificou-se, a partir de discussões com as profissionais sobre suas rotinas de trabalho, a existência de sobrecarga de tarefas relacionadas aos dois vínculos de trabalho, ocorrendo à necessidade de levar atividades para serem realizadas em suas respectivas residências.

Evidentemente que, seria um equívoco generalizarmos, mas, às vezes, por ter duas ocupações, muitos profissionais acabam se dedicando mais a um emprego do que ao outro, e a depender do espaço ocupacional em que estão trabalhando, a identidade profissional e de classe, bem como o vínculo com os usuários tende a ser modificado. Isso reflete no seu reconhecimento enquanto um trabalhador assalariado e no seu protagonismo no processo de mobilização dos usuários da Assistência Social. Sobre essa questão os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na PNAS afirmam que:

[...] A identidade da profissão não é estática e a sua construção histórica envolve a resistência frente às contradições sociais que configuram uma situação de barbárie, decorrentes do atual estágio da sociabilidade do capital em sua fase de produção destrutiva com graves consequências na força de trabalho [...] (CFESS, 2009, p. 11).

---

<sup>5</sup> Essa afirmação está embasada no relato de colegas de curso de períodos mais avançados que já tinham concluído o estágio curricular na área da Assistência Social.

A identidade profissional para os Assistentes Sociais que estão trabalhando no CRAS e em qualquer outro espaço é crucial, assim como o conhecimento dos usuários solicitantes dos serviços<sup>6</sup>, tendo em vista o fato de muitos deles sentirem vergonha de ir ao CRAS, sendo que quando recorrem a esse órgão é porque estão extremamente necessitados. Essa vergonha relaciona-se a predominância da concepção de que, aqueles que procuram a assistência social são pessoas miseráveis e perigosas, o que termina por reforçar a ideia de que a assistência social é um direito destinado unicamente para os pobres, e não para quem dela necessitar.

Infelizmente, os usuários da política acabam internalizando tais pensamentos equivocados repassados por aqueles que insistem em desconhecer esse direito conquistado por meio das lutas dos trabalhadores e de forma geral pela sociedade civil. Nesses momentos, é que os Assistentes Sociais junto com a equipe de referência dos CRAS devem acolher esses usuários e aproveitar para fortalecer a perspectiva do direito, da responsabilidade do poder público em ofertar serviços de qualidade, devendo conseqüentemente torná-los acessíveis a população que os requisitam, sem que passem por situações vexatórias ou sofra discriminação em virtude da cor, sexo, raça, orientação sexual etc.

Os encaminhamentos anteriormente explicitados são cruciais, dado o cenário atual do país, no qual os sujeitos são constantemente destituídos de cidadania, ou seja, dos seus direitos civis, políticos e sociais presentes na Constituição Federal de 1988 e praticamente ausentes no cotidiano da população pauperizada. Reside nessa conjuntura à importância do trabalho profissional do Serviço Social, visto que, sempre está buscando reafirmar e viabilizar os direitos daqueles que mais necessitam e sofrem com o atual estágio de barbárie da sociedade capitalista em que vivemos.

---

<sup>6</sup> Nesse sentido, o mapeamento do território e das principais demandas e potencialidades dos usuários colocam-se como de extrema relevância, porém também como um desafio posto para os profissionais da Assistência Social. Na realidade de um dos CRAS no qual se realizou o estágio não havia esse mapeamento do território em que o CRAS deveria atuar efetivamente.

Diante disso, considerando a realidade dinâmica dos CRAS e das dificuldades que acompanham o trabalho profissional do Assistente Social, entra em discussão também a questão do exercício das competências profissionais e atribuições privativas, que segundo Iamamoto (2012, p.37) são as,

[...] prerrogativas exclusivas, enquanto as competências expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais.

Para Simões (2007, p.443), “As competências são qualificações profissionais, de âmbito geral, que lhe são reconhecidas por esta lei<sup>7</sup>, para realizar serviços, independentemente de também serem reconhecidas a outros profissionais, nas respectivas leis profissionais, [...]”.

Já as atribuições privativas também são competências, porém exclusivas, decorrentes, especificamente, de sua qualificação profissional. Significa dizer que, no campo dessas atribuições, as respectivas tarefas somente terão validade se realizadas somente por assistentes sociais [...] (SIMÕES, 2007, p. 443-444).

Prosseguindo a discussão, tem-se que um dos fatores que dificultam o processo de trabalho e até mesmo acarretando implicações na vida dos Assistentes Sociais está relacionado ao valor reduzido dos salários destinados aos profissionais do Serviço Social no CRAS. Isso porque,

[...], o conjunto dos trabalhadores sociais, entre os quais o assistente social, é afetado pela insegurança do emprego, precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas, intensificação do trabalho e das formas de controle, baixos salários, pressão pela produção e cumprimento de metas e resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, de políticas continuadas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELLIS, 2013, p. 625).

Percebemos que as condições de trabalho dos Assistentes Sociais nos Centros de Referência de Assistência Social são difíceis, complexas e ao mesmo tempo um pouco desestimulantes para que haja a continuidade do trabalho profissional. Nesse processo, tantos os profissionais de Serviço Social são prejudicados quanto os usuários, que terminam por não ter acesso a serviços completos e bem planejados, por uma equipe de trabalhadores também valorizada.

---

<sup>7</sup> Lei nº 8662/93 que regulamenta a profissão de Serviço Social.

Agrava esse fato a questão da Assistência Social ser uma das áreas mais atingidas quando ocorrem os cortes do governo, sendo destinado um quantitativo pequeno de recursos para ser aplicado em diversos serviços, e ainda na capacitação dos profissionais. É também uma política que historicamente emprega Assistentes Sociais e a esse profissional é posto o desafio de trabalhar nessa dura realidade que se apresenta, ou seja, número significativo de pessoas demandando os serviços socioassistenciais e reduzido quantitativo de profissionais para o seu respectivo atendimento.

Diante do que já expomos, a tendência é que as competências e atribuições sejam impactadas, sendo que elas devem necessariamente constituir-se de guias para os profissionais nos diversificados espaços sócio ocupacionais em que estão atuando.

Evidencia-se que as competências e atribuições privativas, base do exercício profissional com autonomia, estão assim vinculadas à eficácia e efetividade dos direitos sociais e, portanto, à defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, um dos princípios do Código de Ética [...] (SIMÕES, 2009, p.408).

Sendo assim, o cumprimento das competências e atribuições além de ser uma exigência do exercício profissional é também uma forma de melhor atender aos usuários e de ser coerente com a profissão, pois sabemos que o Código de Ética, o Projeto Ético-Político e os outros documentos, não são corporativos, ou melhor, não visam apenas à defesa dos interesses dos Assistentes Sociais, mas a garantia ampla de direitos aos sujeitos com os quais atuamos cotidianamente nas diferentes políticas sociais (CFESS, 1993).

Conforme os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social: As competências específicas dos (as) assistente sociais (2009), no âmbito da política de Assistência Social, abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis.

Algo preocupante na nossa profissão é o desconhecimento por parte de alguns Assistentes Sociais acerca dos documentos que norteiam o fazer profissional. A esse fato se agregam variados determinantes, a exemplo da formação acadêmica. Com isso, alguns profissionais se inserem nos CRAS de forma



muito precarizada, por meio de contratos temporários e dos conhecidos cargos comissionados, um tipo de vínculo que condiciona os profissionais a se submeterem às imposições de pessoas que exercem cargos “superiores”. Situação que afeta diretamente sua autonomia, que já é relativa.

Esses sujeitos que estão em cargos “superiores”, por não conhecerem os documentos que regem a profissão de Serviço Social acabam delegando atividades que não dizem respeito ao exercício profissional. Em razão disso, cabe ao Assistente Social explicitar no espaço em que está atuando, quais são as suas competências e atribuições privativas, explicando o motivo de não realizar determinadas atividades. Ou seja, estabelecer diálogo com seu empregador e reafirmar o seu compromisso com a qualidade do exercício profissional.

Isso porque, o Código de Ética de 1993 no Artigo 2º nos traz que constituem direitos do Assistente Social ter: “h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções”. Dessa forma, pensamos ser importante o conhecimento e a discussão principalmente da Lei 8.662 de 1993 e dos Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social. Pois, permitem ao profissional de Serviço Social a compreensão das suas atividades nos equipamentos da Assistência Social.

Desse modo, a partir de tais balizas é possível compreender melhor o que são as atribuições privativas e competências do Assistente Social nesse espaço. Algo bastante simples, mas que alguns profissionais não vislumbram ainda, não detém o conhecimento e o domínio desse importante documento construído por sujeitos da própria categoria, a partir da identificação de sua necessidade para a defesa e a qualificação do fazer profissional e melhor atendimento e encaminhamento das demandas dos usuários. A partir disso, o profissional saberá discernir o que deve ou não fazer, independente da esfera e do vínculo empregatício em que esteja inserido.

## POSSÍVEIS RESPOSTAS E POTENCIALIDADES DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DO CRAS

Nítido está que a atual sociabilidade é adversa ao que sonhamos um dia em alcançar, mas é nela que traçaremos os caminhos para chegar a uma nova ordem societária. Mesmo com as limitadas condições de trabalho, muitos Assistentes Sociais demonstram esforço e empenho no exercício profissional. As dificuldades são incontáveis, mas não será por isso que adotaremos posturas fatalistas, de achar que não poderemos fazer nada (IAMAMOTO, 1992), que a atual situação dos CRAS e da Política de Assistência, por exemplo, é irreversível.

O contrário disso também não é interessante que ocorra, o Assistente Social trabalha na viabilização e afirmação de direitos, mas nem sempre alcançará os resultados esperados, não transformará sozinho a sociedade, não é o “salvador do mundo”, não podemos cair na ingenuidade e messianismo da profissão, da qual nos alerta Iamamoto (1992, p.116), visto que “Fatalismo e messianismo: ambos são prisioneiros de uma análise da prática social que não dá conta da historicidade do ser social gestado na sociedade capitalista”.

É preciso salientar a importância da capacitação permanente dos profissionais de Serviço Social que atuam no CRAS e obviamente em outras instituições. Muitos Assistentes Sociais saem da graduação e não procuram se atualizar com cursos e especializações posteriores, às vezes por não terem condições objetivas e subjetivas para realizar tais ações. Sendo relevante também a mobilização e atuação dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) junto a esses profissionais.

São muitos os desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais no CRAS, porém, não devem servir de desculpas para o não cumprimento das competências e atribuições privativas. O profissional precisa refletir sobre seu exercício e buscar as estratégias coletivas que possibilite formas de enfrentamento a essas limitações. O que não deve ocorrer, é cair no fatalismo (IAMAMOTO, 1992).

As estratégias e competências materializam princípios ético-políticos profissionais que, com rigor teórico-metodológico, técnico e político e considerando as prerrogativas e legislações sociais, em condições objetivas, possibilitam a construção de mediações na direção do fortalecimento da participação, da cultura do direito, do controle democrático, da formação de consciência crítica, da expansão dos direitos [...] (CFESS, 2011, p.14).

Ou seja, há saídas para as questões que parecem não existir respostas, mas elas só serão nítidas para aqueles profissionais que trabalham a luz de uma perspectiva crítica, que buscam compreender o movimento e a dinâmica da realidade na qual atua, apesar das contradições e interesses divergentes tentar mascará-la, torná-las praticamente invisíveis.

Com base no que foi exposto, pensamos que ao Serviço Social cabe ter firmeza quanto as suas responsabilidades e ao direcionamento que está dando as atividades realizadas e também lutar em conjunto com os outros profissionais e os usuários do serviço por melhorias na prestação das garantias sociais presentes na PNAS. Assim, conforme Mota (2003, p.12) “[...] é preciso não ter medo de ousar porque a firmeza dos princípios determina a flexibilidade das estratégias”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante os relatos e reflexões a partir dos estágios supervisionados em Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social, do estudo da literatura sobre formação profissional e Assistência Social, compreendemos ser extremamente importante a realização de novos estudos críticos que discutam o fazer profissional e as dificuldades que se fazem presentes no cotidiano dos (as) Assistentes Sociais no referido equipamento, uma vez que a realidade é dinâmica e novos elementos irão emergindo. O estágio supervisionado se apresenta como uma contribuição pertinente para repensar o trabalho profissional, com vistas à proposição de possíveis modificações ou continuidade das ações que já estão sendo realizadas.

No tocante à expansão dos CRAS, aponta-se cada vez mais a necessidade dos Assistentes Sociais em compreender profundamente as diferentes

determinações atreladas à Política de Assistência Social e as novas exigências que surgem, bem como os diferentes usuários que solicitam os serviços.

Em relação à precarização das relações de trabalho, apontamos como essencial a continuidade da luta coletiva da categoria, a qual tem pautado mudanças para essa situação que atinge muitos profissionais e dificulta o satisfatório andamento de suas atividades e até mesmo do exercício das competências e atribuições (CFESS, 2009), como foi apontado ao longo desse trabalho. Uma das pautas se refere à realização de concurso público na área da Assistência Social e salários condizentes com as diversas profissões que estão inseridas na efetivação dos serviços ligados a PNAS.

Com isso, diríamos que, o maior desafio está relacionado ao próprio processo de formação do Assistente Social, que tem passado por modificações com a expansão do ensino a distância. A graduação é o momento em que os conhecimentos inerentes a formação profissional são debatidos e apreendidos coletivamente entre o corpo docente-discente, quando isso não acontece devidamente o perfil do profissional de Serviço Social ficará seriamente comprometido bem como a qualidade do trabalho realizado nos diferentes espaços sócio ocupacionais.

Deste modo, como colocado no corpo do trabalho, atuará sem ter o conhecimento daquilo que é de sua competência e atribuição, respondendo a todas as demandas que chegam ao espaço no qual está inserido. Por isso, se faz importante uma formação sólida, coerente com a legislação profissional e comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2004.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93**, que regulamenta a profissão de assistente social, 1993.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília: CFESS, 2009.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Serviço Social. **Trabalhar na Assistência Social em defesa dos direitos da Seguridade Social**. Contribuições do Conjunto CFESS-CRESS ao debate sobre definição de Trabalhadores da Assistência Social. Versão final, Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Serviço Social. **Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social**. Vol, 2. Brasília: CFESS, 2014.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1. ed. ampliada. Brasília: CFESS, 2012.

\_\_\_\_\_. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. As dimensões da prática profissional. In: **Presença Ética**. Revista anual do Grupo de estudos e pesquisa sobre ética. PPGSS UFPE. Ano III- nº 3- Recife, dezembro, 2003.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v.11, n.1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

SILVA, S. E; SOUZA, T. L.

As competências e atribuições privativas do Assistente Social: reflexões a partir das experiências de estágio no Centro de Referência de Assistência Social

RAICHELIS, Raquel. Proteção Social e o trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.116, 2013.

SIMÕES, Carlos. **A profissão e a Lei do Assistente Social**. In: Curso de direito do Serviço Social. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007

\_\_\_\_\_. Na ilha de Robinson: a autonomia e a ética profissional no neoliberalismo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.99, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil Contemporâneo e suas formas de enfrentamento. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 110, p.288-323, 2012.



## **SUPERVISÃO DE ESTÁGIO ENQUANTO ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFISSIONAIS SUPERVISORES DE PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS-RJ**

### **INTERNSHIP SUPERVISION AS PRIVATE ASSIGNMENT OF THE SOCIAL WORKER: AN ANALYSIS OF THE PROFILE OF THE SUPERVISORY PROFESSIONALS FROM PARAÍBA DO SUL AND TRÊS RIOS-RJ**

Sueli do Nascimento<sup>1</sup>  
Jaqueline de Melo Barros<sup>2</sup>  
Ricardo William Guimarães Machado<sup>3</sup>

**Resumo:** O estágio supervisionado em Serviço Social configura-se como elemento fundante na formação e no ensino do exercício profissional de assistente social, visto que se torna um dos pilares no processo de construção da identidade profissional. Diante disto, o texto tem o papel de mostrar a relevância da atuação do Supervisor de Campo, assim temos como objetivo mapear o campo de estágio do Curso de Serviço Social e traçar o perfil dos supervisores de campo ligados a UniRedentor. Para tanto problematizamos as legislações e normativas pertinentes ao estágio supervisionado em Serviço Social, refletimos sobre o exercício profissional do assistente social enquanto supervisor de campo de estágio identificando limites e possibilidades de sua atuação através de uma análise fundamentada em uma pesquisa bibliográfica e com aplicação de formulário online respondido, massivamente, pelos questionados. E, por fim, tecemos algumas considerações, que apontam a importância do Projeto Ético-Político do Serviço Social na formação profissional.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente da UniRedentor - Paraíba do Sul. Membro do Núcleo Maria Congas e Andorinhas CRESS-RJ. E-mail: susucimento@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente e Coordenadora do Curso em Serviço Social da UniRedentor – Paraíba do Sul. E-mail: jaquelineb@redentor.edu.br

<sup>3</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social - ABEU Centro Universitário. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente do curso de Serviço Social - UniRedentor – Paraíba do Sul. E-mail: wpgerj@gmail.com

**Palavras-chave:** Educação, Formação Profissional; Estágio Supervisionado; Serviço Social.

**Abstract:** The supervised internship in Social Work is a fundamental element in the training and teaching of the professional practice of social workers, since it becomes one of the pillars in the process of building professional identity. Given this, the text has the role of showing the relevance of the field supervisor's performance, so we aim to map the internship field of the Social Service Course and outline the profile of the field supervisors linked to UniRedentor. To that end, we problematize the laws and regulations pertinent to the supervised internship in Social Work, we reflect on the professional practice of the social worker as a supervisor of the internship field, identifying limits and possibilities of his performance through a problematization based on a bibliographic research and application of a form. online answered, massively, by the respondents. And, finally, we make some considerations, which point out the importance of the Social Service's Ethical-Political Project in professional training.

**Keywords:** Education; Professional Training; Supervised internship; Social service

## INTRODUÇÃO

A discussão em torno do estágio supervisionado constitui-se como premissa fundamental para construção da identidade profissional e priorizar essa etapa da formação é ultrapassar os limites da sala de aula. Desta forma

O estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente. (BURIOLLA, 1996, p.13).

A importância do processo formativo, tendo como referência os aspectos normativos e operacionais, inclui um tripé constituído por três sujeitos: supervisor de campo, supervisor acadêmico e o estagiário. Cada participante do estágio possui suas singularidades e particularidades, neste caso, nosso principal sujeito de análise será representado pelo supervisor de campo, articulando tal apreciação com as exigências curriculares definidas pelas entidades representativas, além dos aspectos legais, administrativos, éticos e técnicos do estágio, incluindo a Política Nacional de Estágio; a Resolução 533 CFESS, que dispõe sob a supervisão direta de estágio em Serviço Social.



Este artigo tem o objetivo de levantar o perfil profissional dos assistentes sociais que atuam enquanto supervisor de estágio nas cidades de Paraíba do Sul e Três Rios (cidades do estado do RJ) tomando como ponto de partida aqueles supervisores de campo atrelados ao Curso de Serviço Social da UniRedentor-Paraíba do Sul - e desta forma realizar um estudo que proporcione a formação de uma reflexão a qual compreenda a práxis profissional.

Compreendemos que o campo de estágio não pode ser visto como um espaço estático e, sim dinâmico, em que os sujeitos - estagiário e supervisores acadêmicos e de campo - exercem influência reflexiva a qual leva a uma intervenção profissional e, garantindo assim, a efetivação dos princípios do Código de Ética Profissional como a defesa intransigente dos direitos humanos; a ampliação e consolidação da cidadania; a defesa do aprofundamento da democracia e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

Desta forma precisamos nos remeter a Souza, (2009, p. 53) ao falar do estágio supervisionado:

Enquanto campo de treinamento da prática profissional do Serviço Social, o estagiário vivencia as relações sócio-históricas, dialéticas e contraditórias existentes nesse espaço, compreendendo a dinâmica peculiar do trabalho. Assim, ao entrar em contato com essa realidade, o estagiário tem a possibilidade de decifrar as relações institucionais e elaborar novos conhecimentos a partir do conhecimento das expressões da questão social que constituem o objeto de intervenção profissional.

Assim é no estágio supervisionado, enquanto vivência sócio-histórica, dialética e contraditória, que visibilizamos a relevância de estudar a realidade do exercício profissional do assistente social enquanto supervisor de campo. Essa atuação pode retratar os enfrentamentos cotidianos da precarização do trabalho e das políticas sociais, bem como do exercício da relativa autonomia.

Os profissionais do Serviço Social são uma categoria politizada, que possuem um Projeto Ético Político, que “tem a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem a dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CRESS/RJ, 2008, p.34). Mas o que acontece com o assistente social que vende a sua força de trabalho para as instituições públicas e privadas e vê-se com escassas possibilidades de lutar contra

situação de opressão e exploração? Este questionamento, como outros, move-nos em direção de atender ao objetivo de pesquisa ora apresentado.

Com isso, consideramos primordial dar voz aos supervisores de campo para que possamos construir um plano de ação que favoreça a qualidade do ensino na formação e no exercício profissional tomando como referência o projeto ético-político do Serviço Social, para tanto seguimos para o próximo tópico, a metodologia.

## METODOLOGIA

A pesquisa que apresentamos tem como intenção potencializar a discussão em torno da Supervisão de Estágio, visto que o mesmo vem enfrentando inúmeros desafios para sua implementação no processo de formação.

Ao refletirmos sobre o exercício profissional do assistente social enquanto supervisor de campo de estágio, sendo uma das atribuições privativa do assistente social, bem como, buscar entender a partir dos supervisores de campo quais as facilidades e dificuldades no processo de supervisão para fomentar atividades como: Encontro de assistentes sociais, Fóruns de Supervisão de Estágio e cursos de Extensão.

Consideramos de extrema importância, também, a necessidade direta de conhecer esses profissionais que desempenham papel fundamental no processo formativo dos alunos. Com esse intuito, foi construído um questionário online, a partir de uma ferramenta do formulário Google, com perguntas abertas e fechadas, aplicado no mês de abril de 2020. Este instrumento possibilitou traçar o perfil dos Assistentes Sociais, entender sua relação com a supervisão de estágio e onde pudessem expor sua opinião sobre os principais desafios, limites e dificuldades que envolvesse a supervisão.

Além do instrumento de mediação com os Supervisores de Campo que é o formulário, buscamos realizar uma pesquisa bibliográfica a fim de esclarecer e iluminar o percurso das análises dos dados nos seguintes termos: definir o que seja espaço ocupacional lugar do estágio supervisionado, pensar nas atribuições do supervisor de campo e formas avaliativas do estagiário e fundamentar o debate da importância do estágio supervisionado relacionado com o processo de formação.

Assessoramo-nos, também, de uma pesquisa documental para problematizar as legislações e normativas pertinentes ao estágio supervisionado em Serviço Social e, assim, visitamos as seguintes normativas: a Lei de Regulamentação da profissão (8.662/93); Código de Ética Profissional (1993); Lei de Estágio - Lei 11.788/08; Resolução CFESS 533/08 e Política Nacional de Estágio (2010), pois favoreceu identificar o perfil profissional construído pela categoria nos últimos anos.

Esta pesquisa não teve o intuito de conhecer diretamente as condições de trabalho e de execução do trabalho nos respectivos campos de estágio, deixando a margem para uma futura pesquisa mais aprofundada no assunto. Por isso, nosso foco é conhecer e mapear o perfil dos Assistentes Sociais que exercem a supervisão de estágio dos alunos matriculados na UniRedentor – Paraíba do Sul. Assim passemos para as sínteses dos resultados da pesquisa

#### ESTUDO DE CASO: O PERFIL DOS SUPERVISORES DE CAMPO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL UNIRENTOR – PARAÍBA DO SUL - RJ

Partimos do pressuposto de que para entender os dados sobre mapeamento do campo de estágio e o perfil profissional seria necessário apresentar o contexto de organização das cidades, onde se localizam os espaços ocupacionais nos quais os supervisores de campo atuam enquanto assistentes sociais. Assim iniciamos com o município de Paraíba do Sul, o qual possui uma área territorial de 571,118 km<sup>2</sup> segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele faz divisa com o estado de Minas Gerais e possui as seguintes cidades limítrofes: Três Rios, Comendador Levy Gasparian, Petrópolis, Vassouras, entre outros. Paraíba do Sul possui uma divisão administrativa que pode ser visualizada da seguinte forma: Paraíba do Sul (sede), Vila Salutaris (2º Distrito), Inconfidência (3º Distrito) e por fim Werneck (4º Distrito) de acordo os dados coletados no site da prefeitura. Segundo os dados levantados pelo IBGE, isto é, conforme o último censo realizado em 2010, Paraíba do Sul possuía uma população de 41.084 pessoas com a estimativa que chegasse a 44.045 pessoas no ano de 2019.

Já o município de Três Rios com uma área territorial de 322,843 km<sup>2</sup> de acordo com os dados coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui como vizinhos os municípios de Paraíba do

Sul, Comendador Levy Gasparian, entre outros. De acordo com Teixeira (2004, p.62), Três Rios possui o 1º distrito que é a sede do município onde fica localizado a cidade como também os bairros e o 2º distrito é Bemposta. Segundo os dados levantados pelo IBGE de acordo com o último censo realizado no ano de 2010, Três Rios possuía uma população de 77.432 pessoas tendo a estimativa que chegasse a uma população de 81.453 pessoas no ano de 2019.

Compreendendo assim que mesmo o município de Três Rios comparado a Paraíba do Sul seja menor em relação à área territorial, a quantidade de habitantes era significativamente maior, estimando uma diferença de 36.348 pessoas entre os dois municípios em 2010 e 37.408 pessoas em 2019.

Assim o mapa dos campos de estágio em Serviço Social da UniRedentor-Paraíba do Sul é facilitado pela proximidade das cidades em questão. O curso de Serviço Social conta com 19 campos de estágio, absorvendo 34 alunos de quinto e sétimo período sob a supervisão de 21 assistentes sociais que exercem a função de supervisão direta desses estagiários. Dos campos citados, observamos a distribuição dos alunos de acordo com as seguintes áreas: política de Saúde (13), política de Assistência Social (11), política de Educação e Organizações Não-governamentais (ONGs) possuem concomitantemente 3 em cada, e política do Idoso (2). Os campos de estágio são bem equiparados nos dois municípios de abrangência da Faculdade: Paraíba do Sul compreendendo 14 alunos no setor público e 4 no campo da filantropia; e Três Rios com 13 alunos no setor público e 3 em ONGs.

Vale ressaltar que são 34 discentes em processo de supervisão direta com 21 assistentes sociais e a pesquisa recebeu 20 formulários respondidos e uma profissional não desejou responder. O formulário *google forms* foi encaminhado via internet após o levantamento das informações sobre e-mail e número de WhatsApp, considerando uma participação expressiva dos envolvidos em responder o questionário online.

Iniciamos os procedimentos analíticos discutindo a questão de gênero na profissão, ou seja 95% dos respondentes são do sexo feminino e 5% do sexo masculino, evidenciando um fator histórico dos fundamentos do Serviço Social no que se refere ao predomínio de atuação das mulheres.

Quando buscamos saber sobre a autodenominação de cor do profissional, levantamos os seguintes dados: 50% se autodenominaram branca, 25% respectivamente parda e preta.

No que se refere a faixa etária tivemos: 40% - 30/40 anos; 30% - 40/50 anos; 15% - 50-60 anos; 10% 20/30 anos e 5% 60/70 anos. Estes dados demonstram a primazia entre aqueles de 30 e 40 anos, mas também aponta a atuação profissional daqueles (as) com 50/70 anos.

Ao nos informar sobre a religião que professam os respondentes ficaram assim divididos, dos 20 formulários apenas 11 responderam à pergunta em questão. Desses 11 obtivemos 27,3% respectivamente de Católico e Evangélico, outros 9% respectivamente se dividiram entre Testemunha de Jeová, Cristã-protestante e Cristã e por fim 18% se enquadraram na categoria não se aplica.

Outro dado de extrema relevância para o perfil foi o ano de formação, pois ele pode apontar se teve contato com as Diretrizes Curriculares (1996) no que se refere ao perfil profissional. Este quesito ficou assim expresso: 10% se formaram antes de 1996 e 90% após a promulgação das Diretrizes. Neste caso vale apresentar os dados daqueles que se formaram entre 1987-1997 – 15%, aqueles entre 2002-2010 – 55%, e outros entre 2011 – 2016 – 30%. Observa-se 55% abrangem o período de promulgação Lei de Estágio - 11.788/08 e Resolução CFESS 533/08 junto com a legislação anterior e outros 30% alcançaram a Política Nacional de Estágio (2010) e as legislações precedentes.

Buscamos identificar as instituições de ensino e ficou assim distribuídas: 5% respectivamente Estácio, Uibra, Universo e Outros; 10% Unitins, UERJ, UFF, UFRJ e UNIFOA; 30% UFJF. Observa-se que grande parte dos profissionais são formados pela Universidade Federal de Juiz de Fora, compreende-se esta primazia dada a proximidade com a divisa do estado do Rio de Janeiro a partir de Paraíba do Sul e Três Rios.

Atentamo-nos para saber a modalidade de formação e foi identificado o seguinte registro: presencial 80%; semipresencial 5% e Ead 15%. Os dados mostram que a maioria é formada na modalidade presencial, entretanto já se percebe a presença da formação em outras modalidades de ensino.

Quanto a capacitação continuada foi analisada que 35% pararam na graduação, 70% buscaram uma especialização e 10% possuem residência. Os dados demonstram que o nível de capacitação predominante é a especialização.

No que se refere ao tempo de atuação enquanto assistente social nos deparamos com os seguintes dados: 60% possuem entre 1-10 anos de trabalho, 25% de 11-20 anos de trabalho; 10% de 21-30 anos de trabalho e 5% 30 anos ou mais. Estes dados nos apontam que os profissionais em grande maioria estão no início da carreira e em contrapartida temos 15% com mais de 20 anos de profissão. Estes dados nos colocam o desafio de desenvolver um processo de capacitação continuada para os profissionais da região.

Buscamos avaliar o tipo de vínculo empregatício e obtivemos os seguintes dados: 90% são concursados e estatutário e 10% são contratados. A região de abrangência da UniRedentor-Paraíba do Sul onde desenvolvemos a pesquisa teve um processo de regularização de concursos orientado pelo Ministério Público nos últimos anos, assim os dados apontam a primazia do vínculo concursado.

Já no que se refere a carga horária de trabalho semanal: 35% têm suas atividades laborativas em 30 horas de trabalho semanal, 30% têm 20 horas, 15% têm 40 horas, 10% têm 50 horas e 5 % têm respectivamente 12 horas e 60 horas. As informações coletadas apontam que a lei das 30 horas vem sendo predominante com 35% dos respondentes, entretanto observa-se carga horária de trabalho 50 e 60 horas, apontando duas ou até três jornadas em vínculos diferentes demonstrando um processo que pode ser vinculado a intensificação do trabalho e do processo de precarização levando com que os profissionais trabalhem mais de 30 horas conforme diretrizes legais da profissão.

Quando refletimos sobre a margem salarial temos: 50% dos respondentes informaram que recebem de 1 a 2 salários mínimos; 3 a 4 salários 35%, 5 a 6 salários mínimos 5% e não quiseram declarar 10%. Podemos aferir que aqueles que se localizam na faixa de mais de 4 salários mínimos podem possuir uma carga horária de mais de 30 horas semanais e mais de dois vínculos. Tal análise pode apontar a dificuldade de empreender uma capacitação continuada.

Todos os supervisores respeitam a resolução 533/08 a qual estabelece o recebimento de 1 estagiário a cada 10h trabalhadas, assim observamos que

supervisionam de 1 a 3 estagiários, sendo que 40% apenas 1 estagiário, 40% possuem 2 e 20% supervisionam 3 estagiários. Ao considerarmos as instituições concedentes de estágio, 50% delas recebem exclusivamente os alunos da UniRedentor, e as instituições que recebem discentes de outras unidades de formação, podemos analisar que 50% destas tem apenas uma estagiária.

Ao ponderarmos sobre o tempo de trabalho nestas instituições, verificamos que predominam o período de 4 a 6 anos, representados por 35% das supervisoras, seguidos de 30% que trabalham de 7 a 10 anos, 25% de 1 a 3 anos, e 10% até um ano. Esse último dado, decorre de terem sido convocadas pelo último concurso municipal realizado em 2018.

Quanto a participação social desses profissionais, 55% responderam que estão inseridos em algum espaço de controle social, reafirmando o compromisso da categoria de articular-se em movimentos sociais desde que partilhem do projeto ético-político. Dentre os que sinalizaram sua participação, 64% participam de Conselhos de direitos, 18% em partidos políticos e 18% participam de outros espaços de reflexão. Convergindo nessa perspectiva, ao perguntamos sobre a frequência de participação em eventos relacionados a profissão, constatamos o compromisso com o constante aprimoramento intelectual, ao apontar que 75% dos supervisores afirmaram sua participação de eventos relacionados a profissão, enquanto 25% destacam a infrequência nos eventos.

Outro aspecto relevante refere-se à supervisão direta do estágio, considerando a ação conjunta entre supervisores campo e acadêmico em encontros periódicos, conforme estabelecidos pela PNE (2010), os dados apontam que 70% dos profissionais mantêm contato com docente da disciplina, 15% fazem em parte e apenas 15% não fazem. Acrescentando o estreitamento desta relação perguntamos se o mesmo ocorria com a Coordenação de Curso e 65% apontaram que fazem contato, enquanto 15% tem em parte e 20% não realizam.

No que tange aos aspectos legais, centramos nossas análises em três legislações de referência, a Lei 11788/2008, a qual sistematiza os aspectos gerais de estágio, que apenas uma profissional não conhece; a resolução do CFESS 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social e a Política Nacional de Estágio de 2010 da ABEPSS.

Sobre a Resolução do CFESS 533/2008, apenas dois responderam que não conhecem e aqueles que afirmaram conhecer a consideram de extrema relevância por fornecer orientação e o direcionamento do processo de supervisão do estágio, além de reforçar sua pertinência para o processo de aprendizagem e formação profissional.

Sobre a política nacional de estágio da ABEPSS, 40% afirmam que leu, 45% em parte e 20% não leram. Os respondentes destacam que tal política é um esforço coletivo da categoria com o intuito de discutir a temática de estágio com o propósito de elucidar as bases necessárias para o processo de estágio curricular em serviço social, além de ressaltarem a importância da direção ético-política dentro desse processo para superação de limites e adversidades no tocante ao assunto.

Quando perguntado sobre a Campanha: "Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio - A supervisão qualifica a formação e o trabalho", lançada pelo conjunto CFESS/CRESS em novembro de 2017, a qual possuía uma direção político-pedagógica do estágio supervisionado em Serviço Social, utilizada como uma das estratégias fortalecimento e valorização do processo de supervisão de estágio, observamos que 80% não tomaram conhecimento, 15% responderam que sim e 5% em parte. O número expressivo de profissionais que não a conhecem evidencia uma série de questionamentos, porém que necessitaria de análises mais aprofundadas para nos debruçarmos a respeito, ainda que nossa primeira hipótese seja a inexistência de unidades de formação acadêmica da região, que dificulta o fomento das discussões entre as instituições representativas da categoria, visto que apenas em fevereiro de 2017 foi implantado o primeiro curso de Serviço Social presencial da região, sendo sua primeira turma de estágio inserida em 2019.

Outro elemento fundamental, é a necessidade de trazermos a seccional de Volta Redonda - CRESS/RJ, que abrange a área da pesquisa, para o debate e envolvimento no processo de Formação do Fórum de Supervisores a fim de facilitar a comunicação e a participação dos profissionais da região de Paraíba do Sul e Três Rios nas campanhas e movimentos da categoria.

Sinalizamos ainda que embora uma pequena parcela tenha tomado conhecimento, enfatizam sobre a importância de conhece-la como um instrumento de trocas entre profissionais e estagiários no processo mutuo de aprendizados,



engrandecendo o conhecimento que o aluno leva da universidade para os campos de estágio, além de impulsionar a valorização e sensibilização quanto aos campos de estágio.

Ao pensarmos sobre desafios, limites e dificuldades no processo de supervisão não restringimos a relação com a UniRedentor, ao contrário, solicitamos uma reflexão em âmbito macro, visto que tanto os supervisores quanto as instituições recebem discentes de outras instituições e também para que posteriormente pudéssemos pensar estratégias de enfrentamento a esses entraves.

No que tange aos desafios de estágio identificamos 55% são pertinentes a garantia de qualidade da formação do aluno na supervisão direta, enquanto 40% indicaram limitações institucionais que desqualificam a profissão e não garantem condições adequadas para a supervisão dos estagiários; 5% consideraram a falta de tempo e a classificação do estagiário pelos membros da instituição concedente como mão de obra barata.

Encontramos como dificuldades, cerca de 50% deles, questões pertinentes as condições de trabalho, o que por sua vez repercutem nas condições para realização da supervisão no campo de estágio. Outros apontam o tempo destinado ao seu cotidiano de trabalho e a realização desse processo em um ambiente/local seguro, sigiloso e reservado. O segundo item mais enfatizado, 25%, consiste na correlação de forças institucionais no reconhecimento e respeito a realização da supervisão direta de estágio.

Algumas questões particulares foram destacadas, e em algumas respostas individuais nos deparamos como itens como: o despreparo do profissional e/ou do aluno no processo de supervisão/formação, como exemplo, alunos que buscam apenas se formar sem se comprometer com uma aprendizagem de qualidade, supervisores recém-formados, atribuições não particulares ao fazer do Serviço social; e a supervisão de alunos de formação oriundos da modalidade EAD, que apesar de não se constituírem como universo desta pesquisa, cabe aqui destacar que o Curso de Serviço Social está no centro deste “furacão”, considerando a

criação acelerada e porque não dizer descontrolada da modalidade e na corrida ao chamado “pote de ouro” a Região Sudeste saiu na frente<sup>4</sup>.

A proliferação dos cursos despertou a preocupação no processo de formação da categoria, questionando-se a capacidade de formar assistentes sociais críticos, conforme o perfil preconizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996. Ou se a mesma se limita a uma formação “aligeirada, mercantilizada e, portanto, com poucas chances de concretizar o perfil de um profissional crítico e competente teórica, técnica, ética e politicamente” (PEREIRA, 2008, p. 194).

65% dos participantes disseram que há limites no processo de supervisão, dentre os principais foram indicados: em maioria quanto a questões estruturais e institucionais, seguidas de questões formativas, éticas, da liberdade de atuação dos estagiários e quantidade de supervisionados. Já os 35% que responderam não identificar limites nesse processo afirmam que as estagiárias atingem uma maturidade em sua atuação e se mostram comprometidas com o processo.

Ao considerar a importância do estágio supervisionado, os sujeitos apontaram elementos importantes. Em primeiro lugar se destaca o lugar fundamental e indispensável na formação de profissionais críticos, capazes de ler a realidade social e preparados para enfrentar a questão social. Em seguida, salientam o preparo e a troca de saberes entre o supervisor e o estagiário, imprescindível para o exercício do trabalho do serviço social e, essencialmente, o estímulo ao compromisso ético-político entre ambas as partes. Por fim, demonstra a importância da relação entre teoria e prática, o contato do estagiário com o público atendido, a sistematização das práticas executadas e avaliação das demandas e intervenções, contribuindo com a reflexão contínua dos assistentes sociais supervisores sobre seu papel na profissão.

Dados os desafios, dificuldades e limites percebe-se em grande monta todo o processo de desqualificação do trabalho e das políticas sociais que rebatem diretamente no fazer profissional do assistente social. Tal situação vem colocando

---

<sup>4</sup> Na contemporaneidade, justifica a existência de 47 (quarenta e sete) Unidades de Formação Acadêmicas que oferecem o Curso de Serviço Social<sup>4</sup> somente no Estado do Rio de Janeiro, sendo 5 (cinco) instituições públicas; 16 (dezesesseis) privadas presenciais e 26 (vinte e seis) privadas de modalidade a distância. (Fonte: BRASIL.INEP/MEC, 2020).

como pressuposto compreender a necessidade de reforçar a relativa autonomia profissional na criação de estratégia no interior do processo de trabalho a fim de garantir a não intervenção de outros profissionais nos procedimentos técnicos profissionais e no tempo para a supervisão de estágio. Com isso, precisamos fundamentar teoricamente os dados a seguir.

## ESPAÇO OCUPACIONAL O LUGAR DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Neste momento vamos discutir os dados analisados tomando como debate de investigação os espaços ocupacionais dos profissionais respondentes e a supervisão de estágio. Para tanto, tomamos como ponto inicial lamamoto (2009), pois tem uma discussão de referência para pensar os espaços ocupacionais, que segundo suas análises a expansão destes espaços ocorreu no processo de revitalização da acumulação do capital em um cenário de crise mundial. Este cenário tem as finanças e a necessidade de superprodução de lucros como elementos fundantes e isto vai impactar o universo do trabalho e dos direitos.

A superação da crise está baseada, conforme a autora, na intensificação da exploração e expropriação da mais valia dos trabalhadores, o aumento da extração do trabalho excedente e a expansão do monopólio da propriedade territorial, o que compromete diretamente a segurança dos recursos naturais necessários à preservação da vida e direitos sociais e humanos dos trabalhadores no conjunto da sociedade.

A situação exposta por lamamoto (2009) coloca em evidência as expressões da questão social e as ameaças ao processo acumulativo do capital, levando a condições de seu tratamento via cunho político, que se expressam em projetos para a sociedade. Neste sentido, as inúmeras faces da questão social apresentam tensões complexas na relação de consentimento e rebeldia, onde está localizada a expansão do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social. Tal expansão também é acompanhada das estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder de classe e da despolização das necessidades e lutas sociais. Outro elemento, é o processo empreendido das contrarreformas do Estado que atinge

diretamente as políticas sociais e o processo de reestruturação produtiva, que impacta as relações e as condições de trabalho.

Tais elementos podem explicar as alterações nos espaços ocupacionais segundo Lamamoto (2009), pois expressão a dinâmica do capitalismo, a composição do poder político e no seu interior os conflitos entre classes, que em consequência produz uma regressividade dos direitos sociais. Os espaços ocupacionais apresentam as particularidades das condições e relações de trabalho existentes na sociedade brasileira, que passa por inovações tecnológicas e organizacionais, levando ao aumento da produtividade e intensificação do trabalho, bem como nasce novas demandas profissionais vinculadas a novas competências, habilidades e atribuições. Acrescenta-se uma exigência de capacitação acadêmica relacionada as transparências nas relações interprofissionais e o direcionamento ético-político e técnico do trabalho profissional.

É interessante entender o espaço ocupacional como um produto de processo histórico e que está condicionado ao que Lamamoto (2009, p.344) menciona: “a) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças; b) pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional. ” Estes condicionamentos mostram que o trabalho profissional é resultante da história dos seus sujeitos, onde as contradições e conflitos podem forjar marcas e respostas a demandas, possibilitando a capacidade analítica da realidade social.

Por outro lado, Mota (2014) nos orienta dizendo que aparecem novos espaços ocupacionais e competências profissionais, que interagem com os antigos, e, com isso, revelando alterações no mercado de trabalho. Tais alterações se concretizam com o surgimento de demandas e conteúdo para as atividades dos assistentes sociais, e, ainda, um leque de novas problematizações e contribuições de conhecimentos que atingem a prática profissional, o ensino e os campos de estágio curriculares.

Os campos de estágios são espaços ocupacionais que retratam tanto o exercício profissional como o processo de aprendizagem do aluno na relação do que adquire de formação teórica no ensino. E esse processo de formação sofre com os

impactos das transformações do mundo do trabalho e das reformas contínuas empreendidas pelo Estado e pelo setor privado.

De acordo com Guerra (2016) as competências socioprofissionais e políticas são basilares para o estágio supervisionado que tem, prioritariamente, a capacidade de propiciar a síntese entre o exercício e formação profissional, e as condições de realização da supervisão dependem das condições de realização do trabalho profissional, mas também das condições sob as quais a formação profissional se realiza.

Desta forma, recai sobre a supervisão os condicionantes do mercado de trabalho e da formação profissional, já que ambos estão submetidos a precarização e que pode comprometer o andamento do estágio, com isso é importante que haja reflexões consistentes para pensar e refletir a realidade social brasileira para que não caiamos no messianismo e no voluntarismo.

Assim, apesar de toda a conjuntura de precarização das condições de trabalho, o estágio supervisionado, conforme as ponderações de Guerra (2016), coloca a necessidade de pensarmos os espaços ocupacionais, onde se apresenta uma lógica de aprendizagem e orientação profissional, que tem interação com as diretrizes da formação profissional, produto de uma construção coletiva que envolveu entidades representativas da categoria de Assistentes Sociais e dos diversos segmentos.

Para Guerra (2016) deve existir a mediação entre o assalariamento, as condições de trabalho do assistente social e a condição de trabalhador participe do trabalho socialmente produzido. A autora expõe que o assistente social, enquanto trabalhador, sofre com as formas precarizadas e informais de contratação; a extensão de sua carga horária; os processos de desregulamentação; intensificação; informatização; simplificação do trabalho e normatização burocrática; a banalização das atividades complexas e específicas, e, a hierarquização entre os profissionais.

É no espaço do estágio supervisionado, segundo Guerra (2016), que o estudante mobiliza os seus conhecimentos adquiridos na unidade de ensino, através da intervenção do supervisor de campo, a fim de retornar ao mundo acadêmico para realizar sínteses no processo de ensino-aprendizado. Desta forma, permitindo que os marcos históricos da formação socioeconômica, ideopolítica e cultural brasileira,

apreendidos como conteúdos teóricos na academia possam sofrer mediações que produzam reflexões sobre os processos sociais e o cotidiano institucional.

A importância do estágio supervisionado para a formação profissional se consolida na demonstração do processo de trabalho onde se insere o Serviço Social, bem como, estabelece interação da realidade com a consciência do estagiário, levando ao confronto de conhecimento, o questionamento, a reflexão. Neste espaço o estagiário tem a possibilidade de apanhar o significado da profissão a partir das relações sociais, perceber o lugar em que ele ocupa na divisão do trabalho, na sociabilidade dominante, perceber os antagonismos de interesses postas a profissão, bem como as respostas e os meios mobilizados para atender as demandas.

O estágio supervisionado, segundo Guerra (2016), deve ser considerado a expressão mais adiantada da unidade entre teoria e prática, ou seja, uma unidade dialética e interdependente, que implica confrontos, aproximações, afastamentos e diferenciações. Desta forma, permite uma ação teórica para pensar a realidade, sistematizar práticas, construir saberes técnicos-operativos, a obtenção de habilidades, competências e exercício de valores éticos.

Vale lembrar que estas considerações de Guerra (2016) também são ressaltadas por Ortiz (2016) quando menciona que estágio tem um lugar central na formação profissional, pois possibilita ao aluno uma qualificação do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e investigativo. Para ela a disciplina Estágio é um espaço privilegiado para a realização da síntese, pois se deve levar em consideração que é através da observação e análise de situações e demandas cotidianas que surgem no campo de estágio, onde pode o estudante se confrontar com a realidade socioeconômica e se localizar no cume da formação profissional.

Nessa mesma linha analítica temos Santos, Gomes e Lopes (2016) afirmando que o estágio:

É o momento em que a estudante experiencia o exercício profissional, em um determinado espaço ocupacional, sempre acompanhado de um profissional de serviço social (seja ele o seu supervisor ou outro profissional da instituição). Já a supervisão é o momento em que o profissional

responsável pela supervisão de campo e acadêmica e o estudante se dedicam a pensar sobre o exercício profissional: os fundamentos da profissão e a realidade que se apresenta neste determinado espaço ocupacional, tendo como fundamento determinado aporte teórico, ético-político e técnico-operativo que constituem as dimensões da profissão. (SANTOS, GOMES e LOPES, 2016, p.216-217)

A compreensão das linhas de reflexão de Guerra (2016), Ortiz (2016) e por fim Santos, Gomes e Lopes (2016) nos possibilitam concordar com estas últimas ao indicarem as premissas para a supervisão de estágio nos seguintes termos:

- 1) O processo de supervisão é um dos elementos que possibilitam ao estudante fazer a mediação entre teoria e prática, entre conhecimento teórico e conhecimento sobre o mercado de trabalho, facilitando o processo de compreensão da realidade, tendo em vista uma ação com competência para o atendimento às necessidades da população. Portanto, o estágio e a supervisão de estágio em serviço social são componentes indissociáveis.
- 2) A supervisão de estágio, a qual é, necessariamente, parte intrínseca tanto do processo de formação quanto do processo de trabalho profissional. Desse modo, o estágio é componente curricular facilitador da articulação entre essas duas dimensões, sendo a supervisão elemento fundamental neste processo.
- 3) A supervisão de estágio em Serviço Social como uma atribuição privativa dos assistentes sociais, articulando, desta forma, formação e exercício profissional. (SANTOS, GOMES e LOPES, 2016, 216-217)

Tomando como referência essas premissas, Ortiz (2016), principalmente a última, quando aponta a supervisão como atribuição privativa do assistente social, somente será realizada na medida em que o assistente social supervisor assumira sua função pedagógica em três caminhos: a) a necessidade do supervisor não confundir seu papel com o aluno, não delegar para o aluno atividades estratégicas do serviço, pois descaracterizaria o processo de formação, já que ele não possui todos os instrumentos de amadurecimento no trato das dimensões da profissão; b) existe a necessidade de uma estreita relação entre a supervisão de campo com a sala de aula, ou seja, o supervisor de campo precisa ter conhecimento do currículo pleno e do programa da disciplina estágio afim de existir uma proposição de atividades que levem o aluno a acumular conhecimento e ao amadurecimento intelectual; e, c) a construção de um plano de estágio é uma estratégia, pois possui importância na supervisão de estágio, assim como, o programa da disciplina estágio,

pois tal plano favorece a condução da supervisão, possibilita a avaliação do rendimento e na apreensão dos conteúdos por parte do aluno.

Tais mediações realizadas no interior da Supervisão versarão sobre as particularidades das políticas sociais, do próprio espaço ocupacional e dos segmentos populacionais: criança e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, ou seja, a política de educação superior, a qual forja perfis de profissional adaptados às necessidades do capital e do mercado de trabalho (GUERRA, 2016).

Assim, para atendermos o objetivo de pensarmos o perfil do supervisor de campo e todas as mediações até aqui realizadas, tomamos como referência o perfil do egresso do curso de serviço social, que exercerá a atribuição de supervisor, segundo sua autonomia relativa, pois ele não é obrigado a assumir tal papel.

O perfil do egresso segundo as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social será o:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABEPSS, 2007, p.227)

O perfil traçado pelas Diretrizes nos apresentam indicações que necessitam estar presentes nos supervisores de campo, pois todos os supervisores acadêmicos e de campo passamos pelos bancos universitários e de lá fomos formados para ter um exercício profissional que abarcasse as seguintes competências e habilidades os quais devem fazer parte do aluno em formação:

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando



formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (ABEPSS, 2007, p. 227)

Diante do perfil dos profissionais a serem formados e que já estão exercendo a profissão, bem como as habilidades e competências exigidas de todos os profissionais, refletimos até aqui: qual seria o perfil profissional de supervisores de campo que estão supervisionando os futuros egressos da UniRedentor – Paraíba do Sul?

Observamos com a pesquisa empreendida, que os supervisores são profissionais formados em grande maioria após 1996 e conhecedores das legislações profissionais, bem como possuindo como referencial o projeto ético-político da profissão. São profissionais que enfrentam as expressões da questão social como objeto, a partir da precarização do trabalho e das políticas sociais, com a fragmentação que sofre o mundo do trabalho e atinge diretamente o assistente social enquanto trabalhador assalariado. Desta forma, colocando para o supervisor de campo o desafio de qualificar o ensino do exercício profissional em tempos difíceis tanto para o mundo trabalho quanto para o processo de formação, dadas as contrarreformas empreendidas na política de educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui trazidas têm por intuito contribuir para discussão do estágio supervisionado em Serviço Social enquanto parte integrante do processo de construção da identidade profissional, conseqüentemente, a legitimação do Serviço Social enquanto categoria, além de potencializar o debate em torno da temática, visto que o mesmo vem enfrentando inúmeros desafios para sua implementação.

A partir das análises aqui realizadas, tivemos a oportunidade de nos debruçarmos sobre a realidade de trabalho dos assistentes sociais de Paraíba do Sul e Três Rios, aproximando tanto os supervisores de campo quanto as instituições concedentes de estágio, além de problematizar as legislações e normativas pertinentes ao estágio supervisionado em Serviço Social.

Tal exercício permitiu elucubramos sobre o exercício profissional do assistente social enquanto supervisor de campo de estágio, como uma das

atribuições privativa do assistente social. Discutir com os supervisores de campo sobre quais as facilidades e dificuldades no processo de supervisão, com intuito de fomentar futuros desdobramentos, vislumbrou a possibilidade de propormos estratégias de enfrentamos as lacunas sinalizadas, tais como Encontro de assistentes sociais, Fóruns de Supervisão de Estágio e cursos de Extensão.

Um dado que precisamos relevar é a importância da formação sócio histórica das cidades onde se localizam os espaços ocupacionais, pois ainda há relatos de profissionais que observam o assistente social como a “moça da ajuda”, enquanto estamos em um processo afirmativo que o assistente social é um profissional que luta pelo processo de garantia de direitos sociais dos usuários. Aqui vale afirmar, a necessidade de discutir e apresentar este profissional com um perfil técnico e capacitado para atuar junto as políticas sociais e em vários espaços ocupacionais.

Desta forma, ao mapear os campos de estágio em Serviço Social UniRedentor – Paraíba do Sul e traçar perfil dos supervisores de campo identificamos as demandas desses profissionais sendo possível subsidiar a proposta de cursos de pós-graduação para a cidade e em torno, além de assessorar teórica e metodologicamente os supervisores a partir das necessidades expressas.

Outro elemento fundamental da pesquisa, é resgatar o papel da Seccional do CRESS-RJ- Volta Redonda, para participar do processo de formação continuada, já que existe a política de formação continuada do CFESS. Desta forma, fortalecendo a relação institucional –unidade de ensino/CRESS-RJ.

Vale lembrar que este ano a Política Nacional de Estágio da ABEPSS completa 10 anos e realizar o presente levantamento confirma a importância da política, consolida a atuação dos supervisores de campo no Brasil, mas também na região pesquisada, e aponta para que haja novas investigações que identifiquem demandas e sugestões para ações inovadoras colocadas pelo compromisso do exercício profissional com competência.

Por fim, ressaltamos que a pesquisa demonstrou a relevância do projeto ético-político do Serviço em tempos de retorno do conservadorismo e práticas autoritárias no interior da sociedade e que resvalam na ação profissional do assistente social.

NASCIMENTO, S; BARROS, J. M; MACHADO, R.  
Supervisão de estágio enquanto atribuição privativa do Assistente Social: uma análise do perfil dos profissionais supervisores de Paraíba do Sul e Três Rios-RJ

\*A pesquisa realizada nesta obra não precisou de financiamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares**. Temporalis, ano VII, n14, jul-dez 2007.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília. ABEPSS, mai-2010.

ABESS/CEDEPSS. “**Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**.” In: Cadernos ABESS nº 7. São Paulo: Cortez, p. 58, 1997.

BRASIL. **Lei 11.788**, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 (Lei de Estágio)

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. **Resolução no. 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília, 2008.

GRESS/RJ. **Assistente Social: Ética e Direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções Volume I. 5 ed. Rio de Janeiro: GRESS, Revista e atualizada até junho/ 2008.

GUERRA, Yolanda. **O estágio Supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa**. SANTOS, Cláudia Mônica dos.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio ocupacionais do assistente social**. CFESS-ABEPSS. Serviço social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-376.

IBGE. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/tres-rios/panorama>. Acesso em 10.06.2019

IBGE. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/panorama>. Acesso em 10.06.2019

LEWGOY, Alzira Maria Baptista e ABREU, Maria Helena Elpidio. **A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

NASCIMENTO, S; BARROS, J. M; MACHADO, R.  
Supervisão de estágio enquanto atribuição privativa do Assistente Social: uma análise do perfil dos profissionais supervisores de Paraíba do Sul e Três Rios-RJ

ORTIZ, Fátima Grave. **A Supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social.** SANTOS, Cláudia Mônica dos. LEWGOY, Alzira Maria Baptista e ABREU, Maria Helena Elpidio. A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço social:** do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008

SANTOS, Cláudia Mônica dos, GOMES, Daniele Cristina Silva e LOPES, Ludmila Pacheco Lopes. **Supervisão de estágio em Serviço Social:** desafios e estratégias para sua operacionalização. SANTOS, Cláudia Mônica dos. LEWGOY, Alzira Maria Baptista e ABREU, Maria Helena Elpidio. A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

SOUZA, T. M. C. **Intersubjetividade na formação profissional:** A Experiência do Estágio Supervisionado em Serviço Social no Centro Jurídico Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp/Franca. UNESP. Franca, 2009.

TEIXEIRA, Ezilma. **Aprendendo Nossa Terra - Três Rios.** Três Rios: Editar Editora Associada, 2004.



## A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO ESPAÇO DA GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

### THE SUPERVISION OF INTERNSHIP IN SOCIAL WORK IN THE SPACE OF PUBLIC POLICY MANAGEMENT: AN EXPERIENCE IN CONSTRUCTION

Simone de Souza Pires<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar elementos da experiência de supervisão de estágio curricular em Serviço Social no campo da gestão da política de saúde na Cidade do Rio de Janeiro, como espaço sócio-ocupacional de inserção do Assistente Social, área pouco utilizada como campo de estágio. Considerando que os Assistentes Sociais passam a desenvolver ações para além da execução terminal das políticas sociais, levantamos o debate da importância dos princípios do Projeto Ético-Político da categoria como norte de atuação profissional, mas também das possibilidades de espraiamento desses princípios no direcionamento das políticas públicas que se põem no tratamento da questão social. Foi realizada uma pesquisa descritiva acerca do processo de trabalho da Assistente Social e da supervisão de estágio curricular neste campo a partir das anotações em diário de campo das atividades desenvolvidas nos anos de 2016 a 2019. A descrição das ações foi submetida a uma análise crítica dos elementos pertinentes a este processo, a partir de autores considerados referências nessa discussão. Desse modo são inúmeros os desafios desse espaço para os alunos de graduação em razão de não se configurar como espaço de atendimento direto aos usuários, mas que precisa ser apreendido através de um movimento de suspensão da realidade a fim de se tornar um campo cada vez mais significativo para atuação profissional. Os alunos chegam ao campo de estágio com questionamentos acerca da relação entre teoria e prática e cabe ao supervisor de campo, contribuir com as mediações necessárias para a elucidação desse processo.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Gestão. Política Pública. Estágio em Serviço Social.

**Abstract:** This article aims to showcase aspects that go through the academic supervision process in Social Work, as for the management of health policy as a socio-occupational space for the insertion of Social Workers. Considering that Social

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela PUC-RIO. Especialista em Serviço Social e Saúde e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente Social da Coordenadoria de Atenção Primária em Saúde da AP 3.1. E-mail: simonepiresas@gmail.com

Workers start to develop actions beyond the terminal execution of social policies, we raise the debate about the importance of the principles of the Ethical-Political Project of the category as a north of operation for Social Workers, but also in regards to the possibilities of spreading these principles while targeting public policies that address the "social issue". In this area, the Social Worker can contribute to the tension in favor of the subordinate class, directing social policy to attend to the real interests of the population using the services and minimizing the perverse impacts of the social production mode, within the scope of policy management, an area with little discussion and used as an internship field. The socio-occupational space that will be analyzed is related to the management of the Primary Health Care policy, as the closest expression of health policy to the population. In this way, there are countless challenges for undergraduate students in this space because it is not configured as one for direct service to users, but it needs to be apprehended through a movement to suspend reality in order to become a more significant field for professional performance.

**Keywords:** Social Work. Management. Public Policy. Internship in Social Work.

## INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado em Serviço Social se apresenta como um momento em que se torna possível ao aluno de graduação em Serviço Social perceber a relação dialética entre a teoria e a prática como unidade do processo de trabalho no qual o assistente social está inserido. É parte do processo de formação do aluno e tem a capacidade de desenvolver a competência profissional. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar aspectos teórico-metodológicos, técnico-operativos e teórico-políticos que perpassam o processo de supervisão de campo em Serviço Social na gestão da política de saúde como espaço sócio-ocupacional de inserção do assistente social. O processo de supervisão se deu na Divisão de Ações e Programas de Saúde (DAPS) em uma Coordenadora de Atenção Primária em Saúde (CAP) da Cidade do Rio de Janeiro.

A CAP é um órgão da Secretaria Municipal de Saúde, que coordena os serviços de Atenção Primária em Saúde (APS) em uma região geográfica da cidade tanto no que se refere à infraestrutura e logística, quanto ao processo de trabalho em Saúde na APS. A DAPS é o setor que responde pelo processo de trabalho realizado pelos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, técnicos de enfermagem, e etc.) que desenvolvem atividades na APS

carioca, em articulação com os diversos setores da saúde – vigilância epidemiológica e ambiental, dados vitais, assistência farmacêutica, regulação de vagas, etc. Dessa maneira, o trabalho se dá sob uma perspectiva interdisciplinar, em articulação com diversas categorias profissionais e saberes.

Vale lembrar que a gênese do Serviço Social, no Brasil, se dá por volta dos anos 1930, momento em que o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais e a questão social se torna uma questão política (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983). É nos marcos da década de 1960 que o mercado de trabalho dos Assistentes Sociais se expande consideravelmente a partir da reorganização do Estado autocrático burguês para atender ao novo modelo econômico, que passa a requisitar um novo perfil de profissional alinhado às exigências da racionalidade burocrático-administrativa oriunda da “modernização conservadora” (NETTO, 2001). A ampliação das políticas sociais como resposta às seqüelas da questão social vão requerer, nos termos de Netto (2001, p. 74), “agentes técnicos em dois planos: o da sua formulação e da sua implementação”.

Para Iamamoto (1999), essa nova demanda do mercado que possibilitou uma ampliação do escopo profissional, requerendo o rompimento com atitudes burocráticas e rotineiras que reduzem a profissão a um mero emprego. Para a autora:

É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes e passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (IAMAMOTO, 1999, p. 21).

Corroborando com esta assertiva, concordamos com Lewgoy (2011, p. 30) que a supervisão de estágio vinculada à formação em Serviço Social não pode ser reduzida à mera realização de uma série de tarefas irrefletidas, tratadas como ação burocrática e rotineira. Nessa perspectiva, esse encontro com o movimento da realidade possibilita ao aluno vislumbrar um horizonte de ação profissional que seja capaz de propor, executar e negociar projetos com um direcionamento social mais favorável aos usuários. Contudo, também é necessário observar os limites impostos

pela ordem neoliberal no desenvolvimento do conjunto das políticas sociais, assim como a condição de trabalhador assalariado do assistente social.

A inserção do Assistente Social nesse espaço permeado de tensões, desafios e possibilidades, conta com um projeto profissional que pode contagiar o direcionamento da política de saúde em favor da população usuária dos serviços em detrimento de práticas que reproduzem o *status quo* dominante, ao realizar o tensionamento dessa realidade.

Neste artigo que toma como referência a experiência de um campo de prática profissional, estaremos apresentando alguns elementos do processo de supervisão de estágio em Serviço Social na esfera da gestão da APS. Cabe destacar que este trabalho parte da experiência profissional da autora que conta com impressões profissionais em articulação com a sua trajetória acadêmica, refletindo assim, um resultado de articulação entre teoria e prática profissional. Nesse movimento, estaremos levantando tanto as possibilidades, como os desafios dessa prática.

## **METODOLOGIA DO ESTÁGIO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL NA GESTÃO**

A seleção de estagiários de serviço social no âmbito da CAP se dá a partir do conjunto de assistentes sociais que se disponibilizam a oferecer vaga e esse processo seletivo é publicado no Diário Oficial do Município. O processo conta com uma prova escrita e uma entrevista. Ambas, abordam: as expressões da questão social que se apresentam cotidianamente nos serviços de saúde; e também sobre o entendimento que os alunos possuem sobre a política de saúde e de ética profissional. Por ordem de classificação os alunos escolhem o local de lotação a partir das vagas disponibilizadas. O início do estágio se dá a partir de data informada no edital. Na CAP, os alunos são recepcionados e apresentados a todos os setores e as frentes nas quais a assistente social está inserida.

Discutimos com os alunos a forma como está planejada a metodologia do estágio e da supervisão. A primeira atividade de supervisão, realizada



concomitantemente à observação participante do aluno, é a leitura e entendimento do conjunto de leis que compõem a política na qual o aluno se insere, e de artigos que refletem criticamente sobre esse cotidiano.

Posteriormente, acordamos a elaboração de um relatório mensal, desenvolvido pelo aluno, com suas observações gerais de forma livre. O relatório tem como objetivos: apontar ao supervisor quais os elementos do estágio estão chamando a atenção do aluno e que podem ser problematizadas no processo reflexivo; estimular a capacidade do aluno de realizar análise institucional, registrá-la e apresentá-la a outros atores; aprimorar a escrita do aluno no que refere ao processo de trabalho; potencializar a discussão acerca das potencialidades e dos desafios observados no trabalho de campo a fim e elencar possíveis estratégias profissionais. No início de cada mês, é realizada a leitura do relatório e reflexão dos elementos contidos no mesmo.

Nesse campo de estágio, procuramos proporcionar ao aluno, atividades concernentes a cada período de estágio, levando em consideração a dinâmica de supervisão acadêmica de cada universidade, e as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social. Assim, aos alunos que estão iniciando estágio curricular, são propostas atividades mais voltadas para a observação de atividades e participações pontuais nas ações desenvolvidas, como a reflexão acerca do processo de trabalho em saúde realizado pelo conjunto de trabalhadores do setor. Ao passo que nos períodos finais de estágio, propomos ao aluno a condução parcial de atividades como reuniões de rotina de trabalho, de planejamento de atividades e treinamentos, sempre sob supervisão.

Ao final de cada semestre, a supervisora deve realizar uma avaliação do aluno no campo de estágio. A metodologia proposta para a avaliação, e que tem sido muito proveitosa, consiste em pedir ao aluno que se auto-avalie e posteriormente é realizada uma discussão entre supervisora e aluno acerca das notas dadas pelo aluno, e a nota que seria dada pela supervisora, a fim de serem levantados os elementos centrais da motivação daquela nota. Ao final, se chega a uma nota consensual entre os dois sujeitos envolvidos no processo de avaliação.

Com essa conduta, acreditamos que o processo de avaliação também pode ser realizado de maneira pedagógica e reflexiva que seja um resultado tanto da percepção da supervisão de campo e também do aluno em relação ao seu processo de aprendizagem naquele espaço sócio-ocupacional.

A inserção dos alunos nesta experiência prática proporciona uma série de reflexões acerca do cotidiano que consideramos essenciais na formação profissional. Levantaremos dois elementos que daremos destaque neste trabalho. Podemos inferir que o primeiro está relacionado ao reconhecimento do Serviço Social como uma das especializações do trabalho, parte da divisão social e técnica do trabalho social. Assim, segundo Iamamoto (1999),

Importa ressaltar que o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de trabalho. Sua inserção na esfera do trabalho é parte de um grande conjunto de especialidades que são acionadas conjuntamente para a realização dos fins das instituições empregadoras, sejam empresas ou instituições governamentais (IAMAMOTO, 1999, p. 64).

O contato com outras categorias profissionais que atuam na política social de saúde coloca aos futuros profissionais, a necessidade de apreender a totalidade do conjunto de profissões que lidam com as expressões da questão social. Significa reconhecer que o Serviço Social é parte da classe trabalhadora, assalariada, que atua no setor de serviços. Não está e nem deve ficar isolado, podendo estabelecer alianças com outras categorias que defendam o mesmo projeto de sociedade.

O segundo elemento, diretamente relacionado ao primeiro, é que apesar do Serviço Social ter nas expressões da questão social a matéria-prima de trabalho, esta não é uma atribuição privativa da profissão. Como o Serviço Social, desde os anos 1980, vem buscando romper com o conservadorismo profissional com apoio da teoria social crítica na leitura da realidade social possui um conteúdo diferenciado em relação ao conjunto de trabalhadores de outras categorias profissionais.

Em geral, as sequelas da questão social se apresentam como recorte de problemas particulares e não como uma totalidade processual ligada à ordem burguesa. Assim, para a política de saúde, as questões que se apresentam nos

serviços de saúde, não comparecem como uma “expressão da questão social”, mas como um problema social, cuja intervenção dos trabalhadores da saúde incide sobre o *ethos* individualista, numa forte tendência a se psicologizar a vida social.

O caráter ideológico atribuído às sequelas da “questão social” – “o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolaridade, a incapacidade física, etc” – compreendidas como disfuncionalidades, como problemas particulares passam a ser enfrentadas de maneira particularizada, fragmentada e parcializada, como se fossem evitáveis (NETTO, 2011, p. 32).

Essa ideia pressupõe manter encoberto o processo social em curso na ordem burguesa que escamoteia a relação capital/trabalho e que a tais expressões são frutos da contradição inerente a sociedade dividida em classes sociais antagônicas. Cabe aos assistentes sociais problematizar situações do senso comum que podem ser reproduzidas pelo conjunto de profissionais, transformando-as em possibilidades de um olhar diferenciado para as expressões da questão social.

Assim, concordamos com Guerra (2016), quando a autora pontua o potencial rico do estágio supervisionado em Serviço Social como espaço de síntese entre conhecimentos teóricos e saberes práticos no qual é possível desenvolver as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas para o exercício profissional sob uma perspectiva crítica em contraposição com a sociabilidade burguesa.

## **O ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE E O ESTÁGIO CURRICULAR EM SERVIÇO SOCIAL**

O setor de trabalho do Assistente Social é responsável pelas ações e programas desenvolvidos pelos serviços de APS. É composto por uma equipe multiprofissional que realiza um trabalho interdisciplinar com objetivo de qualificar o processo de trabalho desempenhado pelas equipes de Saúde que atuam em unidades de APS, em diferentes territórios. O trabalho da Assistente Social e dos demais profissionais, está assim configurado como assessoria técnica aos

profissionais de saúde que atuam nas diversas modalidades de serviços<sup>2</sup> de Atenção Primária para o acompanhamento, monitoramento, avaliação e planejamento das ações em saúde. Como forma de organização do trabalho, os profissionais do setor assumem a referência de diferentes frentes ou linhas de cuidado<sup>3</sup>. A assistente social é referência no acompanhamento das condicionalidades da saúde dos beneficiários dos programas sociais como Bolsa Família e Cartão Família Carioca<sup>4</sup>; do acompanhamento das famílias que vivenciam situações de violência; de questões que demandem intervenção do Serviço Social; supervisão/preceptoria de estagiários e acadêmicos bolsistas de Serviço Social; e preceptoria de residentes de diferentes categorias profissionais. O setor ainda é responsável pelo acompanhamento da saúde nos diferentes ciclos de vida: materno-infantil, adolescentes, mulheres e homens adultos e idosos; das doenças crônicas transmissíveis e não-transmissíveis; das ações de promoção da saúde; saúde bucal; saúde mental; e, apoio ao Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF).

A respeito da assessoria, segundo Matos (2006) a assessoria/consultoria no debate profissional do Serviço Social, expressa a maturidade do atual projeto de profissão brasileiro, pois a partir da leitura crítica da realidade e do reconhecimento das dimensões ética e política, que o Assistente Social passa a considerar a importância de um trabalho profissional projetado e não empiricista e também é identificado como um profissional detentor de conhecimentos relevantes a serem discutidos com outros sujeitos sociais e profissionais.

Assim, o ato de assessorar pode ser definido como:

---

<sup>2</sup> As UAP na cidade do Rio de Janeiro, tem a nomenclatura de Clínicas da Família, Centros Municipais de Saúde e Policlínicas, esta última, responsável pelas ações de média complexidade. Também estão sob a responsabilidade da gestão da CAP, os Centros de Atenção Psicossocial, e Consultório na Rua.

<sup>3</sup> Para autores como Franco e Merhy (2003), a concepção de Linha de Cuidado está relacionada a organização dos processos de trabalho centrado no usuário e suas necessidades a partir de uma interação de saberes e práticas necessárias para o cuidado integral da saúde. Essa noção integra a reorganização dos processos de trabalho na rede básica e outras ações assistenciais (FRANCO; JÚNIOR, 2003; MALTA; MERHY, 2010).

<sup>4</sup> O Cartão Família Carioca (CFC), é um programa de transferência de renda municipal, que tem como objetivo complementar a renda de beneficiários em situação de extrema pobreza do PBF. Foi criado através de Lei nº 5.246, de 18 de janeiro de 2011.

Uma ação que auxiliar tecnicamente outras pessoas ou instituição, graças a conhecimentos especializados em determinado assunto, assim, o assessor é tido como um assistente, adjunto, auxiliar ou ajudante que detém conhecimentos que possam auxiliar a quem assessora (MATOS, 2006, p. 31).

A inserção do Assistente Social nos espaços de assessoria técnica apresenta uma importância na perspectiva de contribuir com o desvelamento da realidade que é escamoteada pelo movimento contraditório presente no cotidiano das relações sociais. Nesse sentido, precisamos destacar dois elementos cruciais que precisam ser evidenciados acerca desse espaço sócio-ocupacional para realização da análise institucional tanto por parte do supervisor de campo, quanto do estagiário de Serviço Social: o papel da APS na política de Saúde carioca e a forma de contratação dos profissionais que compartilham o processo de trabalho neste serviço.

Primeiro, a APS carioca ganhou centralidade na organização dos serviços de saúde a partir de 2009, onde a gestão municipal optou pela expansão dos serviços que já vinham acontecendo a nível nacional, em função do incentivo financeiro à implantação da saúde da família como estratégia prioritária para atenção à saúde da população. A Saúde da Família passa então a se expandir, contudo, marcada pela seletividade e focalização dos serviços, uma vez que essa expansão se deu em territórios permeados pela pobreza das comunidades, e com uma atenção voltada para programas prioritários e estratégicos, voltados tanto para a doença, como por exemplo, o acompanhamento das condições crônicas, quanto para a ação estratégica materno-infantil. O potencial dessa estratégia que implicaria um processo de trabalho voltado para as determinações sociais do processo saúde-doença, cedeu lugar mais uma vez ao enfoque na doença e nos agravos em saúde.

O segundo elemento é que o conjunto de profissionais da DAPS e das unidades que compõem a APS carioca é composto por trabalhadores com vínculo diferenciados. Atuam conjuntamente estatutários do serviço público com trabalhadores contratados por Organizações Sociais (OS) que gerenciam as Unidades de Atenção Primária (UAP), e também com vínculo de bolsa pela Fundação de Apoio à Fiocruz (FIOTEC). Isso demonstra uma fragmentação nos vínculos de trabalho que tem como consequência uma desarticulação do conjunto

de trabalhadores da saúde que passam a ter diferentes vínculos, diferenças salariais, de benefícios e de instabilidade.

Esses aspectos geram impactos no processo de trabalho em saúde como um todo que precisam ser discutidos com os estagiários que estão adentrando no universo da política pública e a partir desse movimento de leitura da realidade podem realizar articulações com as construções teóricas elaboradas na Universidade com a prática do campo. Podem a partir desse cenário, compreender os impactos concretos do movimento de contrarreforma do Estado na realidade cotidiana.

Consideramos que é papel do supervisor de campo apresentar esses elementos da realidade concreta, uma vez que elas se expressam por vezes como desafios ao processo de trabalho no campo prático. Um exemplo importante desse impacto no processo de trabalho, vivenciado por estagiários de Serviço Social na DAPS foi o atraso no pagamento do salário dos funcionários contratados pelas OS em 2019. De acordo com matéria publicada no site G1, em 26 de novembro de 2019<sup>5</sup>, os trabalhadores estavam há 3 meses sem receber. Em razão desse cenário, que ocasionou paralisações e greve; as atividades de assessoria técnica ficaram prejudicadas, assim como o desenvolvimento das ações em saúde para o conjunto da população.

A reflexão desses impactos da contrarreforma do Estado no cotidiano é condição essencial no espaço da supervisão, uma vez que se exige aos Assistentes Sociais que estão em desenvolvimento de práticas profissionais na contemporaneidade, uma articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico operativas (LEWGOY, 2010). Para Lewgoy:

A particularidade pedagógica do processo de supervisão envolve o esforço de realizar o movimento da relação entre teoria e realidade, articulando os elementos ético-políticos e teórico-metodológicos como requisitos essenciais para o exercício de atividades técnico-operativas no processo de trabalho do estagiários (2010, p. 106).

---

<sup>5</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/26/mais-de-22-mil-funcionarios-que-prestam-servico-para-a-saude-do-rio-estao-com-os-salarios-atrasados-justica-manda-bloquear-r-320-milhoes.ghtml>

Retomando o processo de trabalho dos profissionais da DAPS, o Serviço Social se insere neste setor realizando um trabalho de assessoria técnica aos gestores e profissionais da APS, através de visitas técnicas, discussão de casos, treinamentos, oficinas, monitoramento de processo de trabalho através de plataformas. Estas atividades podem ser realizadas tanto na sala do setor, como em auditórios na CAP, ou na própria UAP. Envolve o planejamento de ações baseadas em indicadores de saúde, de processo de trabalho, epidemiológicos e sanitários. As ações ainda são desenvolvidas com utilização de ligações telefônicas, e-mails e whatsapp. Há um conjunto de ações planejadas de acordo com a realidade do território e outras ações que advêm de uma “demanda espontânea” por parte dos gestores ou profissionais que atuam nos serviços.

As ações planejadas serão realizadas através da análise de indicadores sociais, de saúde e de processo de trabalho. Como exemplo, podemos apresentar a estratégia para acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programas Bolsa Família (BF). Precisamos abrir um parênteses para explicar que o Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda que surgiu nos países europeus, em meados do século XX, como estratégia de atender às expressões da questão social, como forma de combate à fome e à pobreza, num contexto de Estado de Bem-Estar social. Os primeiros países que construíram uma experiência de transferência de renda para famílias consideradas pobres foram o Reino Unido em 1948, seguido pela Finlândia em 1956 e Suécia em 1957.

No Brasil, esta experiência vem se desenvolvendo desde 1991, e atualmente possui critérios de renda per capita por família considerando beneficiárias as famílias que recebem até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo nacional. A renda a ser transferida é calculada com base no perfil da família, podendo ter benefícios básicos e variáveis. Esse programa institui uma modalidade de condicionamento para o recebimento do benefício que vai desde o acompanhamento da família pela Política de Assistência Social, Educação e Saúde. Na Saúde, são elencados prioridades para acompanhamento: o crescimento e desenvolvimento das crianças até 7 anos, envolvendo a avaliação nutricional e monitoramento do calendário vacinal dessas crianças; das mulheres em idade fértil (que vai de 10 até 49 anos); e da gestação,

que envolve o período do pré-natal. Os órgãos de gestão nacional de Assistência Social, de Educação e de Saúde, realizam articulações para cobrar dos Estados e Municípios os dados de acompanhamento dessas famílias que, ao não ser realizado, pode implicar tanto em não repasse de verba para os órgãos municipais, como em cortes de benefícios para as famílias. Não nos cabe neste breve artigo apresentar o Programa em sua totalidade, mas como as reflexões acerca deste são recebidas e trabalhadas pelas equipes de saúde na APS, assim como as contradições pertinentes.

A partir dessas condições expressas do programa, as equipes de APS são pressionadas a realizar um trabalho de busca das famílias beneficiárias e realização de ações em saúde. Contudo, em geral, as equipes se percebem como fiscalizadores das situações das famílias, por vezes, julgando quem mereceria ou não participar de um programa de transferência de renda, papel que consideramos historicamente atribuído ao profissional de saúde para realizar uma ação de vigilância disciplinadora na sociedade. É comum observarmos falas como “o programa deveria fornecer alimento ao invés de dinheiro”; ou, “as mulheres fazem mais filhos para receber mais com esse programa”

Uma contradição importante que comparece, ao examinarmos mais de perto as condicionalidades, é o seu caráter de controle e vigilância da condição feminina para engravidar, uma vez que uma das condicionalidades está relacionada ao acompanhamento das mulheres em idade fértil que fazem parte das famílias do programa. Não há nenhuma menção ao acompanhamento da saúde do homem que passa a vida toda em condição de fertilização.

A reflexão sobre estes aspectos são de extrema relevância no processo de supervisão de estágio, e que proporcionam ao estagiário a construção de elementos que possibilitam o direcionamento de uma ação vinculada a uma direção social. Primeiro, ao planejar uma ação com um conjunto de categorias profissionais diversas, deve se levar em consideração essas particularidades, a fim de realizar uma ação educativa que coloque em xeque estes elementos do senso comum, a fim de problematizá-los. Posteriormente, deve-se pensar coletivamente com cada UAP,



a sua realidade e quais as possibilidades de ação de acordo com as características locais e disponibilidade dos serviços, a fim de que a ação em saúde para os beneficiários do BF não seja uma ação a mais no âmbito da unidade e nem segmente esse público dos demais usuários do serviço. Assim, o planejamento e o trabalho com indicadores sociais e de saúde do território são condições cruciais para a realização de um trabalho comprometido com os interesses da população usuária e também dos profissionais que compõem a linha de frente desse processo, uma vez que somos todos parte de uma classe subjugada e explorada.

No caso das demandas espontâneas, estas, são desenvolvidas de acordo com o contato dos profissionais e gestores à equipe da DAPS, e também deve envolver uma identificação das diversas demandas que chegam a fim de evidenciar a existência de alguma regularidade que possa nos provocar a realizar ações mais sistemáticas, como por exemplo, o caso das dificuldades para as unidades acionarem a rede sócioassistencial. A recorrência dessa demanda nos levou a realizar uma atividade intersetorial, onde as diferentes unidades da rede pudessem apresentar seu trabalho e as formas de acesso e encaminhamento da população, buscando a aproximação dos diferentes serviços.

A partir dessas demandas espontâneas é possível realizar uma ação provocativa aos alunos no campo prático de estágio, no sentido de fazê-los refletir quais as possíveis estratégias de ação que podem ser desenvolvidas a partir da leitura dessa realidade. Aliar a pesquisa, às determinações da realidade empírica, e à prática profissional como parte essencial do trabalho profissional. Para Guerra (2016, p. 105), investigar a realidade empírica no sentido de evidenciar as mediações necessárias para lidar com os fenômenos é o primeiro aprendizado fundamental proporcionado pelo estágio supervisionado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este breve ensaio acerca do processo de supervisão de estágio em Serviço Social no espaço da gestão da política de saúde tem, para nós um duplo

compromisso: o de reafirmar o espaço de gestão das políticas públicas como um espaço sócio-ocupacional extremamente rico para o exercício profissional, no qual é possível articular os princípios do projeto ético-político da profissão vinculado aos interesses da população usuária, sobretudo no reconhecimento dos trabalhadores inseridos nesses serviços também como parte desse cenário; e também de impulsionar o estágio supervisionado em Serviço Social nesses espaços.

A presença dos alunos no campo de estágio impõe a todos, repensar sua prática profissional no sentido de proporcionar uma reflexão das possibilidades de prática dentro de uma perspectiva crítica na implementação das políticas públicas que se configuram como respostas coordenadas às expressões da questão social que podem reafirmar os processos de opressão e exploração da sociedade capitalista, mas em seu tensionamento cotidiano pode se posicionar contrário a essa ordem exploratória evidenciando as contradições próprias da política pública.

Os alunos chegam ao cotidiano de prática, seja na assistência direta à população, seja em espaços sócio ocupacionais de gestão dos serviços, com uma série de questionamentos em relação à articulação teoria e prática e cabe essencialmente ao supervisor de campo, contribuir com as mediações necessárias para que esses questionamentos sejam explorados e problematizados no sentido de garantir uma unidade dialética entre conhecimentos teóricos adquiridos na formação profissional, e o conhecimentos proporcionados pela realidade empírica no desenvolvimento de ações práticas. Essa articulação é condição para a construção de um perfil profissional crítico, comprometido com os valores éticos e políticos da profissão.

## REFERÊNCIAS

FRANCO, Túlio Batista; JÚNIOR, Helvécio Miranda Magalhães. Integralidade na Assistência à saúde: a organização das linhas de cuidados. O Trabalho em Saúde: Olhando e experienciando o SUS no cotidiano. MERHY, E.E.; FRANCO, T.B. ET AL; HUCITEC, SÃO PAULO, 2003. Disponível em:

PIRES, S. S.

A supervisão de estágio em Serviço Social no espaço da gestão da política pública: uma experiência em construção

<[http://www.professores.uff.br/tuliofranco/textos/integralidade\\_na\\_assist\\_a\\_saude\\_tulio\\_franco\\_helvecio\\_magalhaes.pdf](http://www.professores.uff.br/tuliofranco/textos/integralidade_na_assist_a_saude_tulio_franco_helvecio_magalhaes.pdf)>. Acesso em: 09/09/2014.

GUERRA, Yolanda. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: **A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Cláudia Mônica dos Santos, Alzira Maria Baptista Lewgoy, Maria Helena Elpídio Abreu, organizadoras da coletânea; Valéria Forti e Yolanda Guerra, coordenadoras da série. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2016.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. S. Paulo, Cortez/Celats, 1983.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**. 2ª Ed. S. Paulo, Cortez, 1999.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2010.

MALTA, Déborah Carvalho; Merhy, Emerson Elias. O percurso da linha de cuidado sob a perspectiva das doenças crônicas não transmissíveis. @Interface, comunicação, saúde e educação. V. 14, nº 34, p. 593-605, jul/set 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n34/aop0510.pdf>>. Acesso em: 09/09/2014.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: **Assessoria, consultoria e serviço social**. Organizadores, Maria Inês Souza Bravo, Maurílio Castro de Matos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001).



## RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL

### SUPERVISED INTERNSHIP EXPERIENCE REPORTS IN SOCIAL SERVICE: AN ANALYSIS OF SOCIAL SERVICE IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL AREA

Deidra Frazão Marinho<sup>1</sup>

Juliane de Lima Leite<sup>2</sup>

Sarah Thays Nascimento Andrade<sup>3</sup>

Shirley Vitória Teixeira de Menezes<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente trabalho se trata de relatos de experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado em Serviço Social no Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia – Grupo INTER-AÇÃO com contribuição de quatro discentes de Serviço Social, no período de 2016 à 2019. O objetivo geral do estudo foi analisar o estágio supervisionado em Serviço Social na área socioambiental e dentre os específicos estavam: contextualizar o estágio supervisionado em Serviço Social na área

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Membro do Grupo de Pesquisa Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação). E-mail: [deidra.frazao@gmail.com](mailto:deidra.frazao@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel em Serviço Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Membro do Grupo de Pesquisa Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação). E-mail: [juh.lt.016@gmail.com](mailto:juh.lt.016@gmail.com)

<sup>3</sup> Bacharel em Serviço Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Membro do Grupo de Pesquisa Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação). E-mail: [sarah.thays07@gmail.com](mailto:sarah.thays07@gmail.com)

<sup>4</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana de Manaus. Especialista em Assistência Social e Família pela Faculdade Metropolitana de Manaus. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [shirleyvitoriamenezes@gmail.com](mailto:shirleyvitoriamenezes@gmail.com)

socioambiental; descrever as experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado em Serviço Social na área socioambiental e pontuar a contribuição do estágio supervisionado na área socioambiental para o processo de ensino e aprendizagem dos discentes em Serviço Social. Quanto aos procedimentos metodológicos do estudo são de natureza: bibliográfica, documental e de campo, se utiliza do método materialismo histórico e de abordagem qualitativa. Para a coleta de informações foram utilizadas técnicas e instrumentais como: caderno de campo e observação participante. O trabalho resulta na ideia de que o estágio supervisionado em Serviço Social na área socioambiental apresenta desafios, seja no que se refere ao financiamento dos projetos que são elaborados e executados pelos profissionais, seja nas dificuldades envolvendo o processo de supervisão dos discentes. Desse modo, conclui-se que ainda que existam as contribuições significativas, fica claro que o processo de precarização nas instituições de ensino e pesquisa, faz-se necessário fortalecer esses espaços para não os perdermos e deixarmos de contribuir serviços de qualidade para a população usuária.

**Palavras-chave:** Estágio Supervisionado. Formação. Área Socioambiental.

**Abstract:** The present work is about reports of experiences lived during the supervised internship in Social Work in the Interdisciplinary Group of Socio-Environmental Studies and Development of Social Technologies in the Amazon - INTER-AÇÃO Group with the contribution of four students of Social Work, in the period from 2016 to 2019 The general objective of the study was to analyze the supervised internship in Social Work in the socioenvironmental area and among the specific ones were: to contextualize the supervised internship in Social Work in the socioenvironmental area; describe the experiences lived during the supervised internship in Social Work in the socioenvironmental area and point out the contribution of the supervised internship in the socioenvironmental area to the teaching and learning process of students in Social Work. As for the methodological procedures of the study, they are of a bibliographic, documentary and field nature, using the historical materialism method and a qualitative approach. For the collection of information, techniques and instruments were used, such as: field notebook and participant observation. The work results in the idea that the supervised internship in Social Work in the socioenvironmental area presents challenges, both in terms of financing projects that are designed and executed by professionals, and in the difficulties involving the students' supervision process. Thus, it is concluded that although there are significant contributions, it is clear that the process of precariousness in teaching and research institutions, it is necessary to strengthen these spaces so as not to lose them and fail to contribute quality services to the user population.

**Key words:** Supervised internship. Formation. Socio-environmental area.

## INTRODUÇÃO

O estudo possui como foco investigativo analisar o estágio supervisionado em Serviço Social na área socioambiental. O estudo possui ainda, os seguintes objetivos específicos, que são: contextualizar o estágio supervisionado em Serviço Social na área socioambiental; descrever as experiências vivenciadas durante o estágio supervisionado em Serviço Social na área socioambiental; e pontuar a contribuição do estágio supervisionado na área socioambiental para o processo de ensino e aprendizagem dos discentes em Serviço Social.

Através da discussão do estudo foi possível compreender que o estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, sendo assim, o estagiário (a) deve ser visto como um indivíduo investigativo, crítico e interventivo para que o mesmo possa conhecer e compreender a realidade social contemporânea, deve ser inserido no processo de ensino-aprendizagem, com uma formação de qualidade, para futuramente se tornar um profissional apto para o mercado de trabalho.

Além disso, através da discussão, é possível identificar que os relatos são baseados nas vivências de 04 discentes de Serviço Social de Instituições de Ensino Superior (IES). E a experiência de estágio curricular supervisionado consiste em um instrumento formativo de análise crítica e esse processo socioeducativo e profissional abrange a articulação entre as dimensões técnico operativa, teórico metodológica e ético política, nesse sentido, as IES devem formar profissionais aptos para atuarem nas mais diversas instituições, independente de curso, para a amenização e enfrentamento das expressões da questão socioambiental. No entanto, em relação ao curso de Serviço Social, as IES também devem incentivar os seus discentes a pesquisarem e atuarem na área socioambiental.

Quanto aos procedimentos metodológicos, os dados do estudo foram de natureza qualitativa, pois o foco era organizar e analisar as informações relatadas. A abordagem utilizada na pesquisa foi o método Materialismo Histórico, que Gil (2008) explica que esse método fundamenta-se no método dialético e suas bases foram também definidas por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895). O autor ainda relata

que “para o materialismo histórico, a produção e o intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda a ordem social” (p.22).

Baseado neste propósito, a discussão do estudo se divide em três tópicos que perpassam o debate e as ideias que instituem o estágio supervisionado em Serviço Social na área socioambiental. Nesse sentido, o primeiro tópico retrata sobre o Estágio Supervisionado em Serviço Social. O segundo refere-se sobre a Formação Acadêmica e Área Socioambiental. Por fim, o último tópico apresenta os relatos e experiências em estágio supervisionado na área socioambiental.

## METODOLOGIA

A respeito do método que foi utilizado no estudo, é o método materialismo histórico, que Gil (2008, p.22-23) pontua:

Um pesquisador que adota como quadro de referência do materialismo histórico, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas etc.) é que ele procede à interpretação dos fenômenos observados.

Nesse sentido, ao desvelarmos a realidade cotidiana no espaço institucional, foi necessário à apreensão de conteúdos e informações acerca da área socioambiental e seus desdobramentos para poder realizar uma análise crítica da realidade. Sendo assim, a Tabela 01, apresenta as técnicas e instrumentais que foram utilizados no decorrer do estudo.

TABELA 01: Metodologia do Estudo

Tipo de pesquisa	Descritiva e Explicativa
Natureza	Bibliográfica, Documental e de Campo
Método	Materialismo Histórico
Abordagem	Qualitativa
Instrumentos para Coleta de Dados	Caderno de Campo
Lócus da Pesquisa	Grupo Inter-Ação

FONTE: Elaboração Própria

O estudo compreendeu elementos de natureza bibliográfica, sendo eles: livros e artigos que abordam o estágio supervisionado em Serviço Social, a área socioambiental e o processo de formação. Mas além da natureza bibliográfica, o trabalho utilizou-se de natureza documental, se utilizando de leis e regulamentações como, por exemplo: Lei do Estágio; Lei de Regulamentação do Assistente Social; Política Nacional do Estágio em Serviço Social – ABEPSS; e etc.

E pesquisa de campo, sendo utilizada abordagem observacional, com descrição no caderno de campo. Desta forma, tendo como lócus o Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia – Inter-Ação.

O grupo Inter-Ação trabalha em comunidades visando às questões socioambientais, estruturando, desenvolvendo e difundindo novas técnicas, tecnologias sociais e apropriadas ao contexto regional, elaborando subsídios para as políticas públicas. A questão social é analisada a partir de uma análise juntamente com o representante das comunidades e de representantes das Organizações de Sociedade Civil – OSC's.

Desta forma, o grupo procura atuar e instrumentalizar as populações com ações: afirmativas de cidadania, socioeducativas, político-organizativas e em serviços ambientais, cuja metodologia visa a valorização e respeito aos saberes tradicionais; formulação coletiva de alternativas; articulação do conhecimento tradicional-técnico-científico; criação de canais de participação; pesquisa e extensão universitária.

Nesse sentido, a Figura 01 apresenta as áreas presentes no grupo Inter-Ação e o organograma a seguir (Figura 02), apresenta um esquema de como funciona o grupo Inter-Ação.



FIGURA 01: Áreas Atuantes no Grupo Inter-Ação  
FONTE: GRUPO INTER-AÇÃO. Política de Estágio Supervisionado em Serviço Social Grupo Inter-Ação. 2013.





FIGURA 02: Organograma de Atuação  
FONTE: GRUPO INTER-AÇÃO. Política de Estágio Supervisionado em Serviço Social  
Grupo Inter-Ação. 2013.

## ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

O estágio supervisionado curricular é um processo em que o discente entra em contato com a realidade social e procura desvelar e intervir se baseando com os conteúdos apreendidos na Instituição formadora e sobre orientação. Segundo Buriolla (2009, p.45) o ensino aprendizagem ao processar-se, envolve um tempo, envolve momentos, envolve o somatório de um conjunto de vivências, em um processo de sucessões cumulativas que nem sempre são previsíveis. Nesse sentido, o estágio é elemento essencial no processo de formação principalmente na construção de futura identidade profissional.

A Lei de Nº 11.788/2008 vai definir o Estágio como:

Um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação de nível superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008)

O estágio em serviço social é regulamentado pela resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS Nº 533/2008. A respeito da supervisão direta de estágio em serviço social devemos citar o Art. 2º que irá nos dizer que a supervisão direta e estágio em serviço social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social professor da instituição de ensino.

Conforme o documento da ABEPSS (2009) o estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional. Sendo assim, o estagiário (a) é visto como sujeito investigativo, crítico e interventivo, por isso, cabe a ele conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente para contribuição na qualidade de sua formação.

Em relação à formação acadêmica e a área socioambiental, as Instituições de Ensino Superior (IES) enquanto organizações que necessitam cumprir com sua responsabilidade social e também ambiental e por serem responsáveis pela formação de diversos profissionais através de diversos cursos, devem trazer em seu escopo um compromisso importante mediante a sociedade, que é o de formar profissionais preparados para o novo mercado de trabalho com visão focada nas questões socioambientais, com consciência de seu papel para com a sociedade. (CUZZUOL, *et al.*, 2012).

## FORMAÇÃO ACADÊMICA E ÁREA SOCIOAMBIENTAL

A intensificação dos problemas ambientais que assolam a natureza e a sociedade não pode ser combatida sem a participação direta do ser humano, a sociedade, em sua plenitude, precisa se envolver neste processo e, para isso, deve estar preparada, ou seja, ter os conhecimentos teóricos e práticos. Nesse sentido, a educação ambiental ganha uma dimensão vital, pois as pessoas, individualmente ou como parte de grupos ou organizações, devem estar aptas para promoverem

práticas efetivamente socioambientais, portanto, a responsabilidade socioambiental também é fundamental neste processo. (CUZZUOL, *et al.*, 2012).

Nesse sentido, as Instituições de Ensino Superior (IES) enquanto organizações que necessitam cumprir com sua responsabilidade social e também ambiental, promovem um ambiente fértil para iniciativas importantes em relação a área socioambiental como formar profissionais preparados para o novo mercado de trabalho com visão mais focada em questões socioambientais. Isso acontece, porque o papel das IES é alimentar os debates transformadores da sociedade e formar indivíduos capazes de levar os conhecimentos, habilidades e valores adquiridos e absorvidos ao longo da vida acadêmica para as diversas áreas de atuação, contribuindo para a melhoria dos espaços onde estarão inseridas. (SALGADO e CANTARINO, 2006).

Ainda em concordância com o pensamento dos autores, nesse sentido, esse contexto leva a academia a assumir uma postura voltada para a proteção socioambiental, assim produzindo conhecimentos, incentivando e provocando discussões referentes a esta área, desta forma oferecendo ao mercado profissionais críticos e capazes, baseados em conceitos como ética, responsabilidade social e sustentabilidade.

Referente à área socioambiental e ao âmbito profissional, integrando o escopo de profissões interpeladas a oferecer respostas ao agravamento da questão socioambiental, Nunes (2013) explica que a atuação do Assistente Social nesta área remete a novas exigências que proporcionem a apreensão das dimensões sociais e políticas do ambiental.

Sendo assim, ainda compartilhando da ideia do autor, as possibilidades de atuação dos Assistentes Sociais na área socioambiental são visíveis e de suma importância, de forma mais expressiva no âmbito da elaboração de programas e projetos ambientais; em estudos de impactos socioambientais elaborados para efetuar as ações de remanejamento de população atingida por determinada obra, como por exemplo, em situações de desastres; em ações vinculadas aos processos de educação ambiental articulados à defesa da melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas instituições às quais se vinculam, dentre outras. Para isso precisa-

se de uma boa formação acadêmica, de profissionais realmente preparados para atuar na área. (NUNES, 2013).

Destaca-se que a prática ambiental é uma atitude transversal, nesse sentido, as IES além de se preocuparem com as necessidades do mercado de trabalho e preparar profissionais aptos para esse mercado, faz-se necessário favorecer ações, que permitam que às IES possam pô-las em prática tanto internamente como junto às comunidades a elas vinculadas, de forma a possibilitar que, a aprendizagem das práticas ambientais ocorram através do relacionamento entre o ensino, a pesquisa e a operacionalização das ações propostas. Portanto, isso só será possível, a partir do momento em que as IES comecem a aplicar, elas mesmas, os princípios e práticas da sustentabilidade. (SALGADO e CANTARINO, 2006).

Correspondente ao contexto exposto acima, Cuzzuol, *et al.* (2012, p.1536) descrevem que “as Instituições de Ensino Superior, enquanto organizações voltadas para a formação dos mais variados perfis profissionais, carecem criar meios e recursos para cumprir sua responsabilidade socioambiental.” Sendo assim, os autores também pontuam que as IES devem desenvolver práticas ambientais que envolvam todos os membros da organização, bem como a comunidade, propiciando a participação consciente e efetiva mediante uma gestão ambiental e ações de educação ambiental.

Conclui-se, assim, que a responsabilidade social nas IES está relacionada aos projetos pedagógicos de ensino, pesquisa e extensão, bem como a uma gestão voltada para a qualidade do ensino, a formação de profissionais, como também uma visão crítica de mundo. ((CUZZUOL, *et al.*, 2012). Com isso, referente as IES precisa-se sempre ter uma preocupação com as expressões da questão socioambiental que são tão presentes na sociedade e afeta todos os dias diversos cidadãos e aos seus ambientes de vivência.

## RELATOS DE EXPERIÊNCIA EM ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL

Entendemos que a realidade é dinâmica e cada experiência vivenciada possui um processo histórico que possui significados dentro da relação capital versus

trabalho, nesse sentido, se apresentam perguntas que norteiam as dimensões vivenciadas por cada discente.

- Qual o Contexto Político Social, Econômico e Cultural dos Relatos e Seus Impactos no Estágio Supervisionado em Serviço Social?

### Relato 01

O ano de 2016 foi marcado pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, assumindo ex-presidente Michel Temer se afirmando um desmonte visível maior das políticas públicas e sociais, principalmente no campo da educação desde o ensino à pesquisas e assim passaram a se imprimir nas ações do grupo de pesquisa.

Nesse sentido a primeira correlação de forças entre a Universidade e o grupo de pesquisa, no que se refere ao repasse de recursos para a manutenção das pesquisas desenvolvidas, com base no período o ano de 2016 um desmonte considerável das políticas públicas e sociais e a movimentação para a aprovação da Emenda Constitucional 95/16, que previa o congelamento de gastos públicos por 20 anos sendo aprovada ainda no mesmo ano.

Considerando que já havia uma redução nas bolsas de pesquisa para os discentes da universidade, bem como a dificuldade de inserir os discentes das demais IEs em pesquisa de iniciação científica, para que pudessem se deslocar para os lócus de pesquisa, visto que nem sempre o grupo tinha transporte disponível para os supervisores e demais profissionais e discentes, fazendo com que as visitas aos lócus fossem de acordo com a disponibilidade do transporte, tendo raras exceções em que cada um ia por conta própria.

### Relato 02

Os impactos das PEC's após o golpe do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, sob o governo do golpista Michel Temer em que houve a reforma trabalhista, congelamento de gastos, cortes dos recursos educacionais referente as universidades públicas, reforma do ensino médio, reforma previdenciária e o ápice

da corrupção nos poderes legislativo, executivo e judiciário, que impactaram diretamente a atuação profissional do assistente social nos seus diversos campos sociocupacionais, precarizando o trabalho profissional e a qualidade da prestação dos serviços. Vale ressaltar que as observações tratadas anteriormente colaboram para a interpretação das problemáticas a serem apresentadas pertinente ao campo de estágio.

No ano de 2017 fui bolsista pela UFAM do Projeto de Iniciação Tecnológica e de Inovação-PIBITI, cuja pesquisa intitulada é “Estudos de Acesso a Bens e Serviços Sociais no município de Iranduba-AM”. Através da pesquisa eu pude ter contato e conhecimento sobre a atuação do assistente social no âmbito socioambiental, no decorrer da execução da pesquisa no período de 2017-2018/1 percebeu-se a precarização do trabalho do assistente social e da falta de recursos humanos para a execução da mesma, uma vez que é uma das categorias profissionais que são diretamente atacada com os cortes governamentais e com uma remuneração inferior a carga horária de trabalho.

### Relato 03

Através deste, venho compartilhar e relatar informações, que considero de suma importância, mediante a minha experiência nos estágios supervisionados 1, 2 e 3 que foram realizados durante o mês de Setembro de 2018 até o mês de Dezembro de 2019, no grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia – Grupo INTER-AÇÃO que se encontrava na época localizado na sala 04 do bloco Mário Ypiranga na Universidade Federal do Amazonas - UFAM, mesma instituição em que fazia a graduação em Serviço Social.

É importante destacar de início sobre o estágio na área socioambiental, como não houve incentivo e muito menos informação da instituição acadêmica referente à relação “Serviço Social na área socioambiental”. Sempre escutei sobre as outras áreas, principalmente saúde, sócio jurídico e assistência social e isso é tão evidente, que da minha turma e do meu turno, apenas eu e outra colega fazia estágio na área socioambiental, sendo que as duas faziam no mesmo local. Isso revela porque o

campo de pesquisa dos assistentes sociais na área socioambiental é tão defasado, pouquíssimos trabalhos relacionados à área.

#### Relato 04

No período de 2018 a 2019 foi cumprido por mim o estágio obrigatório supervisionado no Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia – Grupo Inter-Ação. Foi dissociado em três disciplinas e acompanhado por duas supervisoras acadêmicas diferentes em seus períodos respectivos, assim como também houve rotatividade com as supervisoras de campo de estágio.

O trabalho realizado pelo grupo Inter-Ação a partir da minha experiência, volta-se para a produção de conhecimentos para subsidiar a formulação de políticas públicas, além de realizar atividades socioeducativas nas comunidades rurais e outros espaços dialogando com os sujeitos suas próprias realidades. No que pude verificar e participar, as atividades constituem relevância social imensa a estas populações, além de agregar conhecimento pelos agentes do grupo, mas que no período da realização do estágio foram limitadas de diversas formas, principalmente pela questão econômica que impossibilitava a ida a territórios longínquos, falta de recursos humanos, alimentação, dentre outros.

- Qual a Relação entre Discente, Supervisor de Campo e Supervisor Acadêmico?

#### Relato 01

Considerando a relação entre supervisor de campo e discente foram conforme as normativas de estágio supervisionado em serviço social, onde qualquer ação que eu estava envolvida estava minha supervisora para me orientar, me deslocando seja para o grupo ou o lócus, se a mesma estivesse presente.

A relação entre supervisor acadêmico e discente, tiveram momentos de dificuldades, uma vez que na instituição privada, um professor tem que supervisionar

mais de 40 discentes dando a disciplina de estágio, bem como demais disciplinas com o mesmo quantitativo de discentes, o que torna a supervisão humanamente impossível à todos os discentes, o que evidencia o processo de precarização do ensino e seus impactos aos discentes como também os professores.

### Relato 02

Foi perceptível constatar que a precarização e os cortes referente as pesquisas atingiram diretamente nas atividades cotidianas do grupo de pesquisa, pois com estes houve a retirada do seguro de vida dos membros do grupo, vale ressaltar que o grupo atua em diversos municípios do estado do Amazonas sendo o seguro de vida cortado impossibilita as idas aos lócus mais distantes, limitando a execução de suas atividades.

Com isto, houveram diversas readaptações tanto do local da sede do grupo, quanto o ciclo de mudança de profissionais e supervisores, que dificultaram o processo de execução dos projetos de intervenção.

### Relato 03

Os pontos negativos é correspondente ao próprio grupo INTER-AÇÃO, houve momentos aonde não foi proporcionado uma supervisão adequada, algumas atividades realizei sozinha, apenas com outras estagiárias, em certos momentos não houve parceria entre supervisor e supervisionado, aconteciam algumas atitudes não profissionais, dentre outras. Acredita-se que é igual aos vários campos de estágios, há os seus acertos e há as suas falhas.

### Relato 04

Houveram dificuldades de manutenção tanto dos estagiários quanto de supervisoras de campo, em razão de o grupo ter sido atingido severamente por cortes de investimentos públicos em pesquisa e extensão efetuados pelo governo Temer.



- Considerações a Respeito do Estágio no Grupo INTER-AÇÃO e o Serviço Social na Área Socioambiental.

### Relato 01

O grupo Grupo INTER-AÇÃO se tratava de um espaço privilegiado de informações na medida que se manifestavam diversos lócus socioambientais que ao final de cada semana se tinham um diálogo que permitam trocas de conhecimento entre lócus, contribuindo ainda mais para o processo de ensino aprendizagem.

O lócus de pesquisa na qual fui inserida e supervisionada era voltado aos catadores de materiais recicláveis que estavam inseridos em cooperativas e associações. Desvelar a realidade para intervir nas demandas dos sujeitos ficavam comprometidas, porque embora se tivessem esforços dos supervisores de campo para viabilizar direitos através de redes de bens e serviços das políticas públicas, como também, parcerias com demais cursos da universidade, boa parte das ações e se concretizavam de modo paliativo, um motivo para isso era os entraves burocráticos com os equipamentos das políticas públicas, como também, a discriminação que os catadores sofriam ao adentrar tais equipamentos.

A precarização se estende as demais profissões, como os catadores de materiais recicláveis, que atuavam sem qualquer EPIs, sem espaço adequado para processar os resíduos coletados. Ambos os envolvidos através do trabalho, passavam a adoecer não apenas fisicamente como mentalmente.

### Relato 02

O estágio supervisionado no grupo INTER-AÇÃO de 2018-2019 proporcionou um aprendizado amplo sobre as diversas faces de atuação do assistente social, sendo um lócus grandemente enriquecedor para a formação profissional em que ocorre desde a formulação de projetos à intervenção do assistente social e a possibilidade de interlocução com diversas áreas para uma ação efetiva.

Nesse campo de estágio eu pude presenciar a importância do assistente social que atua na área socioambiental, principalmente para a prestação de serviços

para a população tradicional e por reconhecer as particularidades da região norte e principalmente do Amazonas.

### Relato 03

No grupo aprendi a importância de se estudar e pesquisar na área socioambiental, algo que mudou a minha vida e que agradeço muito por ter aprendido também foi a importância da pesquisa e a melhor maneira de executá-la. Mas, além disso, houve outros aprendizados relacionados ao técnico-operativo, como as seguintes atividades: participação em reuniões; participação em eventos; organização de eventos; grupos de estudo; visita de campo; envios de resumo de trabalho e apresentação dos mesmos; elaboração de ofícios; dentre outras.

A minha experiência no Estágio Supervisionado apesar de algumas falhas, foi uma experiência muito boa, de muito aprendizado e muito importante. Com toda certeza aprendi a profissional que devo ser e também a profissional que não devo ser e complementou em muitos sentidos a minha vida acadêmica. Por fim, acredito que ainda podemos fazer muito mais para que esse ambiente de fato venha ser o melhor ambiente para o acadêmico e para a sua vida profissional.

### Relato 04

Acredito que a experiência de estágio apesar das dificuldades e contradições conseguiu fornecer um espaço de aprendizado que abrangesse os princípios que norteiam a realização do estágio tendo por base a Política Nacional de Estágio, que são a inerência entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a articulação entre formação e exercício profissional, a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, a articulação entre universidade e sociedade, a unidade teoria-prática, a interdisciplinaridade e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, mesmo conseguindo cumprir esses princípios, a qualidade de todo o processo socioeducativo não pode ser considerada apropriada.

## CONCLUSÃO

O relato é resultado das vivências de 04 discentes de serviço social de IES pública e privada do período de 2016 à 2019. A experiência de estágio curricular supervisionado consiste em um instrumento formativo de análise crítica, construção de capacidade investigativa, propositiva, interventiva e desvelamento dos elementos que compõem a realidade societária a qual vivemos.

Nesse sentido, esse processo socioeducativo e profissional abrange a articulação entre as dimensões técnico operativa, teórico metodológica e ético política, formando as bases que elucidam o processo sócio-histórico da profissão, as condições de trabalho, as diferentes realidades institucionais que necessitam da atuação profissional, dentre outras expressões da questão social.

O processo de estágio supervisionado em Serviço Social contribuiu não apenas para conhecer a área socioambiental, mas para visualizar mais elementos do ensino, da pesquisa e extensão. Os conhecimentos apreendidos durante o processo contribuiu para a construção de uma identidade profissional na condição de trabalhador e em defesa de demais trabalhadores, contribuiu para entender que não há garantia de direitos sem organização e apenas de uma categoria profissional e que ainda há um longo caminho para se efetivar os direitos garantidos constitucionalmente.

Portando, através do processo de estágio curricular obrigatório foi possível identificar o cenário precarização do trabalho dos profissionais que atuam nas instituições de ensino, sejam elas públicas e privadas, embora os mesmos tentem mediar e garantir um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, os profissionais estão atuando sem condições necessárias.

Por fim, conforme mencionado esse trabalho é resultado de experiências vivenciadas por discentes em estágio supervisionado na área socioambiental, portanto, não é um trabalho financiado. É importante destacar que as informações que foram tratadas no estudo são limitadas, pois são referentes apenas ao contexto social, político e cultural em que os informantes encontraram-se inseridos. Assim sendo, é importante destacar que muitos outros estudos devem somar-se a este

para possibilitar a construção de um panorama ainda mais aprofundado mediante a temática trabalhada.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311145368198230.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf)> Acesso em: 25 de Abril de 2020.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **O Ensino do Trabalho Profissional: O estágio na formação profissional.** Palestra proferida na oficina da Região Sul II – Gestão 2003-2004 ABEPSS. São Paulo, 2003.

BRASIL. **Lei de Regulamentação do Estágio Lei N° 11.788, de 25 de dezembro de 2008.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm)> Acesso em: 25 de Abril de 2020.

BRASIL. CFESS. **Resolução n° 533/ 2008, de 29 de Setembro de 2008.** Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Salvador: CFESS, 2008. Disponível em: < <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf> > Acesso em 25 de Abril de 2020.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Estágio Supervisionado.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CUZZUOL, *et al.* **A Perspectiva da Responsabilidade Socioambiental nas Instituições de Ensino Superior.** Rev. Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. v. 7, n. 7, p.1527-1539, mar/ago, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NUNES, Letícia S. **A Questão Socioambiental e a Atuação do Assistente Social.** Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da S. **Formação Profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos, constantes desafios.** Revista Serviço Social e Realidade, v.13, n.2. Franca: UNESP, 2004.

SALGADO, Maria F. M. A; CANTARINO, Anderson A. A. **O Papel das Instituições de Ensino Superior na Formação Socioambiental dos Futuros Profissionais.** Artigo. XXVI ENEGEP - Fortaleza, 2006.



## A RADICALIDADE DA POBREZA COMO EFEITO DA MODERNIDADE THE RADICALITY OF POVERTY AS AN EFFECT OF MODERNITY

Silvio Aparecido Redon<sup>1</sup>

Eliane Christine Santos de Campos<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo que ora apresentamos trata da pobreza expansiva enquanto fenômeno resultante do processo de ascensão e consolidação do capitalismo consubstanciado pela Revolução Industrial no século XVIII, período caracterizado pela modernização e pela alteração estrutural das relações sociais de produção com a erosão do feudalismo enquanto processo histórico e social. Sabe-se que a pobreza não é exclusiva desse modo de produção, mas é sabido também que ela adquire novas determinações e atinge grau e abrangência inéditos no cenário europeu a partir dessa quadra histórica. O caos se instaura nas cidades industriais nascidas em torno das grandes fábricas e denuncia os efeitos perturbadores dessa potencialidade expansiva das forças produtivas sob o comando do capital, contradição brilhantemente explorada por Marx. A revisão bibliográfica demonstra que a era do capital, dinamizando a modernidade no seio da sociedade, elevou a burguesia à condição de classe dominante e aprisionou a classe trabalhadora em uma condição de pobreza e exploração jamais experimentada anteriormente e que se perpetua na história.

**PALAVRAS-CHAVE:** modernidade; relações de produção capitalista; pobreza.

**ABSTRACT:** The article presented here deals with expansive poverty as a phenomenon resulting from the process of the rise and consolidation of capitalism embodied by the Industrial Revolution in the 18th century, a period characterized by modernization and the structural alteration of social relations of production with the erosion of feudalism, as a historical process and social. It is known that poverty is not exclusive to this mode of production, but it is also known that it acquires new determinations and reaches an unprecedented degree and scope in the European

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestrado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Doutorando em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: silvioredonks@hotmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: elianecampos@uel.br

scenario from this historical period. Chaos ensues in industrial cities, born around large factories, and denounces the disturbing effects of this expansive potential of productive forces under the command of capital, a contradiction brilliantly explored by Marx. The bibliographic review demonstrates that the era of capital, dynamizing modernity within society, elevated the bourgeoisie to the condition of dominated class and imprisoned the working class in a condition of poverty and exploitation never experienced before and that is perpetuated in history.

**KEYWORDS:** modernity, capitalist production relations; poverty.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto, resultado de uma revisão bibliográfica, é problematizar alguns pontos mais amplos da ideia de modernidade nos marcos da sociedade capitalista, priorizando a radicalidade da pobreza como um de seus resultados mais evidentes. Em seu bojo, o projeto modernizador trouxe a promessa e a possibilidade de emancipação humana, centrada na racionalização do homem em uma época de intensas mudanças na vida social. Mas o que se efetivou foi a permanência da cisão social, cuja dominação de alguns sobre a maioria se arrasta no percurso histórico.

A pobreza se faz presente como condição de vida para a maioria da população mundial. É um tema que não deve ser subestimado e muito menos descartado. Não era imaginado que, após vencidas as barreiras naturais e a ampliação da capacidade de transformação da natureza pelo homem, a medida em que este também se transforma ao criar novas necessidades a serem respondidas e, portanto, descobre novas potencialidades, haveria no mundo uma espiral crescente e incontrolável de acumulação de riqueza de um lado e, de outro, um polo de miséria e indigência. Diante da exploração e do progresso, é a isso que o capitalismo tem condenado o mundo.

Para atingir esse objetivo, sem ter a pretensão de dar cabo do tema, esse artigo se estrutura em dois momentos, além dessa introdução e uma breve conclusão: *O significado da Era Moderna e o domínio burguês*, em que se propõem expor o conceito de modernidade, nos reportando às transformações do modo de

produção material e espiritual da vida, ou seja a transição do feudalismo ao capitalismo no Ocidente, o que implicou em profundas mudanças na economia, cultura, na arte, ciência, na filosofia, entre outras, situando as consequências sociais desse evento e a estruturação da burguesia enquanto classe dominante. No tópico a seguir, *A pobreza moderna: o significado do domínio do capitalismo*, apresentamos as condições de vida dos trabalhadores no advento do capitalismo, marcada sobretudo pela pobreza extrema, e alguns elementos estruturais dessa sociabilidade.

## O SIGNIFICADO DA ERA MODERNA E O DOMÍNIO BURGUESES

A modernidade, enquanto um acontecimento inicialmente europeu, é definida nas palavras de Giddens (1991, p. 11) como referência a “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em suas influências”. Portanto, a modernidade se alastra para além do continente europeu, indicando sua irrupção no tempo e no espaço. Analisando as reflexões de Harvey (2008), compreendemos que foi através dos esforços dos pensadores iluministas que o projeto da modernidade ganha terreno no século XVIII, objetivando o alcance da “emancipação humana e do enriquecimento da vida diária” (HARVEY, 2008, p. 23). Foi, sobretudo, um movimento secular que intencionava a libertação do homem, de revelar suas potencialidades através do rompimento da rigidez social e da propagação do conhecimento racional gerado socialmente, visando promover a desmistificação e dessacralização desse conhecimento e da vida social.

O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrio do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana (HARVEY, 2008, p. 23, grifos meus).

Para Bauman (2001, p. 9) a modernidade significou o que o autor denomina de “liquefação ou derretimento dos sólidos”. Essa caracterização dos fatos simboliza a contestação e a deposição do tradicional, do passado, materializado nas instituições altamente rígidas do Antigo Regime. O feudalismo, enquanto modo de organização da vida e da sociedade que perdurou por muitos séculos na Europa, era estruturado numa inflexível estratificação social baseada no privilégio do nascimento. A organização da economia impossibilitava a produção de excedentes para a troca fora dos feudos e o enriquecimento era condenado moralmente. Segundo Trindade (2011), a ideologia feudal e os laços senhoriais eram barreiras para a expansão do mercado, do trabalho assalariado e da produção de mercadorias – eram entraves aos interesses da burguesia.

Através de uma interpretação marxiana, a modernidade estabeleceu o papel determinante da economia como base da vida social. Para tanto, os constrangimentos da época anterior, que impediam o livre desenvolvimento social, foram os primeiros a serem destruídos: “o derretimento dos sólidos levou à progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais. Sedimentou uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos” (BAUMAN, 2001, p. 10).

De fato, com a abertura de novos mercados as relações feudais já não conseguiam atender às crescentes necessidades. Desempenhando um papel revolucionário, a burguesia se firma como classe hegemônica quando do estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial. Esta classe depende, para sua existência, da contínua revolução das relações sociais de produção: *todas* “as relações sociais fixas e enferrujadas, com seu cotejo de noções e ideias antigas e veneráveis, se dissolvem; aquelas que as substituem envelhecem antes mesmo de se consolidarem” (MARX e ENGELS, 2007, p. 51). Para Harvey (2008), essa inconstância da modernidade dificulta a apreensão de uma continuidade histórica, que deve ser capturada em meio a esse furacão de mudanças e rupturas, não apenas em relação às condições históricas anteriores, mas também internas. A modernidade vai esfacelando o que estava rigidamente estabelecido e se mantém,



ela própria, instável quanto a novas mudanças<sup>3</sup>. Essa é uma característica da sociedade moderna, da “sociedade burguesa moderna” (MARX e ENGELS, 2007, p. 48). E o que representou essa sociedade e essa classe social no trânsito histórico, após o longo processo de erosão do feudalismo?

A burguesia, no curso de uma dominação de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas juntas. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, os telégrafos elétricos, o desmatamento de continentes inteiros, a navegabilidade dos rios, populações inteiras brotadas como por encanto – que século anterior poderia suspeitar que semelhantes forças produtivas estavam adormecidas no seio do trabalho social? (MARX e ENGELS, 2007, p. 52).

Mas o desenvolvimento das forças produtivas, que em dado momento se volta contra sua própria criadora<sup>4</sup>, veio acompanhado do surgimento dos modernos operários, os proletariados. Engels (2010) afirma que da Revolução Industrial inglesa, iniciada a partir da segunda metade do século XVIII, surge o proletariado como seu principal resultado; a expansão industrial demandava mais trabalhadores que, devido ao aumento salarial, emigravam das regiões agrícolas e centralizavam-se em vilas próximas às fábricas já instaladas. Com o estabelecimento de mais fábricas e a tendência aos baixos salários decorrente do excesso de oferta de trabalhadores, as vilas se expandem e formam as grandes cidades. É nesse processo de urbanização e industrialização que se evidenciam as consequências

---

<sup>3</sup> Por essa inconstância da modernidade é que Bauman (2001) faz analogia com as mudanças no espaço/tempo se valendo de termos com “fluidez”, “liquidez”, “liquefação”. Os líquidos não se prendem às formas e estão preparados para alterações em seu estado. Essa mobilidade dos fluidos é relacionada à ideia de leveza.

<sup>4</sup> Aqui os autores do Manifesto mencionam as crises comerciais periódicas que são desencadeadas pelo próprio regime burguês de produção e que ameaçam a existência dessa sociedade: as crises de superprodução. As medidas se voltam para a destruição violenta de parte das forças produtivas e ampliação ou intensificação da exploração dos mercados já existentes. Mas isso são alternativas paliativas e não definitivas, o que provoca a preparação de crises mais graves e mais poderosas e a limitação de formas para preveni-las (MARX e ENGELS, 2007, p. 53-54).

desse desenvolvimento para o proletariado que, em princípio do século XVIII, já representava três quartos da população do Império Britânico.

O operário moderno (...) ao invés de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, decaindo até mesmo abaixo das condições de vida de sua própria classe. O operário se torna um pobre e o pauperismo cresce muito mais rapidamente que a população e a riqueza (MARX e ENGELS, 2007, p. 60).

Segundo Netto (2011), o pauperismo, enquanto fenômeno novo resultante desse processo de industrialização, o qual vai ser designado de “questão social”, evidencia as novas dinâmica e radicalidade da pobreza, que “crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”<sup>5</sup> (p. 153, grifos no original). Se a compreensão teórica da dinâmica da “questão social” só vem com a publicação de “O Capital” de K. Marx, em 1867, Engels<sup>6</sup> (2010, p. 41-42) já indicava alguns pontos de sua face, a qualificando como “as verdadeiras condições de vida do proletariado, cuja situação é a mais visível manifestação de nossa miséria social, resultado dessa ordem social”, cuja solução seria a superação dessa mesma ordem. É o que fica evidente quando o autor diz que a alternativa a esse quadro é “tomar medidas capazes de dotar o conjunto do sistema social de uma nova base”.

De acordo com Bauman (2001), a irrestrita e irrefreável reprodução dessa nova ordem dominou a totalidade da vida humana, e o fez por meio de um

---

<sup>5</sup> Não cabe aqui reiterar essa consequência do modo de produção capitalista. Essa análise é de responsabilidade de Marx (2017) que, a partir dos estudos da composição orgânica do capital e de suas alterações ao longo do processo de acumulação, evidencia o impacto desse mecanismo sobre a classe trabalhadora. Desse movimento Marx extrai a *Lei Geral da Acumulação Capitalista* em que o capital, ao criar riquezas de um lado, cria necessariamente a pobreza de outro. Consultar Capítulo XXIII de *O Capital*, Livro I. Essa análise marxiana revela a “anatomia da ‘questão social’” (NETTO, 2011, p. 157).

<sup>6</sup> Interessante identificar no prefácio escrito por Engels (2010, p. 41-43), em março de 1845, para a *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, o uso indiscriminado da expressão “questão social” de que fala Netto (2011): ela é utilizada tanto por um jovem revolucionário numa lúcida compreensão da sociedade capitalista como também pelas “Associações para a Elevação das Classes Laboriosas” - nas quais a burguesia menospreza a “questão social” e que “incorporam as mais ridículas e absurdas opiniões sobre a situação dos operários” (ENGELS, 2010, p. 42).

mecanismo sutil, não agressivo: libertou os indivíduos das amarras que os impediam de exercerem suas liberdades de escolha e de agir. Mas na verdade não houve essa pura libertação: as pessoas foram desvinculadas das classes sociais então existentes para, através de seus próprios esforços, se realocarem nas classes sociais da nova ordem que determinam as suas condições de vida<sup>7</sup>. Segundo o autor, as pessoas se tornam livres para encontrar seu lugar e se alinharem a ele. Nada mais liberal que esse discurso.

Segundo Polanyi (2000, p.166), foi somente em 1820 que o liberalismo passou a representar os três dogmas clássicos – muito embora a deposição de uma fé cega no liberalismo econômico só tenha explodido na década posterior: “o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria sujeitar-se a um mecanismo automático, os bens deveriam ser livres para fugir de país a país, sem empecilhos ou privilégios”. Em resumo, e respectivamente, nos referimos ao mercado de trabalho, o padrão-ouro e o livre comércio. Foi um princípio econômico organizador de uma sociedade voltada à construção de um sistema de mercado.

O liberalismo traz para o centro do debate a questão do individualismo. Alimentado pelas ideias de David Ricardo e Adam Smith, o liberalismo prega que cada sujeito, agindo em prol de seus interesses econômicos e de acordo com sua individualidade, maximizaria o bem coletivo quando suas ações fossem somadas às da coletividade. A “mão invisível” garantiria o bom funcionamento do mercado, tido como o regulador por excelência da vida social. A intervenção estatal era repudiada, sendo aceita em casos extremamente pontuais.

---

<sup>7</sup> Em relação à outras épocas, Marx e Engels (2007) analisam que a sociedade burguesa moderna não extinguiu os antagonismos de classes, mas substituiu as antigas por novas. Ocorreu uma simplificação em que a sociedade passou a se dividir cada vez mais em dois grandes lados contrários e de interesses conflitantes: a burguesia e o proletariado.

A liberdade individual é essencial ao desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção. Expressa nos direitos civis<sup>8</sup>, se refere à “livre movimentação e ao livre pensamento, à celebração de contratos e à aquisição ou manutenção da propriedade, bem como o acesso aos instrumentos necessários à defesa de todos os direitos anteriores (ou seja, o direito à justiça)” (SAES, 2000, p. 11). Todo esse aparato legal garantiu à burguesia a possibilidade de estabelecer contrato com o proletariado, oferecendo-lhe os meios de subsistência em troca de seu trabalho. Para Engels, (2010, p. 118), esse acordo é firmado “sem constrangimentos, como se o proletariado fosse o autor de seu próprio destino”. Liberdade limitada, que serve a interesses particulares. “Bela liberdade, que deixa ao proletariado, como alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia, a chance de morrer de fome, de frio, de deitar-se nu e dormir como animal selvagem”. (ENGELS, 2019, p. 118).

Toda a diferença com relação à escravidão declarada na Antiguidade consiste em que o operário moderno parece ser livre, uma vez que não é vendido de maneira definitiva, mas pouco a pouco, diariamente, semanalmente, anualmente – e não é vendido por um proprietário a outro, mas vende-se ele mesmo, porque não é escravo de um indivíduo, é escravo de toda a classe proprietária. No fundo, para o operário, as coisas não mudaram; se essa aparência de liberdade, por um lado oferece-lhe liberdade real, por outro lhe traz a desvantagem de ninguém lhe garantir a sobrevivência, de poder ser despedido pelo patrão a qualquer momento e ser condenado à morte pela fome a partir do instante em que a burguesia não interessa mantê-lo vivo (ENGELS, 2010, p. 121).

Aquela “libertação das irracionalidades e também do lado sombrio da nossa própria natureza humana” de que nos falara Harvey (2008, p. 23) e tão almejada pela modernidade, ficara somente num projeto. De fato, há um debate em torno de que esse fenômeno, levado a cabo pelos intelectuais iluministas, estava condenado a estabelecer um sistema opressor universal em nome da libertação humana, pois o domínio da natureza envolvia o domínio dos seres humanos. Bauman (2001, p. 10)

---

<sup>8</sup> Os direitos civis compõem, ao lado dos direitos políticos e sociais, a noção de cidadania desenvolvida por Marshall, referência teórica fundamental para balizar uma análise sobre o assunto (SAES, 2000).

deixa entrever esse fatalismo ao dizer que esse “derreter os sólidos deixava toda a complexa rede de relações sociais no ar – nua, desprotegida, desarmada e exposta, impotente para resistir às regras de ação e aos critérios de racionalidade inspirados pelos negócios, quanto mais para competir efetivamente com eles”. Isso posto, a burguesia que dominara o proletariado em decorrência dessas relações, também se ausentava quanto à sua responsabilidade.

(...) a classe média inglesa, em particular a classe industrial que se enriquece diretamente com a miséria dos operários, nada quer saber dessa miséria. Ela, que se sente forte, representante da nação, envergonhava-se de revelar aos olhos do mundo a chaga da Inglaterra; não quer confessar que se os operários são miseráveis, cabe à *ela*, classe proprietária, classe industrial, a responsabilidade moral por essa miséria (ENGELS, 2010, p. 61, grifo no original).

A modernidade trouxe em seu bojo a efetivação de todas as possibilidades humanas até então não imaginadas. Possibilitou o rompimento com uma sociabilidade engessada, marcada pelo poder da Igreja Católica e a imobilidade social. Agora o homem, com sua razão, era o centro da sociedade num momento de intenso progresso e inovações. Marx e Engels, que colocaram os proletariados num pedestal de classe de base revolucionária, reconheciam essas conquistas que salvariam as pessoas da pura necessidade, estabelecendo um mundo de liberdade. Mas o que a história mostrou foi um outro lado. Populações atestaram (e isso se prolonga nos dias atuais) a violência do capitalismo e o poder destrutivo da “escassez” em um mundo de riqueza abundante, da pobreza sobre o homem, agora frágil diante da sociedade que forjou historicamente.

## A POBREZA MODERNA: O SIGNIFICADO DO DOMÍNIO DO CAPITALISMO

Harvey (2008) nos informa que o modernismo, depois de 1848, foi um fenômeno essencialmente urbano, mantendo relações com a explosão do

crescimento das cidades, com a industrialização, a mecanização e os intensos movimentos de ordem política. Essa época, marcada pela conquista da liberdade individual, representou uma alteração estrutural das relações sociais.

De um lado, tínhamos sido libertados das cadeias da dependência subjetiva, tendo sido agraciados com um grau muito maior de liberdade individual. Isso, no entanto, fora alcançada às custas de tratar os outros em termos objetivos e instrumentais. Não havia escolha senão nos relacionarmos com os outros sem rosto por meio do frio e insensível cálculo dos necessários intercâmbios monetários capazes de coordenar uma proliferante divisão social do trabalho (HARVEY, 2008, p. 34).

Essa experiência urbana se vinculava à prática e ao pensamento, contribuindo para a “formação da dinâmica cultural de diversos movimentos modernistas” (HARVEY, 2008 p. 34). A partir da segunda metade do século XVIII, a tese presente nos discursos conservadores, e rejeitada categoricamente por Marx e Engels, de que os benefícios da modernidade se estenderiam à toda a população com o fim do feudalismo, não mais se faziam sustentáveis; “as disparidades de classe produzidas no âmbito do capitalismo se tornavam cada vez mais evidentes” (HARVEY, 2008, p. 37). As consequências diretas da industrialização nas cidades evidenciavam o quão distante as classes sociais estavam. À época, uma nova manifestação se torna presente e ao mesmo tempo denunciava a nova sociabilidade erguida sob o comando do capital: a *multidão*, que será capturada pelas lentes dos artistas desse período.

Bresciane (1984) aponta que a multidão em Londres e Paris foi considerada pelos contemporâneos como um fenômeno inquietante. Ela passou a ser um compromisso dos escritores do século XIX: a população queria ser reconhecida nos romances da época. Victor Hugo, Baudelaire, Zola e Eugène Sur na França e Charles Dickens e Edgar Alan Poe na Inglaterra, extrapolaram os ambientes fechados e familiares e se dispuseram a observar as cenas das ruas marcadas pela presença da multidão entre a confusão de edifícios, caracterizando a estética da sociedade. Esse quadro traz o despertar de sentimentos conflitantes, indo da

admiração ao temor. A autora constata que nos textos dos literatos utilizados para seu trabalho, investigadores sociais, médicos e administradores, expressam “o espanto e a geral preocupação ante a pobreza que a multidão nas ruas revela de maneira insofismável” (BRESCIANE, 1984, p. 9).

Permanecer incógnito, dissolvido no movimento ondulante desse viver coletivo; ter suspensa a ideia individual, substituída pela condição de habitante de um grande aglomerado urbano; ser parte de uma potência indiscernível e temida; perder, enfim, parcela dos atributos humanos e assemelhar-se a espectros (BRESCIANE, 1984, p. 11).

Na Paris dos anos 1800, ainda de madrugada, a cena é dominada pela multidão de trabalhadores. A noite expõe nas ruas criminosos e prostitutas, catadores de lixo, entre outros; uma cena de terror e medo nos becos escondidos atrás dos museus e palácios. Promiscuidade e agressão. Sobre Londres, além de todos os perigos da vida urbana e do “assustador contraste entre a opulência material e a degradação do homem” (p. 23), o que tornava a cidade absolutamente singular, Bresciane (1984,) aponta o ritmo acelerado de homens em suas ocupações e que desvendam o tempo útil do trabalho. Foi Thompson (1991) quem apontou o processo secular do disciplinamento do trabalho tão necessário ao capitalismo baseado na notação interna do tempo.

O autor supracitado parte da seguinte questão para seus estudos: “se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente – até que ponto isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo?” (THOMPSON, 1991, p. 269). A proliferação do relógio acontecia ao passo que a Revolução Industrial exigia maior sincronização do trabalho<sup>9</sup>. Esse instrumento era necessário ao avanço do capitalismo pois possibilitava regular os novos ritmos da vida industrial.

---

<sup>9</sup> Apesar dessa proliferação do relógio por volta de 1790, de madeira e baixa qualidade, no interior das fábricas os únicos permitidos a usar relógios eram os mestres e gerentes: estes, aliás, alteravam

Segundo os estudos de Ráo (2017), é no período do século XIV até meados do século XX que se estende o processo de conformação das noções dominantes de tempo (abstrato, criado pelo homem e medido em números), trabalho (assalariado) e de tempo de trabalho (regulado, disciplinar e medido pelo tempo abstrato) engendrado pelo capitalismo, concomitantemente à generalização do trabalho assalariado, isso sob a predominância da esfera econômica como determinante da vida social. O autor concorda com Thompson (1991) e enfatiza a necessidade de o capitalismo padronizar o trabalho de forma mais adequada a responder a lógica de acumulação do capitalismo, em que o trabalho passa a ser medido pelo tempo.

Essa imposição da disciplina<sup>10</sup> não ocorreu sem resistência, mas de fato foi internalizada. Seguindo uma lógica puritana de santificação de todo tipo de trabalho e a máxima “tempo é dinheiro”, as sociedades industriais maduras são marcadas pela administração do tempo e a demarcação entre “trabalho” e “vida” através do rompimento da notação do tempo predominante anteriormente, baseada nas atividades familiares e domésticas. Sem a disciplina, não haveria a energia do homem industrial. Segundo Thompson (1991, p. 292), o discurso à época, era que a pobreza estava associada à preguiça<sup>11</sup>.

---

frequentemente o marcador para antecipar e estender a jornada de trabalho. Isso não era segredo, mas os trabalhadores não ousavam transgredir a ordem e usar relógios por medo de serem despedidos (THOMPSON, 1991).

<sup>10</sup> Thompson (1991) relata que o papel da escola também foi importante para a internalização do uso econômico do tempo. A educação deveria familiarizar as crianças com a rotina degradante da jornada de trabalho. Em 1770, William Temple defendia a institucionalização de crianças pobres nos asilos de pobres, que deveria ocorrer aos 4 anos de idade para trabalharem na manufatura e terem duas horas diárias de aula. “É considerável a utilidade de estarem constantemente empregadas, de algum modo, pelo menos durante doze horas por dia, ganhando o seu sustento ou não: pois, por esse meio, esperamos que a nova geração fique tão acostumada com o trabalho constante que ele acabe por se revelar uma ocupação agradável e divertida para eles” (TEMPLE *apud* Thompson, 1991, p. 292).

<sup>11</sup> “Se o preguiçoso esconde as mãos no colo, em vez de aplicá-las ao trabalho, se ele gasta o seu tempo em passeios, prejudica a sua constituição pela preguiça e entorpece o seu espírito pela indolência”, o resultado só poderá ser a pobreza (Friendly advice to the poor – Conselho amigável dos pobres, Manchester, 1755: Clayton, J. *apud* Thompson, 1991, grifos no original).



Na verdade, não importava a quantidade de horas trabalhada, variando de “catorze a dezoito horas diárias” (ENGELS, 2010, p. 179). O aperfeiçoamento mecânico, tal qual a crise, trazia a miséria, fato evidenciado por Marx no capítulo “A lei geral da acumulação capitalista”, que compõe o Livro I de O Capital. A pobreza extrema dos bairros operários londrinos e arquitetonicamente escondidas, principalmente na cidade de Manchester e tão realisticamente descrita por Engels (2010), denunciavam um modo de produção explorador que usurpava não somente toda a riqueza produzida socialmente, mas a saúde e a vida dos trabalhadores.

Num desses pátios, logo na entrada, onde termina a passagem coberta, há um banheiro sem porta e tão sujo que os moradores, para entrarem e saírem do pátio, têm de atravessar um charco de urina e excrementos (...). Lixo e detritos amontoados por todos os lados, poças em vez de canaletas e um mau cheiro impede a um homem minimamente civilizado viver nesse bairro (ENGELS, 2010, p. 92-93. Descrição de bairros de Manchester).

Engels (2010, p. 130) relata que a ajuda aos que não trabalhavam, e não eram atendidos pela assistência, vinha de esmola dos operários: “a beneficência dos ricos é uma gota de água no mar, cujo efeito desaparece num instante”. As condições de vida da classe trabalhadora antecipam a morte: a falta de higiene e condições de saneamento, a alimentação, a habitação precária. O “suicídio” (p. 155) e a “embriaguez” (p. 165) se tornam alternativas à miséria.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é obvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia (ENGELS, 2010, p. 69).

Dessa forma, aos trabalhadores restam a oferta da sua força de trabalho no mercado de trabalho a quem detém os meios de produção e subsistência e

conduzem o processo de exploração, centralizado na extração da mais-valia no decorrer do processo de trabalho, cuja primazia de condução pertence à burguesia. Mas isso é condicionado à procura do capitalista por força de trabalho na esfera da circulação: é deste a necessidade de investir ou não, em dado momento e numa variação quantitativa, em capital variável. É o capitalista que proporciona, ou não, a condição de explorado ao trabalhador, condição possível dada pela propriedade privada.

Ráo (2017, p. 19) nos esclarece que “o predomínio do tempo abstrato e a conformação do trabalho moderno se consolidam na sociedade moderna”, isso na transição do século XIX para o XX. O tempo de trabalho se apresenta como necessário à reprodução do capitalismo: é um dos sustentáculos do processo de acumulação, baseado na extração da mais-valia, e atua como regulador do modo de vida social. De um lado, é sobre o tempo de trabalho que o capital busca se valorizar e se reproduzir; de outro, a ética do trabalho, regulado e disciplinado, e sobre a qual se irradia a relação entre tempo e dinheiro, se estrutura em seu valor social.

A importância da regulação do tempo na sociedade capitalista se torna evidente quando analisamos o capital enquanto uma relação social de produção. Marx define capital como “valor em movimento”. Numa decomposição dessa definição, valor significa “tempo de trabalho socialmente necessário”. Seguindo essa lógica, o tempo que um trabalhador gasta, num processo de produção, produzindo mercadorias para serem vendidas e consumidas por outras pessoas, é uma relação de produção. Mas além da produção de mercadorias, esse processo produz uma condição de exploração. É a necessidade de enquadrar esse tempo às necessidades de maximização de expansão que caracteriza a sociabilidade burguesa.

Passados quase dois séculos da análise e denúncia social de Engels, a sociedade ainda se encontra no dilema de conviver, de forma constrangedora, com os efeitos de sua modernização. Além da vigência do capitalismo e das formas que esta busca para se perpetuar, as perturbações sociais se evidenciam e se generalizam entre as classes, entre países e no interior das classes e dos países.

Segundo o Banco Mundial<sup>12</sup>, 3.4 bilhões de pessoas, quase metade da população mundial, luta para satisfazer suas necessidades mais básicas. E luta em circunstâncias extremamente adversas: uma pesquisa<sup>13</sup> realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Fundação *Walk Free*, em parceria com a Organização Internacional para a Imigração (OIM), revela que, no ano de 2016, 40 milhões de pessoas no mundo foram vítimas da escravidão moderna. Para o mesmo ano, a OIT estima que cerca de 152 milhões de crianças, entre cinco e dezessete anos, foram submetidas ao trabalho infantil.

A promessa da modernidade encontrou seus limites nos próprios homens, em seus interesses e violência, na sua intransigência de criar e acumular riquezas sempre mais. E isso é feito, mas a custo de privação e subjugação de outros homens, do homem pelo homem, numa sociedade extremamente desigual e injusta, elevando a pobreza à patamares que comprometem padrões mínimos da existência humana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamente, tratamos da questão da modernidade em linhas gerais. Como resultado poderíamos apontar outros tantos desdobramentos, tais como a evolução tecnológica ou as alterações culturais. Mas a questão da pobreza se mostra persistente e ampliada nessa conjuntura. Dentre todas as façanhas do homem, não fomos capazes de livrarmos as pessoas da simples carência alimentar em uma sociedade tão rica e desenvolvida, mas que limita o acesso irrestrito desses recursos à classe dominante. O domínio e a domesticação da grande massa

---

<sup>12</sup> Matéria publicada pela Organização das Nações Unidas – Brasil. Disponível em: << <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>>>. Acesso em abr. 2019.

<sup>13</sup> Pesquisa publicada em 18/09/2017. Disponível em: << [http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_575482/lang--pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_575482/lang--pt/index.htm)>>. Acesso em abr. 2019.

trabalhadora se mostraram efetiva sobre grande parcela da população a partir da sociedade moderna e de sua onda industrializante. O resultado: uma desigualdade que chega a ser sombria, que marca, estigmatiza, priva e mata.

Vale ressaltar que a pobreza aqui é entendida como decorrência do modo de produzir e reproduzir a vida em sua totalidade, elegido pelos homens em determinado tempo histórico. Rejeita-se, por tanto, os discursos de naturalização ou de culpabilização por suas causas. Decorre tão somente da busca por lucros e da apropriação privada da riqueza socialmente produzida por parte da classe burguesa, detentora dos meios de produção e de subsistência, que constrange a grande parte da população das condições básicas de sobrevivência.

Realidade que talvez não se mostre tão evidente aos donos do poder, pois jogada, principalmente, para baixo do tapete de países pobres ou dos chamados em desenvolvimento. A justiça social não se efetiva; no jogo político e econômico a preferência ao trato desse quadro são políticas residuais, seletivas e ineficientes. A caridade e a ajuda se fazem presente (talvez quem sabe até para tranquilizar uma suposta consciência) já que isso é aceito: a justiça social promoveria igualdade e o rico prefere olhar de cima para baixo e manter seu poder de dominação na sociedade. Talvez devêssemos nos questionar sobre o tipo de sociedade que queremos: uma que é defendida por um falso discurso proveniente das altas classes, centrada na possibilidade de enriquecimento a partir dos próprios esforços, ou uma sociedade em que o enriquecimento exacerbado e centralizado não fosse possível, mas poderíamos viver com valores e possibilidades, direitos e conquistas sociais universais mais próximos à realidade das pessoas, isso ainda nos marcos do capitalismo.

A promessa de emancipação social do homem pelo controle e racionalização do conhecimento e do progresso se transformou num cenário de disputas políticas e econômicas, marcando o século XX de tragédias irreparáveis, como o nazismo e as Grandes Guerras Mundiais. A fome e a pobreza assolam o mundo. Ainda estamos vivendo o *reino das necessidades*, em referência à Marx, tão distante do *reino da liberdade* e da efetivação plena da vida humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRESCIANE, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**. O espetáculo da pobreza. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança. 17º ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Escala, 2007.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- POLANYI, K. **A grande transformação** – as origens de nossa época. 2º ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RÁO, Eduardo Martins. Capitalismo e vida social moderna: tempo, trabalho e tempo de trabalho. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica – 13º Conferência Internacional de Histórias de Empresas, 2017, Niterói. **Anais...** Niterói: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017, p. 1 – 22.
- SAES, D. A. M. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, nº 16, 2003. p. 9-38.
- THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In:\_\_\_\_\_. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



## A RELAÇÃO ENTRE A LUTA ANTIRRACISTA, O VEGANISMO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### THE RELATIONSHIP BETWEEN ANTI-RACIST FIGHT, VEGANISM AND SOCIAL ASSISTANCE POLICY

Rodrigo Felipe Nascimento de Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo pretende mostrar os contributos e inclinações do protagonismo negro na esfera do veganismo ético, político e interseccional. Exibindo personagens, interlocuções raciais, o comportamento midiático, bem como as tentativas de politização de demandas do veganismo dentro da luta antirracista. Desse modo, o objetivo deste artigo é dar maior visibilidade a lógica da representatividade junto com a problematização do status elitizado do veganismo e, ao mesmo tempo, apontar questões desse enredo de investigação às abordagens do Serviço Social no âmbito da política de assistência social.

**Palavras-chave:** protagonismo negro; veganismo; política de assistência social.

**Abstract:** The article aims to show the contributions and inclinations of black protagonism in the sphere of ethical, political and intersectional veganism. Exhibiting characters, racial interlocutions, media behavior, as well as attempts to politicize the demands of veganism within the anti-racist struggle. Thus, the objective of this article is to give greater visibility to the logic of representativeness together with the problematization of the elite status of veganism and, at the same time, to point out issues of this plot of investigation to the approaches of Social Work within the scope of social assistance policy.

**Keywords:** black protagonism; veganism; social assistance policy.

## 1. INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: rodrigofelipe1123@gmail.com

Marcelo Braz (2012), em sua obra sobre a mudança no perfil das lutas de classes e modismos conceituais, contextualiza as alterações que vem ocorrendo nas sociedades capitalistas, principalmente nos últimos 40 anos. Naquele momento, para o autor, os anos de 1970, 1980 e 1990 foram estruturais, pois forneceram subterfúgios suficientes para o deslocamento da análise das lutas que se pautavam no trabalho para uma análise centrada em aspectos da contracultura. Sendo assim, a ideologia, as questões ecológicas, de raça, gênero e entre outras coisas mais se evidenciaram. No Brasil, ainda segundo o autor, estes anos trespassaram os questionamentos – ou mesmo o abandono – “da noção que atribui à classe operária a condição de sujeito político revolucionário” (Braz, 2012, p.138), o que culminou em alterações no debate teórico sobre os movimentos sociais no Brasil e no próprio protagonismo de novos movimentos sociais. Essas circunstâncias vêm enxergando diferentes quadros, destacando-se o emprego, cada vez maior, das contribuições e movimentos do protagonismo negro afeiçoado ao veganismo.

Nesse prisma, é necessário dizer que a compreensão objetiva a respeito do veganismo ultrapassa o fundamento depreciativo na qual o movimento vegano e/ou vegetariano é cerceado apenas a pessoas brancas e elitizadas. Aqui, persevera-se o entendimento conservador que parte da representação seja executada pela população branca. No entanto, tendo em vista a situação de segregação racial tomada pelo preconceito e por declarações beligerantes na sociedade, a imagem dos “veganos brancos convencionais” prevalece, haja vista os disfarces das relações sociais e do controle do poder que subsiste em nossa sociabilidade decorrente do racismo historicamente estruturado e da sequente invisibilidade construída. Isto é, a marcha nesta ocasião não é na investida de infiltrar-se no mundo da supremacia branca. Pelo contrário, o despertar aqui está para a ressignificação e o alçar do ativismo negro em contribuir com sinergia para a causa dos direitos dos animais como uma forma de processo de conscientização sobre o especismo da humanidade nas relações de dominação, nas quais os animais não humanos são vítimas recorrentes de um holocausto animalesco em benefício à sociedade capitalista industrial baseada na exploração intensa dos recursos naturais para a criação de gado e na constante decomposição da fauna e flora.

Tendo isso em vista, é chegada a hora de mostrar os elementos da representatividade negra dentro do movimento vegano e/ou vegetariano e incentivar a todo momento alguém da comunidade vegana o quão importante é a junção da comunidade negra ao veganismo. Isso porque, não basta apenas saber em tese que homens e mulheres negras pleitearam para conquistar espaços de autonomia, mas é preciso evidenciar a ainda luta na contemporaneidade pela composição de seus projetos como protagonistas da história. Diante disso, veganos negros refletem sobre os alimentos que colocam dentro do próprio corpo, e como ainda hoje faltam rostos pretos nas imagens de propagandas do movimento, haja vista que “Alicia Silverstone pode ser a garota-propaganda do veganismo contemporâneo, mas a maioria das pessoas esquece que Erykah Badu também é vegana” (JUSBRASIL, 2015). Sendo assim, a intenção desse artigo é fazer com que ele possibilite um espaço de apreciação, leitura e reflexão onde veganos negros possam absorver mais histórias de outros veganos negros, e que também outros indivíduos que não são veganos possam sentir-se à vontade em conhecer mais sobre esse modo de viver caso queiram, pois esse artigo é um instrumento de crítica e que contribui a pensar mais para com esse tema no âmbito das relações sociais.

## **2. CONTEXTUALIZANDO AS PERSPECTIVAS DO RACISMO, VEGANISMO E SERVIÇO SOCIAL**

A prática do veganismo e/ou vegetarianismo<sup>2</sup> hodiernamente trata do especismo, na qual é um pressuposto que a espécie humana é livre para explorar e matar outras espécies, uma vez que as consideram inferiores. Infelizmente, nossa sociedade ainda é bastante acomodada aos costumes, costumes estes que não abalam os grupos políticos e econômicos dominantes e que tornam os animais meras mercadorias para consumo. Com isso, o veganismo, por ser um modo de

---

<sup>2</sup> Segundo a SVB (2019), o veganismo busca excluir, na medida do possível e praticável, todas as formas de exploração e crueldade contra os animais - seja na alimentação, no vestuário ou em outras esferas do consumo. Quando, neste trabalho, o termo “vegetariano” ou “vegetarianismo” aparecer, estes se referem necessariamente à alimentação.



viver, traz uma nova percepção da realidade ao passo que busca revelar as máscaras das indústrias e de nós mesmos sobre os animais, haja vista que é cômodo ignorar o sofrimento destes. Desse modo, a população negra através de diversas produções culturais, vem empenhando-se em desconstruir a perspectiva de que é um grupo social excluído para com essa temática, e se inspira na análise política, eco crítica e antirracista para propagar a luta contra o especismo. Sendo assim, já para incitar esse debate, a Sociedade Vegetariana Brasileira (2018) publica:

O salto surpreendente no número de pessoas que exclui alimentos de origem animal de seu cardápio reflete tendências mundiais consolidadas de busca por uma alimentação mais saudável, sustentável e ética. Por um lado, o reconhecimento dos benefícios de uma alimentação vegetariana para a saúde é cada vez maior, com grandes organizações - como a Organização Mundial de Saúde - se pronunciando sobre os riscos do consumo elevado de carnes. Por outro lado, o crescimento no número de pessoas que opta por excluir as carnes e derivados do cardápio, ou reduzir seu consumo, é impulsionado pela preocupação crescente da população com os impactos de seus hábitos de consumo. Dentre estas, estão as preocupações com o impacto ambiental negativo da pecuária e a indignação com as condições de vida impostas aos animais usados nos processos de produção. De fato, uma pesquisa do Datafolha de 2017 já havia mostrado que 63% dos brasileiros quer reduzir o consumo de carne. (SVB, 2018)

Partindo desse ponto de vista, no ano de 2015 era fundada pela primeira vez a plataforma *Black Vegans Rock*<sup>3</sup> – Veganos Negros São o Máximo – pela produtora de mídia digital Aph Ko, a qual a autora “decidiu pesquisar e compilar uma lista de veganos negros influentes que estavam fazendo um trabalho incrível para dismantlar o estereótipo que o veganismo era coisa de pessoa branca” (KO, 2015). É inegável que a lista obteve êxito, recebendo centenas de milhares de e-mails de veganos negros ao redor do mundo, a qual realça, conecta e informa veganos negros diariamente a fim de impulsionar a representatividade negra dentro do movimento vegano e modificar a convencional narrativa colocada. Dessa maneira, vale lembrar que o aparecimento dessa plataforma mostra como a representatividade torna-se essencial para quebrar costumes retrógrados e atos inerciais. Isso porque, segundo o ovacionado site de notícias *Huffpost*, há o crescente esforço de poucas organizações em destacar os veganos negros. A

---

<sup>3</sup> Como fonte de acesso e para mais informações, acessar o site: <http://www.blackvegansrock.com/>.

FELIPE, R.

A relação entre a luta antirracista, o veganismo e a política de assistência social

PeTA<sup>4</sup>, por exemplo, trabalhou com veganos negros influentes, tais como o rapper RZA, e o humorista Dick Gregory. Contudo, apesar dos avanços, o “rosto” mais conhecido do veganismo permanece muito branco. Para complementar esse debate, Aph Kho vai afirmar:

os veganos negros são ignorados por partes do mundo vegano. [...] A defesa dos direitos dos animais começou a virar praticamente uma ‘identidade racial’ para pessoas brancas. Então, quando negros se envolvem nesse movimento, os brancos começam a nos falar o que é certo e errado. E isso impede muitos negros de avançar. A gente começa a perceber que alguns negros seguem uma trajetória diferente para chegar à defesa dos direitos dos animais ao veganismo, um caminho que passa pelo antirracismo. (KO apud TERTO, HUFFPOST NEWS, 2017)

Por meio da análise supracitada, o desencorajamento em adentrar ao veganismo ainda é um iminente grave, onde consegue ilustrar preconceitos e propagar uma imagem de um estilo de vida privilegiado, a qual este último não é. Infelizmente, prova desse preconceito foi o acontecimento referente ao Supremo Tribunal Federal neste ano em colocar em pauta o tema da criminalização ao abate animal, a qual variantes do movimento vegano com declarações racistas entraram em conflito com o movimento negro no que diz respeito às religiões de matriz africana, as demonizando cada vez mais. Desse modo, encontrar corpos subalternos erguendo a bandeira do veganismo ainda é um desafio, mas que vem progressivamente sendo desconstruída com a presença e cooperação da população negra. Tal fator é real, haja vista que segundo a cientista social e ativista negra e vegana Nataly Neri<sup>5</sup> (2019), a causa animal é fundamental, pois não consegue vislumbrar a libertação de gênero ou racial em uma sociedade especista, que crê cegamente que uma espécie é superior a outra e, por isso, a exploração animal é natural. Para a autora, estimular a causa animal é importante, pois encoraja a repensar as pseudonecessidades que a sociedade carnista impõe sobre a carne e laticínios. Nesse molde, sobre o caso do STF, a mesma autora comenta:

---

<sup>4</sup> People for the Ethical Treatment of Animals/Pessoas Pelo Tratamento Ético dos Animais (PeTA) é uma organização não governamental de ambiente que se empenha nos direitos dos animais.

<sup>5</sup> A autora possui um canal no Youtube com mais de meio milhão de inscritos chamado “Nátaly Neri” e compartilha seus processos de autonomia ao falar sobre raça, gênero, sociedade, sustentabilidade. Para acesso: <https://www.youtube.com/channel/UCjivwB8MrrGCMlluoSdKrQg>.

FELIPE, R.

A relação entre a luta antirracista, o veganismo e a política de assistência social

O ponto não é “ser ou não ser” a favor do abate animal, [...] a pauta é sobre a constante estigmatização e tentativa de criminalização que vem sofrendo as religiões de matriz africana no Brasil. Não é sobre tornar legal o sacrifício animal, é sobre evitar que apenas religiões que já são perseguidas por conta do racismo sejam criminalizadas por uma prática que é comum a todas as outras religiões do Brasil, inclusive em maior escala o cristianismo. [...] O ponto é contra a perseguição religiosa. (NERI, 2019)

Com essa postura, é preciso notar que o veganismo é igualmente capaz de ser antirracista e lutar em combate contra toda opressão animal, e a população preta e vegana crescente é prova disso. Não é negar sua etnia ou toda sua história, uma vez que culturas e tradições se transformam ao longo do tempo impulsionadas pelas mudanças geracionais, temporais e informacionais. Não é um processo de aculturação de perda de raízes. O molde é baseado no questionamento e na luta pela libertação humana e dos animais não humanos. É sobre pessoas dentro de sua própria religiosidade buscando informações sobre suas próprias raízes, questionando e oferecendo novas postulações, não reproduzindo um “veganismo ocidental”. É importante ressaltar que a interlocução se forma nas críticas aos grandes abatedouros e a pecuária que faturam milhões diariamente com a morte e sofrimento animal resultantes do modo de produção capitalista, baseado na infundável exploração. O movimento negro articulado ao movimento vegano abraça as diferentes religiosidades e prossegue contra a concepção que seres humanos são superiores a animais. (NERI, 2019)

Em razão disso, o veganismo não é uma tentativa de modificar os cultos ou criticar pejorativamente rituais, mesmo que alguns membros do movimento o façam infelizmente; sendo essa inclusive uma das causas que afasta a população negra diante do veganismo. Nessa ocasião, o entendimento mais sensato é discernir vida pessoal com religiosa e mostrar que o veganismo não muda ou lhe afasta de sua fé, pois há indivíduos veganos ligados as suas diversas religiões, em especial quando debate-se o veganismo no candomblé (Ilustração 1). A *soul food*<sup>6</sup>, por exemplo, faz parte da alimentação da comunidade afro-americana, a qual o consumo da carne é

---

<sup>6</sup> [O soul food](#) é um estilo de cozinha associado aos [afro-americanos](#) no [sul dos Estados Unidos](#). É comum em áreas com presença histórica de afro-americanos e tem sido um elemento cultural entre as comunidades afro-americanas. (Wikipedia, 2019)

FELIPE, R.

A relação entre a luta antirracista, o veganismo e a política de assistência social uma tradição que significa resiliência, força e abundância. Entretanto, negros veganos produziram a *versão soul food vegan*<sup>7</sup> a fim de produzir comida vegana que combata deficiências nutricionais da comunidade negra e que também significa resiliência, força e abundância.

### Ilustração 1

#### DEPOIMENTOS:

Mike Meneghetti é iniciado há 29 anos e já faz 5 anos que ele resolveu se tornar vegano. Mike diz que não encontrou barreiras para unir seu estilo de vida vegano com o culto candomblecista e afirma ter total apoio de seus filhos e comunidade. E por fim, ele ainda concluiu: "Pelo Òrìsà faço qualquer coisa".

Matheus é iniciado há 14 anos e é vegano há 6. Ele decidiu optar pelo veganismo após ir a uma vaquejada e ver como os animais eram maltratados antes do evento acontecer. Ele ainda diz que no começo teve dificuldades em conciliar a sua filosofia de vida com a religião: "Cogitei escolher entre o veganismo e o candomblé porque pra mim não fazia sentido ser vegano e do candomblé. Então me culpava por ser vegano e ser de uma religião onde tem o sacrifício animal e do outro lado me culpava por ser do candomblé e pensar em sair por não concordar com os fundamentos na época". Depois de muito pensar o que fazer, Matheus resolveu que conseguiria conciliar suas duas paixões. Dentro da sua casa de santo ele participa de todas as funções e procura sempre respeitar os animais assim como na sua vida pessoal.

Fonte: Filhos do Candomblé, 2019.

<sup>7</sup> Para mais informações sobre a "soul food vegan", acessar: <https://soulfoodveganhtx.com/>.

Outra informação valiosa que auxilia esse debate é o acarajé, símbolo da culinária afro-brasileira tradicionalmente vegano: massa de feijão-fradinho, cebola e sal, frita em azeite de dendê. Em outras palavras, não é conveniente a iniciativa de intitular “acarajé vegano”, pois tal formulação é dispensável. Nesse horizonte, o protagonismo preto e vegano é se afirmar nos próprios espaços e governar suas agências como ativistas negros e veganos numa sociedade marcada pela subalternização, a fim de fortificar e reafirmar o conhecimento de sua generis, evitando modismos epistemológicos baseados no apenas “é ou não vegano?”. É posicionar que somos também criadores. A empreendedora baiana Mona Soares<sup>8</sup> (2019) explica:

Não há necessidade de dizer “acarajé vegano”. Ainda hoje seus elementos de preparação se conservam iguais à forma como era feito em África em 1600. Por essência, o acarajé é um elemento vegetal. Qualquer coisa acrescentada é complemento e pode ser dispensada. (SOARES, 2019)

Outra lacuna dessa nova área de estudos e pesquisas diz respeito ao papel feminino nas discussões sobre o veganismo que também engloba as compreensões de gênero, raça e classe. Thallita Floripes<sup>9</sup> (2017) vende comida vegana congelada por um valor acessível e atribui sentido ao veganismo com uma perspectiva crítica: “O veganismo é vendido pra elite. Só que tem uma coisa. Tem gente aqui inquieta tentando mudar esse quadro. Tem gente da favela que trabalha com comida vegana” (FLORIPES apud PENINA, NMP, 2017). Assim sendo, e apoiando-se em sua análise, pode-se dizer com indubitabilidade que propalar o veganismo na periferia é necessário e possível, pois ainda existe uma mistificação sobre tal tema em razão da ilusão da carne. Dito isso, a Indústria da Carne<sup>10</sup> tenta tornar verídico

---

<sup>8</sup> Sua conta no Instagram é @monasoars, a qual compartilha a informação supracitada sobre o acarajé e seu processo de produção em um “destaque”, além de mostrar outros aspectos de sua ancestralidade africana nas postagens.

<sup>9</sup> Thallita Floripes (@thallitaxavier) é estudante, negra, ativista vegana e moradora da comunidade do Caramujo, em Niterói, no Rio de Janeiro. É também chef do 1º buffet de Gastronomia Vegana do Rio de Janeiro apelidado “Banana Buffet” e possui o respectivo blog: meucorponegro.blogspot.com.

<sup>10</sup> Para um entendimento mais abrangente sobre a indústria da carne e seus impactos na alimentação humana e para a devastação do nosso planeta, verificar os documentários: *Cowspiracy; A carne é fraca e Domínio*. Todos os três documentários são facilmente encontrados na plataforma Youtube.

que o consumo de produtos de origem animal, sobretudo da própria carne, é vital à nossa sobrevivência, a qual regularmente enrijece o status social e nutricional de que é preciso ter carne cotidianamente em vossas mesas, pois também significa estar bem financeiramente. Essa fábula lamentavelmente delonga a ser desmascarada nas comunidades e periferias, pois somos persuadidos sutilmente que esse consumo é necessário, obscurecendo a forma cruel, insustentável e quão maléfica à saúde pode ser.

Além do mais, proceder essa temática é discutir a empatia com animais não humanos, e perceber que somos educados a ter a nossa paixão seletiva a não maltratar exclusivamente gatos e cachorros. À vista disso, a Thallita do exemplo acima conduz e transfere cada vez mais todos esses elementos para a periferia, e isso mostra que existem sim pessoas veganas e da favela que já desvendaram o que acontece na indústria da carne. Mas não é apenas a Thallita. Angela Davis (2012) declara na 27ª Conferência *Empowering Women of Color* que a falta de envolvimento crítico que temos com o alimento e com os animais demonstra a magnitude que a lógica do mercado se tornou e envolve Karl Marx, uma vez que o debate não se vai além da concepção do valor de troca do objeto real. Isto é, não pensamos nas relações que esse objeto representa ou perpassa, as quais estas relações foram importantes para a produção desse mesmo objeto. Ainda na Conferência, Davis declamou-se vegana e informou:

Acho que é o momento certo para falar sobre isso, porque faz parte de uma perspectiva revolucionária - como podemos não apenas descobrir relações mais compassivas com os seres humanos, mas como podemos desenvolver relações compassivas com as outras criaturas com quem compartilhamos este planeta e isso significaria desafiar toda a forma industrial capitalista de produção de alimentos. (DEVIS, 2012 apud HOCHSCHARTNER, COUNTERPUNCH, 2014)

Outrossim, é lamentável observar majoritariamente restaurantes que cobram caro, mesmo que o custo da preparação da comida vegana não o seja. Isso acaba por levar no modismo de que comida vegana ou vegetariana é “coisa de status pra rico”, afastando as pessoas para com a causa, em especial das favelas e periferias. Além disso, eventos, restaurantes e conferências encontram-se em sua maioria nas áreas privilegiadas de renda mais alta das grandes cidades. Em Recife, por

FELIPE, R.

A relação entre a luta antirracista, o veganismo e a política de assistência social

exemplo, temos o restaurante *VeganU*, localizado no bairro nobre da Madalena ou a doceria vegana *Pandas Bárbaros* situada em Boa Viagem. Ou seja, ainda há a concentração desses estabelecimentos nas “zonas sul” do país. Entretanto, por outro lado, o crescimento dos empórios com a venda de produtos naturais, muitos livres de agrotóxicos e com baixo preço são grandes aliados para o acesso a produtos de origem vegetal que fornecem os nutrientes que o ser humano precisa. Para complementar o que foi dito, Thallita Floripes explica:

fazer receitas sem a carne é a coisa mais fácil do mundo. Arroz, feijão, refogar legumes, tudo super básico e barato. Alguns embutidos e industrializados veganos são caros, mas a alimentação natural, comprada toda em sacolão é supereconômica e fácil! [...] O que torna a vida de um vegano favelado mais difícil é consumir comida fora da favela. Você se sente um verdadeiro peixe fora d'água! (FLORIPES apud PENINA, NMP, 2017)

Por ter essa reputação de o veganismo ser “coisa de gente branca”, atrair a população não-branca para esse espaço torna-se ainda uma dificuldade. Além disso, as campanhas midiáticas feitas em volta do veganismo muitas vezes não o circundam como um movimento político capaz de findar todo o abuso e exploração animal, mas como uma espécie de dieta saudável que acaba por perdurar cada vez mais o padrão de beleza da mulher branca e magra, impulsionando essas mesmas pessoas brancas a ganharem mais crédito e atenção nas campanhas pelo “direito dos animais”. Em contrapartida, o site *Modifica* (2017) publicou uma matéria traduzida do site *Everyday Feminism* afirmando que existem pessoas negras veganas que defendem o veganismo como uma ferramenta própria contra a supremacia branca, e que sentem a importância de discutir sobre o corpo dos animais quando se discute opressão. Isso porque, e como dito, quando o aparelho da mídia propaga o veganismo e alimentação saudável, o foco é direcionado a pessoas brancas privilegiadas, ignorando os corpos negros e dos animais, enfatizando o veganismo a uma mera questão estética.

A matéria ainda traz uma dura crítica, a qual veganos não-brancos lutam contra um sistema alimentício racista que visa a eliminação de uma pessoa negra em cada refeição nas regiões urbanas de baixa renda. Isso acontece por causa da ausência de uma educação para a saúde nessas regiões e de opções limitadas de

comida, e que se tem um foco nas grandes redes de fast-foods, o que pode ser uma forma de discriminação com corpos negros. Logo, comer comidas com baixos nutrientes e ruins aliado com produtos tóxicos de origem animal advindas da indústria da carne é resultado de um sistema racista. Desse modo, alimentar-se de comidas saudáveis é um ato político e ativista contra esse sistema alimentício e é uma forma de combater problemas de saúde da comunidade negra popular, na mesma medida que a comunidade se questiona sobre o próprio consumo da carne, uma vez que existe um ser oprimido e que também sente dor, mas que no final das contas é abatido para a alimentação humana. Como exemplo para esse debate, tem-se a plataforma *Sistah Vegan Project*<sup>11</sup> que discute como a comida pode ser um utensílio para as pessoas negras descolonizarem seus corpos. Vale acentuar que essa plataforma foi edificada por uma mulher negra, feminista e vegana chamada Dr. Amie Breeze Harper, a qual é uma famosa estudiosa interseccional sobre veganos negros e consumo consciente. Como elemento agregador, a Sociedade Vegetariana Brasileira (2019) reitera:

Os estudos populacionais que comparam grupos vegetarianos e não vegetarianos com estilo de vida similar mostram que os vegetarianos têm menor incidência de todas as doenças crônicas não transmissíveis, como dislipidemias (alteração dos lipídios no sangue), hipertensão, cardiopatia isquêmica (infarto agudo do miocárdio), diabetes, diversos tipos de câncer e obesidade. Um padrão de alimentação que promove tantos benefícios não pode ser constituído de uma dieta carente. [...] A dieta vegetariana bem planejada, como deve ser qualquer dieta, pode e oferece todos os nutrientes que precisamos. (SVB, 2019)

Nesse prisma, como o vegetarianismo e o veganismo são práticas cada vez mais difundidas na sociedade, têm-se a relevância de discutir sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)<sup>12</sup>. Esta, é uma demarcação histórica advinda das lutas sociais pela alimentação como um direito social no Brasil,

<sup>11</sup> Para consultar a plataforma, acessar: <http://sistahvegan.com/>.

<sup>12</sup> Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2009): objetivo geral da PNSAN é assegurar o direito humano à alimentação adequada a todas e todos habitantes do território brasileiro, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.



uma vez que conquistada pela classe trabalhadora, pois sabe-se que não existe direito outorgado, mas sim conquistado. Sendo assim, no âmbito do Serviço Social essa temática não escapa e está atrelada a garantir o acesso a alimentação de qualidade de forma mais continuada para aqueles que são vulneráveis socialmente, onde a insegurança alimentar ainda acomete e impede o acesso amplo de bens e serviços necessários à existência humana. Ou seja, se a alimentação é um direito social, assistentes sociais têm o papel fundamental de multiplicar esse conhecimento em companhia das famílias e da comunidade.

Desse modo, com auxílio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)<sup>13</sup>, programas e seminários que abarcam a Educação Alimentar e Nutricional são necessários para propalar o conhecimento de hábitos alimentares para uma vida saudável. Sabe-se que saúde envolve o atendimento das necessidades biológicas, mas também é educável. É preciso informar as razões que causam a insegurança alimentar e nutricional no país, e compreender a respeito do vegetarianismo e/ou veganismo pode ser fundamental para combater essa problemática ao expor a procedência dos alimentos que consumimos hoje. Essa questão pode redimensionar o fator da empatia para com os animais não humanos ao mesmo tempo que tenta combater esse sistema alimentício racista para que famílias, grupos e comunidades de baixa renda, em especial, tenham suas refeições e necessidades biológicas atendidas. Posto isto, a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de Alagoas publica:

As ações de Educação Alimentar e Nutricional buscam promover a segurança alimentar e nutricional por meio de ações educativas que levem a práticas alimentares mais adequadas, permitindo às pessoas selecionar e consumir alimentos saudáveis e nutritivos, valorizando a diversidade dos produtos regionais e as vantagens de se aproveitar os alimentos integralmente, reduzindo o desperdício. Com isso, procura-se também resgatar tradições alimentares e sensibilizar a população para a garantia do direito humano a alimentação adequada e saudável em todas as fases do ciclo da vida. Neste sentido as estratégias educativas incentivadas visam a autonomia do indivíduo e a mobilização social, o respeito e a valorização das especificidades culturais. (SEADSAL, 2019)

---

<sup>13</sup> O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social. (PNAS). Atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

Por fim, uma das temáticas essenciais dentro do veganismo negro é quebrar com o racismo que coexiste. No movimento pelos direitos dos animais, ainda é comum pessoas negras serem comparadas com animais para justificar uma sensibilidade para com estes últimos. Isto é, são comparadas as opressões que os animais sofrem atualmente com a escravidão que outrora aconteceu nas Américas. Todavia, é indispensável recordar que a opressão racial ainda não se findou, e comparar as opressões pode ser perigoso e racista, pois o “lado branco” (não todos) do veganismo ainda permanece muito quieto quando precisa-se pautar sobre o trabalho antirracista e outras injustiças raciais, mas estes usam-se do escravismo para favorecer o debate dos direitos dos animais infelizmente. Com isso, os ativistas negros veganos direcionam as intersecções de maneira sistemática no debate sobre a violação dos corpos dos animais e sobre o racismo, evitando comparar essas opressões, pois isso desumaniza um movimento e animaliza outro. Para além disso, é destacável que os negros ainda são rotulados como animais, prática racista para desonrar sua imagem e que legitima a serem objetificados, abusados e mortos. Nesse prisma, ativistas veganos negros combatem esse pensamento ao mesmo tempo que se questionam o porquê de animais não-humanos ainda serem objetificados, abusados e mortos, pois “não faz sentido ancorar nosso respeito e humanidade ao desrespeito de um outro grupo de seres”. (MODEFICA, 2017)

Para encerrar este artigo, mostrarei um depoimento intitulado “Não é fácil ser jovem, negra e vegana” originalmente publicado pela Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA) que está logo abaixo, e que se encontra no site JUSBRASIL (2015), e para mais, verificar a Ilustração 2:

Ser vegano não nos faz menos negros. Minhas raízes africanas não começaram a desaparecer quando parei de comer queijo e bacon. Pessoas negras são tão variadas quanto qualquer outro grupo étnico e não devem ser adicionadas às conversas veganas como se fosse um souvenir, mas como membros da comunidade com contribuições a dar. Prince, Angela Basset e o senador de New Jersey Cory Booker são negros e veganos e eles devem ter tanta visibilidade quanto Gwyneth Paltrow ou Moby. [...] Você não tem que escolher entre se importar com questões relacionados a ser negro e se importar com direitos animais. Com a morte de Eric Garner, Mike Brown e Tamir Rice, entre outros, 2014 tem sido um ano difícil para a comunidade negra. Quando eu olhava meu mural e via pessoas postando mensagem de solidariedade com a hashtag #blacklivesmatter, eu percebi que, apesar de que muitos negros veganos estavam expressando seu repúdio, só alguns poucos

FELIPE, R.

A relação entre a luta antirracista, o veganismo e a política de assistência social

veganos brancos não ficaram calados. A comunidade que eu abracei e defendi totalmente sem hesitação não fez o mesmo pela minha comunidade, o que me deixa confusa e magoada. (JUSBRASIL, 2015)

### Ilustração 2<sup>14</sup>

**Só por que você é vegano não significa que você não vai ouvir reclamações por apropriação cultural.** A negritude é apreciada pelos brancos há tempos como forma de entretenimento, dos minstrel shows a Iggy Azalea, mas não como algo que valesse a pena ser abraçado e estabelecer um diálogo intelectual. Recentemente, o casal branco Michelle David e Matt Holloway criaram um site vegano chamado Thug Kitchen. As críticas choveram rápido por que as pessoas acharam que eles estavam fazendo uma apropriação indevida da cultura negra para se promover – o site vinha cheio de letras de rap, gírias e xingamentos junto com as receitas veganas. Ativistas veganos como Bryant Terry e Breeze Harper criticaram o casal, mas David e Holloway decidiram não participar de nenhum diálogo aberto.

Muitas pessoas me olham de um jeito cético quando eu digo que estou vivendo um estilo de vida com base em plantas. Já notei que veganos brancos em particular costumam responder com algo como “Uau que legal, estou muito orgulhoso de você”, como se eu estivesse fazendo algo impressionante. Mas de acordo com o mesmo estudo que eu citei mais acima do Vegetarian Research Group, só 3% dos americanos brancos se identificam como vegetarianos ou veganos, comparados a 6% dos negros. Quando a proporção de negros adotando uma dieta vegana é o dobro da de brancos, não seria eu que deveria ficar surpresa e orgulhosa de você?

Fonte: JUSBRASIL, 2015.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

<sup>14</sup> O dado citado no depoimento dessa ilustração é o seguinte: de acordo com um estudo feito em 2012 nos Estados Unidos pelo Vegetarian Resource Group, 2,5% dos americanos são veganos. (JUSBRASIL, 2015)

Pode-se perceber que há uma miríade de veganos não-brancos pelo mundo, mas ainda pode subsistir a dificuldade de uma maior interlocução entre estes. Para isso, é imprescindível acoplar negros e outros grupos étnico-raciais para que o reconhecimento no movimento vegano se torne cada vez mais amplo. Essa imersão consegue estabelecer um vínculo de grande conexão e distende o debate sobre o veganismo para outras esferas, tais como a luta pela igualdade racial e o desafiar para com a supremacia branca conservadora. O compartilhamento de experiências culturais dentro da comunidade negra no veganismo vem acontecendo, a plataforma *Black Vegans Rock*, como citada, é um exemplo disso, na qual quebra com o sentimento solitário de veganos não-brancos dentro da “bolha branca” que o veganismo pode parecer. Juntos, os grupos étnico-raciais fortalecem os cenários desses fluxos culturais e levam conhecimento sobre restaurantes, roupas, eventos, conferências veganas, etc., os protagonizando da mesma forma.

Por conseguinte, é indubitável que vivemos num regime da morte, onde animais não-humanos são explorados por toda uma engenharia capitalista que transformam estes animais em mercadorias, ignorando seus desejos, instintos e liberdade. Apenas tem valor diante da lógica de mercado, e isso no modo de produção capitalista não poderia ser diferente, uma vez que esta edifica-se pela exploração do trabalho humano e não-humano. Com isso, o especismo, bem como o classismo, sexismo e especialmente o racismo, são questões estruturais que acompanham a sociabilidade capitalista.

Para além disso, este artigo também é uma forma de contribuir para os avanços em pesquisas sobre o tema do veganismo na área do Serviço Social, pois possui uma conexão contundente sobre temáticas como exploração e capitalismo, além de tratar sobre a importância de o (a) Assistente Social estar preparado a se posicionar, opinar e acolher o praticante do veganismo e/ou vegetarianismo com questões que possam envolver segurança e educação alimentar, visto que daqui em diante o vegetarianismo e veganismo tendem a crescer nas diferentes classes e camadas sociais não apenas como questão de saúde, mas como questão ética, ecológica e societária.

Enfim, como elemento de intertextualidade, tem-se o artigo intitulado “Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado” (SANTOS, et al., 2008) que fortifica esse debate ao trazer a ideia que a luta social é uma forma de conquistar direitos, tais como o movimento sufragista, na qual as mulheres almejavam o direito eleitoral, e o movimento dos negros, pela igualdade racial e contra o racismo. Desse modo, o movimento negro vegano é também uma luta social, e visa impedir um ciclo de violência com a total libertação para com os corpos humanos e dos animais não-humanos, pois estes últimos também são seres de consciência. Sendo assim, é de grande valor e prestígio o papel do protagonismo negro no veganismo, e atores sociais, tais como Dr. Amie Breeze Harper, Kimberly Elise, Angela Davis, Bryant Terry, Syl Ko, Aph Ko, Venus Williams, Erykah Badu, Carl Lewis, Tracye McQuirter, Monique Koch, Ray Stone, John Lewis e entre outros mais, assumiram esse papel ao criarem e recriarem um mundo vegano para si mesmos.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, C. J. A política sexual da carne: Uma teoria feminista-vegetariana. 2. ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.

ALVES, L. G; NEGRI, S. Abordagem sobre vegetarianismo na formação do profissional nutricionista. Disponível em: <<https://www.svb.org.br/publicacoes/trabalhos-academicos>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

ALBINO, A. V; SANTOS, D. M. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Desafios e Perspectivas em uma Metrópole. II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro. p. 1-12, mai. 2016. Disponível em: < <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/016.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRAZ, M. Mudanças no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2012.

CONSEA. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Proposições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para sua elaboração. 2009. Disponível em <[http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2009/proposicoes-do-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-para-elaboracao-da-](http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/documentos/2009/proposicoes-do-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-para-elaboracao-da)

[politica-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-08.2009](#)>. Acesso em: 24 nov. 2019.

DOMINGUES, P. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. *Revista Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 118-139.

FILHOS DO CANDOMBLÉ. Os veganos no Candomblé. 2019. Disponível em: <<https://contatofilhosdocan.wixsite.com/filhosdocandoble/blog/os-veganos-no-candoble>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

HOCHSCHARTNER, J. *Vegan Angela Davis Connects Human and Animal Liberation*. 2014. Disponível em: <<https://www.counterpunch.org/2014/01/24/vegan-angela-davis-connects-human-and-animal-liberation/>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

JUSBRASIL. Não é fácil ser jovem, negra e vegana. 2015. Disponível em: <<https://anda.jusbrasil.com.br/noticias/171406109/nao-e-facil-ser-jovem-negra-e-vegana>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

LABORATÓRIO DE ÉTICA AMBIENTAL (LEA). Veganismo, por Angela Davis. **Youtube**, 18 nov. 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=kBtBwZAou\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=kBtBwZAou_Y)>. Acesso em: 15 nov. 2019

MODEFICA. 3 Motivos Pelos Quais Pessoas Negras Não Se Engajam No Movimento Dos Direitos Dos Animais. E Por Que Elas Deveriam. 2017. Disponível em: <<https://www.modefica.com.br/movimento-negro-direitos-animais/#.XdoNQOhKjIX>>. Acesso em: 15 nov. 2019

NERY, N. RACISMO NO MOVIMENTO VEGANO. **Youtube**, 20 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0gOXmZqo6mY&t=943s>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PENINA, M. *Thallita Floripes: “sou vegana, feminista e preta”*. 2017. Disponível em: <<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/thallita-floripes-sou-vegana-feminista-e-preta/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SANTOS, S. et al. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 913-929, set-dez/2008.

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA. Saúde. São Paulo.

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA. Pesquisa do IBOPE aponta crescimento histórico no número de vegetarianos no Brasil. São Paulo: 2018.

SEGURANÇA Alimentar e Nutricional. *Secretaria do Estado da Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de Alagoas*. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/seguranca-alimentar-e-nutricional-1>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

TERTO, A. *'Black Vegans Rock': Conheça Aph Ko, ativista que luta pela presença negra dentro do movimento vegano*. 2017. Disponível em:

FELIPE, R.

A relação entre a luta antirracista, o veganismo e a política de assistência social

<[https://www.huffpostbrasil.com/2016/05/10/black-vegans-rock-conheca-aph-ko-ativista-que-luta-pela-pres\\_a\\_21695610/](https://www.huffpostbrasil.com/2016/05/10/black-vegans-rock-conheca-aph-ko-ativista-que-luta-pela-pres_a_21695610/)>. Acesso em: 19 nov. 2019.



## SERVIÇO SOCIAL E RESIDÊNCIAS EM SAÚDE NO BRASIL: PANORAMA NACIONAL

### SOCIAL WORK AND HEALTH RESIDENCES IN BRAZIL: NATIONAL SCENE

Marina Monteiro de Castro e Castro<sup>1</sup>

Sabrina Pereira Paiva<sup>2</sup>

Carina Bárbara de Carvalho Dornelas<sup>3</sup>

Flávia Fernandez Zschaber<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo apresenta parte da pesquisa intitulada “Residência Multiprofissional em Saúde e Serviço Social: mapeamento teórico e político-pedagógico”, realizada entre 2017 e 2018. O estudo documental analisa 86 editais (2017/2018) de residências em saúde, com vagas disponíveis para o Serviço Social, contabilizando 476 vagas no período analisado. As principais áreas de concentração dos programas foram Saúde Mental, Saúde da Família, Saúde do Idoso, Oncologia e Urgência. A região sudeste ainda se coloca como principal região na oferta de vagas, programas e instituições envolvidas, seguida pela região nordeste. As regiões norte e centro-oeste carecem de investimentos nesse modelo de formação. Os programas contam com o envolvimento de outras profissões como enfermagem, psicologia, fisioterapia, nutrição e farmácia, enfatizando a importância do debate e aprendizado propiciado pelas residências no que tange ao trabalho interprofissional,

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutora em Serviço Social/UFRJ. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). Email: [marinamcastro@gmail.com](mailto:marinamcastro@gmail.com)

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutora em Saúde Coletiva/IESC-UFRJ. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). Email: [sabrinappaiva@gmail.com](mailto:sabrinappaiva@gmail.com)

<sup>3</sup> Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Iniciação Científica – BIC/UFJF (2017/2019). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). Email: [carina.dornelas@outlook.com](mailto:carina.dornelas@outlook.com)

<sup>4</sup> Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Iniciação Científica – BIC/UFJF (2017/2019). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). Email: [flavia\\_fz\\_estrela@hotmail.com](mailto:flavia_fz_estrela@hotmail.com)



com vistas à construção da integralidade da atenção à saúde. Os dados apresentados são fundamentais para o acompanhamento da inserção do Serviço Social nestes dispositivos formativos, ajudando a construir nossas análises sobre as reais possibilidades de contribuição dos assistentes sociais, através dos Programas, para a defesa da saúde pública e do desenvolvimento de um trabalho ancorado no projeto ético político profissional.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Residência Multiprofissional; Saúde

**Abstract:** This article presents part of the research entitled "Multiprofessional Residency in Health and Social Work: theoretical and political-pedagogical mapping", performed between 2017 and 2018. The descriptive documents study analyzes 86 public edicts available for Social Work, totaling 476 vacancies during the mentioned period. These edicts occurred mainly in the areas of Mental Health, Family Health, Elderly Health, Oncology and Urgency. The Brazilian southeastern region still places itself as the main region with vacancies, programs and institutions involved, followed by the northeast region. The North and Midwest regions still need investments in training models such as residencies. These programs rely on the involvement of other proficiencies such as nursing, psychology, physiotherapy, nutrition and pharmacy, emphasizing the importance of debate and learning through inter-professional work, aiming the integrality in health care. The data presented are fundamental to follow the insertion of Social Work in these pedagogic resources, contributing for the analyzes of real possibilities of contribution by social workers, protecting the public health services and working for the development of a work anchored in political, ethical and professional project.

**Keywords:** Social Work; Multiprofessional Residency; Health.

## INTRODUÇÃO

As Residências em Saúde são reconhecidas como espaços estratégicos para a educação permanente dos trabalhadores da saúde. São dispositivos para transformação tanto da formação quanto dos processos de trabalho em saúde, ao propiciar a vivência intensiva nos serviços e promover a reflexão sobre o cotidiano de execução da política de saúde.

As Residências Multiprofissionais, de forma ainda mais significativa, parecem ter sido pensadas para estimular processos formativos que focalizam o olhar integral, acolhedor, interdisciplinar, centrado na perspectiva de responsabilização e vínculo das equipes para com os usuários, além da noção de ampliação da autonomia dos usuários no que diz respeito ao cuidado com sua saúde. Nessa perspectiva, o objetivo é que as residências multiprofissionais, ao articularem

interdisciplinaridade, trabalho em equipe e educação permanente possam potencializar não só a formação de profissionais, como também contribuir para a reorientação das lógicas tecnoassistenciais (LOBATO, 2010).

Entretanto, estas iniciativas enfrentam uma série de desafios, sendo que o maior deles é o avanço da mercantilização da área da saúde e educação no Brasil, em função do ajuste fiscal do Estado e do direcionamento neoliberal das políticas públicas estatais. Mesmo neste contexto adverso, a partir de 2010, com a participação do Ministério da Educação (MEC), há o aumento do número de bolsas e, também, um novo perfil dos programas de residência, agora voltados para a atuação em hospitais (BRASIL, 2014). Mendes (2013, p. 187) observa que a partir de então, os programas “[...] passaram a se deslocar da atenção básica e saúde mental para a atenção de média e alta complexidades, que caracterizam a oferta de serviços dos hospitais de ensino”.

Neste sentido, é correto afirmar que as residências multiprofissionais representam uma importante contribuição para a reorientação da formação de recursos humanos para o SUS. Porém, não se pode garantir que, de fato, elas estejam cumprindo devidamente o seu papel, já que sua implementação tem se realizado no contexto de contrarreforma neoliberal (MENDES, 2013, p. 184).

Apesar deste contexto, as residências se desenvolveram enquanto uma estratégia de continuidade do processo formativo profissional crítico, construída a partir da relação com os usuários e trabalhadores da saúde com intenção de melhorias na qualidade dos serviços aos quais a população tem acesso através do SUS. Neste aspecto, se contrapõe às exigências postas pelo mercado de trabalho – com moldes capitalistas – como substituição de mão de obra, principalmente no contexto atual de ofensiva neoliberal em relação às políticas sociais (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016).

Logo, a residência é voltada ao fortalecimento dos princípios do SUS, “afirmando o exercício profissional na perspectiva de defesa dos direitos na sociabilidade contemporânea” (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016, p. 136), principalmente diante da mercantilização da força de trabalho adensada com a perspectiva neoliberal.

Neste processo, ampliou-se a inserção dos assistentes sociais em diversos Programas de Residência, sendo que é possível verificarmos a hegemonia de determinadas áreas de concentração no período de 2017/2018, que corresponde à necessidade de fortalecimento das redes de atenção à saúde consideradas prioritárias para o governo federal.

As Residências englobam uma proposta de formação que visa a renovação da formação e do trabalho em saúde, tendo como norte a atenção integral em saúde. A indicação é que a atuação profissional ocorra por meio do trabalho em equipe, possibilitando o atendimento do indivíduo em suas múltiplas necessidades. De acordo com Castro (2013a, p.4), este programa visa construir “uma nova consciência sanitária e pedagógica e a adesão dos profissionais a um novo projeto que se refaz na crítica aos procedimentos realizados e na busca da formação do trabalho coletivo com base na interdisciplinaridade”.

Os Programas de Residência em saúde vem, desde então, se desenvolvendo com formatos diversos, tem sido alvo de debates e produções da categoria profissional com o objetivo de afirmar a necessária interlocução entre o projeto ético-político do Serviço Social e a Reforma Sanitária no Brasil; e o desenvolvimento pelo residente de uma formação aprofundada em conhecimentos teórico-práticos com supervisão de assistentes sociais tutores e preceptores (CFESS, 2017).

O presente artigo é fruto das análises realizadas a partir do relatório de pesquisa “Mapeamento das residências em área profissional e serviço social” (ABEPSS, 2018)<sup>5</sup>. Tal pesquisa revelou oitenta e seis (86) editais de Programas de Residência em Saúde no período de 2017/2018 que contavam com a inserção do Serviço Social. Sendo assim, o manuscrito ora apresentado pretende analisar os dados produzidos pela análise documental dos referidos editais, observando o número de vagas disponíveis para o Serviço Social, área de concentração e profissões envolvidas nos Programas.

## A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA NO BRASIL

---

<sup>5</sup> Relatório completo disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-abepss-residencia-201812031150396627330.pdf>. acesso em: 20 de abril de 2019.

A política indutora dos Programas de Residência indicada pelos Ministérios da Saúde e Educação ao final dos anos 2000 foi lançada com a proposta de preparar “profissionais qualificados para a assistência à saúde da população brasileira e para a reorganização do processo de trabalho em saúde na direção dos princípios e diretrizes constitucionais do SUS” (CASTRO, 2013, p.4), com ênfase em áreas estratégicas da saúde e em regiões com necessidade de expansão profissional.

No que concerne à distribuição nacional e regional da inserção do Serviço Social nos Programas de Residência, vimos que as regiões nordeste e sudeste aparecem com número de vagas bastante próximo, acompanhando de longe a região sul e com pouca oferta de vagas as regiões centro-oeste e norte, como podemos verificar no quadro abaixo:

Quadro 1 – Distribuição Regional de Programas de Residência e Serviço Social

Região Brasil	Instituições Proponentes	Programas	Número de vagas
Nordeste	22	67	177
Sudeste	33	81	158
Sul	20	51	84
Centro- Oeste	6	17	45
Norte	5	20	32
<b>TOTAL</b>	<b>86</b>	<b>236</b>	<b>496</b>

Fonte: ABEPSS, 2018.

Os dados levantados na pesquisa coadunam com as tendências apontadas por Sarmento e colaboradores (2017) que indicam a preponderância da região sudeste na oferta de programas, o que está certamente atrelado à preponderância do desempenho econômico desta região em relação às demais.

Na primeira portaria publicada em 2010, a região Sudeste foi responsável por 47,5% dos projetos selecionados; e nos anos de 2012 e 2013, mais de 50% das aprovações eram provenientes dessa região. Em 2013, o Sudeste teve 54,2% de todos os projetos selecionados. Esse achado reflete o status da região Sudeste que, pelo seu desempenho econômico, configura-se como o centro dinâmico do mercado de trabalho de saúde no País, o que corresponde, em certa medida, à própria distribuição da capacidade instalada e dos empregos de saúde nessa região (SARMENTO et al, 2017, p.417).

Cabe destacar que, apesar do nordeste despontar com um número de vagas um pouco maior para o Serviço Social, trinta (30) delas são de ampla concorrência para a saúde coletiva, ou seja, pode ser preenchida ou não por assistentes sociais. Se desconsiderarmos essas vagas, a região sudeste se coloca como principal região na oferta de vagas, número de programas e Instituições envolvidas.

Sarmiento e colaboradores (2017, p.415) ressaltam que houve um incremento de editais de programas de Residência em áreas prioritárias das regiões Nordeste, Norte e centro-oeste, considerando as discrepâncias regionais e a necessidade de qualificação dos trabalhadores da saúde. “Observou-se uma tentativa de organização na distribuição e uma tendência ao aumento dos programas apresentados e aprovados” e, por isso, vemos a região nordeste alavancar um grande número de programas.

Desta forma, os dados apresentados referentes à região nordeste são relevantes, uma vez que as residências surgem com a proposta de combater as disparidades regionais.

As políticas regionais explícitas na área da saúde nos últimos anos produziram alguns avanços, tais como a priorização de estratégias regionais de negociação intergovernamental, de investimento, planejamento e expansão da rede de serviços, de forma a enfrentar desigualdades em saúde. Mas também enfrentaram algumas limitações decorrentes da própria lógica setorial da política e do sistema de saúde, assim como das desigualdades regionais herdadas (ALBUQUERQUE et al, 2017, p.1062).

No Brasil, as regiões norte e nordeste enfrentam disparidades em comparação à região sudeste no que concerne a aspectos sociais, econômicos, políticos que impactam a oferta e o acesso de serviços de saúde e escolas de formação para profissionais de saúde. Por exemplo, as disparidades no abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo entre essas regiões é revelador de sua natureza estrutural. De acordo com o IBGE (2018), as regiões norte e nordeste permanecem abaixo da média nacional no que se refere a estes três itens. Em relação ao abastecimento de água, a região norte permanece com dificuldades em relação à rede geral de distribuição, alcançando aproximadamente 60% da população, e a nordeste alcançou 80%, segundo IBGE. A média nacional é de 86% e a da região sudeste é 92,5%. Deve-se destacar ainda que apesar da

região nordeste apresentar uma média de abastecimento por residência bem próxima da nacional, quando se investiga a disponibilidade do serviço, observa-se que a região nordeste (66%) tem uma média de oferta diária de água nas residências inferior à nacional, que é de 86,7% (IBGE, 2018, p.1)

Sarmiento (2017, p.418) assinala que os editais de 2009 e 2014 para os Programas de Residência priorizaram as regiões Norte e Centro-Oeste, mas esse incentivo não correspondeu à aprovação de projetos, representando tais regiões respectivamente apenas 10% e 4,4% de todos os programas ofertados no período. Essa assertiva dos autores coaduna também com os dados da inserção do Serviço Social, sendo essas as regiões que tiveram menor oferta de Programas e vagas para a área.

Apesar do incentivo, o baixo número de propostas de Programas certamente deve ser atribuído também às disparidades no setor educacional. No que se refere a “distribuição de matrículas em cursos presenciais de ensino superior das redes pública e privada do País, as regiões Centro-Oeste e Norte foram responsáveis, respectivamente, por 9,4% e 6,9% das matrículas no ano de 2013, enquanto a região Sudeste concentrou 47,2%” (SARMENTO et al, 2017, p. 418). Desse modo, a maior concentração dos Programas de residências em saúde no sudeste segue a configuração nacional quanto à oferta de educação superior no Brasil, que historicamente se concentra nos grandes centros urbanos.

Esses dados são reforçados ao verificarmos as principais Instituições proponentes dos Programas:

Quadro 2 – Instituições ofertantes de Programas de Residência

<b>Natureza das Instituições</b>	<b>Quantidade</b>
Universidade Federal	25
Universidade Estadual	13
Universidade Privada	11
Centro Universitário	4
Faculdade Privada	1
Faculdade Pública	1
Escola Nacional de Saúde	1
Escola Estadual de Saúde	2
Instituto Federal – Público	2
Instituto Estadual – Público	2
Instituto Privado	1
Prefeitura Municipal	2

Secretaria Estadual de Saúde	4
Secretaria Municipal de Saúde	6
Fundação Hospitalar Pública	2
Hospital privado/filantrópico	8
<b>Total</b>	<b>86</b>

Fonte: ABEPSS, 2018.

Constatamos que as Instituições que ofertam as vagas estão em sua grande maioria no setor público (62), em detrimento das Instituições de natureza privada/filantrópicas (24). Porém, é importante destacar o avanço na oferta a partir do setor privado, haja vista a conjuntura atual brasileira – com características de flexibilização, precarização e privatização desde a década de 1990 com a adesão do país à perspectiva neoliberal. Deve-se enfatizar que de acordo com a Lei 8.080 de 1990 a formação de recursos humanos é uma atribuição do SUS e, além disso, a iniciativa privada deve atuar junto ao sistema público de forma complementar, com as organizações filantrópicas tendo prioridade.

No recorte regional, temos como principais proponentes de Programas: no nordeste, a Escola de Saúde Pública do Ceará com 42 vagas; no sudeste, a Universidade de São Paulo (USP) com 25 vagas; no Sul, o Grupo Hospitalar Conceição com 13 vagas; no norte, UFPA com 9 vagas; e no centro-oeste, UFG com 18 vagas.

Na região nordeste, norte e centro-oeste as Instituições do setor educacional foram as principais responsáveis pela oferta dos Programas, tendo protagonismo as Universidades Federais e Estaduais (ABEPSS, 2018).

Consideramos um avanço as Universidades ampliarem suas responsabilidades no que tange ao desenvolvimento dos programas de residência, por esta prever a integração entre ensino, pesquisa e extensão e “a liberdade didática, científica e administrativa para produzir e difundir conhecimentos” (IAMAMOTO, 2007, p.432).

No entanto, chama-nos atenção que parte significativa dos Programas ofertados pelas Universidades Federais tem como cenário de prática seus Hospitais Universitários (HU's) que, por sua vez, estão vinculados a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares EBSEH (ABEPSS, 2018). Castro (2013b) já ponderava

sobre a posição dos Hospitais Universitários (HU's) a partir do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino (REHUF), em 2010, que dispôs sobre a implantação da Residência multiprofissional nas áreas estratégicas para o SUS; e a sua transição para uma empresa, através da EBSERH, significando a mercantilização dos serviços públicos de saúde ofertados por esses hospitais.

Correia (2014) analisando o processo de mudança de gestão dos HU's destaca que:

A lógica de criação da EBSERH está inserida no processo de contrarreforma do Estado brasileiro, iniciado no governo FHC, e que vem sendo dada continuidade pelos últimos governos, com medidas de privatização, mercantilização das políticas sociais e de flexibilização e precarização dos vínculos de trabalho. Está em curso uma tendência crescente de repasse da gestão e do fundo público para o setor privado (denominado "público não-estatal") ou para instituições ditas "estatais", mas com personalidade jurídica de direito privado. Estas últimas permitem a regência dos interesses do mercado dentro das instituições "estatais", liberando-as das amarras impostas pelas regras da administração direta do Estado (CORREIA, 2014, p.51).

Identificamos na pesquisa (ABEPSS, 2018) que um dos principais impactos para as Residências no processo de mudança de gestão dos HU's se refere a transição dos "recursos humanos", que gerou aposentadorias e remoções de profissionais para outros setores das Universidades. March (2012, p. 15) nos alertava que, com a EBSERH, teríamos uma extinção progressiva de cargos públicos federais do Regime Jurídico Único (RJU) no interior dos Hospitais Universitários. "A centralidade da flexibilização dos direitos dos trabalhadores do serviço público confirma-se com a publicação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e a divulgação de seleção pública para a EBSERH". Essa questão merece destaque devido à utilização da residência multiprofissional como estratégia de recomposição da força de trabalho em saúde (SILVA, 2018).

Hoje, a rede de HU's é formada por 50 hospitais vinculados a 35 universidades federais. Destes, 40 possuem contrato com a EBSERH e 21 ofertam programas de Residência para o Serviço Social. Acrescenta-se a esse número o Hospital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – que é empresa pública (EBSERH, 2019a).



O incremento aos Programas de Residência nos HU's pela EBSEERH é notado ao verificarmos os seguintes dados:

A Rede EBSEERH formou 3.059 residentes que se especializaram nos hospitais universitários federais vinculados, após conclusão, em 2018, dos programas de residência médica, uni e multiprofissional. Em 2018, foram 959 programas com 7.529 residentes matriculados em 2018, enquanto que 2017 registrou 936 residências com 6.988 alunos (EBSEERH, 2009b, p.1).

De acordo com dados apresentados pela empresa, a mesma tem investido na capacitação de seus preceptores. Em 2018, foi realizada parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) “para a oferta do Curso de Especialização em Formação Pedagógica para Preceptoría no Sistema Único de saúde (SUS), com 2.250 vagas disponibilizadas para os hospitais da Rede” (EBSEERH, 2019c, p.1).

Ao mesmo tempo em que podemos indicar o incentivo aos Programas e capacitação dos profissionais envolvidos, a preocupação assinalada por Castro (2013, p.157) se mantém: a lógica gerencial de mercado e a inclinação da EBSEERH “para mensurar procedimentos da assistência em saúde, desconsiderando o tripé ensino, pesquisa e extensão” pode fazer com que as Residências se tornem estratégia de alcance de metas e de substituição de profissionais.

Diante dos dados apresentados, podemos sinalizar que as Instituições públicas, ao serem as principais proponentes de Programas, afirmam o compromisso com a tarefa de capacitar os recursos humanos para o SUS, conforme o artigo 200 da Constituição Federal de 1988. No entanto, é importante ressaltar que estas se encontram atravessadas por diversos modelos de gestão que tratam a saúde e educação a partir de estratégias de mercado.

Nesse sentido, se estamos defendendo a Residência enquanto qualificação para o trabalho junto à política pública de saúde é necessário afirmarmos esse compromisso e, principalmente, com as necessidades de saúde da população brasileira, uma vez que a residência é uma proposta de fortalecimento do SUS, devendo estar vinculada ao modelo de saúde defendido pelo Movimento da Reforma Sanitária iniciado na década de 1970. Isso significa que a saúde deve ser garantida como direito de todos e dever do Estado, o acesso deve ocorrer de forma universal e

gratuita, e a atuação dos profissionais deve estar ancorada no conceito ampliado de saúde. Ou seja, extrapolar uma análise estritamente individualista e biológica.

No que tange a área de concentração dos Programas com inserção de assistentes sociais, vimos que a principal é a saúde mental com quarenta e dois (42) programas e cento e três (103) vagas; seguida por programas situados na atenção básica: trinta e três (33) programas e oitenta e seis (86) vagas; e Oncologia com vinte e três (23) programas e quarenta e duas (42) vagas (ABEPSS, 2018).

Esses dados são confirmados na distribuição regional, sendo a atenção à saúde mental e atenção básica as principais áreas dos Programas ofertados (ABEPSS, 2018): Sudeste: saúde mental (35), atenção básica (19) e atenção à criança e adolescente (19); nordeste: atenção básica (42), saúde coletiva (33), saúde mental (28); Sul: atenção básica (19), saúde mental (17) e urgência e emergência (10); centro-oeste: saúde mental (18), atenção básica (6) e oncologia (5); norte: saúde mental (5), atenção básica (5) e oncologia (4).

Os dados apresentados alteram em parte o quadro apontado por Castro (2013) no que concerne aos cenários de prática dos Programas. Naquele momento, grande parte dos programas era desenvolvido no espaço hospitalar e uma pequena parcela na atenção básica e no setor secundário. Altera em parte porque, apesar do incentivo a Programas no setor primário, a alta complexidade ainda mantém sua relevância enquanto cenário dos Programas (ABEPSS, 2018).

Podemos indicar que a expansão dos programas de residências em saúde mental está atrelada à necessidade de expansão e qualificação dos serviços e recursos humanos na Rede de Atenção Psicossocial, significando a ampliação da participação de assistentes sociais nas equipes multiprofissionais para o atendimento em saúde mental. Da mesma forma, a Oncologia, área já considerada prioritária para a saúde pública nacional e com Política Nacional de Atenção Oncológica (2005) estabelecida, o assistente social foi incorporado à equipe multiprofissional oncológica.

Em relação à atenção primária, a maior parte dos Programas encontra-se na região nordeste, assim como a área da saúde coletiva, expressando uma responsabilidade sanitária com o desenvolvimento regional com foco na oferta e ampliação do acesso aos serviços de atenção primária à saúde nas regiões com

baixa oferta de serviços e profissionais. Destaca-se também a defesa que a profissão historicamente realizou da importância da inserção nos serviços de atenção básica em saúde que envolve a prevenção e a promoção com vistas ao não adoecimento da população e/ou sua recuperação e tratamento de forma contínua.

Reforçamos que, na atenção primária, o Programa de Saúde da Família (PSF) tem sido a principal resposta ao modelo assistencial tradicional de saúde, orientado para a cura de doenças e para hospitalização, e direcionando o foco de sua atuação para o usuário, sua família e a realidade em que vivem. Neste sentido, são relevantes as experiências identificadas por ABEPSS (2018) com Programas de Residências em comunidades quilombolas e em comunidades rurais.

Ao mesmo tempo, podemos identificar a inserção do assistente social em Programas com áreas de concentração bastante especializadas, como paciente crítico, saúde renal, neurologia, síndromes e anomalias crânio-faciais, problemas cardiopulmonares e áreas de transplante, o que expressa a ampliação das áreas de atuação profissional. Esta identificação nos alerta para a necessidade de afirmar nestes espaços a formação generalista da profissão em sua relação com o processo saúde/doença da população. CFESS (2010, p.27) aponta que, no debate da inserção profissional na saúde, há setores que reclamam por “uma suposta necessidade da construção de um saber específico na área”, o que tem impulsionado, inclusive, a criação de associações de assistente sociais atreladas a especialidades médicas. A questão central posta não é o aprofundamento em temáticas necessárias a qualificação do trabalho, mas o reclame por uma produção do conhecimento sobre o Serviço Social nas diferentes áreas de especialização da prática médica de forma fragmentada.

CFESS (2010) acrescenta ainda que:

O problema não reside no fato dos profissionais de Serviço Social buscarem aprofundamentos na área da saúde, o que é importante. O dilema se faz presente quando este profissional, devido aos méritos de sua competência, passa a exercer outras atividades (direção de unidades de saúde, controle dos dados epidemiológicos, entre outros) e não mais as identifica como as de um assistente social. Assim, o profissional recupera – por vezes impensadamente – uma concepção de que fazer Serviço Social é exercer o conjunto de ações que historicamente lhe é dirigido na divisão do trabalho coletivo em saúde. Este consistiria apenas na ação direta com os usuários,

o que Netto (1990) denomina de execução terminal da política social (CFESS, 2010, p. 28).

Outra área identificada, que é nova para a categoria no campo das Residências, é a gestão de redes de saúde. O documento Parâmetros para atuação do assistente social na política de saúde, publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2010, p.28) apontou que apesar das áreas de gestão, assessoria e a pesquisa serem consideradas transversais ao trabalho profissional, e explicitadas na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), na maioria das vezes, não são assumidas como competências ou atribuições profissionais. Neste sentido, consideramos que a abertura desse espaço pode indicar o reconhecimento da relevância do assistente social e de seu arcabouço formativo, para elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas na área da saúde.

A inserção dos/as assistentes sociais em uma gama diferenciada de áreas de concentração afirma a importância histórica da profissão na saúde contribuindo, especialmente, a partir da constituição do SUS, com uma atuação que engloba, conforme CFESS (2010), ações de atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; e assessoria qualificação e formação profissional. Cabe-nos problematizar se a inserção nessas áreas tem incorporado uma perspectiva ampliada da saúde, atinentes à determinação social do processo saúde- doença.

## A INTERLOCUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS PROFISSÕES DA SAÚDE

Na área da saúde, o trabalho em equipe multi e interprofissional é fundamental, indispensável, tendo em vista o conceito ampliado de saúde e a busca da integralidade na atenção em saúde. Dessa forma, pensar o trabalho do assistente social nesse campo impõe o debate sobre o significado e o lugar do assistente social nas equipes multiprofissionais, seus limites e possibilidades. Como destacado por CFESS (2010) há ainda falta de conhecimento das competências profissionais e requisição de ações que não são atribuições dos assistentes sociais, mas ao mesmo tempo, cabe ao assistente social compreender e interpretar criticamente a

conjuntura em que se constrói o trabalho em saúde e buscar a necessária atuação em equipe, visando o atendimento das necessidades colocadas pelos sujeitos usuários dos serviços de saúde.

Dessa forma,

O assistente social, ao participar de trabalho em equipe na saúde, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação das condições de saúde do usuário e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o diferencia do médico, do enfermeiro, do nutricionista e dos demais trabalhadores que atuam na saúde (CFESS, 2010, p.46).

As Residências multiprofissionais são propostas com a perspectiva de contribuir com a interlocução entre as profissões de saúde, buscando alterações na formação e qualificação dos trabalhadores da saúde através do incentivo ao trabalho interprofissional e superação de iniquidades em saúde. De acordo com Ceccim e Pinto (2007, p.276) “a residência em área profissional da saúde para as várias profissões funciona para ampliar a incorporação de recursos de atenção integral nos serviços e regiões pela presença multiprofissional, permitindo maior acolhimento e ênfase na transformação das iniquidades”.

Casanova et al (2018) em estudo com programas multiprofissionais em São Paulo, verificou que a Residência tem avançando nesse processo ao estimular o desenvolvimento de uma prática colaborativa entre as profissões.

A percepção sobre o desenvolvimento de competências para a prática colaborativa evidenciou a satisfação dos residentes no que se refere ao trabalho de equipe, ao respeito mútuo, ao reconhecimento do seu papel e do outro profissional, o que permite a troca de experiências, de saberes e de corresponsabilidade na rotina de trabalho da equipe. O momento de compartilhar as ações a favor do paciente são oportunidades excelentes de integração e aprendizado (CASANOVA et al, 2018, p.1334).

Paiva e colaboradores (2019), ao analisarem a produção do Serviço Social sobre as Residências nos anos de 2010 a 2018, identificaram que a temática do trabalho em equipe é prioritária. As autoras indicam o amadurecimento da categoria neste debate, na medida em que se observa a sinalização nos estudos de que não

basta o desejo de construção de ações integradas, é preciso que se tenham possibilidades teóricas e práticas para tanto, as quais vão muito além das vontades individuais dos profissionais de saúde.

Nesse sentido, é importante destacar que o contexto atual é desfavorável ao desenvolvimento de ações e saberes multiprofissionais, já que os profissionais estão vivenciando exacerbada precarização, deparando-se cotidianamente com uma alta demanda nos setores em que estão alocados, muitas vezes com equipes incompletas e sem estrutura física para o desenvolvimento de uma atenção integral e de qualidade (PAIVA et al., 2019).

A partir dos dados da ABEPSS, ao observarmos as áreas que mais dialogam com o Serviço Social nas experiências das Residências, verificamos que são: enfermagem, psicologia, fisioterapia, nutrição e farmácia (ABEPSS, 2018).

Considerando a distribuição regional, nota-se a presença hegemônica em todas as regiões do Brasil, de três profissões articuladas nas experiências das residências multiprofissionais em saúde: Psicologia, Enfermagem e o Serviço Social. A quarta profissão que mais aparece articulando-se às demais nas regiões norte, nordeste, sudeste, centro-oeste é a Fisioterapia. Na região sul, observa-se a inserção maior da Farmácia.

Vale destacar que, além da intersecção com as áreas que tradicionalmente dialogam com o Serviço Social na saúde, ocorre a crescente interlocução com outras formações como Fisioterapia, Farmácia, Nutrição, fortalecendo a perspectiva do trabalho coletivo e integral na saúde.

Na pesquisa realizada com tutores e preceptores de Programas de Residências multiprofissionais em saúde (ABEPSS, 2018) verificamos que o trabalho em equipe multi/interprofissional pode ser notado, no contexto das residências, nos seguintes momentos: reuniões; grupos de educação em saúde; salas de espera e de outras atividades como: discussões de casos, oficinas e acolhimento.

Paiva et al (2019) também destacam que, na revisão de literatura realizada, os espaços de interlocução propiciados pelo conjunto de disciplinas teórico-práticas foram destacados como de vivência interprofissional durante o curso de formação das residências.

No entanto, esse trabalho não se dá sem tensões. Os tutores e preceptores também afirmaram que essa interlocução passa por dificuldades como: hierarquia entre as profissões; diferentes concepções de trabalho em equipe; falta de compreensão sobre as competências para o trabalho interprofissional; falta de estrutura física; e desrespeito com o saber profissional do assistente social (ABEPSS, 2018).

Outra preocupação importante é com a possibilidade de fixação dos profissionais nas regiões e a continuidade da articulação interprofissional. Em 2007, Ceccim e Pinto já nos alertava:

Uma realidade é a falta de provimento de profissionais de saúde em diversas regiões do país, somada à dificuldade de fixação dos profissionais em outras tantas, que os conseguem por breves períodos ou temporariamente. Tais áreas também são as regiões de carências econômicas e de menor acesso aos bens culturais, educacionais e técnico-científicos (CECCIM e PINTO, 2007, p.267).

Outro elemento é a própria desconfiguração da rede de serviços de saúde que faz com que muitos assistentes sociais, apesar da formação na residência, não consigam se empregar na área, conforme as observações da pesquisa realizada por Vargas (2015). Isso significa que embora as residências multiprofissionais sejam ricas em possibilidades e muito afinadas com a proposta do SUS e do trabalho coletivo em saúde, há que se destacar que são necessárias condições estruturais e conjunturais para a sua realização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, que discute parte dos dados coletados através de uma investigação nacional sobre a participação do Serviço Social nos programas de Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil, buscamos compreender, a partir da análise sincrônica de 86 editais de residências nacionais (2017/2018), como o Serviço Social se insere nos programas, em relação à morfologia e distribuição regional dos programas, às áreas profissionais que se relacionam com a profissão, aos cenários da rede de atenção à saúde em que a categoria está inserida e os desafios e possibilidades desta experiência de formação especializada em saúde.

A análise referente à distribuição nacional e regional da inserção do Serviço Social nos Programas de Residência, revelou a prevalência da região sudeste no aspecto referente ao número de programas disponíveis, seguida da região nordeste e sul. As regiões centro-oeste e norte, apesar dos esforços para diminuição das iniquidades em saúde, continuam bem aquém das outras em termos de programas e número de vagas.

Cabe destacar que, apesar da região nordeste despontar com maior número de vagas para o Serviço Social, número significativo destas não é reservada para o profissional assistente social, mas sim configuram-se como vagas de ampla concorrência para a saúde coletiva, implicando que podem ou não serem preenchidas por estes profissionais, como já assinalado.

Quanto às instituições proponentes ressaltamos que aquelas que ofertam maior número de vagas ainda são prioritariamente públicas (mais de 70%), ficando as instituições filantrópicas/privadas com menos de 30% das propostas aprovadas no contexto nacional. Mas, é importante chamar atenção para o fato de que neste contexto de ampliação do neoliberalismo na política de saúde, os programas ofertados pelas Universidades Federais, muitas vezes, estão vinculados aos seus Hospitais Universitários (HU's) que, por sua vez, estão sob a gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH (ABEPSS, 2018).

Sobre as principais áreas de concentração valorizadas pelos Programas com inserção de assistentes sociais, a investigação revelou a preponderância da saúde mental, seguida pela atenção básica e oncologia. Observou-se também a crescente incorporação do assistente social em programas com áreas de concentração bastante especializadas, como paciente crítico, saúde renal, neurologia, síndromes e anomalias crânio-faciais, problemas cardiopulmonares e áreas de transplante. Identificou-se também outra área de atuação que é nova para a categoria, qual seja a gestão de redes de saúde. Esse aspecto é importante de ser ressaltado, já que expressa a ampliação dos setores de atuação profissional e a importância de qualificação profissional concernente a estes cenários, garantindo o fortalecimento do projeto ético-político profissional (ABEPSS, 2018).

No que se refere às áreas profissionais mais encontradas na análise dos editais que fazem parceria com o Serviço Social, destacamos a enfermagem,



psicologia, fisioterapia, nutrição e farmácia (ABEPSS, 2018), demonstrando a crescente ampliação do rol de profissionais que atuam na rede de serviços de saúde e a importância do debate e aprendizado propiciado pelas residências multiprofissionais no que tange ao trabalho interprofissional, com vistas à construção da integralidade da atenção à saúde.

Diante do exposto, sinalizamos, apesar dos desafios, que os programas de residência se apresentam como uma estratégia importante no âmbito da Educação permanente quando alinhada à perspectiva defendida pelo movimento da Reforma Sanitária. Logo, os dados apresentados se mostram importantes para avanço do conhecimento da categoria sobre a inserção dos Programas e de análises das reais possibilidades de contribuição dos assistentes sociais, através dos Programas, para a defesa da saúde pública e do desenvolvimento de um trabalho ancorado no projeto ético político profissional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. *Mapeamento das Residências em Área Profissional e Serviço Social*. Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-abepss-residencia-201812031150396627330.pdf>>. acesso de 22 de abril de 2019.

ALBUQUERQUE, M. V. Desigualdades regionais na saúde: mudanças observadas no Brasil de 2000 a 2016. *Ciência e Saúde Coletiva*. nº22, v.4, p. 1055-1064, 2017.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014. Brasília: MEC, 2014.

CAMPOS, F. E. et al. A fixação de profissionais de saúde em regiões de necessidades. *Saúde para Debate*. nº. 44, p. 13-24, 2009.

CASANOVA, I. A.; BATISTA, N. A.; MORENO, L. R. A Educação Interprofissional e a prática compartilhada em programas de residência multiprofissional em Saúde. *Interface*. v.22, suplemento1, p.1325-1337, 2018.

CASTRO, M. M. C. Formação em saúde e serviço social: as Residências em questão. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 12, n. 2, p. 349 - 360, jul./dez. 2013a.

CASTRO, M. M. C. O serviço social nos Programas de Residência em saúde: resultados iniciais do mapeamento da ABEPSS. *Revista Temporalis*. Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 153-171, jul./dez. 2013b.

CECCIM, R. B.; PINTO, L. F. A formação e especialização de profissionais de saúde e a necessidade política de enfrentar as desigualdades sociais e regionais. *Revista Brasileira de Educação Médica*. v.31, nº 3, p.266-277, set-out 2007.

CFESS. *Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*. Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. *Residência em Saúde e Serviço Social* – subsídios para a reflexão. Brasília, 2017.

CORREIA, M. V. EBSEH: Lutas e Resistências à lógica mercantil nas Universidades. BRAVO, M.I; MENEZES, J. S. B. *A Saúde nos Governos do Partido dos Trabalhadores e as Lutas Sociais contra a privatização*. – Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, p. 46-52, 2014.

EBSEH. *Sobre os Hospitais Universitários Federais*. Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/hospitais-universitarios-federais>>. acesso em 21 de abril de 2019a.

\_\_\_\_\_. *Rede Ebserh forma mais de 3 mil residentes no início de 2019*. Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/noticias/201903141731-rede-ebserh-forma-mais-de-3-mil-residentes-no-inicio-de-2019>>. acesso em 21 de abril de 2019b.

\_\_\_\_\_. *Número de residentes em saúde da Rede Ebserh cresce 33% em 2018*. Disponível em: <<http://www.ebserh.gov.br/noticias/20190125821-numero-de-residentes-em-saude-da-rede-ebserh-cresce-33-em-2018>>. acesso em 21 de abril de 2019c.

IBGE. Norte e nordeste convivem com restrições no acesso a saneamento básico. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20979-norte-e-nordeste-convivem-com-restricoes-no-acesso-a-saneamento-basico>. acesso em 21 de abril de 2019.

LOBATO, Carolina P. Formação dos trabalhadores de saúde na residência multiprofissional em saúde da família: uma cartografia da dimensão política. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

MARCH, C. *InformANDES*. Informativo nº 15. Brasília, 2012.

MENDES, Alessandra G. Residência Multiprofissional em saúde e Serviço Social. In: SILVA, Leticia Batista, RAMOS, Adriana. Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional. São Paulo: Campinas, Papel Social, p. 183-200, 2013.

NASCIMENTO, C. C. S; OLIVEIRA, C. M. Educação permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional. *Temporalis*. ano 16, n. 31, jan/jun, p. 133-165, 2016.

PAIVA, Sabrina P. A formação profissional em saúde no Brasil e o papel da universidade: conquistas, desafios e dilemas. In: OLIVEIRA, Lêda Maria Leal de; CASTRO, Marina Monteiro de Castro; e STEPHAN-SOUZA, Auta Iselina (Orgs.). Formação em saúde: contribuições do Serviço Social para a construção do SUS. Editora Prismas. 1ª ed., 2017, 280 pags.

PAIVA, S. P.; RESENDE, L. T.; PAULO, M. N. S.; TOMAZ, M. O Serviço Social e o trabalho em equipe multiprofissional nas residências em saúde: estado da arte. *Revista Libertas*. V.18, n.2, p.482-497, 2019.

SARMENTO, L. F. et al. A distribuição regional da oferta de formação na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde. *Saúde Debate*. v.41, n.113, p.415-424, abr-jun 2017.

SILVA, L. B. Residência multiprofissional em saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 200-209, jan./abr. 2018.



## A CONJUNTURA DE UMA PANDEMIA E O QUE AINDA ESTÁ POR VIR – IMPACTOS E ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS<sup>1</sup>

## THE CONJUNCTURE OF A PANDEMIC AND WHAT'S STILL TO COME - IMPACTS AND POSSIBLE STRATEGIES

Luciana Gonçalves Pereira de Paula<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo foi construído a partir das reflexões apresentadas em uma live promovida pelo CRESS/6ª Região – Seccional Monte Claros em parceria com a Unimotes, no dia 29 de maio de 2020. Desse modo, procura apresentar, inicialmente, alguns elementos que demonstram as características da atual ofensiva do capital, nos termos de uma crise estrutural. Esse primeiro movimento pretende situar a conjuntura macro-política, econômica e social em que se desenvolve o atual momento de pandemia provocada pela COVID-19. Em seguida, o artigo analisa algumas das principais tendências do atual governo brasileiro – governo Bolsonaro, destacando a necropolítica e o direcionamento genocida. E, por fim, propõe um debate acerca de algumas possibilidades táticas e estratégicas a serem construídas pelos os setores da esquerda, no Brasil. O capitalismo contemporâneo nos apresenta claros sinais de esgotamento. Portanto, esse momento requer organização e luta em prol da construção de uma nova sociedade para além do capital.

**Palavras-chave:** Crise estrutural do capital. Pandemia. Governo Bolsonaro. Esquerda brasileira.

**Abstract:** This article was built from the reflections presented in a live promoted by CRESS / 6th Region - Seccional Monte Claros in partnership with Unimotes, on May 29, 2020. Thus, it seeks to present, initially, some elements that they demonstrate the characteristics of the current capital offensive, in terms of a structural crisis. This

---

<sup>1</sup> Artigo construído a partir das reflexões apresentadas na live promovida pelo CRESS/6ª Região – Seccional Monte Claros em parceria com a Unimotes, no dia 29 de maio de 2020.

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas dos Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS). Email: lugppaula@gmail.com.

first movement aims to situate the macro-political, economic and social situation in which the current pandemic moment caused by COVID-19 is developing. Then, the article analyzes some of the main trends of the current Brazilian government - Bolsonaro government, highlighting necropolitics and genocidal direction. And, finally, it proposes a debate about some tactical and strategic possibilities to be built by the sectors of the left, in Brazil. Contemporary capitalism presents us with clear signs of exhaustion. Therefore, this moment requires organization and struggle for the construction of a new society beyond capital.

**Keywords:** Structural crisis of capital. Pandemic. Bolsonaro government. Brazilian left.

## INTRODUÇÃO

A compreensão da realidade social, econômica e política do Brasil, no ano de 2020, tem desafiado até mesmo os grandes teóricos, experts no assunto. Isso porque se não bastasse a atual conjuntura de grave crise política no cenário nacional, o nosso país também vem sofrendo duramente com os impactos da pandemia mundial provocada pela COVID-19.

Com isso, a difícil tarefa de realizar uma análise de conjuntura torna-se um desafio ainda maior, nesse momento. Para o exercício dessa tarefa temos duas possibilidades, dois caminhos: o primeiro deles é colocar o nosso foco de análise no mar de lama e na aparente falta de direção do atual governo Bolsonaro – no entanto, esse caminho certamente nos possibilitará pouco alcance e nos apresentará apenas a superfície epidérmica das questões postas; o segundo caminho requer a ultrapassagem dessa cortina de fumaça, para que consigamos enxergar além de tudo o que diariamente nos distrai. Essa é a direção que nos possibilita fazer uma análise profunda e crítica do atual momento histórico, sem apartá-lo do processo que o concebeu.

Realizando a defesa da análise crítica da realidade, alicerçada no método materialista histórico dialético, optamos, nesse artigo, pelo segundo caminho.

Portanto, nossa tarefa será apresentar alguns elementos que demonstram as características da atual ofensiva do capital, nos termos de uma crise estrutural; em seguida analisar algumas tendências do atual governo brasileiro; e, por fim, propor o debate acerca de algumas possibilidades táticas e estratégicas para os setores da esquerda, no Brasil.

Destacamos que as reflexões aqui apresentadas são expressão do acúmulo teórico-metodológico coletivo de setores de nossa sociedade que seguem atentos ao seu tempo histórico.

## CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEU MOMENTO DE COLAPSO PANDÊMICO

Em meio ao cenário devastador em que hoje vivemos, nesse primeiro quarto do século XXI, a pandemia provocada pela COVID-19, que assola todo o planeta, é apenas o elemento que escancara a perversidade do nosso tempo histórico.

O grande teórico marxista István Mészáros<sup>3</sup>, em uma palestra proferida em São Paulo, no ano de 2011, para o lançamento de dois livros, já nos alertava dizendo que se Rosa Luxemburgo escrevesse sua célebre frase “socialismo ou barbárie” nos dias atuais, a máxima mais adequada seria: “barbárie... se tivermos sorte”.

Recorrendo ao próprio autor, é Mészáros (2009) que nos traz importantes reflexões para compreendermos a crise estrutural do capital. O autor apresenta em sua obra “*A crise estrutural do capital*”, a recusa da crença de que estaríamos vivenciando mais uma crise episódica e pontual do sistema de produção capitalista, no início do século XXI.

Segundo Mészáros (2009), o que experimentamos nesse início de século tem raízes profundas no final dos anos de 1960, quando o sistema capitalista inicia uma nova fase. Essa nova etapa caracteriza-se, nas palavras do autor, por uma crise estrutural sociometabólica do capital, que afeta, sem distinção, todas as esferas de produção e reprodução da vida social.

De acordo com Maranhão (2020, p. 629), analisando a obra de Mészáros:

Depois de um longo período dominado pelas tradicionais crises cíclicas, que alternavam momentos de expansão e recessão, o sistema capitalista passa agora a atravessar uma crise endêmica,

---

<sup>3</sup> “Nascido em 1930, na cidade de Budapeste, Hungria, István Mészáros tem desenvolvido importantes estudos que procuram resgatar a densidade e a radicalidade da crítica marxista ao sistema de produção e reprodução social baseado no capital” (MARANHÃO, 2020, p. 629).

cumulativa, crônica e permanente, indicando a ativação dos limites estruturais absolutos do sistema sociometabólico do capital. Assim, a crise estrutural do capital tem aprofundado a histórica disjunção entre produção para as necessidades sociais e a autorreprodução do capital, ampliando suas características destrutivas e recolocando como imperativo vital para o futuro da humanidade a busca por uma alternativa ao sistema metabólico do capital.

Frente a essa crise, a resposta construída pelas elites dominantes dos países capitalistas ocidentais configurou-se no que chamamos de ofensiva neoliberal. Essa resposta foi buscar inspiração no passado, resgatando elementos do pensamento liberal.

O liberalismo clássico teve suas bases sócio-históricas desmontadas quando o capitalismo adentrou a era dos monopólios. A concepção do “livre mercado” transformou-se em retórica, uma vez que o movimento do capitalismo monopolista demandava um complexo de regulações e um Estado necessariamente intervencionista.

Apenas quando o Welfare State entrou em um ciclo crítico ocorreu o fenômeno denominado “revanche do mercado”. Neste momento, a crise do Estado de bem-estar forneceu o combustível necessário para colocar em xeque as funções estatais como indutoras de crescimento econômico e promotoras de políticas sociais.

Porque é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia (NETTO, 1995, p. 77).

Assim, o Estado keynesiano<sup>4</sup> constituiu-se no maior alvo de ataques da ofensiva neoliberal. O ideário neoliberal se contrapôs ao conjunto dos direitos sociais

---

<sup>4</sup> Modelo de Estado vigente durante o Welfare State. Foi responsável por criar a ilusão da possibilidade de um compromisso entre capital e trabalho, mediado pelo Estado. Pautou-se no abandono do ideário socialista em troca de ganhos sociais. Mas, o Estado que se colocou como mediador, zelava pelos interesses do capital, cuidando de sua aceitação pelas entidades representativas dos trabalhadores.

conquistados pelos trabalhadores, às funções reguladoras macroscópicas do Estado, à cultura democrática, à busca pela redução das desigualdades econômico-sociais.

Os sistemas de previdência e assistência social foram culpabilizados por exercerem “efeitos malignos” sobre a estrutura da sociedade, como o enfraquecimento dos alicerces familiares, a redução do incentivo para o trabalho, a diminuição da acumulação capitalista e a limitação da liberdade individual. Contudo, diante da miséria, os neoliberais admitem uma pequena intervenção do Estado: uma renda mínima destinada aos mais pauperizados, por exemplo.

No entanto, apesar da configuração teoricamente mínima que o Estado ganhou no neoliberalismo, na prática, suas responsabilidades não se realizam tão mínimas assim. O capitalismo neoliberal não pretende reduzir a intervenção do Estado, mas encontrar as condições favoráveis para direcioná-la segundo seus interesses particulares.

(...) nenhum grande burguês (e/ou seus executivos mais responsáveis) tem a menor ilusão acerca do abstencionismo estatal ou do mercado “livre”; nenhum deles imagina que a crise é uma invenção marxista; nenhum deles pretende erradicar mecanismos reguladores da economia. O que desejam e pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrática de controle do movimento do capital (NETTO, 1995, p. 81).

Por isso, a mesma burguesia monopolista foi a que patrocinou a ofensiva neoliberal. Ela possui a clareza da funcionalidade destes princípios num momento de crise do capital. Ela sabe que “a proposta do ‘Estado mínimo’ pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – o Estado máximo para o capital” (NETTO, 1995, p. 81).

O neoliberalismo passou a ditar o programa que deveria ser implementado nos países capitalistas, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscal e monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como FMI e Bird, desmonte dos direitos sociais dos trabalhadores, combate ao sindicalismo de esquerda,



propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados, entre outros (ANTUNES, 2002).

Este período concretizou uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu de Estado de bem-estar social. Este novo quadro tinha um dos seus pólos centrais localizado no setor financeiro que ganhava autonomia dentro das complexas relações de liberação e mundialização dos capitais e do processo produtivo. Tudo isso num cenário caracterizado pela competição intercapitalista, pelo desenvolvimento tecnológico, pela devastação do meio ambiente e pela ação destrutiva, em escala mundial, contra a força de trabalho humana, que teve enormes contingentes precarizados ou mesmo relegados à margem do processo produtivo. Em meio a esta configuração ganhou destaque o desemprego estrutural e seus rebatimentos imediatos na forma de organização dos trabalhadores.

Desta forma podemos perceber que as crises sempre afetam tanto a materialidade da classe trabalhadora, ou seja, a sua forma de ser, quanto a sua esfera mais subjetiva, política e ideológica, ou seja, a arena dos valores e do ideário que pauta suas ações e práticas concretas.

Em um contexto mundial de tantas fragilidades e fraturas, uma pandemia, como a que estamos vivendo no ano de 2020 traz à tona, com toda a sua força, as nossas históricas mazelas. Portanto, estamos assistindo a um fenômeno de transformação da barbarização da vida social em banalidade cotidiana.

Nas palavras de Fontes (2020, p. 01):

Longe da falaciosa versão de que “vínhamos crescendo e o vírus pode atrapalhar” (...), a crise já estava em curso, e era anunciada pelos próprios economistas burgueses. Ora, se o capital promove crises quase permanentes, uma verdadeira “crise do capital” ocorre quando as massas irrompem na história e bloqueiam sua capacidade de recompor-se. Revolucionam a existência. Dão um basta a essa forma de economia e a esse modo de ser bárbaro e truculento.

Corroboramos com a análise da historiadora, ao afirmar que a atual crise em que estamos mergulhados não é fruto da pandemia. Ao contrário, essa pandemia apenas escancarou para todo o mundo o contexto de crise que já nos assolava, intensificando as suas refrações. Destacando que essa crise é vivenciada pelo

conjunto dos trabalhadores. O grande capital segue sua ofensiva, maximizando os lucros em detrimento da vida. Portanto, para colocar o capital em xeque, para provocar a sua ruptura se faz necessária a união da classe trabalhadora e o real enfrentamento desse modo de produção.

E, aqui estamos falando da verdadeira solidariedade de classe, não da falaciosa “união de todos”, tão reverberada nesse contexto de crise sanitária. É muito comum, em momentos de crise aguda, como o que estamos atravessando, presenciarmos o chamamento à unidade. São comuns as máximas: “estamos todos no mesmo barco”. Entretanto, em nosso entendimento, consideramos que estamos todos enfrentando a mesma tempestade – os mesmos temores e incertezas provocados por uma pandemia que afeta todas as sociedades, mas nos afeta de formas distintas. Por isso, poderíamos dizer que estamos todos enfrentando a mesma tempestade, mas utilizando embarcações bem diferentes. As elites burguesas ocupam luxuosos navios, transatlânticos ou até mesmo, submarinos – mantendo asseguradas as suas planas condições de favorecimento em meio ao caos. Enquanto, a classe trabalhadora naufraga, submergindo em seus frágeis botes, canoas e jangadas, sem a mínima condição real de enfrentamento da situação de pandemia, nem garantia de sobrevivência.

Os dados não mentem e eles nos apontam que, no Brasil, “(...) por razões socioeconômicas e sociodemográficas, a doença matou mais pobres e pardos”, segundo um levantamento exclusivo encomendado por ÉPOCA à consultoria Lagom Data, em que foram analisados dados de 54.488 vítimas da COVID-19, em nosso país.

Está explícito que os impactos dessa pandemia possuem efeitos diferentes e desiguais. E isso se dá pelo fato de a classe trabalhadora seguir muito mais exposta ao vírus, seja por suas precárias condições de moradia, seja por sua necessidade urgente e imediata de trabalhar.

As consequências e os impactos sociais dessa pandemia já são vislumbrados por nós nas próprias medidas apontadas pelos governos, privilegiando a todo o momento a lógica do capital: o aumento exponencial do desemprego, do

subemprego, do trabalho intermitente e do processo de “uberização”<sup>5</sup> do trabalho. Esse cenário certamente se agravará pela quebra dos direitos trabalhistas e sociais, ainda sobreviventes, a expansão dos movimentos migrantes, o crescimento das populações de rua. Sem falar na elevação dos índices de adoecimento mental e suicídio, pois os períodos de crise, historicamente, nos revelam essas consequências.

Por tudo isso, somente o conjunto dos trabalhadores possui uma potencialidade transformadora capaz de estancar os avanços brutais do grande capital que tem nos conduzido, sem sombra de dúvidas, pelo caminho da barbárie.

## NO BRASIL: SHOW DE HORRORES CAPITANEADO PELO GOVERNO BOLSONARO

No Brasil, além dos desdobramentos dessa crise sanitária, econômica e social mundial, ainda atravessamos uma crise política sem precedentes. Uma crise que, na realidade,

Já não se trata tão somente de uma crise política, que em parte decorreu e é paralela à crise econômica, mas de algo também com implicações jurídicas (na medida em que está em jogo o pacto democrático consagrado na Constituição de 1988), societárias (uma vez que têm sido frequentes as fissuras nas relações interpessoais em parcelas da população) e culturais (posto que o jogo de forças tem levado a choques identitários, de valores e comportamentos) (ALMEIDA, 2019, p. 187).

O estopim da atual crise brasileira deu-se com o golpe de 2016 que afastou a ex-presidente Dilma Rousseff, encerrando o ciclo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi

---

<sup>5</sup> Termo cunhado por Ricardo Antunes em sua obra “O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital”. São Paulo: Boitempo, 2018.

apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava (BRAZ, 2017, p. 87 e 88).

Na análise apresentada por Braz (2017, p. 93), “a derrota do PT respinga em toda a esquerda” brasileira. Isso acontece porque os setores ideológicos da classe dominante, rapidamente, se incumbiram de colocar todos os partidos, sindicatos e movimentos sociais de nosso país no “mesmo saco”. Nesse sentido, a derrota do PT impactou diretamente a organização das forças de esquerda no nosso país, imediatamente após o golpe. Esse impacto se fez presente em meio ao senso comum da sociedade brasileira que passou a associar qualquer bandeira ou camiseta vermelha ao Partido dos Trabalhadores.

Por outro lado, o recuo democrático que vivenciamos a partir do golpe se aprofundou exigindo do campo da esquerda alguma unidade tática que não soube ser devidamente construída. Isto porque alguns segmentos da esquerda comemoraram a derrota do PT como se fosse uma vitória da classe trabalhadora. “Mais uma ilusão. Pior ainda: uma ilusão esquerdista que não enxerga que a conjuntura que se abriu com o impeachment expressa, antes de mais nada, uma vitória das forças à direita do PT” (BRAZ, 2017, p. 94). O golpe de Dilma significou o renascimento de fortes elementos do conservadorismo reacionário que estavam levemente adormecidos, em nosso país.

Por isso, a derrubada de Dilma e do PT significou muito mais do que um atentado à democracia. Representou o momento da retomada da hegemonia das elites dominantes no Brasil. O momento que inicia o estabelecimento de condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas, sem os entraves postos pela conciliação de classes (BRAZ, 2017).

No entanto, a tradicional agenda conservadora do PMDB e de seus apoiadores no Brasil (PSDB, DEM, PP, PR, PSB, PSD e outros) não conseguiu emplacar uma candidatura de peso no processo eleitoral de 2018. Diante da ameaça de ver o PT voltar ao poder, a saída da direita foi apoiar a candidatura de Bolsonaro.

Com isso, o que assistimos foi a retomada de uma onda nazi-fascista pautada na intolerância, no genocídio e no extermínio das forças democráticas.

A intolerância de nossas classes dominantes não é um fenômeno conjuntural. Historicamente elas sempre foram muito avessas a avanços sociais, mesmo aqueles que não comprometem os seus interesses econômicos. A nossa formação social nos legou uma classe dominante preconceituosa, mesquinha, egoísta, antidemocrática e violenta (BRAZ, 2017, p. 101).

No cenário que se abre em tela temos: uma elite burguesa preconceituosa e intolerante; uma esquerda acuada e desorganizada; e uma massa de pessoas que se preocupam sazonalmente com a política, conforme acontecem os processos eleitorais ou os escândalos midiáticos.

Na análise de Almeida (2019, p. 190), “os canais de comunicação abertos na tv compõem o cenário doméstico para boa parte dessa população, principalmente as camadas mais pobres”. A tv aberta ainda é, no Brasil, uma importante fonte de informação e de legitimação das narrativas políticas. Assim, esse canal produziu, nos últimos anos, uma “audiência da política” com o enfoque voltado para o tema do combate à corrupção.

Em um contexto de obrigatoriedade do voto, como o brasileiro, “essa audiência da política é convocada à participação no período eleitoral, quando é alcançada pelo horário eleitoral gratuito e, cada vez mais, pelas redes sociais digitais” (ALMEIDA, 2019, p. 190).

Merecem destaque nessa arena de interação política os efeitos crescentes da plataforma digital *WhatsApp*, por meio da qual circulam informações, *fake news* e *memes* em múltiplos grupos fechados que se sobrepõem às pequenas redes sociais: núcleo familiar, família extensa, grupos de trabalho, de amigos, de comunidades religiosas ou temporários com propósitos pontuais etc. (...) Porém, em 2018, a plataforma teve papel decisivo na construção da (i)legitimidade dos candidatos (ALMEIDA, 2019, p. 190).

O processo eleitoral de 2018 iniciou-se com grande multiplicidade de candidatos, mas terminou polarizado entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL). Nessa disputa, três processos foram decisivos para o resultado final: a

enxurrada de *fake news* contra o candidato do PT; as pautas de defesa da “moral e dos costumes” assumidas por Jair Bolsonaro, agradando às forças cristãs do Congresso Nacional e solidificando sua base eleitoral evangélica; e a adesão das elites burguesas do nosso país à sua candidatura, especialmente, no segundo turno.

Desde então, vivemos, no Brasil, um show de horrores diário (permeado de declarações controversas e absurdas), capitaneado pelo governo Bolsonaro que, por trás dessa cortina de fumaça, conduz o Brasil a uma “democracia blindada” – nos termos de Demier (2017).

Nos estudos de Demier (2017), as “democracias blindadas” são compostas por governos que se dizem democráticos, mas se fecham cada vez mais às necessidades, às demandas e às reivindicações populares. Esses governos procuram blindar-se, tornando-se um ambiente fechado ao seu próprio grupo de interesse.

Na narrativa construída pelo autor, o entendimento da lógica do Estado burguês é peça-chave para o entendimento do Brasil, na atualidade. Segundo Demier (2017), as democracias blindadas, ao redor do mundo, são parte do projeto neoliberal de gestão burguesa dos Estados. Elas conformam o formato atual de garantia do contrarreformismo, assegurando que medidas extremamente impopulares sejam aprovadas e “vendidas” à população, como única maneira de solucionar problemas que o próprio capital gera continuamente – como as políticas que beneficiam o capital financeiro e especulativo internacional.

O Estado burguês, como vimos no primeiro tópico desse artigo, ora se abre um pouco mais para as demandas da classe trabalhadora (como ocorreu no período do Estado de bem-estar social), ora volta-se essencialmente para os interesses do capital (como no período atual de ofensiva neoliberal). Mas, o fato é que, de uma maneira ou de outra, o capital não vive sem o suporte do Estado. O Estado está sempre pronto para atender as necessidades do capital, inclusive nos momentos de convulsão, como ocorreu no ano de 2008<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> “Observou-se no correr do ano de 2008 e seguinte que com a explosão das ‘bolhas de Greenspan’, a economia ‘inabalável’ padecia, levando consigo uma enorme retração ao consumo, um avassalador desaparecimento do crédito no mercado e, conseqüentemente, uma explosão de desempregados não só naquele país, mas, também, no resto do planeta. Essa crise trouxe um questionamento, e talvez mais que isso, a afirmação de que apenas o discurso neoliberal não é suficiente para traçar as diretrizes necessárias ao enfrentamento desse momento

Entretanto, justamente, quando estávamos vivendo um período de grande enxugamento do Estado, com cortes significativos nos gastos públicos, retração das políticas sociais, precarização dos serviços públicos e redução de direitos sociais e trabalhistas, nos assola um contexto de pandemia (global) que exige a intervenção estatal. E não a exige penas para o grande capital, mas para a massa da população que sofre, adocece e perde sua vida.

Então, o desmonte do Estado choca-se com a realidade posta pela pandemia que vai exigir investimentos em saúde pública, financiamento da ciência e tecnologia, crédito a setores micro-empresariais e redistribuição de renda para as parcelas mais empobrecidas da sociedade.

Frente a essa contradição, quando observamos o Brasil, em comparação a outros estados nacionais, as diferenças de condução desse processo são alarmantes. Em nosso país tivemos que nos submeter ao falso paradoxo criado pelo governo Bolsonaro: saúde x economia. Bolsonaro e seu núcleo de ministros criaram argumentos para acusar quem defende as medidas de distanciamento social de estarem contra o Brasil, contra o seu crescimento econômico. O fato é que medidas de preservação da vida devem ser criadas em paralelo com políticas econômicas, que tenham o objetivo de evitar a dramática queda nas condições de vida da população durante a pandemia e a recuperação da agenda econômica no pós-pandemia.

No entanto, no Brasil, seguimos à deriva de um governo aparentemente sem comando. Sem as orientações unificadas, que seriam necessárias nesse momento, no dia 08 de agosto de 2020 ultrapassamos os 100 mil mortos pela COVID-19 (e esse número cresce a cada dia).

O que esse quadro nos revela? Uma falta de governo, de planejamento ou organização política? Novamente, se nos limitarmos a uma análise superficial dos fatos, pode parecer que sim. No entanto, essa é a real estratégia de um governo pautado na necropolítica<sup>7</sup>.

---

instável, restando mais uma vez ao Estado a incumbência de restaurar a ‘normalidade’ do mercado” (LUCENA et al, 2010, p. 162).

<sup>7</sup> Termo cunhado pelo teórico camaronês Achille Mbembe que se refere às formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte.

(...) propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2016, p. 146).

O governo Bolsonaro, seguindo a lógica do necropoder, mantém, desde o início dessa pandemia uma postura de negação da ciência, de minimização dos riscos do novo coronavírus e de disseminação de desinformação. “O caso mais significativo se deu após a Justiça ter proibido a veiculação da campanha ‘O Brasil Não Pode Parar’ pela SECOM (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República)” (KALIL; SANTINI, 2020, p. 02), uma clara demonstração do desprezo desse governo pelas vidas humanas perdidas. “A campanha, contrária ao isolamento social recomendado pela maioria dos governos no mundo e pelo Ministério da Saúde, criou um ambiente de controvérsia e contribuiu para a transformação da pandemia em ‘infodemia’<sup>8</sup>” (KALIL; SANTINI, 2020, p. 07).

Nós ficamos estarelecidos frente as posturas do governo Bolsonaro porque somos dotados de humanidade. Temos medos, incertezas, sofremos um luto coletivo e nos solidarizamos com cada família que perde de forma estúpida e abrupta um ente querido. E, em meio a esse cenário desolador gostaríamos de ter um governo que, minimamente, manifestasse o seu pesar, que se mostrasse sensível ao caos e nos dirigisse uma palavra de conforto.

Mas, como esperar isso de um governo genocida que aplaude a morte? A lógica do necropoder não é uma novidade no governo Bolsonaro. Ela já estava presente na sua campanha eleitoral pautada no preconceito e na intolerância. Sustentada na lógica nazi-fascista de extermínio do diferente. Jari Bolsonaro,

---

<sup>8</sup> “A infodemia é caracterizada por uma quantidade e variedade excessiva de informações de diferente qualidade e credibilidade (algumas falsas, outras imprecisas, outras baseadas em evidências). A infodemia dificulta que as pessoas encontrem fontes e orientações confiáveis quando precisam, o que representa riscos para a saúde global” (KALIL; SANTINI, 2020, p. 05).



presidente da república, é o mesmo sujeito que exaltou o comandante Ustra<sup>9</sup> na votação do impeachment de Dilma, em 2016.

Portanto, não existe nada de novo no governo Bolsonaro que já não tivesse se anunciado antes. Deixar a população a sua própria sorte é máxima desse governo – e com sorte, na lógica de um comando genocida, o número de pretos e pobres mortos com essa pandemia continuará em ascensão. Segundo Goes, Ramos e Ferreira (2020, p. 02):

A pandemia do novo coronavírus tem sido um desafio para países que apresentam profundas desigualdades internas. E no Brasil as desigualdades têm raça, cor e etnia, pois é um país estruturado pelo racismo, que permanece com as suas raízes fincadas no sistema escravocrata. É um processo histórico que ao longo do tempo tem determinado os lugares sociais das pessoas de acordo com a raça ou etnia.

Por isso, no Brasil, a população negra certamente vem sofrendo, de maneira mais severa, os impactos dessa pandemia. Corroboram para isso a histórica ausência de garantia de direitos e a maior prevalência de doenças crônicas e negligenciadas entre a população negra. Processos resultantes do descaso social e econômico ao qual ela está exposta e ao menor acesso aos serviços de saúde (GOES, RAMOS E FERREIRA, 2020).

Para além das condições de saúde da população negra, no Brasil, precisamos levar em conta “a sua distribuição no espaço geográfico das grandes metrópoles nacionais, que são marcadas fortemente pela segregação residencial racial, onde negras e negros residem às margens, nas franjas das cidades” (GOES, RAMOS E FERREIRA, 2020).

A segregação cria condições adversas à saúde, pois, historicamente, os locais onde reside a maioria das pessoas negras são precários, com moradias inadequadas em relação às condições estruturais, sem acesso a serviços básicos de saneamento, água potável, equipamentos de saúde, (...) (GOES, RAMOS E FERREIRA, 2020, p. 04).

---

<sup>9</sup> Em 2008, por decisão em primeira instância do juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível de São Paulo, o coronel Ustra tornou-se o primeiro oficial condenado em ação declaratória por sequestro e tortura, mais de trinta anos depois de fatos ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985).

Outro fator que o racismo condiciona, em nosso país, é a adoção de medidas preventivas para a COVID-19. O distanciamento social, a principal medida preventiva elencada pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2020), não pode ser usufruído da mesma forma por todas as pessoas. No Brasil, as “negras e negros representam a maioria dos trabalhadores informais, de serviço doméstico, comercial, da alimentação, transporte, armazenamento e correio, que se mantiveram ativos, mesmo durante a pandemia” (GOES, RAMOS E FERREIRA, 2020, p. 04). A higienização das mãos, outra medida preventiva para a COVID-19, recomendada pela WHO (2020), está, muitas vezes, distante da realidade da população negra, “visto que, muitas moradias, em diversas regiões do país, não têm acesso a água e saneamento básico, (...)” (GOES, RAMOS E FERREIRA, 2020, p. 04).

A pandemia desnuda o quanto o Brasil é um país desigual e pouco avançou na superação do racismo. No entanto, para conter a expansão da pandemia no país e dar o próximo passo, será preciso, em primeiro lugar, enfrentar o racismo e as desigualdades, porque, além de tudo, a população negra representa mais da metade da população brasileira (GOES, RAMOS E FERREIRA, 2020, p. 04).

Por todos esses elementos, o contexto da pandemia, no Brasil, é gravíssimo. E, ao invés, de contarmos com seu enfrentamento efetivo, o governo Bolsonaro minimiza a seriedade da pandemia e contribui para a disseminação de informações fraudulentas e sem respaldo científico (LIMA et. al., 2020). “Ele busca protagonizar a defesa da ‘flexibilização’ do isolamento social, apesar de estudos científicos dizerem o contrário” (LIMA et. al., 2020, p, 12).

Estamos submersos em um contexto que parece estar caracterizado pelo “declínio da verdade” ou “obscurantismo da razão”, que representa o enfraquecimento das análises concretas dos fenômenos sociais em prol da “adoção de perspectivas relativistas e subjetivas extremas, com a glorificação da opinião acima do conhecimento (incluindo o especializado), das emoções acima dos fatos” (LIMA et. al., 2020, p, 15).

Diante de tantos desafios postos e outros ainda por vir, quais seriam as possíveis estratégias de enfrentamento a serem construídas pela esquerda do nosso

país? Não temos as respostas, mas estamos dispostos a refletir sobre esse tema com você, em nosso próximo tópico.

## POSSIBILIDADES TÁTICAS E ESTRATÉGICAS PARA A DEFESA DA VIDA

Jair Messias Bolsonaro<sup>10</sup> foi eleito presidente da república, em de 2018, utilizando uma estratégia da campanha eleitoral capaz de congrega uma multiplicidade de eleitores. Esses, em sua maioria, se definem como conservadores e/ou de direita. A principal estratégia de comunicação eleitoral de Bolsonaro procurou disseminar diferentes informações para variados perfis de potenciais apoiadores (KALIL, 2018). Essa estratégia “conseguiu construir uma imagem de Bolsonaro capaz de assumir múltiplas formas, de acordo com as diferentes aspirações de suas bases” (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019, p. 102). Entretanto, dentro dessa multiplicidade, a base eleitoral de Bolsonaro caracteriza-se, especialmente, por fazer a defesa e se autointitular “cidadão de bem”<sup>11</sup>.

Um dos principais elementos que constituem a figura do “cidadão do bem” é o discurso contra a corrupção, amplamente polissêmico, (...). Esse discurso assume também a existência de uma “desordem” dos costumes e valores que coloca em risco uma suposta ordem familiar, amplamente ligada à prática religiosa e a condutas privadas e morais relacionadas à sexualidade (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019, p. 103).

Esse discurso que faz a defesa da anticorrupção apresenta, ainda, um terceiro significado, diretamente associado a uma suposta confusão entre “direitos e privilégios”, que se desenrola nas críticas feitas aos programas sociais e de cotas (KALIL, 2018). À esse discurso anticorrupção, se somam as defesas anticomunistas, formando um amplo leque que aglutina “o temor a uma noção de esquerda política

---

<sup>10</sup> Jair Messias Bolsonaro é capitão reformado do exército brasileiro, foi deputado por seis mandatos e é o atual presidente do Brasil, eleito em 2018.

<sup>11</sup> “Uma designação que se refere àquele que possui condutas e práticas ‘corretas’ no âmbito da vida privada e que, na vida pública, considera-se e comporta-se de maneira distinta à dos chamados ‘corruptos’ e ‘bandidos’” (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019, p. 103).

pré-associada ao petismo, ao bolivarianismo, ao ‘marxismo cultural’ e ao autoritarismo” (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019, p. 103).

Existe, ainda, um posicionamento claramente contrário à “ideologia de gênero”, “que reúne discursos hostis à comunidade LGBT com acusações de pedofilia e críticas à educação social nas escolas” (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019, p. 103).

Destaca-se, também, a tônica de um discurso que clama por “ordem” e “segurança”, respaldado no medo que é fruto da ineficiência da segurança pública. Esse discurso se apresenta com caráter extremamente punitivista, fundamentando propostas de redução da maioria penal e bandeiras como “bandido bom é bandido morto” (KALIL, 2018).

Dentro do espectro do “cidadão de bem” há, portanto, um matiz que comporta diferentes eleitores de Bolsonaro. Há os que defendem uma redução drástica do Estado a partir do “anticomunismo” e do “combate à corrupção”. Existem os que priorizam a preservação da estrutura familiar tradicional com base na religião diante da ameaça da “ideologia de gênero” e da “desordem de costumes e valores”. Assim como há também os que, frente a um cenário que entendem como de “corrupção generalizada”, buscam soluções a partir da ressignificação da história ou do espelhamento em outros países vistos como exemplos a serem seguidos (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019, p. 103).

Dentro dessa base heterogênea que elegeu Bolsonaro em 2018, o núcleo duro conforma o que denominamos de “extrema direita”. De acordo com Chauí (2016), o crescimento desses grupos radicais de direita, no nosso país, foi impulsionado pelas manifestações de junho de 2013. Na época esse movimento foi pouco percebido e menos ainda analisado. Mas, ao longo dos anos, demonstrou uma crescente aceitação de pautas ultraconservadoras, pela opinião pública, e a ampliação da sua representatividade institucional na política brasileira.

A partir do ano de 2015, podemos perceber, com nitidez, o crescimento do clamor pelo retorno do regime ditatorial militar no Brasil; maior presença de grupos de extrema-direita, como Tradição, Família e Propriedade (TFP); e, nas instâncias representativas, o fortalecimento da bancada parlamentar dos 3Bs (Boi, Bala, Bíblia) – “vinculadas, respectivamente, às demandas dos setores agropecuaristas, das

instituições militares e de segurança pública e dos cristãos conservadores” (MORAIS, 2019, p. 155).

Contudo, se múltipla e heterogênea é a base que elegeu Bolsonaro, também é diversa sua base governista. O núcleo duro, composto pelo próprio presidente e alguns aliados próximos, compõe a chamada “ala olavista” – inspirados na filosofia política de Olavo de Carvalho<sup>12</sup>.

O projeto político “olavista” é essencialmente conservador e consiste em combater o globalismo. O globalismo, se expressa, segundo esse grupo, por meio de três grandes projetos contemporâneos:

(...) o islamismo, que seria o maior projeto e a maior ameaça para a Europa; o comunismo, a “ditadura do partido único”, representado pela Rússia e pela China; e “o positivismo da sociedade administrada, a tecnocracia neoliberal do liberalismo anticristão”, representado pelo expresidente norte-americano Barack Obama, Emmanuel Macron e outras elites ocidentais (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019, p. 104 e 105).

Por isso, os autores acima mencionados, destacam que é equivocado pensar que o discurso da “ala olavista” seria despido de racionalidade, como se fosse um “ato cínico, conduzido aleatoriamente, ou mero fruto de devaneios alheios à realidade” (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019, p. 99). Ao contrário, as ações do governo Bolsonaro são dotadas de um propósito muito bem determinado e, em certa medida, atendem os anseios e as aspirações ideológicas e culturais de parte importante do seu eleitorado. Como, por exemplo, os posicionamentos consoantes com o governo Trump e com o nacionalismo antiglobalista, que insiste na negação dos problemas ambientais e na reprovação dos Direitos Humanos (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019).

Contudo, essa forma “olavista” de governar não agrada toda a sua base de governo. A forma como Bolsonaro tem conduzido a política nacional e internacional,

---

<sup>12</sup> “O pensamento de Olavo de Carvalho acerca da política nacional possui duas premissas fundamentais: a população brasileira é acentuadamente conservadora e a democracia é um sistema em que há uma oscilação pendular entre projetos políticos diferentes. Olavo de Carvalho advoga que os Estados Unidos são o verdadeiro exemplo de democracia moderna, uma vez que apresenta oscilação pendular entre esquerda progressista e direita conservadora” (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019, p. 104).

no Brasil, muitas vezes tem sido criticada e encontra opositores diretamente ligados aos interesses das elites econômicas dentro e fora do país.

Por isso, seu governo não conseguiu abrir mão da realização dos “conchavos”, tão duramente criticados em período eleitoral, ditos como sendo práticas de uma “velha política”. Foi assim que o governo conseguiu estabelecer as alianças necessárias com o “centrão” para aprovar pautas de seu interesse, indo na contramão das necessidades do conjunto dos trabalhadores brasileiros.

As Forças Armadas também ganham destaque no governo Bolsonaro. Nos últimos anos esse segmento foi lentamente se deslocando para o centro do poder. Os militares foram ocupando espaços no sistema político, conquistando a aprovação da opinião pública, já muito afetada pela insegurança causada pela criminalidade (ALMEIDA, 2019).

Além de Bolsonaro e seu vice, Hamilton Mourão, muitos militares e policiais também foram eleitos para os legislativos estaduais e para o federal, nas últimas eleições. Assim, “o espectro militar materializou-se por meio do processo democrático e não por intervenção, a ponto de a questão política candente hoje ser a sutil e fundamental distinção entre um governo militar e um governo com militares na ordem democrática” (ALMEIDA, 2019, p. 193 e 194).

Diante desse amálgama de forças em articulação para garantir a manutenção de Bolsonaro no poder, o enfrentamento desse governo pautado na morte, precisa, necessariamente, ser feito pelos setores da esquerda do nosso país. Está nas nossas mãos a mobilização, a organização, a realização de alianças que tenham como objetivo maior a defesa da vida.

No entanto, a esquerda brasileira, em seu sentido amplo, vem sofrendo, nos últimos anos, uma profunda estigmatização ao ser tomada de forma genérica como “petista”. São colocados no “mesmo saco” todas as forças políticas de oposição, inclusive aquelas que se distanciaram da experiência de um governo pautado na conciliação de classes (IASI, 2020).

O golpe sofrido pelo PT, em 2016, representou uma derrota concreta para a esquerda do nosso país, abrindo espaço para a ofensiva desmedida do grande capital contra a classe trabalhadora. Assim, a resistência do conjunto dos trabalhadores, que se fez presente na cena política através do aumento do número

de greves e das tentativas de greves gerais, “fica prejudicada pela falta de unidade nos enfrentamentos decisivos e em torno de um programa comum” (IASI, 2020, p. 02).

Enquanto a classe dominante disputa intensamente o sentido das mudanças que devem se impor, mas se une em torno das medidas imediatas, a classe trabalhadora parece demonstrar uma incapacidade de se unir quanto aos rumos a seguir no médio prazo e isso acaba por impedir sua necessária unidade no enfrentamento das medidas impostas pelas classes dominantes (IASI, 2020, p. 02).

Estão aí colocados os nossos maiores desafios. A esquerda brasileira precisa, com urgência, ser capaz de se apresentar como uma alternativa à sociedade, diferenciando-se das propostas apresentadas pelos partidos de centro. O PT, por exemplo, “tem todo o direito de apresentar uma posição de centro no espectro político brasileiro, tem o protagonismo e a experiência para isso, tem, ainda, o direito de tentar apresentar tal posição como se fosse de centro-esquerda” (IASI, 2020, p. 04). Cabe ao bloco da esquerda (partidos, sindicatos, movimentos sociais e populares) o papel de revelar à sociedade quais são as diferenças entre esses projetos.

Nesse sentido, precisamos explicitar nossas defesas em favor da vida, demarcando em que medida nos diferenciamos tanto da direita e da extrema direita, quanto do centro. Nesse interim faz-se necessário refutar a aliança com setores dominantes, pois a estratégia da conciliação de classes já demonstrou o seu fracasso com a ruína dos governos do PT (IASI, 2020).

É certo que não devemos desconsiderar a necessidade das alianças táticas, imprescindíveis nesse momento. Para o enfrentamento de um governo genocida, como o de Bolsonaro, precisamos construir amplas articulações táticas com todos aqueles que estejam clamando “fora Bolsonaro e Mourão”. Entretanto, a longo prazo, faz-se necessária a construção de estratégias que busquem a construção de alianças pautadas nos mesmos princípios, alicerçadas em uma mesma concepção de sociedade.

A principal tarefa da esquerda, portanto, deve ser a defesa de uma sociedade que seja capaz de assegurar “o livre desenvolvimento de cada indivíduo como

condição para o livre desenvolvimento de todos os indivíduos” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 246).

A luta pela vida, tão imperativa hoje, nesses tempos de pandemia, não pode se reduzir à defesa das condições vitais, necessárias à nossa sobrevivência. A vida precisa ser buscada e alcançada em sua plenitude. Defender a vida, em última instância, significa lutar para romper com a lógica de uma sociedade que mata cotidianamente milhares de pessoas, alijando suas possibilidades de existência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marx e Engels (2008, p. 09 e 10) abrem o texto que ficou mundialmente conhecido como o “manifesto comunista” dizendo que: “um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo. (...) Já é tempo de os comunistas exporem abertamente sua visão de mundo, seus objetivos e suas tendências, contrapondo assim um manifesto do próprio partido à lenda do espectro do comunismo”.

Nos parece que, em pleno século XXI, essa indicação continua relevante. Frente ao “espectro contemporâneo do comunismo”, diante de tudo o que se propaga enquanto ideologia comunista, precisamos perder o medo de nos dizer comunistas e explicar para as pessoas o que, verdadeiramente, é o comunismo.

Compreendemos o momento histórico no qual estamos vivendo como um período de regressão nas lutas sociais, de postura defensiva das organizações e movimentos de esquerda. Mas, até quando vamos permanecer acudados nos bastidores? Precisamos encontrar maneiras de recuperar o nosso protagonismo subindo novamente aos palcos.

Segundo Netto e Braz (2010), vivemos, nesse primeiro quarto de século XXI, um “novo mundo”, cujas mudanças, em relação ao século passado, são praticamente impossíveis de se esboçar de maneira resumida. Mas, entre suas principais tendências está a “ofensiva do capital sobre o trabalho e, por isso mesmo, significa uma regressão social quase inimaginável” (NETTO, BRAZ, 2010, p. 237) há cinquenta anos atrás.

De acordo com os autores,



O saldo da ofensiva do capital, apreciado brevemente, explicita as três questões que aparecem como próprias do “mundo novo”: “o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre (e [...], dentro do mundo rico, entre os seus ricos e seus pobres); a ascensão do racismo e da xenofobia; e a crise ecológica do globo, que nos afetará a todos” (HOBSBAWM in BLACKBURN, org., 1992, p. 104). Nenhuma dessas questões pode ser resolvida nos marcos do capitalismo contemporâneo (NETTO; BRAZ, 2010, p. 238).

No Brasil, assistimos, em meio ao avanço da pandemia COVID-19, o crescimento vertiginoso desses três aspectos: o país chega a ter, aproximadamente, treze milhões de brasileiros desempregados no primeiro trimestre de 2020<sup>13</sup>; o aumento nos casos explícitos de racismo, por todo o país são estarrecedores<sup>14</sup>; e o meio ambiente nunca foi tão atacado pelo próprio governo como no momento atual<sup>15</sup>.

Diante desse cenário de barbárie crescente, não podemos nos calar. Precisamos ser a voz que ecoa a defesa da vida e dos direitos humanos. Não podemos nos tornar insensíveis, naturalizando e banalizando a mortes das milhares de vidas ceifadas em meio a essa crise humanitária. É tempo de reação. É tempo de buscar em nossos pares a força necessária para a luta e não ter medo de dizer, como Ernesto Che Guevara: “se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros.

Em um estudo publicado em setembro de 2019, elaborado pelo Instituto Datafolha, identificou-se que o núcleo duro de apoiadores de Bolsonaro – denominado pela pesquisa de “bolsonaristas heavy” – consiste em apenas 12% da população. Em seguida, encontram-se os entusiastas médios, que correspondem a 22% dos brasileiros. Estes votaram em Bolsonaro, porém não aprovam ou não confiam plenamente nas palavras do presidente (JANONI; PAULINO, 2019).

---

<sup>13</sup> Segundo dados do IBGE, em 30/04/2020.

<sup>14</sup> Como exemplo dos casos de João Pedro (18/05/2020), Miguel (02/06/2020), Matheus Fernandes e Matheus Pires (07/08/2020), entre tantos outros.

<sup>15</sup> Durante a reunião ministerial do dia 22 de abril, o ministro do Meio Ambiente, [Ricardo Salles](#), alertou os ministros sobre o que considerava ser uma oportunidade trazida pela pandemia da Covid-19: para ele, o governo deveria aproveitar o momento em que o foco da sociedade e da mídia está voltada para o novo coronavírus para “passar a boiada” e mudar regras que podem ser questionadas na Justiça, conforme vídeo divulgado pelo ministro do [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#) [Celso de Mello](#).

Esses dados nos revelam que o grupo de apoiadores que segue fiel à lógica da morte capitaneada pelo governo Bolsonaro é, hoje, minoritária. Precisamos expandir a nossa defesa em prol de “um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”, como sonhava Rosa Luxemburgo.

Vivemos, inegavelmente, um momento agudo de crise planetária. Mas, nas palavras de Gramsci: “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”. Assim tem sido o momento presente, um amálgama de vida e morte; um emaranhado de atitudes fúnebres em meio a lampejos de resistência. Pois que sejamos a resistência!

Existe um elemento central, do campo marxista que precisa urgentemente ser resgatado: o elemento revolucionário. Nós precisamos construir um mundo novo, de fato. O próprio “capitalismo contemporâneo, ao exacerbar todas as contradições do modo de produção capitalista, criou também a condição necessária para a sua substituição por uma outra organização societária, capaz de efetivamente instaurar um – sem aspas – mundo novo” (NETTO, BRAZ, 2010, p. 238). Sejam, então, construtores desse novo mundo!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira**. Novos Estudos – CEBRAP, v. 38, n. 01. São Paulo: jan./abr. 2019, p. 185-213.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6.ed. São Paulo: Biotempo, 2002.

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 128. São Paulo: jan./abr. 2017, p. 85-103.

CHAUÍ, M. 2016. **Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados - depoimento**. Entrevista concedida a Juvenal Savian Filho e Laís Modelli. Revista Cult. 2016. Disponível em: [www.revistacult.uol.com.br/home/2016/02/sociedade-brasileira-violencia-e-autoritarismo-portodos-os-lados](http://www.revistacult.uol.com.br/home/2016/02/sociedade-brasileira-violencia-e-autoritarismo-portodos-os-lados). Acesso em: 12/08/2020.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FONTES, Virgínia. **Coronavírus e a crise do capital**. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1883/coronavirus-e-a-crise-do-capital-entrevista-com-virginia-fontes>. Acesso em: 10/08/2020.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. **Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020, e00278110. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278.

IASI, Mauro Luís. **A Esfinge que nos devora: os desafios da esquerda brasileira**. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/Mauro-lasi-A-esfinge-que-nos-devora-as-perspectivas-na-esquerda-no-Brasil-1.pdf>. Acesso em: 13/08/2020.

JANONI, Alessandro; PAULINO, Mauro. **Núcleo duro de apoio a Bolsonaro é de 12% da população, aponta Datafolha**. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/nucleo-duro-de-apoio-a-bolsonaro-e-de-12-da-populacao-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 14/08/2020.

KALIL, Isabela. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Outubro, 2018.

KALIL, I.; SANTINI, R. M. **Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política**. Relatório de pesquisa. Divulgado em 01 de abril de 2020. 21p. São Paulo / Rio de Janeiro: FESPSP/UFRJ. Disponível em: [https://www.fespssp.org.br/store/file\\_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf](https://www.fespssp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-infodemia.pdf). Acesso em: 12/08/2020.

LIMA, C. R. M. et. al. **Emergência de saúde pública global por pandemia de COVID-19: desinformação, assimetria de informações e validação discursiva**. Disponível em: <file:///C:/Users/lugpp/Downloads/410-Preprint%20Text-508-3-10-20200509.pdf>. Acesso em: 12/08/2020.

LUCENA, Glauber et. al. **Intervenção estatal nas crises econômicas: breve análise jurídico-econômica dos instrumentos governamentais brasileiros para a indução de sua economia em 2008/2009**. Revista Direito e Desenvolvimento, a. 1, n. 2, jul./dez. 2010, p. 161-173.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte e ensaios. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016, p. 123-151.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MORAIS, A. R. A. **O discurso político da extrema direita brasileira na atualidade**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 2019, p. 152-172.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SCHUTTE, G. R.; FONSECA, B. C. D.; CARNEIRO, G. S. **Jogo de dois níveis voltado ao eleitorado**: uma análise da política externa bolsonarista. Revista Conjuntura Global, v. 8, n. 2, 2019, p. 97-116.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Coronavirus disease (Covid-19) advice for the public**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso em: 12/08/2020.



## **SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DE UBERABA/MG<sup>1</sup>**

Claudiane Ferreira da Silva<sup>2</sup>

O presente resumo refere-se a Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema o Serviço Social na Educação. Buscou-se neste analisar o debate acerca da inserção de assistentes sociais nas unidades escolares de Educação Básica da Rede Municipal de Uberaba/MG. Para alcance da proposta, os objetivos específicos compreenderam em: analisar o contexto da Educação Básica no Brasil; estudar os parâmetros do Serviço Social que justificam a inserção da profissão na Educação; conhecer a visão dos/as profissionais da Educação Básica sobre a inserção do/a assistente social nas escolas públicas de Uberaba/MG. Para tal, recorreremos ao método dialético-crítico, por entender que este método explica a realidade investigada na sua totalidade, não se restringe no aparente imediatista e na mera compreensão dos fenômenos, mas, busca a essência destes, possibilitando uma interpretação histórico-crítica da complexidade dos fatos. Realizamos pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa de campo utilizamos a técnica da entrevista semiestruturada que permitiu diálogo aberto e proporcionando o máximo de informações ligadas ao estudo. Como critério para escolha de sujeitos da pesquisa, selecionamos apenas os/as diretores/as e professores/as, pois estes abarcaram o todo que envolve a educação local, tanto na perspectiva de gestão (direção escolar) quanto no contato direto com os/as alunos/as em sala de aula. Os depoimentos dos/as entrevistados/as deixaram explícitos a necessidade e urgência

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Professora Dra. Leslie Caputi, apresentado no ano de 2018 como requisito de conclusão de graduação em Serviço Social.

<sup>2</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Pós-graduanda em Gestão da Educação pela Universidade da Amazônia – UNAMA. E-mail: claudianesilva.happy@hotmail.com

da inserção de assistentes sociais na Educação, pois, no cotidiano escolar ocorrem as mais diversas expressões da questão social, cuja complexidade de demandas, os/as profissionais da educação básica não tem formação profissional e política para atuarem e extrapolam suas atribuições e competências profissionais. Os resultados, além de revelar a necessidade desta inserção, denunciam a importância de intervenção urgente dos governantes na implementação de políticas sociais capazes de garantir igualdade de condições para o acesso, permanência escolar e qualidade da Educação Básica do Município. Trata-se aqui de uma luta concreta amplamente já denunciada pela nossa categoria profissional e que a vontade política de nossos governantes devem ser constantemente exigidas e por tal a importância de seguirmos disseminando a defesa da inserção de Assistentes Sociais na Educação brasileira como um todo.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Educação, Assistentes Sociais, Prática Profissional